



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Joana de Sousa Brito

PATRIMONIALIZAÇÃO E MUSEALIZAÇÃO DA
MEMÓRIA DA VIOLÊNCIA POLÍTICA DURANTE A
DITADURA MILITAR E O ESTADO NOVO
A DELEGAÇÃO DA PVDE/PIDE/DGS NO PORTO

Dissertação de Mestrado em Património Cultural e Museologia, orientada pelo Professor Doutor João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes e Professor Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Outubro de 2022

FACULDADE DE LETRAS

PATRIMONIALIZAÇÃO E MUSEALIZAÇÃO DA MEMÓRIA DA VIOLÊNCIA POLÍTICA DURANTE A DITADURA MILITAR E O ESTADO NOVO

A DELEGAÇÃO DA PVDE/PIDE/DGS NO PORTO

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Dissertação
Título	Patrimonialização e musealização da memória da violência política durante a Ditadura Militar e o Estado Novo
Subtítulo	A delegação da PVDE/PIDE/DGS no Porto
Autora	Joana de Sousa Brito
Orientadores	Professor Doutor João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes Professor Doutor Manuel Vivente de Sousa Lima Loff
Júri	Presidente: Doutor Francisco Paulo de Sá Campos Gil Vogais: 1. Doutor Luís Manuel Duarte Antunes Figueiredo Trindade 2. Doutor João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes
Identificação do Curso	2º Ciclo em Património Cultural e Museologia
Especialidade/Ramo	Museologia
Data da defesa	14-10-2022
Classificação	19 valores

Índice

Agradecimentos

Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas

Resumo

Abstract

Introdução	01
Capítulo 1	05
A Ditadura Militar, o Estado Novo e a memória da violência política	
1.1 Violência política na Ditadura Militar, Estado Novo e polícias políticas	06
1.2 Oposição e Resistência	16
1.3 Memória da violência política	21
Capítulo 2	30
A memória da violência política na Ditadura Militar e Estado Novo, seus lugares de repressão, oposição e resistência e relações com o Património cultural e Museologia em Portugal	
2.1 Algumas considerações sobre memória, identidade, património cultural e museus	31
2.2 As influências dos instrumentos normativos internacionais no património cultural e na museologia portuguesa	40
2.2.1 Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO	40
2.2.2 Conselho Internacional de Museus – ICOM	45
2.3 Os instrumentos normativos portugueses	48

Capítulo 3	56
O panorama museológico português: as missões e práticas actuais	
3.1 Enquadramento	56
3.2 Museu do Aljube – Resistência e Liberdade	60
3.3 Museu Nacional Resistência e Liberdade – Fortaleza de Peniche	64
3.4 Auscultação aos Museus da Resistência e Liberdade, às missões e práticas	71
3.4.1 Aljube	73
3.4.2 Forte de Peniche	80
Capítulo 4	87
A delegação da PVDE/PIDE/DGS no Porto	
4.1 Breve contexto social e político do Porto desde o início do século XX até ao 25 de Abril de 1974	89
4.2 História do edifício patrimonial	95
4.3 O Projecto “Do Heroísmo à Firmeza” e as políticas da memória	103
4.4 [Diagnóstico à] Patrimonialização da memória da violência política	114
4.5 Por uma nova musealização no edifício do Heroísmo	120
4.5.1 Proposta de um programa museológico	121
4.5.2 Enquadramento orgânico	127
4.5.3 Discurso Expositivo	130
4.5.4 Práticas educativas e culturais	137
Conclusão	141
Bibliografia / Fontes consultadas	146
Anexos	175
Índice dos anexos	200

Agradecimentos

Não cabem num parágrafo, nem numa página, todos aqueles que directamente contribuíram para o que sou hoje. Ao longo do meu percurso académico e profissional, conheci inúmeras pessoas das quais guardei histórias e atitudes que foram cruciais para mim, para o meu caminho, para uma leitura “à minha maneira”, irrepetível. Muitos continuam a aconselhar-me, com palavras de coragem, mesmo quando partilhamos frustrações e insuficiências de quem trabalha com o património cultural, nas suas mais variadas formas. De facto, somos seres que amamos a nossa causa. Imparáveis e irrequietos.

Porém, devo referir alguns agradecimentos em nome próprio.

Ao meu orientador, João Avelãs Nunes, que sempre mostrou entusiasmo com este tema desde o momento em que trocámos as primeiras impressões em relação à museologia e à historiografia questionando-me, muitas vezes e no momento certo, e levando-me a reflectir sobre dezenas de aspectos importantes, quer durante as suas aulas, quer em orientação de dissertação.

Ao meu co-orientador, Manuel Loff, que aceitou o meu pedido de orientação, mesmo que esse tenha chegado um pouco mais tarde que o habitual. Esta dissertação não seria a mesma sem as suas considerações e correcções. Antes de eu pensar na defesa e criação do Museu da Resistência no Porto, já ele a argumentava afincadamente, havia anos. Foi para mim um privilégio poder partilhar as minhas ideias e ter que reflectir sobre as suas críticas às mesmas.

Ambos os orientadores dedicaram horas das suas vidas a esta dissertação, e, por essa razão, estou profundamente grata. Que ninguém profira uma palavra pejorativa acerca do empenho de certos professores que, mantendo as suas discussões elevadas e acessíveis, tornam os seus alunos melhores a cada dia. São esses professores que nos transformam. E foi exactamente isso que aconteceu aqui.

À Aida Rechen e à Rita Rato, directoras dos Museus da Resistência e Liberdade, por terem respondido às minhas questões. Admiro e sigo, de perto, o bom trabalho que têm feito.

À Maria José Rodrigues, resistente portuense, da URAP, que sempre mostrou gentileza e cuidado no trato quando abordada por mim. Grata por tudo aquilo que, com a sua idade, ainda consegue fazer por nós.

À Universidade Popular do Porto, que se disponibilizou para facultar digitalmente documentos para esta dissertação.

Aos colegas do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, e de todas as bibliotecas frequentadas, que me receberam com gentileza e, por vezes, comigo partilharam memórias das lutas estudantis.

À Ana João, educadora, que tanto me ensinou no Museu Nacional Resistência e Liberdade. Uma inspiração.

Aos meus colegas da Confraria Queirosiana, aos das caves de vinho do Porto *Sandeman*, aos do Museu da Quinta de Santiago, aos da Livraria Lello, aos da exposição *Extinção*, aos do Museu da Vista Alegre, aos das escavações arqueológicas no Douro, Beira Alta e Espichel. Todos eles enriqueceram o meu conhecimento da vida e do património cultural. Eles insistem, resistem e são criativos. Alguns chegaram a salvar o meu quotidiano.

Aos meus colegas da licenciatura e aos da residência de estudantes, do IPT, com os quais cresci nos montes, nas prospecções arqueológicas, na vida académica. Grata Andreia, Carlinha, Isa, Isaura, Tino, Carlos, Hugo e amigos italianos. Aos da FCSH da UNL, que me acolheram, que partilharam comigo vida e ainda hoje permanecem, Leandro, Mariana, Miguel Rocha e Valério. Aos colegas do mestrado da FLUC, que acompanharam nas alegrias e nas dúvidas.

Ao amigo Tiago Casal Ribeiro, espinhense, neto de resistentes, grata pelas partilhas de notícias e outras tantas conversas digitais. À Carolina e à Inês, preciosidades espinhenses que em dias agitados souberam tranquilizar-me.

Para escrever esta dissertação, eu precisei de *um quarto só meu*. Muitas vezes, de porta fechada. O meu gato, o Ni, esteve maioritariamente ao meu lado e encheu de sossego esses momentos, em tempos pandémicos. Aos meus pais agradeço o espaço, tempo e carinho que, desde criança, me dedicaram. Ao resto da família, agradeço a cumplicidade.

Finalmente, depois de tantas horas passadas a debater porque não se devem deixar as coisas melhores para o fim, mas respeitando essa sua preferência, deixo aqui o meu último agradecimento. Ao Ricardo, pelas discussões teóricas, pela envolvimento, pela paciência e, sobretudo, pelo companheirismo, muito obrigada.

Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas

AR – Assembleia da República

BE – Bloco de Esquerda

CDS-PP - Partido Popular

CMP – Câmara Municipal do Porto

DGPC – Direcção-Geral do Património Cultural

DGS – Direcção-Geral de Segurança

DHF – projecto “Do Heroísmo à Firmeza”

EUA – Estados Unidos da América

GNR – Guarda Nacional Republicana

ICOM - Conselho Internacional de Museus

LP – Legião Portuguesa

MNRL – Museu Nacional Resistência e Liberdade

PCI – Património Cultural Imaterial

PCP – Partido Comunista Português

PS – Partido Socialista

PSD – Partido Social-Democrata

PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado

PIDE – Policia Internacional de Defesa do Estado

PIMI - Polícia de Informações do Ministério do Interior

PP – Polícia Preventiva

RPM – Rede Portuguesa de Museus

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Observação importante

Esta dissertação está escrita ao abrigo do antigo acordo ortográfico. No entanto, nas citações respeita a opção tomada pelos diferentes autores.

Resumo

Patrimonialização e musealização da memória da violência política durante a Ditadura Militar e o Estado Novo

Há 48 anos findou o Estado Novo e extinguiu-se a sua polícia política (PVDE/PIDE/DGS). Dessa vivência ditatorial permanecem vestígios materiais e imateriais que simbolizam discriminação, perseguição, ódio, silenciamento e indiferença, e que são portadores de cisões e distúrbios da vida social, cultural e política. Estas heranças têm sido estudadas de forma transdisciplinar, mas escasseiam investigações com a perspectiva patrimonial e museológica.

Aljube e Peniche, dois estabelecimentos prisionais do Estado Novo, foram musealizados, com o grande contributo da sociedade civil, das associações e do poder político, erguendo-se os Museus da Resistência e Liberdade, cuja essência é a história da resistência à Ditadura Militar e ao Estado Novo.

E no Norte do país? Perpetua-se um profundo vazio museológico da história e arqueologia contemporâneas e das memórias políticas.

Esta dissertação é um exercício que incide na musealização da delegação da polícia política, no Porto, no edifício do Heroísmo, nos seus factos históricos e memórias sociais, com vista à sua preservação integral.

Proclamando um desajuste na representação e comunicação da memória daquele lugar de repressão por parte do Museu Militar do Porto, onde não se estuda, nem divulga o que ali aconteceu, conceptualizou-se, museologicamente, aquilo que tem vindo a ser reclamado, desde 1974, por vários grupos sociais. Desenvolveu-se, então, uma possível identidade do Museu da Resistência do Porto, que aborda uma visão contínua da violência política de Estado até ao período democrático.

Com a clara convicção da importância de representar museologicamente este passado recente de repressão, com a finalidade de integrar o património cultural, de analisar os valores que estão relacionados com ele, e ambicionando o acesso democrático à cultura e à educação, bem como ao desenvolvimento social e territorial, procura demonstrar-se, aqui, a pertinência da discussão em torno da criação do Museu da Resistência no Porto, precisamente no local onde os valores da liberdade e democracia foram mais atacados e encarcerados, a ex-delegação da PVDE/PIDE/DGS na Rua do Heroísmo.

Palavras-chave

Patrimonialização; Musealização; PVDE/PIDE/DGS; Resistência; Oposição; Museu; Porto; Missões e práticas; Programa museológico; Museu do Aljube - Resistência e Liberdade; Museu Nacional Resistência e Liberdade.

Abstract

Heritagization and Musealization of the memory of political violence during the Military Dictatorship and the *Estado Novo*

48 years ago, the authoritarian political regime of the *Estado Novo* ended and its political police (PVDE/PIDE/DGS) was extinguished. From that dictatorial experience, material and immaterial traces remain which symbolize discrimination, persecution, hatred, silencing and indifference, and which are carriers of divisions and disturbances in social, cultural and political life. This legacy has been studied in a transdisciplinary way, but investigations from the perspective of heritage and museological are scarce.

Aljube and Peniche, two prisons of the *Estado Novo*, were musealized with the significant contribution of society, associations and political power, creating the Museums of Resistance and Freedom, whose essence is the history of resistance to the Military Dictatorship and to the *Estado Novo*.

And what about the northern Portugal? A deep museological void of contemporary history, archaeology and political memories persists.

This master's dissertation is an exercise that focuses on the musealization of the delegation of the political police in Porto, on the *Heroísmo* building, and on its historical facts and social memories, aiming at its integral preservation.

Arguing for a mismatch in the representation and communication of memory of that place of repression by the Military Museum of Porto – a place whose events are not studied nor disseminated – we have conceptualized museologically what social groups have claimed since 1974. Therefore, we developed the identity for a potential Museum of Resistance of Porto, which addresses a continuous view of State political violence until the democratic period.

As we are convinced of the importance of depicting museologically the recent past of repression, in order to integrate the cultural heritage, examine the values related to it, and facilitate democratic access to culture and education, as well as social and territorial development, this dissertation seeks to show the relevance of the discussion surrounding the creation of the Museum of Resistance in Porto, precisely at the site where freedom and democratic values were most attacked and imprisoned: the former PVDE/PIDE/DGS delegation at *Rua do Heroísmo*.

Keywords

Heritagization; Musealization; PVDE/PIDE/DGS; Resistance; Oposition; Museum; Porto; Mission and museological practices; Museological program; Museu do Aljube - Resistência e Liberdade; Museu Nacional Resistência e Liberdade.

Introdução

“Duas da madrugada. Que ouço eu neste rádio?! A *Grândola*, do Zeca Afonso? Terei escutado bem? Mas é mesmo verdade: a canção inocente do Paulo de Carvalho e estas palavras inequívocas: «Uma estratégia antimonopolista»; é a revolução, a nossa. Os passos dos soldados, os passos dos camponeses, o povo em marcha, a hora nova.” (Rodrigues, 1999, p. 16-17).

O dia último e o primeiro é um pequeno conto escrito vinte e cinco anos depois da Revolução de Abril de 1974. Às portas das comemorações dos cinquenta anos, escrevemos esta dissertação com a mesma poesia, aquela que acredita na transformação da sociedade.

O tema desta dissertação de mestrado é a patrimonialização e musealização da memória da violência política de estado durante a Ditadura Militar e o Estado Novo, incidindo sobretudo no caso da ex-delegação da polícia política no Porto.

Quando iniciámos esta investigação estávamos conscientes da incerteza do rumo da pesquisa, mas a verdade é que havíamos já escutado dezenas de testemunhos de ex-presos políticos e sempre sentimos um enorme carinho e empatia pelos mesmos e pelas suas famílias. Também sempre sentimos repugnância pela Guerra Colonial. Sobre esta tínhamos ouvido muitas histórias mas, e por diferentes razões, não pudemos ouvir as dos nossos avôs, embora ambos tenham prestado serviço em Moçambique. Sempre entendemos que a Revolução de Abril significou libertação, que foi a *nossa revolução*. Portanto, desprender-nos disto e começar o estudo de forma *desapaixonada* e *neutra* (essa forma inatingível) não correspondeu certamente à verdade.

Numa conferência, organizada pela *Acesso cultura*, em 2021¹, vários museólogos, debatendo o museu activista, lançaram a hipótese do valor fundamental subjacente ao que fazemos ser *o amor*. Apesar de reconhecermos a trivialidade com que esta palavra é, por vezes, utilizada, não podemos deixar de afirmar que sim, é por *amor* à liberdade, é por *amor* à cultura material, é por *amor* à mudança em prol de um mundo mais justo e onde possamos conviver sem controlo e sem assistir a escaladas de poder político que resultam, usualmente,

¹ *The activist museum: going deeper*, de 14 de Setembro de 2021. Acedido a 24 de Setembro de 2022, em <https://acessocultura.org/the-activist-museum-murawski-pringle/>.

numa enorme violência para os cidadãos. Para nós, o património cultural, a história e arqueologia dos lugares sempre foram temas entusiasmantes, sempre gostámos de procurar a origem e a cadeia operatória dos objectos, bem como a sua interpretação e significado(s). Reforçámos esse *amor* nos museus, no templo das musas, lugar de eterna busca. Já o poder, o político, esse cremos que deve ser partilhado, de acordo com os valores da democracia. E, por falar em poder, acreditamos no poder dos museus e em como eles – objectos, acervos, equipas e práticas – podem emancipar e desenvolver a sociedade, mas temos consciência de que isso só poderá ser provado através de estudos museológicos. Após alguns anos de experiência profissional relativa ao estudo de colecções e divulgação/mediação do património cultural, de várias épocas, surgiu-nos a oportunidade para trabalhar com materialidades e imaterialidades do passado recente. Fizemo-lo e quisemos saber mais sobre elas, como apresentá-las ao público de forma museológica.

Sabendo que o Porto e Norte não têm um espaço, inteira ou parcialmente, dedicado ao tema, sabendo as potencialidades do edifício da ex-delegação da PVDE/PIDE/DGS, na Rua do Heroísmo, não nos é indiferente a ausência sentida daquilo que poderia ser enquanto museu dedicado à memória oposicionista e resistente.

Por estas razões, impusemos (alguns) limites ao uso da nossa linguagem militante e escolhemos escrever sobre os temas das memórias sociais políticas, da realidade museológica e uma aplicação prática da sua musealização. Estas palavras foram escritas de forma responsável, ética e tendo como horizonte a possibilidade de execução futura, embora saibamos que entre a investigação e acção há sempre um longo distanciamento.

A ex-delegação da polícia política do Estado Novo, no Porto, é um lugar representativo da repressão salazarista. A classificação patrimonial do edifício está assegurada, embora nem a sua materialidade nem as suas imaterialidades estejam contempladas no actual discurso expositivo do Museu Militar do Porto. Considerando que isso é uma enorme deficiência para a História, para a Arqueologia, para a Museologia, para a cidade e para as pessoas, defendemos uma nova musealização no edifício do Heroísmo. Nós estamos a herdar este património, *informalmente referenciado como património cultural* (Nunes, 2021) e devemos conservá-lo e transmiti-lo aos nossos descendentes. Esta dissertação nasce dessa vontade e tem como principais objectivos: evidenciar as correlações entre Estado Novo, polícia política, oposição e resistência; estudar a evolução da sua memória; averiguar quais são os instrumentos normativos, internacionais e nacionais, as recomendações patrimoniais que possam estar relacionados com a memória dos resistentes e oposicionistas portugueses e sua classificação; estudar o panorama museológico actual que tem como vocação a memória da

violência política e do Estado Novo; investigar o estado da patrimonialização da memória da violência política do Porto; apresentar uma nova proposta de musealização na ex-delegação da polícia política estadonovista, actual Museu Militar do Porto.

Para atingir os objectivos elencados, estabelecemos um plano de trabalho que foi sendo paulatinamente aperfeiçoado no curso de desenvolvimento da dissertação. Fizemos um levantamento de alguns dos trabalhos publicados sobre a História do Estado Novo e do Porto, a par de estudos da Memória, de Museologia e Arqueologia do passado recente. Usámos algumas fontes primárias e bastantes fontes secundárias. Passámos a bibliografia por um filtro que nos pareceu adequado para um trabalho de investigação deste tipo (dissertação), encontrando, no entanto, alguma dificuldade em sintetizar por se tratar de uma área transdisciplinar e por entendermos que conceptualizar uma musealização exige, de facto, um entendimento holístico do lugar, do envolvente, de diversas áreas científicas e dos seus mais recentes contributos, para, posteriormente pensar numa missão e nas práticas futuras. Usámos a experiência profissional para tecer algumas considerações de ordem prática, mas também incluímos nas reflexões experiências internacionais como o caso de Berlim, na Alemanha, ou as práticas do *Núcleo Memória* da Universidade de São Paulo no Brasil² (que permitem a frequência de cursos *online* gratuitos com vários convidados que apresentam museus e lugares internacionais). Obviamente, acumulámos ainda informações valiosas em todas as conferências, debates e seminários *online*, de que são exemplo *História e Políticas de Memória*³, organizada pelo Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, inúmeras promovidas pelo núcleo REFAT⁴, numa partilha notável de diferentes perspectivas dos especialistas, ou *Histórias Globais da Revolução de 1974-1975*, organizado pelo IHC-UNL e CEIS20UC⁵. Importa salientar ainda tantas outras reuniões na área da Museologia, como, por exemplo, as organizadas pelos vários museus portugueses, pelo ICOM, pela DGPC, pela *Acesso cultura* e, por último, os artigos, de autores como Ana Carvalho, Anabela Mota Ribeiro, João Avelãs Nunes, Joaquim Gonçalves Guimarães, Joaquina Soares, Luiz Oosterbeek, Luís Raposo, Manuel Loff, Miguel Cardina, Rui Gomes Coelho, Sara Brighanti, Vítor Oliveira Jorge, entre outros.

² Website do *Núcleo Memória*. Acedido em 24 de Setembro de 2022, em <https://www.nucleomemoria.com.br/sobre-o-nucleo>.

³ Ciclo de seminários referente ao ano 2020. Consultar *website*. Acedido em 24 de Setembro de 2022, em <http://www.centrodehistoria-flul.com/abertura/seminarios-ch-ulisboa-ciclo-de-seminarios-historia-e-politicas-de-memoria-13-de-janeiro-10-de-fevereiro-10-de-marco-online-plataforma-zoom-17h30>.

⁴ Consultar programação da REFAT no *website*. Acedido a 24 de Setembro de 2022, em <https://site.unibo.it/refat/en>.

⁵ Programação do seminário permanente disponível no *website* do IHC. Acedido em 24 de Setembro de 2022, em <https://ihc.fcsh.unl.pt/en/events/hgr-spring22-03/>.

Em termos de estrutura, a presente dissertação divide-se em quatro capítulos, partindo de observações e estudos mais gerais para, gradualmente, se focar em aspectos mais particulares. Sentimos, também, a necessidade de alargar o escopo de algumas questões e, porventura, encetar algumas tangências que consideramos pertinentes.

O primeiro capítulo corresponde ao enquadramento histórico da violência política, da Ditadura Militar, do Estado Novo, da polícia política e da memória da oposição e da resistência.

O segundo capítulo relaciona a memória, a identidade e o património cultural. Nele será analisado se existe uma classificação patrimonial da memória da violência política praticada durante o Estado Novo.

No terceiro capítulo o objectivo é fazer uma radiografia aos lugares de repressão e violência política do Estado Novo português que foram palco de lutas pela patrimonialização e onde decorreram várias acções que resultaram na musealização da memória da violência política dos membros da Resistência. No plano museológico, é possível enumerar, em Portugal, dois museus dedicados à temática: Museu do Aljube – Resistência e Liberdade e Museu Nacional Resistência e Liberdade. Queremos compreender a realidade, em 2022, dos Museus da Resistência, as suas missões e várias práticas que foram sendo implementadas desde 2015. Mais, apresentaremos o balanço que as directoras fazem sobre a missão e o seu programa museológico. Apresentaremos, ainda, a nossa crítica a este nível.

Partindo dessas reflexões, já no quarto capítulo, pretendemos estudar o estado da patrimonialização das memórias políticas e da ex-delegação da PIDE/DGS, no Porto. Para isso, apresentaremos o projecto “Do Heroísmo à Firmeza – percursos na memória da casa da PIDE no Porto (1936/1974)”, gerido pela associação URAP, que está a ser instalado no palacete, a par de outras iniciativas culturais e de defesa do lugar. Finalmente, contribuiremos com a nossa visão da musealização, estabelecendo uma missão e um esboço do programa museológico e práticas museais desse antigo lugar de repressão.

Por um Museu da Resistência no Porto!

Capítulo 1

A Ditadura Militar, o Estado Novo e a memória da violência política

O nosso objecto de estudo está relacionado com a patrimonialização e a musealização da memória da violência política no intervalo cronológico 1926-1974, correspondente à Ditadura Militar e ao Estado Novo. Escrever esta dissertação ignorando o seu contexto histórico seria como perder parte da sua identidade e significado. Não perdendo de vista o património cultural e a museologia, descreveremos, neste capítulo, a definição de violência política; forneceremos alguns dados sobre a Ditadura Militar, o Estado Novo, e a criação das polícias políticas; destacaremos as características que definem estes regimes políticos como ditatoriais, definidos pela supressão das liberdades e direitos civis; e reflectiremos sobre questões relacionadas com a memória dos seus opositores e resistentes.

A violência política é um conceito amplo, objecto de definições nem sempre concordantes e tema de investigação crescente por parte de diversos autores. Veja-se o caso de Portugal, onde decorreu um congresso internacional dedicado à violência política no século XX, em Lisboa, em 2015.

Não podemos desconsiderar aqui os trabalhos de Arendt, Sorel, Sartre, Benjamin, Zimmermann, Žižek, Della Porta e Domenach que analisaram a violência, a política e o poder. Porém, para a nossa investigação, recorreremos a uma designação mais lata. A violência política deverá ser entendida como o recurso à força física, à intimidação ou a outro meio, com a finalidade de atingir objectivos políticos. A sua aplicação poderá provocar danos psicológicos, morais, físicos e materiais às vítimas e constitui-se, em geral, como uma violação dos direitos humanos. Os agentes repressivos podem ser entidades, grupos, forças militares ou policiais, milícias ou até mercenários, que actuam como uma extensão legítima do governo e “procuram o controlo dos espaços de poder político ou a manipulação das decisões” (Casanellas, 2017, p.43).

Por ser “um fenómeno complexo, com mecanismos de funcionamento muito heterogéneos e [que] dependem do contexto político e das condições culturais. (...) A violência política deve ser estudada de forma dinâmica, isto é, histórica” (González, 2017, p.

31). Um rompimento com a ordem, um conflito de interesses ou uma contestação, não serão assumidos, pelo menos para este trabalho, como formas de violência política.

1.1 Violência política na Ditadura Militar, Estado Novo e as polícias políticas

Nas palavras de Arendt, “Ninguém que esteja empenhado em pensar a História e a Política pode ignorar o enorme papel que a violência sempre exerceu nos assuntos humanos, e é à primeira vista bastante surpreendente que a violência e a sua arbitrariedade são tidas por óbvias e, nessa medida, negligenciadas; ninguém se dá ao trabalho de questionar ou examinar o que é óbvio aos olhos de todos” (Arendt, 1969, p.18). Interessa-nos evidenciar que, desde a sua fundação, o Estado actua com um certo grau, maior ou menor, de violência para manter o seu funcionamento. É este o conceito de violência estrutural. Na investigação de Sardica (2021) faz-se uma análise sobre a violência política no século XIX e coloca-se em contraste vários períodos de maior incidência de violência após as guerras liberais, de que é exemplo a atitude contra o Ultimato Inglês, com o período da Regeneração no qual “Portugal [vive] uma época de maior paz política, acalmia social e progresso económico” (p.115). Este texto distingue “A violência «dos de baixo» [que] traduziu muitas vezes sentimentos inorgânicos de desajustamento e de exclusão de estratos populacionais pouco escutados pelo poder, pouco representados” (p.113) e “a violência «dos de cima» [que] foi, não poucas vezes e em dialéctica de ação-reação, a postura ou a resposta de poderes e regimes que se sentiam ameaçados, sofrendo crises de crescimento liberal” (p. 114). Deste artigo também é importante referir que, a partir dos anos 1870, o trabalho fabril começou a ganhar relevo e que o “direito à paralisação laboral era proibido pela legislação monárquica, e por isso as greves originavam muitas vezes confrontos com a polícia, com feridos ou mortos” (p.120).

A par desta proibição, em 1892, foi aprovada uma lei que previa “que os condenados por atentados bombistas fossem enviados, na qualidade de degredados, para uma possessão ultramarina” (Marinho, 2018, p.193). Um ano depois, foi criada a “Polícia de Investigação Criminal, actuante, de início, apenas em Lisboa, mas cuja jurisdição foi alargada a todo o país”. Em Fevereiro de 1896, o governo de Hintze Ribeiro e João Franco aprovou uma lei que explicitava que “todos os que, por qualquer modo (particularmente na imprensa), incitassem actos subversivos ou defendessem doutrinas anarquistas incorriam em processo de julgamento sumário e provável pena de deportação para as colónias” (Sardica, 2021, p.121).

Entrando no século XX, destacamos que a repressão a greves, a manifestações anticlericais e aos jornais da oposição, nomeadamente os republicanos, acentua-se em Fevereiro de 1906 (Marinho, 2018, p.66). O Rei D. Carlos governava com João Franco em ditadura, o que significa que o fazia por decretos-leis, com o parlamento encerrado, e que o executivo acumulava o poder legislativo. As oposições monárquica e republicana uniam esforços para derrubar João Franco e o rei, e este último é assassinado em 1908. O recurso a material explosivo para fins políticos era habitual, por isso mesmo, a colocação de bombas daria origem a uma “verdadeira caça a membros de associações secretas como a *Carbonária*, que contava com cerca de 30.000 membros” (*ibidem*, p.151).

Foi neste contexto que irrompeu a revolução de 5 de Outubro de 1910, que daria origem à implantação da I República. Embora tenha sido marcada pela instabilidade política, com um total de quarenta e cinco governos, oito eleições gerais e oito presidentes, em quinze anos e oito meses, Farinha (2019) explicita que foi “uma República parlamentar especialmente multivocal na sua última fase, com um sindicalismo livre e pujante, com uma imprensa impressionantemente viva e polémica e com uma capacidade de mobilização social como nunca tinha acontecido antes na história portuguesa contemporânea – em movimentos de rua, no associativismo cultural e desportivo, na afirmação social das mulheres, no laicismo, enfim, no (re)nascimento de uma sociedade que se manifestava por sinais fortes de modernidade” (p. 119). Samara (2010) faz referência ao “espírito anticlerical da República, que entre outras medidas lança a Lei de Separação das Igrejas e do Estado de Abril de 1911”. Esta “tem sido frequentemente invocada como tendo ferido de morte desde o início o regime” (p.381).

O grupo dos voluntários da República, criado em 15 de Janeiro de 1911, às ordens de Afonso Costa, intervinha nomeadamente contra grevistas. “Cerca de 700 pessoas estariam presas, por razões políticas, e até Julho de 1912 foram feitas 2383 detenções” (Marinho, 2018, p.188). Face às conspirações e ameaças de revolta, os democráticos de Afonso Costa vão criar, em 1914, o seu exército privado: a *formiga branca*, “uma vasta rede de espiões e caceteiros que não hesitaram em utilizar métodos terroristas causando várias mortes” (Marinho, 2018, p.199). Nesta integravam muitos elementos ligados à *Carbonária* assim como membros dos voluntários da República, “que rapidamente se transformou numa verdadeira polícia política. Atacam jornais, sindicalistas, operários e algumas personalidades adversárias de Afonso Costa” (2018, p.200).

Em Janeiro de 1915, após o início da I Guerra Mundial, o general Pimenta de Castro governou em regime de ditadura legal, ao abrigo da lei de 28 de Agosto de 1914, que permitia

ao governo actuar sem peias parlamentares. Samara (2010) dá-nos uma perspectiva de como este conflito mundial impactou a I República: “Nos tempos de propaganda, os republicanos tinham a hegemonia no campo cultural e intelectual. A partir da I Guerra Mundial, o mundo mudou e os republicanos já não tinham a hegemonia. Tinham perdido a capacidade de reivindicar a novidade e a modernidade. (...) Apesar das propostas inovadoras da esquerda democrática, os republicanos já não pareciam os *novos* e a sua solução, para a crise, ainda a ideia de crise, não parecia ter a força aglutinadora que tivera no início do século XX. Perderam a hegemonia sobre o campo da cultura política” (p.378).

O major Sidónio Pais chefiou um golpe militar vitorioso em 8 de Dezembro de 1917, tendo sido assassinado um ano depois. “Perpassava já pela sociedade a desconfiança em relação ao parlamentarismo. Toda a encenação sidonista acentuara, em grande medida, esta situação, lançando a ideia de um executivo forte capaz de fazer e de manter a ordem” (Samara, 2010, p.379). Volvido um ano desde o golpe, é criada a Polícia Preventiva (PP), a primeira polícia política, “para exercer vigilância, prevenção e investigação de crimes políticos ou sociais e com competência para prender ou deter os suspeitos daqueles crimes e pela organização de um cadastro de todas as agremiações políticas e sociais” (Marinho, 2018, p. 242). Em Abril de 1918, foi estabelecida a Direcção-Geral de Segurança Pública, organismo vocacionado para dirigir superiormente, a polícia preventiva, a polícia cívica, a polícia de investigação criminal e a GNR. Um ano depois, a Polícia Preventiva é transformada em Polícia de Segurança do Estado, passando a tutela para o Ministério do Interior e, em 1922, muda, novamente, de nome para Polícia de Defesa Social.

Durante este período de grande perturbação político-social, importa destacar a prática comum de condenações ao degredo e o episódio da *noite sangrenta*, ocorrido em 1921. Neste último, um grupo de indivíduos armados, militares e civis, fuzilaram o primeiro-ministro António Granjo e outros republicanos conservadores. Estes acontecimentos, segundo Farinha (2017), “atingiam de morte o coração da República” (p.259) e “apenas serviram - e muito eficazmente - o advento da Ditadura Militar” (p.260).

O golpe militar de 28 de Maio de 1926, perpetrado pelo exército e apoiado por republicanos conservadores, monárquicos, integralistas e católicos de diversas facções foi orquestrado por três oficiais superiores - Gomes da Costa, Mendes Cabeçadas e Óscar Carmona. Com ele, chega o Decreto-Lei número 12. 972, de 16 de Dezembro, que instituiu junto do Governo Civil de Lisboa uma Polícia Geral de Informações, de carácter secreto, chefiada por um director com a função de prevenção e repressão de crimes políticos e sociais. Criou-se, mais tarde, uma polícia idêntica no Porto e, em 17 de Março de 1928, pelo Decreto

número 15.195, unificam-se as polícias de todo o país, na tutela da Direcção-Geral de Segurança Pública e sob o controle directo do Ministério do Interior, dando origem à Polícia de Informações do Ministério do Interior (PIMI). É nomeado para a tutela desta polícia o tenente-coronel Pestana Lopes (Godinho, 2013, p.345).

Apoiada por “informadores pagos a peso de ouro” (Godinho, 2013, p. 346), a polícia desencadeia uma poderosa ofensiva contra os anarco-sindicalistas, da Confederação Geral dos Trabalhadores, e contra os estudantes universitários. “Segundo testemunhou o anarco-sindicalista Edgar Rodrigues, a PIMI agia violentamente sob o comando de remanescentes dos trauliteiros impermeados de «formigas brancas», auxiliados por agentes da PSP, logo transformada em Polícia Especial” (Pimentel, 2022, p. 85). Ainda no mesmo ano, organizou-se a “Polícia Internacional, considerada ainda essencialmente como uma polícia de fronteiras (terrestres apenas) e sem funções abertamente políticas” (Rosas, 1996, p. 747).

Em 1931, a Polícia de Informações foi extinta, em parte pela sua actuação severa e repressiva. Assim nasceu a Polícia Internacional Portuguesa, denominada, posteriormente, de Polícia de Defesa Política e Social. Esta última, em 1933, passou a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE).

Entre 1926 e 1933, o período relativo à Ditadura Militar, “uma solução ditatorial temporária e parcelar” (Nunes, 2020, p.61), o número de pessoas detidas pela polícia atingiu “as centenas por ocasião de cada revolta séria, e dezenas no rescaldo de conspirações descobertas e abortadas. O número de presos elevou-se a vários milhares, e destes talvez dois mil foram deportados para as ilhas atlânticas, colónias africanas ou asiáticas. Outras centenas optaram por auto-exilar-se” (Wheeler, 1988, p.77). Para que se entenda o contexto político, é muito relevante destacar que “nenhum corpo parlamentar se reuniu em Portugal até Janeiro 1935, um longo hiato, (...) e a ditadura governava por decreto durante este período e cada decreto tinha teoricamente força de lei” (Wheeler, 1988, p. 16).

Nos inícios de Fevereiro de 1927, grandes lutas irromperam no Porto e Lisboa a fim de restaurar a República. Inicia-se o Revirvalho que “esteve intermitentemente activo entre o princípio de 1927 e o final de 1933 e, num cálculo impressionante, as suas movimentações (e mais algumas pequenas intentonas abortadas), terão causado um total de 2000 presos e 1500 deportados civis e militares, um milhar de feridos e uns 200 mortos” (Sardica, 2021, p.135).

O general Óscar Carmona ganhou as eleições presidenciais de 1928 e escolheu António de Oliveira Salazar para o Ministério das Finanças. A 5 de Julho de 1932, o ministro foi nomeado chefe do governo, congregando o apoio de todas as forças conservadoras reunidas no partido da União Nacional, criado em 1930.

Redigiu-se a Constituição de 1933, de natureza sobretudo cenográfica (Nunes, 2020), e implementou-se o regime do Estado Novo, que perdurou até à Revolução de 25 de Abril de 1974. Durante este período de tempo, constata-se apenas mais um chefe de governo - Marcello Caetano - que governou entre 1968 e 1974, mudando o nome do partido para Acção Nacional Popular em 1970.

As características do Estado Novo são diversas, mas ressaltamos estas três: antiliberal, antiparlamentar e antidemocrática. Com a Constituição de 1933 grande parte do poder político ficou concentrado num executivo autoritário e, sobretudo, no Presidente do Conselho de Ministros. Existia apenas um partido político, tendo sido todos os outros proibidos. O regime era conservador, enaltecendo a tradição e a ruralidade e fomentando a manutenção das desigualdades entre homens e mulheres, profundamente católico e nacionalista, sublinhando sempre o superior interesse da Nação. Continuou, conseqüentemente, com uma política colonialista e declarou guerra, em 1961, às suas províncias ultramarinas. A Guerra Colonial, e os milhares de mortos que provocou foi, indubitavelmente, dos maiores catalisadores de descontentamento, contestação e oposição ao regime. O Salazarismo quis organizar a vida económica e social em corporações, proibindo os sindicatos livres, bem como outras organizações, e as greves. Os direitos e liberdades dos cidadãos foram condicionados e reduzidos: suprimiu-se a liberdade de reunião, de associação, de expressão e de pensamento; instituiu-se a censura prévia, para controlar o que era escrito, pensado, ouvido e absorvido pela sociedade. Ao mesmo tempo, organizações repressivas, como a polícia política, controlavam as massas populares através da Mocidade Portuguesa, da Legião Portuguesa e do Secretariado da Propaganda Nacional.

As características ideológicas, políticas, económicas, sociais e culturais do Estado Novo enquadram-no numa ditadura de tipo fascista, tendencialmente totalitário. Seguiu os modelos das novas ordens e forças conservadoras, contra a modernidade. Socorremo-nos das palavras de Rosas (2018): “O totalitarismo, tomado na acepção que lhe conferiram os ideólogos da «época dos fascismos», surge como um projecto de fabricação social e ideológica de um «homem novo», «reeducado» ou formado nos valores da «ordem nova». Esse era, sem dúvida, um grande desígnio de todos esses regimes, a ir atingindo através da intervenção de órgãos do Estado ou do partido especializados nessa «moldagem», intervenção autoritária, unívoca e inculcatória a todos os níveis de sociabilidade – desde a família à escola, passando pelos lazeres e o trabalho” (p.318). O mesmo historiador ainda acrescenta: “As bases do discurso ideológico, dos anos 30 e 40, é o de defender a ideia de que esse sistema de valores - as verdades indiscutíveis proclamadas no ano X da revolução nacional -, pela sua

própria natureza propositiva, pela mundivisão totalizante que transportava, exigiu e criou um aparelho de inculcação ideológica autoritária, estatista, mergulhado no quotidiano das pessoas com o objectivo de criar esse particular «homem novo» do salazarismo” (p.319).

Embora a longevidade da ditadura portuguesa se prenda com razões diversas, conforme observado por Loff (2008), Pimentel (2011), e Rosas (2018), estas desembocam na extrema adaptabilidade governativa, na repressão, intimidação e coesão com as Forças Armadas. Em razão desta complexidade, destacaremos o elemento essencial à nossa investigação: o aparelho repressivo, que subordinava aos interesses do Estado os direitos e liberdades dos cidadãos, contudo constitucionalmente reconhecidos. Rosas (1994) explana que há o “dever de impedir preventiva ou repressivamente a perversão da opinião pública” (p. 273). Para isso, ele declara que “três tipos de medidas foram desenvolvidas pelo Estado Novo para limitar as «perversões» e excessos da livre expressão e, simultaneamente, educar as mentalidades nos «bons princípios»: preventivas, repressivas e formativas”. Este investigador caracterizou o regime como “Um Estado policial”. Contrariamente, o chefe do Governo afirmava que era “a força [que] é absolutamente indispensável na reconstrução de Portugal” (Rosas, 2018, p.194). Entende-se que essa “força” é sinónimo de violência de Estado, principalmente para com os opositores.

“Uma das primeiras preocupações de Salazar, com a aprovação da nova Constituição de 1933, foi, a par da censura e da regulamentação dos direitos fundamentais, a da reorganização das polícias de carácter político-social herdadas da Ditadura Militar e da Primeira República. (...) um corpo centralizado e especializado de informação e repressão política - a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE)” (Rosas, 1994). Nesse ano foi publicado o Decreto-Lei número 23. 203, de 6 de Novembro, um acto fundador da criminalização política salazarista, que especifica como crime de natureza política toda a “propaganda, incitamento ou qualquer meio de provocação à disciplina social e à subversão violenta das instituições e princípios fundamentais da sociedade”. Em caso de crime político, a pena de prisão seria sempre cumprida em prisões especiais ou nas prisões comuns, mas em quartos distintos, sem isolamento. A pena do desterro seria cumprida em recinto fortificado ou colónia penal estabelecida em uma ilha das colónias (Accornero, 2013, p.318). A PVDE dependia do Ministro do Interior, sob a supervisão do Presidente do Conselho, e era dirigida pelo capitão Agostinho Lourenço. Havia uma articulação entre a polícia política e as prisões especiais – Aljube, Forte de Caxias, Cadeia do Forte de Peniche, Porto, Angra do Heroísmo, Tarrafal, entre outras dispersas pelo *Império* -, os tribunais especiais e as medidas de

segurança, e finalmente o saneamento político, constituindo um vasto aparelho de intervenção repressiva (Rosas, 1994).

No fundo, a PVDE “podia deter quem entendesse, sem culpa formada e sem mandato ou fiscalização judicial, por períodos que foram sendo sucessivamente alargados, até chegar aos 6 meses” (Rosas, 1994, p. 275). Assim como outras forças policiais da Europa, nomeadamente a Gestapo (polícia nazi) e a OVRA (polícia fascista italiana), a PVDE prendia preventivamente, *ante delictum*, mas distinguia-se das homónimas por não ter um carácter exclusivamente militar e, segundo a historiadora Irene Pimentel (2022), isso deveu-se ao facto de Salazar pretender civilizar o regime porque era assim que o controlava. Embora as organizações fossem dirigidas por militares, tal apenas aconteceu porque o Presidente do Conselho “tinha de dar alguma coisa às forças armadas”⁶. A polícia tratava da instauração dos processos, interrogava, agindo com violência e aplicando torturas físicas e psicológicas para obter informações, sendo a tortura do sono, os espancamentos e a “tortura da estátua”⁷ os exemplos mais correntes. “Obrigar pela pressão psicológica ou pela violência física, quando não por ambas, a que um detido prestasse declarações, correspondia, na maior parte dos casos, o processo mais eficaz para desarticular as organizações e as acções dos opositores ao regime. *Os safanões a tempo* a que cinicamente referia Salazar” (Rosas, 1996, p. 800).

À polícia política cabiam ainda outras competências fundamentais: o fornecimento de informações de natureza política às várias autoridades públicas; a fiscalização da institucionalização do corporativismo; a colaboração (eminentemente repressiva) com os serviços de censura às publicações; a violação da correspondência e as escutas telefónicas - meio frequente de investigação; a vigilância das fronteiras e dos estrangeiros e, por fim, as atribuições na área da imigração (Rosas, 1996, p. 748). A polícia política, com os seus cerca de 30 agentes e secretários, agiu em colaboração com outros organismos policiais (GNR, PSP), com a Legião Portuguesa (que detinha também o seu próprio serviço de informações), com as autoridades locais, distritais e, fundamentalmente, com uma enorme rede de informadores, tal como as suas precedentes.

Em 1945, depois do final da Segunda Guerra Mundial extinguiram-se as polícias dos regimes totalitários europeus, já a PVDE passou a denominar-se Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE). Esta foi transformada de polícia secreta em organismo autónomo

⁶ Teixeira, C. (2022). Quando consultei o arquivo da PIDE para a minha tese, vi pessoas a chorar, chocadas com o que estavam a ler. *Visão*, de 07 de Agosto de 2022. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://visao.sapo.pt/ideias/2022-08-07-quando-consultei-o-arquivo-da-pide-para-a-minha-tese-vi-pessoas-a-chorar-chocadas-com-o-que-estavam-a-ler/>.

⁷ “Tortura que consistia em manter o preso de pé, sem se poder sentar nem apoiar, e também sem dormir. Durava vários dias.” (Miranda *et al.*, 2021, p.17).

da Polícia Judiciária, pelo Decreto-Lei nº 35 0 4632, de Outubro de 1945 (Rosas, 1994, p. 276). Irene Pimentel, em 2011, publicou uma obra fundamental sobre esta instituição, onde descreve a sua organização, os seus funcionários, como esta lidou com a oposição, que métodos foram utilizados nas várias fases dos processos e que tipo de torturas impunha aos seus adversários (a oposição). Além da prevenção e intimidação, a historiadora foca outras duas lógicas da polícia: “a de carácter correctivo – os presos não teriam a ousadia de actuar contra o regime - e a da neutralização - para retirar do espaço público e livre os dirigentes e funcionários dos partidos subversivos nomeadamente os comunistas” (p.534). Esta organização foi influenciada por serviços secretos e polícias de outros países, nomeadamente norte-americanos, a partir do final dos anos 50, apurando os seus métodos de tortura (Rosas, 2007, p.109). A PIDE, em 1947, tinha cerca de 541 funcionários de direcção e investigação e 150 de secretaria (Pimentel, 2011, p.31).

Ainda nesta década, importa realçar o que disse o chefe do Governo a respeito dos presos políticos: “«esses esquecem-se que não temos deportados por delitos políticos, nem exilados forçados da Pátria» (SALAZAR, 1951:118-19), o que era a mais extraordinária demonstração de deliberado *esquecimento* dos milhares de opositores políticos deportados por ordem do orador e ao abrigo de legislação de que ele fora o autor e que dera um significado completamente novo à «tradição» que o Estado português tinha no campo da deportação para as colónias de «agitadores» políticos desde o final do século XIX” (Loff, 2008, p.929). É um bom exemplo ditatorial: negar aquilo que decorre de forma violenta, negar a sua forma de proceder e desrespeitar, humilhar e maltratar os seus cidadãos, remetendo-os para o campo dos invisíveis da sociedade.

Há uma evolução na polícia. A partir de 1961, uma das tarefas mais importantes prendeu-se com a informação de apoio às Forças Armadas no esforço da Guerra Colonial, conflito que mobilizou mais de 900 mil portugueses e que viria a ser o mais traumático e o mais prolongado dos conflitos portugueses contemporâneos (Loff e Siza, 2010, p.18). Por essa razão, em 1974, “detinha mais efectivos nas colónias do que na metrópole” (Pimentel, 2011, p.11). Em 1969 o regime altera o nome da polícia para Direcção-Geral de Segurança (DGS), mantendo os mesmos poderes e funções, bem como o mesmo director, o major Fernando da Silva Pais.

A grande eficácia da PVDE/PIDE/DGS sustentava-se na ininterrupta vigilância levada a cabo pelos seus agentes, provocando medo nos civis e coagindo-os à resignação, à estagnação e à apatia política. “O pressentimento da existência dos bufos e desses mesmos instrumentos de vigilância policial exercia uma força brutal sobre a sociedade” (Blockeel,

2013, p.302). A este respeito, Irene Pimentel publicou, em 2022, uma obra totalmente dedicada aos informadores da PIDE. Eis como esses eram encarados pela PIDE/DGS: “Informador, ou «colaborador» da PIDE/DGS, segundo Álvaro Pereira de Carvalho após ter sido preso em 1974, era todo o indivíduo ligado ou com acesso a qualquer sector de actividade política «identificando-se» por um pseudónimo, que recebia um ordenado mensal contra recibo - em geral de 300 a 500 escudos por mês - da polícia política” (Pimentel, 2022, p.109). Para se ter uma ideia dos números, nessa mesma obra é referido: “Em 2 de Agosto de 1974, o comandante da Marinha, Guilherme Conceição e Silva, chefe executivo do Serviço de Extinção da PIDE/DGS e LP, revelou, numa primeira conferência de imprensa, estarem então detidos 927 elementos e 44 informadores da DGS. Acrescentou que, à data de Abril de 1974, haviam sido contabilizados 2162 funcionários e 20 000 informadores da DGS, bem como 80.000 legionários na LP” (*ibidem*, p.527). A historiadora afirma “pelo facto de existirem informadores, a resistência à ditadura manteve-se solitária e fragilizada, sem capacidade de derrubá-la. E, por causa deles, o grosso da população manteve-se passivo e sem capacidade de solidariedade” (*ibidem*, p.548), não esquecendo que “a polícia foi eficaz, enquanto instrumento preventivo, o facto de os portugueses terem a impressão, falsa ou verdadeira, de que havia informadores por todo o lado, pois impediu que muitos se erguessem contra o regime, reduzindo a oposição e remetendo-a para que ficasse mais isolada e fosse mais diminuta” (*ibidem*, p.550). Por outro lado, “a violência e a segurança internas sentidas pelos delatores, a desolação em que viviam, muito mais do que no profundo isolamento, a inveja maligna e a mesquinhez do desejo de prejudicar alguém, para o substituir em muitos casos numa casa, num posto de trabalho ou em qualquer outro cargo, eram transformadas assim em violência contra o outro. Inveja, concorrência, rivalidade ou vingança foram motivos claros de denúncia” (*ibidem*, p. 545).

Tudo isto era enquadrado num projecto maior, associado à propaganda política defensora de valores como a ordem e a moral cristã, ambicionando a estabilidade social e política do país, seduzindo as respectivas populações, como se pode depreender da leitura da seguinte nota: “Em Portugal, se as pessoas não actuassem política nem socialmente contra o regime, eram deixadas em paz, a «viver habitualmente», e tiveram algumas benesses como a FNAT, assistência social caritativa, a disponibilização de casas, sempre numa vida remediada ou pobre, ou até miserável” (Pimentel, 2022, p.551).

O enquadramento da repressão ajuda-nos a compreender a natureza ditatorial do regime. A violência salazarista era exercida “em nome de uma suprema razão nacional, racial ou providencial face à qual não havia razão legítima” (Rosas, 2007, p. 23). Fernando Rosas

caracteriza a violência política do Estado Novo como “uma gestão a dois tempos” entre violência preventiva e violência punitiva: a primeira, “mais constante, mais omnipresente, mas mais silenciosa ou invisível da violência, desempenhada pelos órgãos de Estado, propaganda e pela Igreja Católica na legitimação ideológica do regime e no controlo dos espíritos” (Rosas, 2007, p.26); a violência punitiva era “a violência da repressão directa contra o número sempre relativamente escasso (salvo nos períodos, também circunscritos, de grandes mobilizações de massa) dos que ousavam desafiar a ordem estabelecida e pisavam o tal risco delimitador do primeiro círculo de segurança, (...) contra os suspeitos da prática de «crimes contra a segurança do Estado»” (p.28).

A repressão política nem sempre foi linear. Teve períodos com maior incidência, nomeadamente em 1936, na Revolta dos marinheiros, ao longo de toda a Guerra Civil Espanhola (1936-39), durante as greves operárias de 1941/44, na década de 50, com o surgimento de forças políticas adversárias, nos anos 60, devido à oposição à Guerra Colonial, à contestação estudantil e em resposta ao aparecimento de movimentos de luta armada, entre outros. “Se bem que não se possa falar propriamente em níveis massivos de prisões políticas, estas, no entanto, cumprem uma função de punir aqueles que mais audaciosamente ultrapassavam a linha do medo, subserviência em que o regime, através dos seus aparelhos políticos e ideológicos, procurava manter e enquadrar a população” (Rosas, 1996, p. 801).

A Direcção-Geral de Segurança foi extinta pelo Decreto-Lei nº 171/74, de 25 de Abril, deixando um legado traumático para as suas vítimas⁸. As posições de alguns dos seus agentes, deixadas em entrevistas nos livros *Histórias secretas da PIDE-DGS*, de Bruno Oliveira Santos (2000), e *Memórias de um inspector da PIDE*, de Fernando Gouveia (1979), demonstram como aqueles que serviram a “pátria tão querida” faziam-no em prol de um regime que oprimiu, perseguiu, prendeu e torturou os seus opositores. Afinal, a violência, era legitimada. Isto leva-nos a referir que a luta pela democratização, efectuada pós-ditadura, culminou na Constituição da República Portuguesa de 1976. Não podemos, também, deixar de destacar o artigo 13º desta, devido à sua incontornável importância: “Princípio da igualdade: o 1º - Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. o 2º - Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.”

⁸ Recentemente, Ana Pereira publicou a sua dissertação de mestrado, na área de Psicologia, com o tema *As cicatrizes da ditadura: memórias autobiográficas de ex-presos políticos portugueses*, em 2016.

Ao final de décadas de abusos e desigualdades, estas palavras comportam um inegável desenvolvimento social para Portugal. Um dos aspectos que concluímos ao estudar temáticas como democracias e ditaduras é que a primeira constrói-se de uma forma contínua. Quanto à segunda, usaremos as palavras de Paula Godinho (no programa Sociedade Civil - RTP2, 18 de Março de 2022, aos 48 minutos)⁹: “resta saber quando é que acaba uma ditadura”, alertando para os traços do autoritarismo presentes, ainda, nas relações entre as pessoas, fruto dessa mesma memória. Para nós, esta frase remete para a análise profunda sobre a responsabilidade que cada um deve assumir na construção de um colectivo mais democrático.

1.2 Oposição e Resistência

Assim como pudemos descrever, o complexo repressivo do Estado Novo era composto por medidas legais, instituições jurídicas, organizações policiais e suas prisões. À sua natureza antidemocrática, todo um conjunto de pessoas tentou escapar, confrontar, afrontar, lutar, opor e resistir. Várias estratégias e formas de resistência foram desenvolvidas, manifestando-se quer em pequenos actos, quer em outros mais ousados, como apresentar-se, publicamente, como candidato político, de que é exemplo o caso de Humberto Delgado, em 1958, produzir textos clandestinos e jornais, participar em acções de associativismo cultural ou cooperativismo e, claro, protestar na rua.

Estas pessoas distinguem-se por não concordar e/ou rejeitar a ideologia e prática do Estado Novo. Faziam-no de forma individual ou em grupos, mais ou menos organizados, e alguns tiveram mesmo que escolher a clandestinidade ou o exílio para dar continuidade à actividade política. Voltemos aos pequenos actos diários contra o regime autoritário. É a continuidade deles no tempo que faz um resistente. Esta ideia foi apresentada por Raby no seu livro *A Resistência antifascista em Portugal* (1988), no qual distinguiu *resistência* de *oposição*: enquanto a primeira implica uma luta activa, a segunda implica uma actividade política mais reduzida e pacífica, que pode ser legal ou, pelo menos, tolerada (Raby, 1988, p. 15; Samara, 2014).

⁹ RTP (2022). Ditaduras. *Programa Sociedade Civil*, de 24 de Fevereiro de 2022, em <https://www.rtp.pt/play/p8130/e597763/sociedade-civil>.

Os movimentos de resistência ao Estado Novo são muito plurais mas, de uma forma geral, entre eles destacam-se o Partido Comunista Português¹⁰ - foi o principal resistente até aos anos 60, operando na clandestinidade, e o maior fomentador do movimento operário e camponês -, o Partido Socialista¹¹, o Movimento de Unidade Democrática (MUD), os anarquistas, a luta das mulheres – por exemplo, através do Movimento Democrático das Mulheres -, alguns sectores da Igreja Católica¹², alguns elementos das Forças Armadas, os estudantes - através das academias universitárias, com acções de resistência mais reivindicativas e recorrentes a partir dos anos 60 -, alguns grupos de extrema-esquerda e a resistência anticolonial.

A periodização da história da resistência proposta por Raby divide-se em 6 períodos distintos, “cada um deles reflectindo alterações na sua estrutura, organização e tática, assim como nas suas relações com o poder:

- Primeiro - 1926-1931: lutas da resistência armada e adaptação à clandestinidade, coincidindo com a consolidação do regime;
- Segundo - 1931-1941: cisões, recuos e abandonos, a par da intensificação da repressão e a expansão do fascismo na Europa;
- Terceiro - 1941-1949: a idade de ouro da unidade antifascista, revitalizada pelo impacto da Segunda Guerra Mundial, pelo crescimento dos movimentos de resistência na Europa e pela reorganização do PCP, que se torna a força dominante da oposição.
- Quarto - 1949-1957: sob a influência da Guerra Fria, registam-se cisões e abandonos, enquanto o regime recupera da crise da guerra e do pós-guerra;
- Quinto - 1957-1962: a luta antifascista interna atinge o seu auge, trazendo à superfície novas e vigorosas tendências no seio da resistência: o populismo militar, o catolicismo de esquerda e uma actividade insurreccional de carácter civil e militar (de tipo guevarista);
- Sexto - 1962-1974: a reestruturação gradual das forças oposicionistas em consequência das derrotas do período anterior, o *boom* neocapitalista dos anos 60 e, acima de tudo, a guerra de coloniais em África, revelar-se-iam como factores decisivos no colapso do regime” (Raby, 1988, p.14).

Em contrapartida, no *catálogo do Museu do Aljube*, uma obra bem mais recente, de 2015, são descritos “quatro períodos da história da resistência:

¹⁰ Coelho, J. (2006). *A Resistência em Portugal*. Edições Avante!. Lisboa e Neves, J. (2021). *Partido Comunista Português, 1921-2021. Uma Antologia*. Edições Tinta-da-China. Lisboa.

¹¹ Uma obra essencial para compreender este movimento é: Martins, S. (2005). *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*. Casa das Letras. Lisboa.

¹² Almeida, J. (2008). *Oposição católica ao Estado Novo 1958-1974*. Edições Nelson de Matos. Lisboa.

- 1926-36: resistência republicana – o Revirvalho¹³;
- 1944-49: lutas unitárias antifascistas, sindicais e estudantis;
- 1950-61: reorganização dos vários campos políticos oposicionistas; candidatura à presidência da república do general Humberto Delgado;
- 1964-74: questão central da luta anticolonial.” (2015, p.62-63).

A *História da Oposição à Ditadura*, escrita pela historiadora Irene Pimentel (2014), resume bem a actuação oposicionista. Muitas outras obras foram escritas sobre este tema, tais como *Insubmissão e Resistência ao Salazarismo*, de Eduardo Ribeiro (2011), *O Estado Novo e a Oposição*, de Manuel Martins (2000), e outras obras de carácter mais biográfico, como, por exemplo, *Portugal Amordaçado*, de Mário Soares (2017).

Muitas inquietações assolavam os opositores, por isso reagem de forma plural. Por exemplo, havia sectores que “recusando formas de acção mais directas e activas, alimentavam ilusões legalistas, chegando mesmo a acreditar que o regime cairia ou abdicaria voluntariamente do poder em consequência de reclamações e representações escritas, manifestações legais ou de participação em eleições «controladas»” (Raby, 1988, p.14). O movimento antifascista em Portugal via-se, também, “confrontado com opções fundamentais: oposição pacífica ou luta armada, golpe militar ou insurreição popular, luta de classes ou uma ampla contestação democrática” (Raby, 1988, p.19).

Seja opositor ou resistente, por razões políticas, estas pessoas estavam condenadas à vigilância, à privação das suas liberdades, à detenção, à tortura e, em última instância, à prisão, ficando sujeitos à punição, ao isolamento, à discricionariedade (estas últimas descritas por Cardina (2018)). Accornero (2013) lembra-nos ainda de uma outra condição. Embora possa parecer paradoxal, a repressão tinha “o efeito de absolutizar o empenho militante, tornando o abandono deste empenho muito difícil (...) obrigando em alguns aspectos à perpetuação do activismo” (p.330), algumas vezes por falta de alternativas visto que estas pessoas já estavam sinalizadas pela polícia e, por essa razão, estavam condicionadas socialmente, poderiam não obter emprego, serem expulsas do trabalho, entre outros exemplos.

Importa apresentar uma reflexão de Cardina (2013), que se prende com o papel das vítimas do regime ditatorial. Elas são vítimas, mas “resistiram aos poderes instituídos com a plena consciência das consequências que poderiam advir dessa escolha. De facto, a percepção

¹³ Sobre as revoltas republicanas consultar Farinha, L. (1998). *O Revirvalho: revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*. Editorial Estampa. Lisboa.

disso é fundamental para se conseguir captar o modo como percursos individuais, utopias políticas e formas repressivas se entrelaçaram problemáticamente no nosso passado recente” (p. 30). A experiência profissional obtida no Museu Nacional Resistência e Liberdade, em Peniche, contactando com ex-presos políticos e suas famílias, permitiu constatar isso mesmo, a consciência dos seus actos, a vontade de continuar essas lutas e de encontrar respostas dignas para aquela situação a que o governo os sujeitava.

Quantos é que eles foram? Os dados apontam para mais de 30.000 presos pela PVDE/PIDE/DGS, pelo menos 160 antifascistas foram assassinados por esta organização e por outras forças repressivas, segundo o catálogo do MNRL. Entre estes, sobressai o assassinato do general Humberto Delgado por se tratar de um crime flagrante contra o principal opositor do regime nas eleições. Os números são relativos apenas a presos. Quantos mais foram opositores?

Apresentando o seu trabalho de uma forma algo controversa, principalmente devido ao título *Os portugueses foram vítimas ou cúmplices da PIDE?*¹⁴, o investigador Simpson (2021) sublinha que a “noção de «povo-vítima», é conveniente à sociedade no seu conjunto. Esta leitura permite não só a desculpabilização, mas também a vitimização em massa dos portugueses em relação à ditadura, mesmo se poucos foram o que se levantaram contra ela”. No seu estudo, pretende “analisar as ligações entre a polícia política e os «cidadãos comuns», aqui entendidos como a esmagadora maioria dos portugueses que nunca se envolveu em actividades políticas”. O próprio autor acaba por dizer que essa questão “é evidentemente redutora, pois encobre a heterogeneidade e ambiguidade das posições assumidas pela população”. Posições essas que devem ser contextualizadas em ditadura, numa sociedade controlada pela intimidação e pelo medo¹⁵. Relembremos os pequenos gestos que muitos portugueses fizeram contra o regime ditatorial. Durante a já referida experiência profissional no MNRL, tivemos oportunidade de ouvi-los. Com um ambiente propício à escuta, as pessoas tendem a relatar as memórias silenciadas, rompem o silêncio (Pollak, 1989). Trabalhar num museu de memórias sociais é trabalhar simultaneamente numa dimensão psicológica, social, cultural e científica. É necessária preparação, habilitação profissional, ter um entendimento global da instituição e da sua missão, mas é fundamental, também, ter em conta aspectos

¹⁴ Simpson, D. (2021). Os portugueses foram vítimas ou cúmplices da PIDE?, *Público*, de 14 de Fevereiro de 2021. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2021/02/14/politica/noticia/portugueses-vitimas-cumplices-pide-1949847>.

¹⁵ O historiador Luís Farinha escreveu a sua opinião sobre este estudo. Consultar Farinha, L. (2021b). Crónicas com alguma ironia. *Esquerda.net*, de 21 de Fevereiro de 2021. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.esquerda.net/opiniao/cronicas-com-alguma-ironia/72934>.

emocionais como, por exemplo, empatia pelo outro. Mas isso seria objecto de outros artigos, outras investigações. Portanto, os milhares de pessoas que visitaram o MNRL traziam consigo milhares de lembranças que, muitas vezes, contrastam com aquilo que é produzido historiograficamente. Não queremos afirmar, de todo, que uma se sobrepõe à outra, apenas apresentar um dado que revela uma realidade diferente.

Ainda sobre os arquivos das instituições do Estado Novo e os cuidados a ter ao extrair informação dos mesmos, referimos, novamente, o artigo de Miguel Cardina (2013). O próprio autor não detectou uma única referência à tortura nas largas dezenas de autos de declarações, consultados no âmbito de um trabalho académico sobre o maoísmo português entre 1964 e 1974. Por isso, ele defende que a utilização “do testemunho de quem sofreu a experiência da tortura e do cárcere, é sem dúvida uma fonte importante no trabalho de desocultação dessas persistentes manchas de silêncio” (Cardina, 2013, p.34).

Embora os testemunhos, as obras biográficas e as memórias particulares, compõem uma boa parte da bibliografia sobre esta temática, foram, igualmente produzidas obras científicas e documentais. Entre estas, podemos evidenciar os volumes editados pela *Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista* – sobre presos políticos, repressão política e social, discriminação política no emprego, entre outros –, o trabalho colectivo *Vítimas de Salazar* de João Madeira, Luís Farinha e Irene Pimentel (2007), no qual os autores caracterizam as experiências da repressão e da violência policial, ou *Esboços. Antifascistas relatam as suas experiências nas prisões do fascismo*, de Miguel Medina, publicados em 1999 e 2001, com entrevistas a 14 ex-presos políticos. Ana Aranha publica *No limite da dor*, em 2014, após ter entrevistado 13 pessoas. A autora questiona o que cada um sofreu e como encara hoje a memória da sua vivência, as sequelas deixadas pela tortura, a caracterização dos torturadores, a atitude face ao “falar ou não falar” e o que cada um considerava o limite da dor. Neste livro foi formulada uma outra pergunta: “foi feita justiça”? Muitos consideram que “a revolução foi branda, deixou impunes os «pides» e os mandantes dos «pides», alguns não foram julgados, outros foram reintegrados na função pública” (Aranha, 2014, p.11).

A temática da oposição e resistência também é discutida academicamente e resultado disso são, entre outros, os trabalhos *Resistência e/y Memória*, de 2014, com a coordenação de Paula Godinho, Inês Fonseca e João Baía e *Quando a História acelera – Resistência, movimentos sociais e o lugar do Futuro*, de João Carlos Louça e Paula Godinho, publicado em 2021. Por último, as memórias individuais de muitos resistentes e opositores têm sido gravadas pelo Museu do Aljube e pelo Museu Nacional Resistência e Liberdade, podendo ser ouvidas nos respectivos *websites*. “As vivências traumáticas devem ser faladas, senão são

como uma ferida com pus que não cura, e aparentemente, em Portugal, é agora chegado o momento em que esse abcesso está a estourar. As pessoas querem contar o que sabem ou viveram, e o facto de cada vez mais terem acesso à internet facilita a aplicação dessas vivências por quem não usaria os canais tradicionais de divulgação” (Blockeel, 2013, p. 311). De facto, assistimos a um desenvolvimento tecnológico acentuado que reflecte mudanças na forma de comunicação entre os grupos sociais. As memórias estão acessíveis para a sociedade civil, mas terão estas mudanças tecnológicas reflexos na perduração das memórias sociais sobre a ditadura? Só o estudo continuado destes temas é que poderá trazer respostas.

1.3 Memória da violência política

A memória da violência política do governo de Salazar e Marcello Caetano revela a complexidade, quer desse sistema político e dos seus efeitos, quer dos dilemas que os grupos sociais foram atravessando. É, assim, portadora das experiências que foram vividas e do legado histórico das lutas que se foram inscrevendo até à actualidade.

“Portugal não teve um pacto de silêncio, bem pelo contrário a liberdade de expressão foi a maior conquista que a revolução de 74 trouxe” (Blockeel, 2013, p. 30). Prova evidente disso surgiu, desde logo, na imprensa, com informações acerca da ditadura, como, por exemplo, *O Século Ilustrado* que publicou, em Julho de 1974, o *Dossier PIDE*, no qual são abordados os métodos de actuação, a opinião do inspector, a onipotência da PIDE, juízes instrutores, Marcello Caetano e a PIDE, entre outros assuntos. Diferentes meios de comunicação foram usados: “a rádio, a televisão e o documentário cinematográfico acentuam esta forma de intervenção tornando-a omnipresente e fazendo com que a voz dos que haviam sido oprimidos se fizesse ouvir numa avalanche de relatos. A televisão, em particular, desempenhará um papel decisivo neste domínio com a apresentação regular de testemunhos, muitos deles de vozes anónimas, em regra associados a formas de luta em curso: os telejornais e alguns documentários, como *Caminhos da Liberdade*, um dos primeiros, transmitido em 1974 e contendo testemunhos de presos políticos e informações sobre a atuação da PIDE, foram instrumentais neste processo” assim como argumentou o historiador Rui Bebianco (2013, p. 44).

O período revolucionário em curso (PREC), ocorrido entre 1974-75, é descrito pelo mesmo historiador da seguinte forma: “Este tempo é, como disse no início, caracterizado pela euforia e pela vontade de remissão, nele emergindo, neste contexto, quatro padrões de

discurso: um discurso de denúncia, associado à culpabilização dos responsáveis pela opressão vivida e pelos seus executantes; um discurso vitimizante, ancorado numa vontade de reconhecimento público do sofrimento passado, por vezes articulado com um relato heróico capaz de prestar justiça aos que resistiram (veja-se a contabilidade repetidamente exposta em atos públicos dos anos de prisão ou, no extremo oposto, os relatos dos falsos resistentes); um discurso celebratório, apoiado na construção vitoriosa, então em curso, de uma nova ordem política que demolia a anterior; e um discurso emancipatório, ajustado a um combate ainda a decorrer e que não só carecia de legitimação como deveria prosseguir para novas e decisivas etapas, sem as quais – e esta era uma ideia recorrente – seria mais ou menos inevitável um regresso ao passado” (Bebiano, 2013, p. 43).

Ainda sobre o PREC, os investigadores Noronha e Trindade (2019), afirmam que este período histórico é de difícil representação pois “por um lado, a historiografia parece mais bem preparada para narrar histórias lineares, pontuadas por datas marcantes e protagonistas reconhecíveis. Assim, quando os processos políticos envolvem tanta gente de forma contínua, as histórias tradicionais parecem incapazes de abarcar a grande quantidade de sujeitos e a fluidez dos acontecimentos. O problema não é apenas o da história que não consegue contemplar esse momento em que toda a gente parece estar a fazer política, mas também o sistema político onde essa gente e, sobretudo, a sua militância não se encontram representadas. Ou seja, o problema narrativo é apenas parte de um problema mais vasto: o da impossibilidade de representar politicamente a multidão militante num parlamento e num governo” (p.11). Por outro lado, há aqueles que argumentam o excesso e a irreflexão neste tempo, um quase determinismo histórico da vitória das instituições sobre a militância política (p.12). De facto, é sobre esta lógica que os investigadores acabam por concluir que “a política da democracia, assente nas suas instituições, cerimoniais e protocolos, torna difícil pensar a participação coletiva do PREC, mas esta, em contrapartida, deixa-nos ver até que ponto a política da democracia é um formalismo. Nestas circunstâncias, a revolução não pode continuar a ser vista senão como excesso” (p. 98). Nunes (2020) sintetiza desta forma: “Assumindo a forma de mudança revolucionária, mas, também, de transição, superada uma fase de radicalização político-ideológica e socioeconómica à esquerda e à direita – o PREC –, a referida etapa culminou na implantação de um regime democrático e na aceitação da independência das ex-colónias, na reprodução de um capitalismo semiperiférico e na ampliação de um «Estado-Providência», na opção de permanecer na NATO e de aderir à CEE” (p.63).

A Revolução de Abril dissolveu a polícia política e as suas prisões políticas, a censura prévia e outras instituições. Surgiram as primeiras medidas de justiça política contra os seus responsáveis e colaboradores. No respeitante à DGS, “dos seus 4418 agentes foram julgados 2323 e destes 344 foram a tribunal, sendo condenados a penas inferiores a seis meses” (Pimentel, 2011 p. 519), o que demonstra atenuação das punições.

“Com o 25 de Novembro de 75 e a institucionalização da democracia, há um declinar das grandes mobilizações, e com a revisão constitucional de 1982, vai emergir uma espécie de contracultura, de negação e revisão da memória, com três manifestações principais: o esvaziamento prático de muitas medidas de justiça, o prolongado fecho de alguns arquivos essenciais da investigação histórica sobre o Estado Novo (até 1996), e, em terceiro lugar, a construção progressiva de um discurso de revisão historiográfico acerca do Estado Novo enquanto regime” (Blockeel, 2013, p.304). Nesta década assistiu-se, assim, a um certo recalçamento da memória da ditadura (como declara Pimentel (2011)).

Mais, segundo Silva e Ferreira (2018), as próprias organizações opositoras, principalmente aquelas que tinham recorrido à luta armada, foram marginalizadas pela investigação académica - “Actually, such organisations, as well as their armed activity, started to be perceived as marginal and, to some extent, eccentric, a sort of exception in the history of resistance, which did not deserve to be framed academically” (p.13).

Se as organizações e as pessoas estavam com dificuldades para afirmar as suas histórias sobre um passado incómodo no espaço público por este lhes parecer hostil, em dificuldade se encontrava, também, a memória da Revolução dos Cravos. Soutelo (2013) refere mesmo um ataque à memória da Revolução de Abril. “O desenvolvimento do revisionismo histórico sobre o 25 de Abril provoca efeitos na memória do Estado Novo, pois cria um ambiente social favorável a uma cada vez maior divulgação de interpretações demasiado grandes sobre a ditadura” (p.387). Ainda acrescenta, “no que diz respeito às críticas ao revisionismo histórico é nítida a maior indignação social com a tendência para branquear o Estado Novo, o que abrange sectores da direita que por vezes defendem posturas revisionistas sobre a revolução” (p.395).

Depois, “é como se o povo português interiorizasse a versão oficial e aceitasse que não houve assim muitas feridas” (Blockeel, 2013, p. 305). Loff (2014) introduz esta questão na sua investigação: “(..) qualquer observador esperaria, à partida, encontrar comportamentos por parte do Estado relativamente à representação do passado autoritário – isto é, políticas públicas de memória – muito mais empenhados na construção de uma memória descomplexada relativamente ao passado. Isso significaria que o Estado português reclamaria

como sua uma perspectiva geral do passado recente que pudesse ser apresentada como uma crítica democrática ao autoritarismo e, especificamente, da experiência autoritária portuguesa de 26-74. Mas não é, e quase nunca foi” (p. 25). De seguida, o historiador enumera as principais políticas da memória, ao mesmo tempo que evidencia alguns actos da memória antifascista.

Desse descuido estatal referimos o seguinte exemplo: *A Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista*. Esta foi criada em 1978, por iniciativa do Primeiro-Ministro Mário Soares, do Partido Socialista, e investigou os crimes e abusos cometidos desde a implantação da Ditadura Militar, em 1926, até à Revolução de Abril de 1974. Raimundo e Pinto (2016) referem mesmo que “foi o mais próximo que existiu das clássicas comissões de verdade” (p. 50). Em 1991, aquando da segunda maioria absoluta do PSD, liderada por Cavaco Silva, a comissão foi dissolvida e, com a sua destituição, “arrastou a da comissão instaladora, formalmente constituída, de um Museu da República e Resistência criado pelo Decreto-Lei nº 709- B-76, de 4 de Outubro, aliás nunca revogado. O museu homónimo actualmente existente, não tem o carácter nacional desse projecto, seja embora meritória a iniciativa do município de Lisboa, quando era Presidente João Soares. Neste museu, a valência de recolha e salvaguarda patrimonial é praticamente residual e as suas actividades - biblioteca, organização de conferências, debates e exposições - são suportadas por um escasso orçamento” (Marques, 2013, p.140). Quer isto dizer que uma governação tem o poder para adiar um projecto de museu pensado e legislado pelo executivo anterior, de desvincular investigadores e retardar o acesso da sociedade civil a este tipo de conteúdo. Ainda, sobre este aspecto, Rezola (2019) recorda no seu trabalho várias medidas da justiça de transição, entre as quais é comum “acrescentar as iniciativas de comemoração e o memorialismo, que cada vez mais autores incluem no conceito alargando-o ao domínio das políticas da memória. Assim, os esforços para manter viva a memória das vítimas através da criação de museus, memoriais e outras iniciativas simbólicas (como a renomeação de espaços públicos), tornou-se uma parte importante da justiça de transição” (p.26). Facto que só veio a concretizar-se, com a real dimensão necessária, passados 40 anos, com a abertura do Museu do Aljube, totalmente dedicado à memória da resistência.

Ainda sobre os estudos de memória e reparação, interessa-nos destacar um outro, efectuado por Raimundo e Pinto (2016): “Apesar da aparente eficácia dos mecanismos criados para reparar e compensar quem sofreu repressão ou outro tipo de consequências devido às suas posições político-ideológicas durante o Estado Novo, cerca de 72% dos

inquiridos (N=134)¹⁶ considera que as vítimas ainda não obtiveram o reconhecimento que merecem. Isso pode dever-se ao facto de os indivíduos considerarem que a reparação e a compensação financeira estão longe de ser suficientes como forma de reconhecimento pela sua luta pela democracia e a liberdade” (p.50). Isto coincide com as respostas dadas pelos ex-presos políticos às entrevistas de Ana Aranha, sobre se havia sido feita justiça, já aqui mencionadas.

Na década de 90, os arquivos do Estado Novo ficaram disponíveis e, com a Lei nº 20/97 promulgada, “o Estado passou a reconhecer como legalmente relevante para o cálculo das pensões de reforma o tempo de prisão e de detenção efectivamente sofrido, assim como o da clandestinidade em consequência de actividades políticas contra o regime antes de 25 Abril” (Loff, 2014, p.119). Lembramos o que já foi dito pelo esvaziamento prático de muitas destas medidas, dada a rejeição de vários processos. Marques (2013) relata o caso paradigmático da atribuição de uma pensão a Palma Inácio (dirigente da LUAR) pois espelha bem as dificuldades administrativas que alguns resistentes encontraram na atribuição dessas pensões.

Esta realidade social e política transporta-se para a área museológica. A memória da violência política foi sendo representada, embora de forma escassa e em formato de exposições temporárias. Como excepção, apenas o primeiro núcleo em Peniche, no Museu Municipal, desde 1984, que apresentava uma mostra permanente sobre a resistência antifascista. Em 1991, abriu o Museu da República e da Resistência, em Lisboa, nas condições já aqui descritas. Passados três anos, edificou-se o monumento aos combatentes, em Lisboa, uma memória traumática, inteiramente relacionada com a memória da ditadura. Muito posteriormente, em 2003, abriu o Museu dos Combatentes.¹⁷

Após a abertura dos arquivos do Estado Novo, decorreu, em 1997, uma exposição de documentos sobre o arquivo da PIDE/DGS na Torre do Tombo, com textos de José Mattoso e organização de Eugénia Ribeiro da Costa. “Trata-se de um dos fundos mais consultados da Torre do Tombo, dos que mais se fala nos órgãos de comunicação social e sem dúvida aquele que mais controvérsias suscita. O mundo nele representado é tão pluriforme e tão vasto que a selecção dos exemplos escolhidos para representarem simbolicamente o conjunto tem

¹⁶ Com o intuito de compreender melhor qual a atitude das vítimas perante os mecanismos existentes e perante a justiça transicional portuguesa no geral, realizou-se, em 2016, no Instituto de Ciências Sociais um inquérito *online* junto das vítimas que sofreram detenção ou prisão, clandestinidade ou exílio, ou que foram desertores ou refractários, com a coordenação dos autores citados. Para mais informações consultar Raimundo e Pinto (2016) página 50.

¹⁷ *Website* do Museu dos Combatentes. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em https://www.ligacombatentes.org.pt/museus/museu_do_combatente.

necessariamente de ser discutível e empobrecedor”, poderia ler-se na primeira folha do catálogo. Esta exposição suscitou perplexidade a alguns ex-presos políticos quando a visitaram pois não se sentiam representados. A tortura foi, simplesmente, omitida.

É, novamente, a memória militar da ditadura e do fim da mesma que se emancipa. O posto de comando do Movimento das Forças Armadas abriu em 2001, na Pontinha (Odivelas) e em 2015 adquiriu a classificação de monumento nacional. É um lugar de memória que reconhece e louva o papel dos soldados na Revolução de Abril.¹⁸ No ano de 2005, a morte de Álvaro Cunhal, histórico do PCP, foi acompanhada por milhares de pessoas e ferveceu a defesa da memória dos resistentes. Passado um ano, no programa *grandes portugueses*, na RTP, Oliveira Salazar foi o mais votado no concurso. Este acontecimento gerou polémica e voltou a mostrar o campo de disputa que é a memória do regime autoritário. Simultaneamente, o projecto do Museu da República Arlindo Vicente, em Aveiro, era abandonado em prol do projecto do Museu da Cidade e o espólio foi devolvido à família¹⁹.

Por teu livre pensamento foi uma exposição que partiu das vivências de 25 ex-presos políticos portugueses, para fazer um exercício de memória sobre a luta antifascista contra a repressão no Portugal do Estado Novo. João Pina apresentou-a no Centro Português de Fotografia, no Porto, em 2007²⁰. No ano seguinte, na sequência da alteração do edifício da sede da PIDE/DGS, em Lisboa, para um condomínio de luxo (que tinha originado, desde 2005, uma forte contestação que resultou numa petição com seis mil assinaturas), é aprovada, na Assembleia da República, a “Resolução nº 24/2008, na qual se recomendava ao Governo que «apoiasse programas de musealização, como a criação de um museu da liberdade e da resistência, cuja sede deve situar-se no centro histórico de Lisboa (antiga instalação da cadeia do Aljube), (...) podendo aproveitar-se outros edifícios que sejam historicamente identificados como relevantes na resistência à ditadura a par da valorização e apoio ao Museu da Resistência instalado na fortaleza de Peniche.»” (Loff, 2014, p.132).

Em 2010, comemorou-se o centenário da República Portuguesa. Em Lisboa, apresentou-se *A liberdade e cidadania. 100 anos portugueses* – pautada pelo discurso republicano. No Porto, esteve patente *Resistência. Da alternativa republicana à luta contra a ditadura (1891-1974)* que “retomava a tese de uma continuidade entre as duas grandes

¹⁸ Website da Câmara Municipal de Odivelas. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.cm-odivelas.pt/autarquia/contactos/espacos-de-cultura-e-desporto/poi/posto-de-comando-do-mfa-10>.

¹⁹ Moreira, P. (2006). Aveiro substitui Museu da República por Museu da Cidade, *Público*, de 20 de Setembro de 2006. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2006/09/20/jornal/aveiro-substitui--museu-da-republica-por-museu-da-cidade-98544>.

²⁰ Santos, H. (2007). Porto: exposição retrata 25 ex-presos políticos. *JPN.up*, de 25 de Abril de 2007. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.jpn.up.pt/2007/04/25/porto-exposicao-retrata-25-ex-presos-politicos/>.

revoluções democráticas do século XX português, ambas identicamente odiadas pelos portadores/construtores da memória do terror revolucionário, ambas identicamente obstaculizadas na concretização dos seus objectivos democratizadores, e ambas institucional e constitucionalmente consideradas como fundadoras da democracia portuguesa” (Loff, 2014, p. 133).

Irene Pimentel (2011), na década de 10 do século XXI, refere que “passados trinta anos, sobre a memória da PIDE/DGS continua de certo modo a existir tanto um excesso de memória, por parte de uns, como uma insuficiência de memória por parte de outros” (p.17). A memória da polícia é parte da memória da ditadura, como foi descrito aqui e, embora não fosse expectável um consenso imediato, urgia a musealização de um lugar sobre essas memórias. O edifício proposto na recomendação da AR, a cadeia do Aljube, havia já sido arquitectonicamente banalizado com demolições que ocultaram, quase por completo, as suas características carcerárias. Em 2011, montou-se a exposição *A voz das vítimas da Ditadura*²¹ que surge como um embrião que impulsiona, finalmente, a abertura do Museu do Aljube em 2015. Contemporaneamente, germina-se a construção do Museu Nacional Resistência e Liberdade, na Fortaleza de Peniche (realidade descrita no capítulo 3). Por fim, montou-se uma instalação/um memorial aos presos e perseguidos políticos no metro de Lisboa, na estação Baixa-Chiado, em 2019. No mesmo ano, *A Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da Primeira República e do Estado Novo*, projecto do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) da Universidade de Coimbra²², ficou conhecida na imprensa por incluir o *Museu Salazar*. Este é um exemplo claro de como continua a ser um tema fracturante e sensível. Arriscamo-nos a dizer que foram anos intensos de lutas, pela inscrição das memórias sociais no debate público e na museologia. Não se desvalorizam as iniciativas de todas as entidades envolvidas e não se descarta o papel do poder político, principalmente representado pelos partidos mais à esquerda da Assembleia da República – Partido Socialista, Partido Comunista Português e Bloco de Esquerda.

Algumas instituições e movimentos civis têm, muitas vezes, o desígnio das lutas pela justiça histórica, pela memória e contra o esquecimento, com o objectivo de não permitir que se eliminem do espaço público as marcas da repressão, usando a memória como sinal de alerta permanente sobre os regimes ditatoriais. Numa primeira fase, a Associação dos Ex-Presos Políticos Antifascistas e o Tribunal Cívico Humberto Delgado tiveram influência na

²¹ Consultar Duarte, A. (2011). Prisão do Aljube reproduz a voz das vítimas da ditadura. *Público*, de 17 de Abril de 2011. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2011/04/17/jornal/prisao-do-aljube-reproduz-a-voz-das-vitimas-da-ditadura-21860235>.

²² Este projecto e os seus contornos foram objecto da dissertação de mestrado de Filipe Alves (2021).

esfera pública. Actualmente, os movimentos sociais/associações que têm como objectivo político e social a salvaguarda desta memória e a sua divulgação são a *URAP* (União dos Resistentes Antifascistas Portugueses), desde 1976, e o *Movimento Não Apaguem a Memória*, desde 2005, constituído na sequência do protesto contra a transformação da sede da PIDE/DGS num condomínio de luxo em Lisboa. Alves (2021) declara que “seria espectável que os grupos sociais emergidos de um silêncio memorialista para o jogo do poder, gerassem mais conhecimento sobre esse período” (p.17). Cremos que estes grupos sociais, que o autor defende como memórias minoritárias²³, geram algum conhecimento, nomeadamente em forma de testemunho. Cabe aos especialistas integrar essas vivências em estudos interdisciplinares ou em programas museológicos, como se verificou nos Museus da Resistência. É essencial que estas organizações participem, mas é preciso que sejam acolhidas e para isso, muitas vezes, é necessário o lugar próprio para tal acontecer.

Assim, podemos afirmar que foram feitas recomendações por parte da AR no sentido de valorizar edifícios historicamente relacionados com a ditadura, mas, como pudemos observar, o Estado e as autarquias locais poderiam ter sido mais céleres a executá-las, quer no Museu do Aljube, quer na Fortaleza de Peniche. O nosso objecto de estudo, a ex-delegação da PIDE/DGS no Porto, como veremos no capítulo 4, é um caso evidente de inércia política, dado que há várias recomendações para o edifício ser transformado em *Museu da Resistência*, mas desde 2019 não há qualquer desenvolvimento nesse sentido. Uma vez mais, o silêncio é uma resposta.

Finalmente, compete ao Estado português, às regiões autónomas e autarquias locais através da Lei 107/2001, de 8 de Setembro - que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural –, “o conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural” (artigo 2º, alínea 3). A questão que se coloca é a seguinte: o património cultural abrange a memória da violência política durante a Ditadura Militar e o Estado Novo? A legislação internacional actual promove a conservação dos sítios onde tenham decorrido crimes de Estado, motivados por determinações sociais e ideológicas, para que esses se transformem em museus de memórias onde haja um diálogo sobre a história, a política, a sociedade, o indivíduo, os direitos humanos, o passado e o presente, a memória e a acção. Veja-se o exemplo da criação de um comité do ICOM – International Committee of Memorial Museums in Remembrance of the Victims of Public Crimes (ICMEMO). Em

²³ Possível influência do trabalho de Enzo Traverso, de 2012, que divide memórias comemoradas e acolhidas pelo Estado e memórias minoritárias, subterrâneas e, geralmente, arredadas do espaço público.

Portugal, que directrizes existem para este tipo de lugares? Analisaremos, estas e outras questões, no próximo capítulo.

Capítulo 2

A memória da violência política na Ditadura Militar e Estado Novo, seus lugares de repressão, oposição e resistência e relações com Património cultural e Museologia em Portugal

“Aljube, 1934 – O rancho, enviado do quartel de caçadores 7, era de péssima qualidade. Quando calhava ser dobrada ninguém comia, de fétido que era esse prato. Durou anos. Os presos haviam constituído um «museu» com os achados no rancho: pedras de vários formatos, peso e constituição geológica, botões vulgares e de fantasia, bocados de ferro e outros metais, cabelos louros, pretos, lisos e encaracolados, lascas de madeira branca, pintada e envernizada, colchetes, cordéis, papéis, trapos, cortiça, vidro, fragmentos de ratos, baratas, gorgulhos e outros animais, mas a secção mais rica (pelo número) do «museu» era a das lagartas. Havia de vários tamanhos, cores, riscas e pintinhas.” Pedro Rocha (1991). *Escrito com paixão*. Caminho. Lisboa, pp.91-92.

Anos antes de se transformar em Museu do Aljube, no mesmo local, os presos políticos recolhiam e colecionavam essas sobras e ao seu conjunto apelidaram *museu*. Não são objectos raros, não são obras de arte, não são documentos escritos, em nada se lhe reconhece o esplendor da vida. São vários vestígios, restos ósseos e geológicos, que reflectem um quotidiano de desprezo e humilhação destes homens e mulheres injustamente encarcerados. É nestes relatos que se entende até onde a violência política se pode estender.

Que especialistas, curiosos, gente comum, estariam interessados em observar estes restos de colecionismo? Talvez suscitasse impressão ou nojo, talvez despertasse revolta. O facto é que estes pertenciam a uma realidade escondida propositadamente e são reflexo dos valores da sociedade a que pertenceram. Remetem para um modo de vida negligenciado e certamente doloroso. Poderiam classificar-se como *cultura material* e serem associados a memórias individuais, como aquela supracitada? Teriam tido relevância no lugar caracterizado como repressivo e posteriormente musealizado? Independentemente das respostas, as questões têm implícitas os conceitos de memória, identidade, património cultural e museus. É sobre estes que diremos algumas palavras.

2.1 Algumas considerações sobre memória, identidade, património cultural e museus

Quando nos referimos à memória da violência política referimo-nos a várias memórias individuais, de pessoas que viveram sobre a ditadura estadonovista e com as consequências dos seus actos repressivos, quer fossem da Oposição ou da Resistência, algo já descrito no capítulo 1. Compreender esta matéria implica conhecer alguns pressupostos dos estudos da Memória.

A memória, na sua definição mais lata, é lembrança, capacidade de recordar o passado. Constitui-se como um dos elementos que define a nossa identidade e assume um papel estruturante em toda a actividade humana. A memória apresenta limites fisiológicos e, por isso mesmo, o esquecimento, os silêncios e os *não-ditos* são igualmente formas desta.

A discussão desta temática nas ciências sociais levou ao seu aprofundamento e, consequentemente, é um assunto de maior complexidade, envolvendo noções mais específicas de memória, como memória individual, social, colectiva e histórica. Portanto, é um campo transdisciplinar alargado dos estudos do património e da memória, cujos autores mais citados e reconhecidos são Halbwachs, Pollak, Todorov, Huyssen, entre outros.

Os estudos de Halbwachs, relativos aos anos 20 do século XX, evidenciaram a ideia de que a memória é sempre colectiva, a par da existência de uma memória individual, pois é construída sempre em comum com os diferentes grupos (Halbwachs, 1990). A memória colectiva é aquilo que uma determinada comunidade selecciona sobre o passado comum para trazer ao presente e isso cria laços de conexão. Há uma fortíssima relação com a conservação e permanência dos grupos e são estes que decidem o que lembrar e esquecer (Halbwachs, 1990, p.33-35). Os grupos são diversos e podem estender-se desde a família até ao grupo de cariz nacional que trabalha e activa a memória nacional. A gestão desta última é feita pelo Estado, que selecciona o que deve ser lembrado para garantir o consenso.

Pollak, outro investigador deste campo, criticou a forma como a memória nacional conduzia a violências, discriminações e desvalorizações de outras memórias. Pollak (1989) ainda nos apresentou outra ideia, muito reveladora da psique humana: algumas memórias silenciadas despertam em determinados momentos ou em conjunturas propícias.

Huyssen (2000) relatou-nos que os discursos de memória aceleraram-se na Europa e nos EUA no começo da década de 1980, impulsionados, então, primeiramente pelo debate cada vez mais amplo sobre o Holocausto (p.11). Ele refere mesmo “uma *cultura da memória*, uma comercialização crescentemente bem-sucedida da memória pela indústria cultural do ocidente” (p.15), acrescida pela produção de filmes, livros, locais musealizados, etc. No

mesmo livro, ele lança a questão: “É o medo do esquecimento que dispara o desejo de lembrar ou é talvez o contrário?” Recorrendo à crítica das abordagens sociológicas da memória colectiva – como a de Halbwachs –, ele crê que essas não são adequadas devido à dinâmica actual dos *média* (com maior interconexão) e da temporalidade da memória, do tempo vivido e do esquecimento. O autor adiciona: “As contrastantes e cada vez mais fragmentadas memórias políticas de grupos sociais e étnicos específicos permitem perguntar se ainda é possível, nos dias de hoje, a existência de formas de memória consensual colectiva e, em caso negativo, se e de que forma a coesão social e cultural pode ser garantida sem ela” (p. 19). Esta pergunta instigou um sério questionamento do presente trabalho. Devemos esquecer ou lembrar nesta *cultura de memória*, onde parece predominar uma “sobrecarga informacional e perceptual combinada com uma aceleração cultural” (p.32)? Partindo do pressuposto que não existe um grau zero de subjectividade, a resposta assemelha-se a esta ideia defendida também por Huyssen: “Se nós estamos, de facto, sofrendo de um excesso de memória, devemos fazer um esforço para distinguir os passados usáveis dos passados dispensáveis” (p.37). Assim, o esforço vai na direcção da salvaguarda da memória da violência política porque entendemos que é um *passado usável*, na medida em que expressa modos de vida de um período histórico sobre os quais é importante reflectir num contexto educativo e cultural acessível à presente e às futuras gerações.

Segundo Todorov, os “discursos de poder” apropriam-se da memória e, por vezes, recriam-na numa perspectiva de auto-afirmação e de justificação das suas políticas. Veja-se o exemplo dos totalitarismos do século XX: usaram o passado para justificar as razões de ser da nova ordem social. “Além disso, Todorov alerta-nos para o «papel da vítima» na sociedade contemporânea. A «vitimização social» seja por um passado de perseguições — tal como a dos judeus ou a dos ciganos — ou por actuais formas de discriminação, assume-se, segundo ele, como «forma de poder» ilegítima sobre a colectividade. Na verdade, para certos grupos sociais, a memória é «memória de opressão», daí nascem, não só sentimentos de «identidade colectiva», como também a reivindicações de uma justiça que reponha o *statu quo ante*. Deste modo, nas sociedades hodiernas, «ser vítima» é factor social de poder, quer para os indivíduos, quer para os grupos sociais ostracizados” (Noras citando Todorov, 2018, p.573). Já defendemos a nossa posição relativamente ao papel das *vítimas* do Estado Novo (no Capítulo 1), porém assumindo as memórias sociais como forma de poder, leva-nos a questionar: e não podem coexistir com outras, igualmente detentoras de formas de poder, num modelo de sociedade pluralista?

Defender a preservação dos lugares da memória da violência política, que são igualmente lugares de resistência, e a sua patrimonialização e/ ou musealização, implica reunir discursos que têm todos estes, e tantos outros, aspectos em conta. As palavras de Chagas (2011) elucidam bem a complexidade de um museu: “Um dos nossos desafios é aceitá-los como campos de tensão. Tensão entre a mudança e a permanência, entre a mobilidade e a imobilidade, entre o fixo e o volátil, entre a diferença e a identidade, entre o passado e o futuro, entre a memória e o esquecimento, entre o poder e a resistência” (p.13). Partindo dessa complexidade, defendemos que em ambiente museológico poder-se-á trabalhar esta temática através de múltiplas formas e experiências culturais/educativas, tentando integrar uma maior quantidade de grupos. Quando confrontados com este tipo de memórias que envolvem situações violentas, imediatamente surge a questão: Não se identificam momentos de violência política actuais? A partir daqui, pretende-se um ponto de vista inclusivo e não separador. O reconhecimento destas memórias sociais pode ser um meio de identificação para outros indivíduos e grupos que passaram por experiências semelhantes ou que estão solidários com essa causa, em prol da democracia. Também é disto que se trata, as *vítimas* do Estado Novo são o alerta de que houve uma entidade maior que as colocou nessa posição. Não se trata de carimbar essas memórias como mais relevantes do que as de outros grupos, mas sim de afirmar que durante quase meio século as suas vidas eram consideradas menos relevantes por razões de ordem política. Mais, acreditamos que os confrontos ideológicos em ambiente museológico podem reduzir a tendência da polarização, pois leva a que as pessoas tenham contacto com outras ideias e que as possam, naturalmente, rejeitar sem demonizar, desprezar ou, em limite, violentar o outro. Semelhantemente, nos museus, através de actividades educativas, podem ser trabalhados valores como o respeito ao outro sem influência da autoridade, sem estar submetido a terceiros e ao desprestígio, de forma a que cada um saiba o seu valor enquanto indivíduo. É assim possível evidenciar a natural diferença de posições políticas, sociais e culturais numa perspectiva de desenvolvimento da sociedade.

Voltando às palavras de Huyssen: “As memórias do século XX nos confrontam, não com uma vida melhor, mas com uma história única de genocídio e destruição em massa, a qual, *a priori*, barra qualquer tentativa de glorificar o passado. (...) A nossa consciência foi afectada de tal modo que a visão da modernidade ocidental e suas promessas escureceu consideravelmente dentro do próprio ocidente” (2000, p. 31). Estas memórias de episódios violentos da Segunda Guerra Mundial, do Holocausto, quebraram os laços da coesão social, pondo a identidade nacional de muitos países em evidência, pois cresceu uma nova responsabilidade de assumir que não existe nostalgia ao olhar para o passado, nem tradição

que se quisesse celebrar. Foram necessárias quatro décadas de intensos movimentos sociais para chegar à fase que a investigadora Macdonald (2013) descreve como cosmopolitismo memorial, na qual a comemoração e a patrimonialização de bens culturais relacionados com o Holocausto é um exemplo dilacerante (também Huyssen (2000) já havia questionado se se poderia falar de uma globalização do discurso do Holocausto). “Mostly, their argument [Levy and Sznajder 2002] about cosmopolitan memory is framed in terms of «the global» or «humanity», as when, for example, they argue that the deterritorialised cosmopolitan memory of the Holocaust plays a significant role in the development of a cosmopolitan politics of human rights. At others, however, «cosmopolitan» is equated with «European», as when they claim that the developments that they chart «contribute to the creation of a common European cultural memory»” (p.189). Esta última opinião é testemunhada através da educação patrimonial do Holocausto que demonstra que a memória do Holocausto é memória europeia: existem vários locais memorialísticos e museus; o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, desde 2005²⁴ com iniciativas escolares nacionais e internacionais²⁵; a Comissão Europeia, a Aliança Internacional para a Memória do Holocausto (IHRA), a ONU e a UNESCO criaram a campanha #ProtectTheFacts, como forma de combater o negacionismo e a desinformação em relação ao Holocausto nas redes sociais; em 2021, a União Europeia publicou a sua primeira estratégia para combater o anti-semitismo e promover a vida judaica (2021-2030)²⁶. Por outro lado, interessa-nos destacar uma outra ideia do trabalho de Macdonald (2013) porque reflecte o panorama actual: “Involved here too is not just an idea that the past is capable of providing lessons for the present and future but that there is a moral duty to look to history for such lessons. This understanding of the past as a source for moral witnessing and debate is a key feature of the late twentieth- and twenty-first century heritage and memory phenomenon” (p.200).

Embora haja diferenças consideráveis no fenómeno patrimonial e memorialístico supramencionado, referimos a memória do Holocausto porque é possível verificar a evolução da mesma. Assim, por vezes, a resposta inicial a estes acontecimentos é um silenciamento. No

²⁴Website da UNESCO (2021). *UNESCO, ONU e Aliança Internacional para a Memória do Holocausto comemoram o Dia em memória do Holocausto para combater o negacionismo e as distorções*, notícia de 19 de Janeiro de 2021. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://pt.unesco.org/news/unesco-onu-e-alianca-internacional-memoria-do-holocausto-comemoram-o-dia-em-memoria-do>.

²⁵ Ver iniciativas no website Eurocid. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://eurocid.mne.gov.pt/aprender/ensino-e-aprendizagem-sobre-o-holocausto>.

²⁶Website da EEAS (2022). *Preservar a memória do Holocausto no século XXI: um combate e um imperativo*. Notícia de 27 de Janeiro de 2022. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em https://www.eeas.europa.eu/eeas/preservar-mem%C3%B3ria-do-holocausto-no-s%C3%A9culo-xxi-um-combate-e-um-imperativo_pti?s=64.

caso português, já foi descrito neste trabalho o que aconteceu no pós-revolução de Abril de 74. Quanto ao período dos dezanove meses da revolução, Bebiano (2014) elucida: “o muro de silêncio que tende a cobrir a memória traumática de um tempo difícil de opressão e resistência, diante da qual se constrói um consenso sobre a necessidade de «ser melhor esquecer»”, fazendo comparações entre a memória do Holocausto, a Libertação da França e o fim do regime de Vichy (a braços com episódios complexos e difíceis, que envolvem a história paralela da Resistência e da Colaboração), a Transição Democrática em Espanha (associada ao esbatimento dos vestígios e ao esconjuro dos fantasmas da Guerra Civil e do franquismo) e o silêncio em torno da memória do Gulag (p.42). Acrescenta, ainda, que “a sua recuperação [da memória] tem sido, de facto, um esforço ainda relativamente recente, pois já só neste século pôde contar com o contributo assumido, e menos sujeito a constrangimentos de natureza disciplinar, dos historiadores” (p.47). A este contributo somam-se os testemunhos e, com eles, o fim de um longo “silêncio” imposto às vítimas pela sociedade civil. É inegável um certo grau de conflitualidade que esta mudança acarreta visto que se lembra aquilo que quiseram silenciar.

A investigadora Isabella Cortada (2017) escreveu um texto sobre os usos da memória e do esquecimento. Depois de referir o período pós-guerra na Alemanha (onde a geração envolvida foi confrontada pela geração descendente com o passado doloroso e o próprio conhecimento que se tem dessas lembranças) e da Espanha pós-Franco, trazemos as suas palavras para reflectir sobre o caso português: “O problema colocado consiste no facto de que aquilo que foi apagado foi a própria história. Nestas condições, é literalmente impossível esquecer, reciclar ou apagar memórias, simplesmente porque não há o que apagar. Como apagar o que não é lembrado? Como lembrar ou esquecer o que não se conhece? Portanto, persiste a dúvida: a *desmemória* é sinónima de apagamento da memória? Ou ela é uma *não memória* impossibilitada de esquecer enquanto não existirem condições de aceder aos factos que permitam, realmente, elaborá-la como memória colectiva, concreta e que, com o tempo, possa ser esquecida? O voluntarismo que circunscreve o *Nunca Mais* precisa encontrar raízes nessa memória que ainda deve ser construída. Uma memória que articule a história dos povos e imponha uma ética, que contribua para a formação de uma consciência histórica, que permita imaginar outras realidades, reconstituir e afiançar novas opções para a sociedade civil, a partir da crítica do legado do terror e das ausências” (p.108). Assim, primeiro devem ser conhecidas as memórias da violência política da ditadura estadonovista, para depois reflectir sobre elas.

Apesar de tudo, como é que esses grupos, que foram perseguidos e violentados durante o Estado Novo, mantiveram vivas as memórias para as gerações seguintes? “Heightened commemorative activities, including university and public seminars, the writing of plays and novels, the making of films and television programmes, and the production of museum exhibitions, even the building of new memorial museums, have been among the strategies adopted”²⁷ (Logan e Reeves, 2009, p.4). Em ambiente museológico, a transmissão é constante e ultrapassa os círculos dos grupos onde normalmente decorrem essas lembranças. Nesse sentido, não podemos deixar de categorizar o museu como “lugar de memória” (Nora, 1993) visto que esta é accionada constantemente por memórias individuais e colectivas, que de forma activa e dinâmica interconectam-se. Há, portanto, um processo de materialização da memória com vista à discussão de questões identitárias, culturais, históricas, etc., com os públicos. Assim, a ideia de Garcia (2018) corrobora o que foi anteriormente escrito: “La memoria está espacializada, es decir, se refleja en lugares físicos, territorios o espacios transitados de forma habitual en nuestro día a día pero también articula — y construye — los mismos (p.57).” Afirma ainda que “complejidad que se hace más evidente cuando se trata de lugares relacionados con aspectos traumáticos o altamente conflictivos del pasado reciente de una sociedad, es decir, lugares de tortura, sufrimiento, muerte y represión, especialmente en sociedades que no han saldado cuentas con ese pasado en vías de conseguir reconocer una memoria que suponga verdad, justicia y reparación” (*ibidem*).

Esses lugares físicos, territórios ou espaços, apresentam, no caso português, uma tipologia muito diversa e numerosa pois englobam antigas estruturas prisionais que foram abandonadas, banalizadas, descuradas ou transformadas, assim como ruas, sedes de instituições relacionadas com o Estado Novo, lojas comerciais, livrarias, tipografias, cafés e restaurantes, estações de comboio, hotéis, campos e caminhos agrícolas, muitos dos quais ainda permanecem no desconhecimento pois não foram referidos por ninguém nem foram, tão pouco, inventariados. Todos têm isso em comum: estão associados à violência, repressão, tortura, crime e morte, praticados durante o regime ditatorial. Estes lugares poderão causar, também, diversas emoções, algumas negativas, e são igualmente identitários.

Geralmente, o património é um elemento de afirmação e reconhecimento da identidade dos grupos, “Mas o que é que acontece quando os vestígios físicos do passado oferecem uma identidade em relação à qual muitos, no presente, se procuram distanciar (ainda

²⁷ “Actividades comemorativas intensificadas, incluindo seminários universitários e públicos, a escrita de peças e romances, a realização de filmes e programas de televisão, a produção de exposições museológicas, até a construção de novos museus memoriais, estão entre as estratégias adoptadas” - Tradução nossa.

que, simultaneamente, a reconheçam como parte da sua história)? Eu designo este dilema como *heranças difíceis*” (Macdonald, 2005, p.101). A antropóloga referia-se ao legado nazi da Alemanha e, passados três anos, publicou uma obra que denominou *Difficult Heritage: Negotiating the Nazi Past in Nuremberg and Beyond*. Contudo, esta classificação foi-se alargando e não se prende apenas com património e memórias do século XX e dos regimes autoritários, ela estendeu-se a património e memórias da escravatura e do colonialismo que podem ser lidas em *Interpreting difficult history at museums and historic sites* de Julia Rose (2016), por exemplo. No caso português, a designação também foi aceite. A título de exemplo, a investigadora Ana Martins (2015) publicou *A musealização de memórias difíceis - o caso do Museu do Aljube*, e Luís Farinha (2017), ex-director do Museu do Aljube, referia-se a heranças incómodas, silenciadas e difíceis. A autora Luísa Fruchtengarten, em 2021, escreve sobre *Museus de memória traumática e musealização do imaterial*, incluindo o Museu do Aljube. Ainda nesse mesmo ano, Filipe Alves redigiu a sua tese de mestrado sobre memórias politicamente sensíveis e Henrique Souza refere a musealização de memórias políticas e reparação de memórias traumáticas a propósito do Museu Nacional Resistência e Liberdade.

Chegados aqui, importa esclarecer o posicionamento próprio em relação a esta categorização de património/museus de *herança difícil*. Em primeiro lugar, sublinhamos que é, na nossa opinião, imprescindível representar este tipo de património e em particular aquele relativo ao passado recente. De igual forma, consideramos fundamental expor os factos e os terríveis actos de violência cometidos pelo Estado sem qualquer laivo de ocultação, sejam eles relativos a genocídio, perseguição, tortura e/ou prisão, cometidos em campos de concentração, centros de detenção, delegações de polícia, prisões ou qualquer outro local onde tenham ocorrido crimes contra a dignidade humana. Queremos clarificar, ainda, que existem acontecimentos e memórias, interligados a este mesmo património, que podem ser adjectivados, indubitavelmente, como herança desconfortável, dolorosa, perturbadora, traumática ou, simplesmente, difícil.

Não obstante, se do ponto de vista do conteúdo estamos alinhados com esta adjectivação, em termos formais e, em particular no que concerne à classificação directa do património de *herança difícil*, somos avessos à sua utilização e acreditamos ser necessária uma cuidada reflexão. Numa primeira análise, classificar o património como *herança difícil* parece-nos desadequado a dois níveis. Por um lado, este conceito afigura-se como demasiado lato, podendo ser aplicável a uma multiplicidade de património, não sendo, conseqüentemente, específico o suficiente para englobar apenas um conjunto de património da mesma natureza. Um cemitério não pode ser um património/lugar de *heranças difíceis*? O

Palácio da Bolsa ou a Casa do Infante não estão, também, relacionados com o colonialismo português? E o Mosteiro/Quartel da Serra do Pilar não foi palco de inúmeros conflitos sangrentos? Não têm, portanto, a si associadas *heranças difíceis*? Têm essa classificação patrimonial? Não a poderiam também ter? Por outro lado, o mesmo conceito é, simultaneamente, demasiado redutor porque, centrando-se numa única característica - ainda que hedionda e inegável – associada ao património, excluí todos os outros aspectos e qualidades ímpares que o caracterizam e distinguem, sejam eles de carácter histórico, arqueológico, arquitectónico, artístico, etnográfico, científico, social, paisagístico ou outro.

As palavras acarretam significados e, portanto, consideramos que ao assumir o conceito estaríamos, automaticamente, a ditar um caminho truncado e tendencioso, classificando, *a priori*, algo ainda não percebido pelo público. “A memória anda de mãos dadas com o património cultural: existem memórias e patrimónios pois os mesmos não são únicos. Os mesmos existem, diversificam-se e diferenciam-se consoante o número de grupos, de comunidades, de interpretações e de realidades que existem” (Pereira, 2018, p.105). Nesta citação está bem reflectida a ideia da existência de várias identidades, grupos sociais e interpretações. No seguimento da mesma, consideramos que não nos cabe a nós dizer o quão *difícil* é a herança e o património, mas antes elencar as memórias sociais que o constituem e deixar essa reflexão em aberto para os públicos, tentando sempre um caminho de empatia com as suas histórias e o desenvolvimento de atitudes sensíveis para com *o outro*. A título de exemplo, durante a experiência profissional obtida na Fortaleza de Peniche, não se assumiu o património como tal, pelo contrário, abordaram-se as memórias sociais dos ex-presos políticos e dos seus familiares, entre outras, como dolorosas e traumáticas, mas também como memórias de luta e de companheirismo, uma vez que, embora contraditórios, eram esses os sentimentos manifestados pelos próprios ex-presos políticos²⁸.

A definição de património cultural reflecte os valores de cada período. Mendes (2009) referiu que “cada época reflecte parte de si própria, na forma como perspectiva e cuida do seu património. Tradicionalmente, património histórico-cultural remetia, sobretudo, para antiguidades, de preferência que recordassem eventos de índole política, militar ou diplomática. Essa perspectiva estava em perfeita sintonia com a história/historiografia que então se fazia e ensinava, bem como com as colecções reunidas e preservadas pelos primeiros museus (séculos XVIII-XIX). Na sequência da Revolução Francesa e, de modo especial, já na segunda metade de Oitocentos, o surto de nacionalismo então em vigor reflecte-se também,

²⁸ Veja-se alguns depoimentos em Carvalho, P. 13 rostos. *Público*. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/sociedade/interactivo/peniche-13-rostos>.

naturalmente, na forma como se encara o património. Dá-se uma transferência da esfera familiar para a da nação, com uma tomada de consciência colectiva do património” (p.10), que era acompanhada pela imposição de uma narrativa histórica, uma memória e uma identidade cultural comuns (Nunes, 2016, p. 32). Nas primeiras décadas do século XX, mantém-se essa relação entre património e identidade nacional, em simultâneo com a prática de uma museologia tradicional. O advento da Nova História e o desenvolvimento e consolidação das correntes historiográficas diversificou os temas de investigação, valorizando-se cada vez mais a vida material. O interesse pela relação sujeito/objecto já havia sido tema de estudo por Hegel e, mais tarde, por Marx, com o materialismo histórico. De igual importância foram, também, as descobertas arqueológicas, fundamentais para compreender os objectos e as estruturas físicas, os lugares e o tempo. Contudo estes efeitos de mudança só serão sentidos após o segundo conflito mundial.

A Segunda Guerra Mundial afectou brutalmente as diferentes sociedades europeias e os seus diversos patrimónios. Como proferiu Choay, “o próprio século XX forçou as portas do domínio patrimonial” (2014, p. 13). Começou um novo ciclo. “Passaram a assumir um peso relevante — dominante? — noções de património cultural e de Museologia até então emergentes ou periféricas. Apoiando-se nas transformações entretanto ocorridas, tanto nas Ciências Sociais como no Urbanismo, na Arquitectura e no Design, denunciou-se o carácter alienante do ultra-nacionalismo e do racismo; propôs-se o reconhecimento de histórias, memórias, identidades e patrimónios a montante e a jusante da escala nacional; defendeu-se a ampliação radical das fronteiras do conceito de património cultural e a alteração das práticas dos museus; exigiu-se o respeito pela autonomia e pela auto-regulação deontológica das entidades e dos técnicos especializados em património cultural e em Museologia” (Nunes, 2016, p.33). Assim, o património cultural passou de uma fase exclusivamente monumental, gloriosa, repleta de símbolos de dominação para integrar, além de outros, passados de genocídio e violência, implicando obviamente mudanças e novas interpretações e práticas do património. Examinemos alguns instrumentos normativos que reflectem essas mudanças.

2.2 As influências dos instrumentos normativos internacionais no património cultural e na museologia portuguesa

2.2.1 Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO

A história do património europeu atravessou diversas fases e foi consolidando conceitos teóricos, técnicos, legais e, claramente, não é um trabalho finito porque, a cada geração que passa, novos significados são atribuídos e novas patrimonializações surgem.

Pensando numa perspectiva internacional, surge, de imediato, a questão: quais são os organismos que definem o que deve ser ou não classificado? Neste contexto de globalização do valor cultural, de consensos e objectivos comuns destaca-se a UNESCO, a agência especializada para a educação, ciência e cultura da Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1945. O seu nível de actuação relaciona-se com a produção de instrumentos reguladores que tradicionalmente resultam em declarações, recomendações ou convenções. A elaboração desses documentos cabe aos estados-membros, contando com processos colaborativos e consultorias de organizações parceiras.

Não querendo descurar nenhuma das convenções sobre o património cultural, iremos apenas referir aquelas que estão enquadradas na temática e lugar do nosso estudo. A existência de museus sobre memórias políticas relacionadas com violência de Estado, direccionadas a determinados grupos, pressupõe o entendimento das inovações proporcionadas pela abrangência, quer do património imaterial, quer da diversidade cultural nos museus, embora defendamos que a cultura material é imprescindível para a nossa proposta de musealização na ex-delegação da PIDE/DGS no Porto, como veremos no capítulo 4.

Assim sendo, referimos, em primeiro lugar, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento escrito em 1948 que estabeleceu os direitos e liberdades civis, políticas e sociais dos indivíduos, criando um sistema universal de valores e princípios. Também a sua precursora, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da Revolução Francesa, de 1789, escrita em França, já tinha tido objectivos concretos sobre a universalidade de direitos. O alcance da Declaração Universal em Portugal não foi o pretendido. Campina e Tomás (2016) esclarecem bem esse facto: “À data, não só não foi reconhecida pelo Estado Novo, como foi criticada na retórica salazarista. O posicionamento de «desafio» para com a comunidade internacional, numa contraposição entre a imagem gerada e a efectivação das

suas acções violadoras dos direitos fundamentais e humanos dos portugueses, os que residiam no Continente e Ilhas, e ainda nas Colónias, mas em particular aos nativos dos países colonizados. As ilegalidades eram atrozes, as recomendações foram muitas e «ameaçadoras» mas Salazar não abdicou do seu posicionamento. Em 1960 a Assembleia Geral da ONU elencou as colónias portuguesas a quem deveria ser dada independência, mas Salazar recusou sempre aceder às suas orientações, ocultando informação o que gerou um grande desconhecimento de tais territórios. Já durante a Guerra Colonial em África, que teve início em 1961, muito sangrenta e veemente repudiada pelas Nações Unidas e pela comunidade internacional, Salazar nunca abdicou da sua ação militar com a pretensão de impedir a descolonização” (p.78). Desta forma, facilmente se depreende que só depois da Revolução de Abril 1974 é que Portugal se vinculou ao respeito dos Direitos do Homem, expresso na Constituição da República, no artigo 16.º, nº. 2: “Os preceitos constitucionais e legais relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados de harmonia com a *Declaração Universal dos Direitos do Homem*”. Ainda assim, algumas normas foram desrespeitadas pelo Estado português. No período temporal de 1978-2021, de entre “os artigos que foram violados [dos direitos humanos], constam o direito à vida (dois casos), falta de investigação efectiva (cinco), tratamento desumano/degradante (dois), direito à liberdade e segurança (sete), direito a um julgamento justo (42), duração do processo (144), não execução (seis), respeito pela vida privada e familiar (17), liberdade de expressão (28), direito a um recurso efectivo (43), proibição de discriminação (2), protecção da propriedade (48)”²⁹. Apesar do Estado português ter sido acusado de alguns crimes de discriminação, ele exerce um papel activo na divulgação da Declaração através da sua inclusão nos currículos escolares e, mais recentemente, em âmbito museológico, cada vez mais se coloca a tónica neste tema, quer através de actividades educativas, quer em exposições sobre a temática.

A Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, escrita em 1972, promoveu a protecção de monumentos, conjuntos de edifícios e sítios de valor arqueológico ou natural, com o objectivo de reforçar as políticas de conservação e de proteger os bens culturais dos impactos das políticas de desenvolvimento dos vários países. Esta convenção introduziu o conceito de Património Mundial como o conjunto de bens de valor universal excepcional, sendo responsabilidade dos estados submeter a lista de bens nacionais. Foi, igualmente, criado o Fundo do Património Cultural.

²⁹ Lusa (2022). Tribunal Europeu dos Direitos Humanos recebeu 260 queixas contra Portugal em 2021. *Público*, de 25 de Janeiro de 2022. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2022/01/25/sociedade/noticia/tribunal-europeu-direitos-humanos-recebeu-260-queixas-portugal-2021-1993113>.

Em Portugal ratificou-se a Convenção em 1980 e, passados três anos, foram classificados o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém, em Lisboa, o Mosteiro da Batalha, o Convento de Cristo, em Tomar e o Centro Histórico de Angra do Heroísmo, nos Açores. Mais tarde, em 1996, é classificado o centro histórico do Porto, núcleo próximo do edifício da ex-delegação da PVDE/PIDE/DGS. A classificação UNESCO prevê respostas como “o ordenamento dos sítios, o crescimento controlado, a resposta aos prolemas da poluição e do trânsito, legislação eficaz que desmotive os abusos e puna exemplarmente os prevaricadores, a regularidade das acções de verificação, entre outros. (...) Tudo isto a par da revitalização da pesquisa histórica, arqueológica, etnográfica que albergue os conhecimentos e que torne mais explícita a memória identitária do lugar” (Pinto-Coelho, 1997, p. 13). Evidentemente, segundo as palavras de Pinto-Coelho, a classificação deveria ser acompanhada por um desenvolvimento cultural e um crescimento controlado. Passados vinte e cinco anos sobre a publicação daquele artigo, relativamente à cidade do Porto, são já notórias as alterações urbanísticas e o crescimento comercial e turístico. Manuel Aranha, vereador do pelouro do Comércio, Turismo e Fiscalização da Câmara Municipal do Porto, em 2017, explica que “nos inquéritos realizados nos postos de turismo, o Património Mundial é uma das principais atrações, por isso a região aposta na comunicação desta oferta, com brochuras associadas ao Património Mundial e Vinho do Porto.”³⁰ Assim, entende-se, facilmente, que o Património Mundial é também uma *marca patrimonial* que impulsiona cidadãos de todo o mundo a viajar. Nos anos 90, Choay já havia descrito algo muito relevante acerca deste assunto: “Para muitos Estados, regiões e municípios ela [a indústria patrimonial] significa a sobrevivência e o futuro económico. É por isso que a valorização do património histórico é um empreendimento considerável. Mas, ter-se-ia compreendido, o empreendimento é portador de efeitos secundários muitas vezes perversos (...) O condicionamento sofrido pelo património urbano histórico tendo vista o seu consumo cultural, bem como a sua disputa pelo mercado imobiliário de prestígio, tende a excluir dele as populações locais ou não privilegiadas e, com elas, as suas actividades tradicionais e modestamente quotidianas. Criou-se um mercado internacional dos centros e dos bairros antigos” (2014, p. 241).

Foi precisamente o que acabou por suceder no centro histórico do Porto. No que toca à análise patrimonial transcrevemos uma notícia do jornal *Público*, publicada em 2021: “O

³⁰ *Website* Ambitur. Porto e Norte de Portugal: o Património que a UNESCO mostra ao Mundo. Notícia de 29 de Junho de 2017. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.ambitur.pt/porto-e-norte-de-portugal-o-patrimonio-que-a-unesco-mostra-ao-mundo/>.

centro histórico do Porto está entre os três monumentos e sítios portugueses catalogados como «património em perigo» pelo Relatório Mundial 2016-2019 sobre Monumentos e Sítios em Perigo, divulgado na semana passada pelo ICOMOS Portugal (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, na sigla inglesa), organismo consultivo da UNESCO para o património”.³¹ Na mesma notícia, pode ler-se ainda que “a pressão crescente do turismo desde que o edificado se tornou Património Mundial fez «diminuir em mais de 50%» a população do Centro Histórico”. Este facto comprova que houve um crescimento descontrolado, com implicações bastante negativas para os edifícios patrimoniais da cidade e responsável por processos injustos para os cidadãos portuenses, dos quais resultaram o abandono forçado das casas no centro histórico, devido ao aumento insustentável das rendas e à pressão efectuada por agentes imobiliários e arrendatários para renovação imobiliária³². A estas consequências da atribuição de uma classificação de Património Mundial, que revelam a predominância da *indústria cultural* (Choay), queremos acrescentar um outro argumento: a desvalorização das vozes dos profissionais de património nestes processos. Eles alertam para este tipo de efeitos, mas, provavelmente, o valor económico do património eleva-se perante os outros. A *máquina patrimonial*³³ não pode parar. Em suma, torna-se evidente que a Convenção não tem sido respeitada, detectando-se diferenças óbvias entre aquilo que é recomendado e as acções concretizadas no terreno. São, portanto, necessárias, ou mesmo urgentes, medidas que advenham de processos mais participativos, convenientemente debatidos pelos técnicos especialistas, para que se concretize um desenvolvimento mais sustentável para a cidade, para os cidadãos e para os turistas, conforme defendido pelo próprio comité.

Ainda sobre as recomendações da UNESCO, que entraram em vigor em Portugal, enunciamos a Recomendação Sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, de 1989, que definiu *cultura popular e tradicional*, apelou à sua identificação, conservação, preservação e divulgação. Numa das alíneas da conservação, apela-se à criação de novos museus, ou secções de cultura tradicional e popular nos museus existentes, onde estas criações possam ser expostas ao público. Compreende-se que, apesar de não ter sido ainda

³¹ Lusa (2021). Câmara do Porto e DGPC discordam do ICOMOS que identifica centro histórico como “património em perigo”. *Público*, de 20 de Janeiro de 2021. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2021/01/20/local/noticia/camara-porto-dgpc-opoemse-relatorio-icomos-identifica-centro-historico-patrimonio-perigo-1947219>.

³² Teixeira, A. (2018). Especulação empurra moradores para periferia de Porto e Lisboa. *Jornal de Notícias*, de 19 de Fevereiro de 2018. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.jn.pt/nacional/especial/especulacao-empurra-moradores-para-periferia-de-porto-e-lisboa-9128963.html>. Algumas organizações protestaram contra estes acontecimentos. “O Porto não se vende, ponto” ou “Associação de Moradores e moradoras do centro histórico do Porto” são alguns exemplos.

³³ Conceito apresentado em González, P. (2020). *O Antipatrimónio. Fetichismo do passado e dominação do presente*. ICS. Universidade de Lisboa. Lisboa.

usada a terminologia de *património imaterial*, esta recomendação é o pilar daquilo que irá suceder posteriormente.

Depois de várias reflexões a nível internacional e da discussão sobre os valores integrados no conceito de património, é ratificada a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (PCI), em 2003. No artigo 2º, enumeram-se os domínios do PCI: (a) tradições e expressões orais, incluindo a língua como vector do património cultural imaterial; (b) artes do espectáculo; (c) práticas sociais, rituais e actos festivos; (d) conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo; (e) técnicas artesanais tradicionais.

As memórias sociais da violência política, praticada durante um regime autoritário, não se inserem numa categoria à qual possamos atribuir de imediato uma classificação. Porém, seguindo a lógica dos domínios acima descritos, essas terão maior proximidade teórica com as práticas sociais. Embora possam encontrar dificuldades de enquadramento, principalmente no que se refere à transmissão de geração em geração, devemos sublinhar que aquilo que iremos propor é sustentado por outra declaração, a de Yamato, (2004), que refere no ponto 11: “Tendo em conta a interdependência, bem como as diferenças, entre o património cultural material e o património cultural imaterial, assim como diferenças entre as abordagens para a sua respectiva salvaguarda, consideramos apropriado que, sempre que possível, sejam elaboradas abordagens integradas com vista a que a salvaguarda do património cultural material e imaterial das comunidades e grupos seja realizada de forma consistente e com benefícios e reforços mútuos”. Portanto, defenderemos a salvaguarda das memórias sociais juntamente com o edifício do Heroísmo, classificado como imóvel de interesse municipal.

Finalmente, respeitante à UNESCO, a última Recomendação data de 2015 e é referente à protecção e promoção dos museus e das suas colecções, da sua diversidade e do seu papel na sociedade. A Recomendação destaca as funções fundamentais dos museus e enumera directrizes para as questões da globalização, das relações dos museus com a economia e com a qualidade de vida, dando especial ênfase à função social do museu.

No ano de 2018, a UNESCO, a pedido do Comité do Património Mundial, publicou um estudo denominado *Interpretation of Sites of Memory*, encomendado à *International Coalition of Sites of Conscience*, no qual são tecidas orientações no campo do tratamento e do reconhecimento desses lugares de consciência como património mundial. A Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência, fundada em 1999, é uma rede mundial que conta com mais de 200 membros (memoriais, museus, locais históricos e iniciativas de memória ou

organizações não governamentais), dedicada à transformação dos lugares que preservam o passado em espaços dinâmicos que promovam a acção cívica das lutas actuais pelos direitos humanos e pela justiça. Tendo como objectivo ligar o passado ao presente e a memória à acção, esta organização propôs a designação de *sítios de consciência* para qualquer memorial, museu, local histórico, iniciativa de memória, que se comprometa com os princípios de funcionamento definidos³⁴. Os principais temas tratados nesta organização são genocídios, escravatura, questões étnico-religiosas e políticas, liberdade de expressão, feminismo, Holocausto, entre outras. O Museu Nacional Resistência e Liberdade é o único museu/local português a fazer parte da Coalizão.

Foi preparada, ainda, a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, que apresenta 17 objectivos. Assinada em 2015, a visão da Agenda 2030 é de um mundo de respeito universal pelos direitos humanos e dignidade humana, pelo Estado de Direito, justiça, igualdade e não discriminação. Estas regras não são apenas para os governos, são um convite para todos os sectores assegurarem um futuro sustentável, incluindo o dos museus.

2.2.2 Conselho Internacional de Museus - ICOM

O ICOM é a maior organização internacional de museus e profissionais de museus, dedicada à preservação e divulgação do património natural e cultural mundial, do presente e do futuro, tangível e intangível. Criado em 1946, o ICOM é uma organização não-governamental (ONG) que mantém relações formais com a UNESCO e tem estatuto consultivo no Conselho Económico e Social das Nações Unidas. Uma parte significativa do programa da UNESCO para os museus é implementada pelo ICOM. Esta organização é formada por comités nacionais e internacionais e promoveu as discussões sobre as funções dos museus e dos museólogos por meio de instrumentos como o código de ética para museus, a articulação dos conceitos-chave de museologia, o posicionamento sobre recomendações e convenções da UNESCO, o estabelecimento da definição de museu e museologia, entre outras. Todas as medidas resultantes destas várias acções visam, de alguma maneira, criar normas e promover boas práticas.

A mesa redonda de Santiago do Chile, promovida pela UNESCO em conjunto com o ICOM em 1972, agitou a museologia, criando resoluções para uma renovação institucional

³⁴ Ver princípios no *website*. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.sitesofconscience.org/pt/perguntas-mais-frequentes/>.

que deve estar integrada com o território e a participação das pessoas. O documento indica a “definição e proposição de um novo conceito de acção dos museus: o museu integral, destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural” (Primo, 1999, p.120). Contudo, “o conjunto de práticas que virão a ser referidas como museologia: «ativa», «popular», «participativa», «comunitária», «experimental», «antropológica», e outras similares, encontra os seus antecedentes na década de 1960” (Duarte, 2013, p.103).

Concomitantemente, uma outra linha de renovação da instituição museológica é influenciada por uma nova postura epistemológica de tipo “pós-moderno”. Segundo Nunes (2016), esta “denuncia[m] a natureza manipuladora e alienante de todas as políticas de património cultural; contestam a operatividade dos conceitos de identidade cultural nacional, cultura erudita, superioridade ou inferioridade cultural; pugnam por uma gestão «radicalmente multiculturalista» da intrínseca multiculturalidade das sociedades humanas” (p. 37). Duarte (2013) relata-nos sobre “a inserção de vozes ausentes nos museus e que por isso alarga o espaço representacional do museu” (p.106), e comenta o papel da Antropologia como fundamental para esse questionamento, declarando que “o objeto de museu é polissémico e de que nenhuma exposição é neutra” (p.108).

Na década de 80, após a declaração de Québec (1984) e da criação do *Mouvement Internationale pour la Nouvelle Museologie (MINOM)* (Duarte, 2013 p. 109), denotou-se uma força social e museológica que despertou o movimento da “Nova Museologia”. “Ao colocar-se a tónica na comunicação e na educação – [criticando a museologia tradicional e o carácter elitista dos museus] –, as colecções e respectiva conservação deixaram de constituir o centro das atenções; este deslocou-se para o visitante e para a comunidade, bem como para aquilo que aqueles devem auferir das instituições museológicas que, antes de mais, devem estar ao serviço das pessoas” (Mendes, 2009, p. 23). Nitidamente há o apelo à centralidade da função social no museu.

Com o alargamento do conceito de património cultural e as suas categorias, há uma conseqüente integração no mundo dos museus de sectores como a indústria e os ofícios, as memórias sociais de grupos específicos como as mulheres e os operários, ou, ainda, as memórias traumáticas. Há um carácter ideológico que incentiva o museu a ser uma peça central da sociedade, a estar envolvido nas questões políticas, ambientais e sociais do presente. A par do ecomuseu, outras tipologias de museus são criadas, como os de comunidade e os locais.

Volvidas quase duas décadas, em 2001 foi criado um comité do ICOM - o ICMEMO (International Committee of Memorial Museums in Remembrance of the Victims of Public Crimes) que conceptualiza os museus memoriais, também conhecidos como museus de memória traumática, museus de memória sensível ou museus de memória da dor. Geralmente, são categorizados como museus de história contemporânea e relembram acontecimentos traumáticos. “The purpose of these Memorial Museums is to commemorate victims of State, socially determined and ideologically motivated crimes. The institutions are frequently located at the original historical sites, or at places chosen by survivors of such crimes for the purposes of commemoration. They seek to convey information about historical events in a way which retains a historical perspective while also making strong links to the present.”³⁵ Este comité organiza conferências anuais, tendo a última decorrido em modo *online*, em Setembro 2021, com o seguinte tema: “Political pressure on museum professionals: Controlling the narrative?”³⁶ Foram escutadas diversas histórias de museólogos europeus, asiáticos e americanos, que experienciaram conflitos com os poderes políticos instituídos relativos aos programas museológicos e às práticas educativas. Entre os presentes, pelo menos um foi afastado do seu cargo de gestão, enquanto outros reclamavam de corte de financiamento público, entre outras situações. Luís Raposo também refere esta preocupação sobre os museus e a falta de democracia na Europa, que designa como “liberal-populista” numa notícia recente³⁷. Voltando à realidade portuguesa, será preciso ter isto em conta: museus que apresentam realidades sobre a história do passado recente e memórias sociais são susceptíveis a estas pressões.

Em 2009, a INTERCOM (the ICOM Committee on Museum Management), escreveu o seguinte: “INTERCOM believes that it is a fundamental responsibility of museums, wherever possible, to be active in promoting diversity and human rights, respect and equality for people of all origins, beliefs and background”. Isto reforça o comprometimento com a diversidade cultural e com a integração dos direitos humanos no âmbito museológico. A carta dos museus memoriais³⁸, publicada em 2011, com os dez princípios fundadores, inicia-se com

³⁵ Website do ICMEMO. Acedido em 12 de Setembro de 2022, em <https://icmemo.mini.icom.museum/about/aims-of-ic-memo/>.

³⁶ Website do ICMEMO. Notícia da conferência a 20 de Setembro de 2021, em <https://icmemo.mini.icom.museum/joint-online-conference-icethics-icmemo/>.

³⁷ Raposo, L. (2022). Museus e democracia (ou fala dela) na Europa liberal-populista. *Público*, 16 de Junho de 2022. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2022/06/16/culturaipilon/opiniao/museus-democracia-falta-europa-liberalpopulista-2010255>.

³⁸ ICOM (2011). *Carta dos museus memoriais*. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://icom.museum/en/ressource/international-memorial-museums-charter/>.

a seguinte frase: “A joint culture of remembrance cannot and must not be dictated by decree”. Esta frase-manifesto é representativa da posição que defendemos neste estudo, particularmente no capítulo 4.

Estas são as convenções da UNESCO e do Conselho de Museus da Europa, com orientações comunitárias que definem a moldura a nível europeu. Pelo exposto, parece-nos claro que ainda não existe uma classificação de património própria para este tipo de acontecimentos, apenas uma proposta de *sítios de consciência*. Verificamos, no entanto, que existe uma musealização da memória relacionada com acontecimentos traumáticos e que esta se materializa nos lugares onde decorreram esses genocídios, episódios violentos e/ou crimes, como, por exemplo, nas prisões, ou, alternativamente, são construídos novos lugares para receber os museus.

2.3 Os instrumentos normativos portugueses

Após a análise dos instrumentos normativos internacionais, retrataremos aqueles de produção nacional, nomeadamente as disposições expressas sobre o património cultural, bens culturais e, ainda, algumas considerações sobre organizações museológicas e uma Recomendação da AR.

Na Constituição de 1976 entra no léxico constitucional a norma da preservação, defesa e valorização do património cultural (s/a, 1996, p.258). As várias revisões à constituição foram adicionando orientações como “a acção popular e a defesa do património cultural (artigo 52º, n.3)” (1996, p.258) ou “a garantia da liberdade de expressão cultural, como decorrência simultânea da liberdade geral de expressão (artigo 37) e da liberdade de criação”.

A Lei nº 13/85 refere-se já ao património cultural num sentido mais alargado do termo e inclui, pela primeira vez, a noção de elementos imateriais associados ao património cultural, tal como se pode ler no artigo 1.º: “O património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo” (Carvalho, 2011).

É já no século XXI que a AR aprova a Lei 107/2001, de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura. Logo no artigo 2º especifica-se o que integra o

património cultural: “[1] todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização; 2 — A língua portuguesa, enquanto fundamento da soberania nacional, é um elemento essencial do património cultural português; e 3 — O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade (...) Integram, igualmente, o património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas”.

Nessa lei definiu-se, igualmente, o conceito de bens culturais: “Consideram-se os bens móveis e imóveis que (...) representem testemunho material com valor de civilização ou de cultura” (artigo 14.º). Estes podem ser classificados como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal. As formas de protecção legal dos bens culturais (artigo 16º) assentam na classificação e na inventariação. Depois de apreciado e classificado, o bem deve ser valorizado e poderá sê-lo através de várias maneiras: a) A conservação preventiva e programada; b) A pesquisa e a investigação; c) A protecção e valorização da paisagem e a instituição de novas e adequadas formas de tutela dos bens culturais e naturais, designadamente os centros históricos, conjuntos urbanos e rurais, jardins históricos e sítios; d) O acesso e a fruição; e) A formação; f) A divulgação, sensibilização e animação; g) O crescimento e o enriquecimento; h) O apoio à criação cultural; i) a utilização, o aproveitamento, a rendibilização e a gestão; e j) O apoio a instituições técnicas e científicas (artigo 70º). Por fim, o artigo 91º engloba também aqueles que representem testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória colectivas – património imaterial.

Sobre esse último, publicou-se o Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de Junho, sobre a salvaguarda do património cultural imaterial, incorporando os princípios e as recomendações veiculados pela Convenção de 2003 da UNESCO. A salvaguarda realiza-se, fundamentalmente, com base na inventariação e, segundo o artigo 5.º, a iniciativa para essa execução pertence ao Estado, às Regiões Autónomas, às autarquias locais ou a qualquer comunidade, grupo ou indivíduo, ou organização não governamental de interessados. As categorias classificatórias são, igualmente, de interesse nacional – tais como «monumento nacional» e «tesouro nacional» – interesse público e interesse municipal (artigo 15.º, Lei n.º 107/2001). Note-se que a Convenção de 2003 apenas reconhece o “património vivo”, ou seja,

aquele património que continua a manifestar-se no presente, transmitido de geração em geração. “O Inventário Nacional toma o formato de uma base de dados disponível em linha, através de um *website* autónomo. Actualmente, apresenta dez manifestações [culturais] do PCI inscritas e duas na categoria de «salvuarda urgente» (...) Por outro lado, 26 propostas de inventariação aguardam validação técnica e científica” (Carvalho 2020, p.29)³⁹.

A museóloga Ana Carvalho dá-nos uma perspectiva da realidade da aplicação da lei: “a burocratização do sistema de candidaturas à plataforma, a exigência do cumprimento de critérios de elegibilidade, o processo administrativo de validação *per se* tornam-no uma ferramenta com alcance restrito, como se observa pelo número reduzido de manifestações inscritas até ao momento” (*ibidem*). No mesmo texto, a investigadora acrescenta: “a inscrição no Inventário Nacional é um processo moroso, além de exigente do ponto de vista da sustentação técnica e científica de cada proposta” (*ibidem*). Existem, portanto, dificuldades na atribuição da classificação devido a atrasos de ordem técnica, mas arriscamo-nos a afirmar que a insuficiência de recursos humanos poderá estar na base desse atraso. Em 2017, Graça Filipe havia descrito a realidade museológica nacional: “há urgência de afectação de meios para estudos científicos e processos participados de antevisão do futuro, para que se identifiquem as acções próximas e se experienciem modelos de gestão baseados num ordenamento patrimonial e museológico transversal às várias tutelas, nacionais e de âmbito territorial, que proporcionem a diversidade e a autenticidade dos projectos e a sua integração em regimes de sustentabilidade (assentes nos seguintes pilares: ambiental, cultural, social, económico e de gestão participada)” (2017, p. 16). Similarmente, Alexandre Matos constatou no terreno que “os museus mantêm as portas abertas com um esforço sobre-humano”⁴⁰. É mais do que evidente a necessidade de contratação de profissionais da Museologia para os museus, para que se possam resolver, gradualmente, estas questões de inventário e outras. António Nabais usou uma excelente analogia para evidenciar este facto: “Quantos museus em Portugal têm museólogos? Os museus portugueses estão vazios de museólogos (imagine-se um hospital sem médicos e sem enfermeiros!)” (2014, p.17).

A fim de averiguar se existia alguma ficha de inventário sobre as memórias sociais políticas que revelassem a violência do Estado Novo, ou qualquer vestígio dessa cultura material, pesquisamos no Inventário da *MatrizNet*. Contudo, esta pesquisa não produziu quaisquer resultados. Imaginámos que isto poderia acontecer, mas sendo o Museu Nacional Resistência

³⁹ Consultar Inventário *Matriznet* em <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Home.aspx>.

⁴⁰ Carvalho, A. (2018). Entrevista com Alexandre Matos. *Boletim ICOM Portugal*, série III (Fev.2018), pp22-36. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://nomundodosmuseus.hypotheses.org/7811>.

e Liberdade tutelado pela DGPC, poderia apresentar já algum testemunho ou objecto. O que nos leva ao ponto seguinte.

Em 2022, dois museus dedicam-se a esta temática, o Museu do Aljube e o Museu Nacional Resistência e Liberdade, integrando testemunhos da memória da violência política. Segundo a Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto, relativa aos museus, a selecção e incorporação de objectos no acervo museológico obedecem a critérios. O artigo 16.º, respeitante ao acervo de bens culturais, estabelece que se dá primeiramente a aquisição desses bens, independentemente da sua tipologia, seguidamente é realizada a sua incorporação e é-lhes atribuído um número de inventário. Um bem adquire protecção legal através da sua classificação ou registo de inventário. Assim, o inventário museológico estrutura-se de forma a assegurar a compatibilização com o inventário geral do património cultural, do inventário de bens particulares e do inventário de bens públicos, previstos nos artigos 61.º a 63.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, tornando-se um bem inalienável. Por outras palavras, o acervo de um museu atravessa um processo de patrimonialização que culmina com a obrigação de preservação e, se possível, de estudo e divulgação aos diferentes públicos. Querirá isto dizer que os testemunhos dos ex-presos políticos e famílias recolhidos pelos museus supramencionados já estão patrimonializados? Analisemos essa questão.

A entidade portuguesa que credencia os museus é a Rede Portuguesa de Museus (RPM). Esta tem como objectivos a valorização e a qualificação da realidade museológica nacional, a descentralização de recursos, o planeamento e a racionalização dos investimentos públicos em museus, a cooperação institucional, o fomento da articulação e a difusão da informação relativa aos museus, a promoção do rigor e do profissionalismo das práticas museológicas e das técnicas museográficas. A credenciação de um museu exige o cumprimento de todas as funções museológicas enunciadas na Lei-Quadro de 2004, bem como a existência de instalações adequadas, de recursos humanos e financeiros.

Consultámos a lista de museus de 2021⁴¹ e detectámos 159⁴², dos quais não fazem parte nem o Aljube nem o MNRL. A ausência deste último prende-se, obviamente, com uma razão fundamental relacionada com a sua presente instalação. Todavia, o seu programa museológico define as funções museológicas: incorporação, estudo e investigação, conservação, exposição, educação e divulgação. Esta informação indica que, pelo menos, a categoria de museu nacional garantirá os requisitos necessários para a atribuição da categoria

⁴¹Verificar relatório no *website* do OPAC. Neves, J. e Santos, J. (2019). *Os museus da Rede Portuguesa de Museus em 2021*. OPAC, 6 de Setembro de 2019. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.opac.cies.iscte-iul.pt/os-museus-da-rpm>.

⁴² Em Setembro de 2022 a RPM é constituída por 165 museus.

de Museu RPM e, conseqüentemente, todos os testemunhos da memória da violência política que serão incorporados no inventário integrarão o património cultural pela via museológica. No que ao Museu do Aljube diz respeito, é impreciso, não sabemos, em Setembro de 2022, se está em curso um pedido de credenciação à RPM ou não, nem se está no horizonte essa ambição. Mais, aferimos através do programa museológico que, “Não partindo o Museu do Aljube de uma colecção específica, como é comum em tantos museus, a Exposição Permanente não tem, à partida e como já referido, um acervo significativo de peças ou objectos, antes devendo assentar numa forte componente audiovisual e tecnológica, a par de reproduções fotográficas e de textos que contribuam para «contar as histórias e as memórias» que corporizam o tema central do Museu. No entanto, algumas peças ou objectos significativos para a missão do Museu poderão vir a ser incorporados (nomeadamente por depósito, doação ou aquisição), ou permutados ou replicados, sabendo-se, por exemplo, que existem em arquivos de organizações partidárias documentos e peças tridimensionais do maior interesse para compreender a luta da resistência contra a ditadura, como os há nas mãos de particulares e de algumas entidades” (Veiga, 2012, p.7). A constituição de um acervo de memórias da Oposição e da Resistência está a ser feita e os seus registos estão publicados no *website* do museu, estando assim garantida a sua divulgação. O mesmo acontece com parte do arquivo do centro de documentação - outra componente significativa do museu. Talvez se possa argumentar que o Aljube está a compor o seu acervo museológico gradualmente e que este deverá obedecer a procedimentos de incorporação e inventário próprios da Museologia que resultem em mais uma categoria cumprida, com vista a uma futura credenciação de Museu pela RPM. No momento em que escrevemos esta dissertação, no entanto, arriscaríamos afirmar que estas memórias não estão classificadas pela via museológica.

O ICOM – Portugal tem reforçado que é urgente e necessária uma política nacional para os museus. Num comunicado de Abril de 2022 pode ler-se: “O ponto de situação relativamente às dificuldades operacionais da Direção-Geral do Património Cultural foi aprofundado no respeitante à não implementação do decreto-lei da autonomia, à paralisia da Rede Portuguesa de Museus, à falta de capacidade de resposta a vários níveis. Reforçamos a necessidade de uma reformulação profunda, que responda aos desafios atuais da sociedade em geral e deste setor que tem grandes insuficiências diagnosticadas. Como não podia deixar de ser, manifestámos a preocupação com a não renovação das equipas dos museus, a todos os níveis: técnicos operacionais, técnicos profissionais e técnicos superiores. O fim das carreiras específicas, as aposentações, a falta de atratividade e a progressiva desadequação face às

exigências contemporâneas, têm fragilizado os recursos humanos em extremo.”⁴³ Sublinhadas, uma vez mais, as insuficiências da museologia portuguesa, procurámos outras declarações e manifestos no *website* do ICOM-Portugal. No entanto, no que diz respeito a esta temática, apenas encontramos uma referência: no Boletim ICOM Portugal, série III, n.º 9, Junho de 2017, com o tema *Museus e Histórias Controversas: Dizer o Indizível em Museus*, onde o Museu do Aljube tem um artigo com destaque, expresso pela escolha de uma fotografia tirada no seu interior, para a capa da brochura.

Ainda no universo das entidades, poderá ser feita menção à Associação Portuguesa de Museologia (APOM), fundada em 1965 com o objectivo de servir a comunidade de profissionais de museus portugueses. Esta última noticiou, em Agosto de 2021, o lançamento de prémios APOM/UNESCO “que visa galardoar projetos de âmbito museológico que evidenciem os princípios da UNESCO, nomeadamente os direitos humanos, a promoção da paz, o diálogo intercultural e o desenvolvimento sustentável, promovendo a criação de uma sociedade do conhecimento inclusiva, através da educação, ciência, cultura, comunicação e informação”⁴⁴. Isto leva-nos a declarar que se abrem cada vez mais possibilidades de criar projectos museológicos que englobem temáticas como aquela que estamos a tratar.

Antes de concluirmos este capítulo, cremos ser pertinente referir novamente a Resolução da Assembleia da República n.º 24/2008, cujo conteúdo é a “divulgação às futuras gerações dos combates pela liberdade na resistência à ditadura e pela democracia”. Além do apoio a programas de musealização, faz alusão, no ponto 2, a “um roteiro nacional da resistência e liberdade, através dos lugares e de edifícios símbolo considerados de interesse nacional, no âmbito da resistência e da luta pela liberdade, incluindo, naturalmente, aqueles que são referências importantes na vitória da Revolução de 25 de Abril de 1974, e, se possível, a adopção de medidas de preservação e seu aproveitamento, nos casos mais adequados, como espaços de conservação, investigação e divulgação da memória histórica”. No ponto seguinte, alude à constituição de “roteiros de âmbito local e regional como importante elemento constituinte da memória no plano local, que promova a investigação, o reconhecimento e a divulgação dos factos e protagonistas locais da resistência e dos combates cívicos pela liberdade e pelos direitos humanos. Esta acção pode concretizar-se quer na toponímia quer na referenciação de espaços e edifícios, em obras de arte, em espaços

⁴³ Declaração em ICOM Portugal. (2022). *ICOM Portugal recebido em audiência pela secretária de Estado da Cultura*. Notícia de 21 de Abril de 2022. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://icom-portugal.org/2022/04/21/icom-portugal-recebido-em-audiencia-pela-secretaria-de-estado-da-cultura/>.

⁴⁴ *Website* da UNESCO Portugal. (2021.) *Prémio UNESCO/APOM de Museologia*. Notícia de 20 de Agosto de 2021. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/noticias/premio-unesco-apom-de-museologia>.

públicos, em publicações, em eventos e em actividades orientadas para as escolas”. Destes roteiros de âmbito local, podemos referir o trabalho já desenvolvido em Peniche, Lisboa, Barreiro, Vila Franca de Xira, Porto e Chaves (Cambedo). Contudo, catorze anos volvidos, as recomendações desta resolução continuam por se fazer cumprir. Escassearam os recursos humanos? A mesma resolução dá conta de programas de estímulo à investigação científica nesta área e estudos têm surgido, nomeadamente nos centros de investigação das Universidades, como o IHC da Universidade Nova de Lisboa, o CES e o CEIS20 da Universidade de Coimbra.

Além disso, a Resolução menciona as iniciativas memorialísticas que decorrem em algumas cidades, porém não faz o intento de classificar os lugares e edifícios, aborda-os como espaços de conservação e divulgação da memória histórica, com as medidas de preservação e seu aproveitamento. Após as recomendações contidas nesse texto, torna-se incompreensível o que aconteceu com os edifícios da sede da PIDE em Lisboa e Coimbra, assim como o processo da Fortaleza de Peniche, que estava a ser conduzido para a converter em unidade hoteleira, como veremos no capítulo seguinte. Parece-nos, sistematicamente, que há alguma incapacidade, por parte da sociedade civil e do Estado, de lidar com os edifícios do passado recente que envolvem a violência política do período do Estado Novo, ideia também defendida por Coutinho *et al.* (2018). O que se observou foi uma descaracterização dos edifícios, chegando alguns mesmo a um estado devoluto, ou à sua transformação em estabelecimentos hoteleiros, sem fazer qualquer referência ao período da ditadura estadonovista.

Argumentaremos sempre em prol da preservação da cultura material, seja ela em âmbito arqueológico e/ou museológico, ainda que saibamos as incertezas relativamente ao que a sociedade civil poderá vir a valorizar no futuro, pois o descuido de um objecto/edifício poderá implicar fatalmente a sua perda. Cabe-nos a nós, profissionais do património e da museologia, lidar hoje com este património relacionado com a violência, dor, sofrimento, bem como identificar, na medida do possível, os lugares da memória da violência política - que foram também lugares de resistência - para que se possam incluir nos roteiros. Por sua vez, estes deveriam integrar os instrumentos de gestão territorial (Plano Director Municipal) a fim que cada município possa protegê-los e dinamizá-los em projectos conjuntos com escolas ou museus/centros interpretativos, em iniciativas educativas que poderiam ocorrer de forma mensal, anual ou em datas comemorativas. Esta seria uma forma de cumprir as recomendações feitas na Resolução n.º 24/2008.

Em jeito de desfecho, destacamos duas ideias: somos nós que atribuímos significados ao património cultural e não existe uma definição encerrada do mesmo. Por isso, é essencial conhecê-lo, através de uma educação patrimonial, a qual também nunca se encerra. É fundamental que o número de indivíduos conscientes da importância da preservação do património cultural seja maior, quer esses vestígios tenham sido produzidos no Paleolítico Superior ou na Idade Contemporânea. A educação patrimonial é extremamente eficaz quando envolve a visita aos lugares onde decorreram essas mesmas manifestações sociais, religiosas, simbólicas e/ou culturais. Explicar e mostrar fotos dos traços filiformes de um cervídeo das gravuras do Côa servirá propósitos educacionais, mas nunca se entenderá como estas se comportam com diferentes ângulos da luz solar até vê-las no terreno, não se compreenderá a importância delas na paisagem, nem tão pouco o ambiente em que foram executadas. Foi imprescindível a conservação *in situ*. De igual forma, também se poderão mostrar fotos de presos políticos, da polícia política, incluir até testemunhos para fins educativos, mas a visita aos lugares de repressão e violência política do Estado Novo português é necessária para entender toda a complexidade do seu sistema repressivo, para compreender o que os governos podem legitimar e quais são as consequências dessa mesma legitimação para os seres humanos. Será importante discutir a sua conservação *in situ*.

Então, quais são, no território português, os lugares que foram palco de lutas pela musealização da memória da violência política dos membros da Resistência/Oposição? Que museus surgiram e quais são as suas missões e práticas museais? Como as avaliam as directoras dos museus existentes? Qual é a nossa crítica museológica a esses lugares? Discorreremos sobre estes pontos no capítulo seguinte.

Capítulo 3

O panorama museológico português: as missões e práticas actuais

3.1 Enquadramento

O panorama museológico português com o qual nos deparamos actualmente é bem diferente daquele do início do século XXI. Duas décadas volvidas e assistimos ao aumento de classificações do património cultural nas suas diferentes tipologias, desde o material, como por exemplo as gravuras rupestres do Côa e Siega Verde, ao natural, incluindo a sua paisagem envolvente, isto, é o Douro Vinhateiro, às categorizações em conjunto, nomeadamente o centro histórico de Guimarães e a Universidade de Coimbra, até ao imaterial, sendo exemplo o fado, o canto polifónico do Alentejo, o barro de Estremoz ou as festas de Inverno de Podence, referindo-nos apenas ao Património Mundial da Unesco. Assistimos à criação de novos museus, sendo o Côa, a Galeria da Biodiversidade do Porto, a Casa da Arquitectura, em Matosinhos, alguns exemplos, ou à renovação de outros, como o Museu da Ciência da Universidade de Coimbra ou o Museu da Cidade do Porto.

No início do século efectivou-se o enquadramento legal dos museus portugueses, houve uma qualificação do sector, uma evolução positiva em termos de bilheteira e diferentes iniciativas. Duarte (2012) indica: “acresce ainda o reconhecimento social da importância dos museus e a manutenção do seu crescimento e dinamismo” (p. 26). No mesmo artigo, a autora refere que “a próxima fase de maturação e desenvolvimento dos museus portugueses precisa apelar e fazer uso dessa noção reconceptualizada de património. Apenas desse modo, património e museus se poderão constituir como efectivos recursos ao serviço das populações” (*ibidem*, p. 28). Esta declaração, embora possua uma década, auxilia-nos no início deste terceiro capítulo. Afinal, existiu essa reconceptualização de património e efectivou-se a consequente musealização do mesmo? Nós defendemos que sim, desde logo pelo surgimento dos Museus da Resistência e Liberdade ainda nesse período.

Embora na Fortaleza de Peniche tenha existido um núcleo dedicado à Resistência antifascista, uma década depois da queda da ditadura estadonovista, a abertura do Museu do

Aljube, em 2015, é um marco histórico na área museológica. É o primeiro museu que tenta reconstituir a história da resistência ao fascismo luso. É, igualmente, o primeiro dedicado às memórias individuais e colectivas de ex-presos políticos do regime derrubado havia quarenta anos. Apesar de, como vimos no capítulo 1, terem decorrido sempre episódios onde foram evocadas essas memórias, Farinha (2021) indaga e dá uma resposta coerente com aquilo que pensamos: “Porquê, então, este «silenciamento» da memória da resistência e até do próprio Museu do Aljube? Porque este é um «Museu Histórico» com fortes implicações políticas. As memórias que desperta são uma herança difícil e traumática que, ainda hoje, causa tensões sociais, culturais e ideológicas. Mas também memórias que ecoam no silêncio, porque prolongam o «silêncio» imposto (e aceite) durante o regime anterior” (p. 123). Os museus desta tipologia atestam o comportamento humano, nas suas várias facetas, e colocam-no em evidência. Como veremos, são locais de cariz fortemente influenciador e educativo. Implementado o Aljube, em 2019 abre o Museu Nacional Resistência e Liberdade, de que faremos a descrição e análise nos subcapítulos seguintes.

Interessa-nos a criação dos Museus da Resistência e Liberdade, as suas práticas e a sua avaliação. Cremos que só assim será feita uma investigação completa e criteriosa. “Daqui para a frente, a promoção da qualidade do museu tem de passar pela ampliação do seu questionamento conceptual e estratégico, impondo abordagens mais problematizantes e reflexivas sobre ele e as suas funções sociais” (Duarte, 2012, p. 26). Partindo desta declaração, acreditamos que este questionamento deve ser feito em cada museu e conjuntamente, em âmbito nacional, iniciando-o, desde logo, com alguns dos seus elementos principais, isto é, a missão e as práticas museais.

No desenvolvimento deste estudo, consultámos a Lei-Quadro dos Museus Portugueses, Lei 47/2004, de 19 de Agosto, que “define os princípios da política museológica nacional, estabelece o regime jurídico comum aos museus, entre outros”. Na secção IV que se dedica à estrutura orgânica, no artigo 53º relativo ao regulamento do museu, especifica que este deve contemplar as seguintes matérias: a) Vocação do museu - aparece em primeiro lugar; b) enquadramento orgânico; c) funções museológicas; d) horário e regime de acesso público; e) gestão de recursos humanos e financeiros. Existia uma indefinição do conceito de vocação do museu que só em 2006, com o despacho normativo nº 3/2006, de 25 de Janeiro, e que foca a credenciação dos museus, no 5º ponto — Vocação —, é que fica claro: “A vocação do museu deve ser definida de acordo com o acervo existente e tendo em conta as incorporações previstas. Deve exprimir-se pela sua abrangência territorial e pela caracterização do seu campo temático, segundo a sua natureza disciplinar e segundo a sua

dependência administrativa”. Na Lei-Quadro não há referência à declaração de missão. No entanto, no mesmo ano, a nível internacional, é lançado o código de ética do ICOM para os museus. No primeiro artigo, depois dos princípios, surge o posicionamento institucional, subdividido em: “1.1. documentos de habilitação - As autoridades de tutela têm a responsabilidade de assegurar que o museu tenha um estatuto, um regimento ou outro documento oficial, conforme a legislação nacional. Estes documentos estipularão claramente o estatuto jurídico do museu, suas missões, sua permanência e seu carácter não lucrativo; e 1.2. Declaração das missões, dos objectivos e das políticas - A autoridade de tutela deve redigir, difundir e cumprir uma declaração que defina as missões, os objectivos e as políticas do museu, assim como o papel e a composição da sua directoria” (ICOM, 2004, p. 5).

Por um lado, a legislação nacional remete para a *vocação* do museu, por outro, a internacional enfatiza as declarações de *missões* que pressupõe serem várias. É então necessário deixar bem transparente que os museus devem ter uma declaração de missão, enquanto instituição permanente, nos seus documentos fundadores e nos programas museológicos. A definição da missão é encargo, incumbência, desempenho de um dever⁴⁵ e entende-se estar relacionada com modos de proceder e gerir. Isto leva-nos a citar as palavras de Semedo (2019): “Cada museu necessita de uma declaração de missão relevante e concisa, que comunique porque é que existe, quem serve e o que faz para a sua comunidade, e cada museu necessita de uma declaração de missão clara, que oriente todas as suas actividades e decisões. Uma declaração de missão não é apenas um documento necessário para o estatuto de organização sem fins lucrativos; é o coração e a alma de cada museu” (p. 10). Por regra, é um acto que precede a abertura do museu, contudo é um exercício que poderá ser efectuado a qualquer momento. “A missão é uma declaração de princípios que necessariamente reflectirá a visão estratégica de um qualquer museu, revelando os valores em que assenta, os seus projectos, o seu posicionamento em relação à sociedade e, por fim, uma compreensão dos contextos em que vive e de modos de fazer, de habitar do mundo. Não se trata, portanto, de um mero exercício retórico e enunciado de funções – como é muitas vezes costume apresentar – mas de um verdadeiro instrumento de liderança, gestão e governança” (Semedo, 2019, p. 12). É precisamente esse enunciado de funções que mais vemos escrito na declaração de missão da maioria dos museus portugueses, ou seja, adquirir, conservar, investigar,

⁴⁵ Definição no *website* da Infopédia. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/miss%C3%A3o>.

comunicar, expor. Embora estas funções estejam intrinsecamente ligadas ao que significa “ser museu”⁴⁶, estão muito longe de definir a missão do mesmo.

Este questionamento sobre a missão dos museus em Portugal, além de mencionado e discutido na formação superior em Museologia, na realidade profissional é fomentado pela *Acesso cultura*. Por exemplo, esse foi um dos pontos que a associação sugeriu no relatório do Grupo de Projecto Museus no Futuro em 2020: “A grande maioria dos Museus, Monumentos e Palácios [com tutela da DGPC] não tem uma missão concreta – curta, clara, concisa e individual. A maioria vê como missão a descrição do que faz, sem abordar as razões porque faz o que faz. Será necessário que cada entidade pense, formule e partilhe internamente e com o público a sua missão. Sem este trabalho, dificilmente se pode desenvolver um trabalho consistente e eficaz”⁴⁷. Esta é uma recomendação para os próximos dez anos da museologia portuguesa, que, embora seja direccionada para os museus sob a tutela da DGPC, deveria impulsionar juntamente os museus de tutela municipal.

Creemos que este exercício é fulcral na detecção da relevância de cada museu. São as opções tomadas que, de certa forma, demonstram a sua posição estratégica ou a falta dela. Vejamos: “Museums are in the intersection of choices. Choices about what the legacy of a museum will be. Choices about declaring why your museum matters. Choices about how to undertake the work that museums can uniquely do to make a difference. Choices about who the institution is really for and who it serves. Choices about how your museum and mission can impact change. Choices about how you will ensure that your museum remains relevant in the twenty-first century” (Anderson, 2019, p. 8). As opções materializam-se através das práticas museais. Estas são actividades científicas, educativas ou lúdicas que estão relacionadas com as funções museológicas: a) estudo e investigação; b) incorporação; c) inventário e documentação; d) conservação; e) segurança; f) interpretação e exposição; e g) educação. Neste estudo evidenciaremos aquelas actividades com o envolvimento dos diferentes públicos (que advêm do cumprimento das funções f) e g)).

Os conceitos apresentados estão intimamente relacionados. Uma instituição que está ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, deve saber a sua direcção, para onde quer

⁴⁶ A nova definição de museu foi votada e aprovada pelo ICOM no dia 24 de Agosto de 2022. “Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, colecciona, conserva, interpreta e expõe o património material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, e proporcionam experiências diversas de educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento”.

⁴⁷ Acesso Cultura (2020). *Sugestões ao relatório preliminar do Grupo de Projecto Museus no Futuro*. Notícia de 29 de Julho de 2020. Acedida em 18 de Setembro de 2022, em <https://acessocultura.org/2020/07/29/sugestoes-grupo-museus-no-futuro/>.

ir (visão), o seu propósito (missão), cumprir as funções museológicas, ter em conta os seus objectivos gerais e específicos, os seus valores e, não menos importante, não ter receio de se auto-avaliar para progredir e melhorar os seus serviços. É isto que pretendemos neste capítulo: diagnosticar a realidade museológica nacional desta temática da memória da violência política para, através dela, podermos dar resposta(s) à situação do imóvel do Heroísmo, onde se sediou, no Porto, a polícia política durante o Estado Novo.

3.2 Museu do Aljube – Resistência e Liberdade

O Museu do Aljube Resistência e Liberdade está sediado no centro de Lisboa. A ocupação do edifício foi contínua desde o século I, momento em que terá sido construído, e desde o século VIII, e até ao século XX, a sua função foi maioritariamente prisional. A sua criação e categorização como museu de heranças difíceis e museu memorial foi objecto de estudo de Ana Morais, em 2015 (ver Morais, 2015). O museu foi precedido da exposição *A voz das vítimas* que se realizou neste mesmo imóvel, em 2011, e pelas petições dos movimentos criados pelo NAM e pela URAP que tiveram uma adesão fortíssima da sociedade civil. Logo depois, foi aprovada a instalação do museu durante o mandato municipal de António Costa, do Partido Socialista, e nomeada uma comissão instaladora. Claro que nesta decisão não podem ficar ocultos todos os esforços das associações supramencionadas aos quais se juntam, também, a fundação Mário Soares e o IHC- Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Actualmente, o museu é tutelado pela EGEAC, E.M.

Segundo Farinha (2021), o número de visitantes tem aumentado. “O Museu tem crescido em visitantes a uma média de 25% ao ano e esperava atingir os 45 mil visitantes em 2020 (meta prejudicada pela actual crise pandémica do COVID-19)” (p. 132). Este historiador foi director por um mandato de cinco anos e actualmente Rita Rato detém o cargo, embora não tenha sido aceite de forma consensual no mundo da Museologia e História⁴⁸. Nem sempre é.

O Museu do Aljube “é dedicado à memória do combate à ditadura e à resistência em prol da liberdade e da democracia. É um museu municipal que pretende preencher uma lacuna

⁴⁸ Salema, I. (2020). Historiadores e museólogos contestam escolha de Rita Rato para direcção do Museu do Aljube. *Público*, de 8 de Julho de 2020. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2020/07/08/culturaipilon/noticia/historiadores-museologos-contestam-escolha-rita-rato-direccao-museu-aljube-1923680>.

no tecido museológico português, projectando a valorização dessa memória na construção de uma cidadania responsável e assumindo a luta contra a amnésia desculpabilizante e, quantas vezes, cúmplice da ditadura que enfrentámos entre 1926 e 1974.”⁴⁹ É desta forma que o museu se apresenta no seu *website*. Imediatamente a seguir pode ler-se a sua missão/visão que faz referência aos seguintes pontos: “Pretende valorizar as memórias comuns de resistência e evidenciar os principais traços do regime ditatorial que submeteu o nosso país durante quase meio século; Pretende dar a conhecer o silêncio em que todo um povo foi mergulhado, resgatando-o para ensinamento de toda a comunidade, em especial dos mais novos; Pretende partilhar nos nossos dias aspectos das realidades então vividas, organizando-os de modo sistemático e rigoroso; Pretende inscrever na vivência colectiva os valores das lutas travadas pela liberdade e pela democracia, com a firmeza da esperança num país mais livre, justo e fraterno; Pretende patrocinar o resgate das memórias de luta e de sofrimento, evocando momentos duros e, também, momentos empolgantes da resistência, seguros da vitória que se haveria de alcançar sobre o arbítrio e a violência; Pretende assumir a luta contra a amnésia desculpabilizante e, quantas vezes, cúmplice da ditadura que enfrentámos entre 1926 e 1974; Pretende remar contra a corrente da desmemória organizada pelas ideologias dominantes nas sociedades contemporâneas; Pretende combater essa fabricação de um «presente contínuo», que torna fácil e eficaz a manipulação, a demagogia e o regressismo «invisível» às piores formas de opressão; Pretende dar voz às vítimas e mostrar como é longo e difícil o caminho da sua reabilitação, impondo a verdade e o exemplo sobre o silêncio e o embuste; Pretende honrar os resistentes que ousaram empenhar-se numa luta desigual e sempre ameaçada pela perseguição e pela prisão, pela tortura, pelo exílio, pela deportação e quantas vezes pela morte; Pretende restituir a memória colectiva à cidadania, na sua pluralidade; Pretende, em suma, assegurar que o nosso futuro não seja amputado do nosso passado. O futuro cria-se no presente com a memória do passado.”

É um museu distinto dos outros. Farinha (2017) narra bem a sua dinâmica: “O Museu não tem uma colecção. (...) Como sítio musealizado, vive especialmente da herança imaterial que se foi reconstruindo com recurso aos registos das polícias, dos tribunais e, muito especialmente, de alguns dos cerca de 30 mil presos políticos, (ainda vivos muito deles), que por lá passaram” (p. 25).

Esta instituição tem uma exposição de longa duração, em língua portuguesa e inglesa. No piso -1 e no piso 0 poder-se-á visitar a história patrimonial do Aljube e alguns vestígios

⁴⁹*Website* do Museu do Aljube. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.museudoaljube.pt/sobre-o-museu/>.

arqueológicos. No primeiro piso, mostra-se a ascensão e queda dos fascismos, e suas cronologias, as certezas indiscutíveis, a imprensa clandestina, a clandestinidade, as polícias e os tribunais políticos. No segundo andar, dedica-se a exposição aos presos, às prisões, aos isolamentos e às formas de resistência. No terceiro piso, as temáticas trabalhadas são o colonialismo e a luta anticolonial, evidenciam-se os *que ficaram pelo caminho*, a liberdade e o 25 de Abril de 1974, a memória e cidadania. No último andar, localiza-se o auditório e há espaço para uma das exposições temporárias, estando a outra montada no espaço do rés-do-chão. Devemos evocar que os museus e a comunicação adquirem relações extremamente fortes e a exposição é a sua manifestação mais sublime. Mensalmente decorrem visitas orientadas e visitas para grupos escolares, com mediação própria adaptada a cada grau de ensino.

As exposições temporárias são pensadas e executadas frequentemente e são programadas actividades que envolvem visitas orientadas à exposição, conversas em torno da temática, exibição de filmes, itinerários pela cidade, peças de teatro, entre outras⁵⁰.

As actividades do serviço educativo (derivadas da função museológica da educação)⁵¹, em 2022, consistem num ciclo de conversas a propósito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril (simbolicamente antecederam as comemorações oficiais do Estado): *E se trocássemos umas ideias sobre a Revolução?* e *As Artes da Revolução*; e um roteiro intitulado *A Revolução está na rua!* que reúne alguns locais e momentos determinantes do dia 25 de Abril e do processo revolucionário de 1974 e 1975. Decorreu ainda a formação *Democracia, porque sim!*, sobretudo orientada para professores e educadores, e um *webinário*, em parceria com o Memorial da Resistência de São Paulo, intitulado *Diálogos Transatlânticos: a experiência de museus dedicados à história e à memória política*. Efectuou-se uma visita orientada à instalação *Cartas do mau encontro* pelo próprio autor, Emiliano Dantas. *O Centenário de Hermínio da Palma Inácio* reuniu Ana Sofia Ferreira, Fernando Pereira Marques e Luís Farinha para uma conversa. *Elas também estiveram lá*, de Joana Craveiro, foi um filme exibido no Dia Internacional da Mulher. Finalmente, nas redes sociais *Facebook* e *Instagram*, há uma publicação diária que relembra pessoas, histórias e memórias pessoais intitulada *#nstedtia*.

Em 2021, decorreram várias sessões de apresentações de livros como, por exemplo, *Vozes ao Alto! 100 Histórias na História do Partido Comunista Português*, de vários autores,

⁵⁰ No anexo 1, elencamos as exposições temporárias desde 2015 até Agosto de 2022.

⁵¹ Visto que não encontramos nenhuma dissertação ou artigo científico específico sobre o serviço educativo do museu, a nossa pesquisa baseou-se em artigos gerais do Museu do Aljube e consulta no *website*.

País do silêncio, de Rita Cruz, *O estado do racismo em Portugal: Racismo Antinegro e Anticiganismo no Direito e nas Políticas Públicas*, de Silva Maeso, e *Elas estiveram nas prisões do fascismo*, da URAP. Mais, o Museu do Aljube apresentou *Ficaram pelo caminho* e *A vida social das coisas*, publicações próprias. A primeira pretende evocar e homenagear as vítimas mortais da Ditadura Militar e do Estado Novo, entre 1926 e 1974, e a outra salientar as histórias dos objectos. Manuel Alegre foi convidado para uma conversa sobre as suas memórias de resistência e de oposição à ditadura e à guerra colonial. Adaptou-se a peça teatral o livro de Margarida Tengarrinha *Memórias de Uma Falsificadora*, com o título *Rascunhos: Memórias de uma Falsificadora*, de Joaquim Horta, e ainda *Amores na clandestinidade*. O Museu do Aljube convidou Rita Von Hunty para uma aula com o tema *Entendimento, resistência e horizonte: uma breve história do capitalismo* e apoiou o itinerário Cambedo da Raia, em parceria com o IHC da Universidade Nova de Lisboa. A instituição promoveu oficinas de cinema do projecto educativo do *Doclisboa*, dedicado a crianças e jovens. *Com Garras e Dentes – Fábulas de Animais Livres e Resistentes* foi pensado para crianças e famílias assim como uma oficina *docs4kids*, e outras actividades para as férias de Natal. O museu recebeu ainda o Encontro de Professores Descola | PNA na plataforma *Teams*.⁵²

Há duas actividades assíduas: *Vidas na Resistência* e *Vidas Prisionáveis*, onde os antifascistas relatam as suas experiências pessoais, sendo feita a gravação desse depoimento. A parte mais interessante é que, habitualmente, são acompanhadas por turmas de alunos, o que promove a escuta e o diálogo. Existe um funcionamento profundamente relacionado com o trabalho de recolha, e posterior inventário, de testemunhos e objectos. Não poderíamos esquecer os colóquios internacionais sobre *Campos de Concentração coloniais* (2016), *História e Memória na construção de uma cidadania democrática* (2017), *As Esquerdas Radicais Ibéricas - ruptura e consenso* (2018). As actividades são quase todas em língua portuguesa, havendo a possibilidade de pedir visita orientada em Inglês e Francês.

Estas acções foram implementadas gradualmente e é legítimo perguntarmos: a quem servem? A vários públicos: um altamente especializado, que acompanha as publicações de livros, as peças de teatro, os ciclos de cinema, os colóquios; outro, a cultura popular/de massas, pois está na génese do museu servi-la, com actividades pensadas especificamente para crianças - contos, oficinas para férias -, jovens - concurso de contos, laboratório de História, visitas orientadas - e adultos - apresentações de livros, conversas, peças de teatro,

⁵² As restantes actividades anuais, entre 2015 e 2020, seguem no anexo 2.

cinema, itinerários pela cidade. Fizemos, aqui, esta recolha extensiva porque nos serve como exemplo de uma programação relacionada com as exigências da actualidade.

Para uma comunicação, considerada por nós, bastante eficaz, é igualmente determinante referir que no seu *website*, na barra “centro de documentação”, o museu disponibiliza conteúdos sobre as temáticas das resistências à ditadura, prisão, tortura e exílios. O catálogo está *online*, assim como o arquivo digital, e *os que ficaram pelo caminho*. O Museu do Aljube publicou o livro *A vida social das coisas* e, ao mesmo tempo, disponibilizou um recurso didáctico para o público infantil e juvenil sobre objectos e as temáticas do museu⁵³. Sessenta e cinco testemunhos podem ser vistos em formato vídeo na página da rede social *Youtube* - com noventa e quatro entradas – sobre *Vidas Prisionáveis* e *Vidas na Resistência*. Nesse mesmo canal, disponibilizam-se tantos outros vídeos sobre as formações com professores e os colóquios. Além da função da educação e exposição, o arquivo digital contribui para a execução da função de “investigação,” divulgando semanalmente o seu acervo arquivístico. No *webinário* intitulado *Diálogos Transatlânticos: a experiência de museus dedicados à História e à memória política*, em Setembro de 2022, a directora do Museu do Aljube, influenciada pelas práticas do Memorial da Resistência de São Paulo, revelou que um dos seus objectivos quando chegou ao museu era precisamente esse, “abrir o arquivo documental”, isto é, digitalizá-lo e disponibilizá-lo por conteúdos específicos para escolas e investigações académicas. Afirma, ainda, que sente essa responsabilidade.

3.3 Museu Nacional Resistência e Liberdade – Fortaleza de Peniche

A Fortaleza de São Francisco, habitualmente referida como Fortaleza de Peniche, é o monumento onde hoje está implementado o Museu Nacional Resistência e Liberdade. O museu é indissociável da sua história e conhecê-la é fundamental para uma melhor leitura e compreensão. Saber que Peniche foi uma ilha, e que ainda mantém essa geografia que se destaca da linha de costa, permite-nos compreender que era, por isso mesmo, um excelente ponto de observação e de identificação, uma porta de entrada para o país. Porém, a mesma ilha que recebeu refugiados e abrigou milhares de pessoas, aprisionou também outras tantas. O próprio edificado é muito significativo. Lembra e apela à reflexão e é parte integrante da sua identidade museológica. Construída no século XVI por D. Luís de Ataíde, sob a ordem de

⁵³ Pode ser visitado no *website*. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.museudoaljube.pt/doc/a-vida-social-das-coisas/>.

D. João III, a fortaleza teve um papel estratégico na defesa da costa e do Reino e foi praça militar. Ao longo de trezentos anos decorreram muitos acontecimentos históricos de relevância nacional.⁵⁴

Depois do golpe militar de 28 de Maio de 1926, a Fortaleza de Peniche recebeu os primeiros presos de natureza política e militares com residência controlada. Um dado novo e significativo é transcrito de um documento de Carmona (2018): “Em 1937, havia seis anos que existiam presos civis na Cadeia do Forte de Peniche. Portanto, em 1931, o Forte de Peniche era já uma prisão política. A outra informação é a de que os militares em residência fixa recolhiam à noite à Fortaleza para dormir devido à sua situação financeira”.⁵⁵ Oficialmente, em 1934, o Estado Novo instituiu o Depósito de Presos de Peniche, sob a direcção da PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado). Os homens ficavam alojados nas antigas instalações da Fortaleza, mais precisamente nas casernas e cavalariças militares. “Insalubres, sem condições de higiene, os presos deitavam-se em enxergas sebtas” (URAP, 2018, p. 100). Foi neste ambiente que a Fortaleza de Peniche foi classificada como Monumento Nacional pelo Decreto n.º 28 536, DG, I Série, n.º 66, em 22-03-1938.

Outro ponto de viragem aconteceu em 1953, quando se iniciaram as obras para construir a prisão de alta segurança. O objectivo era manter os presos cada vez mais isolados, para cumprirem penas longas, penas que teoricamente não tinham fim – visto que imperava as medidas de segurança⁵⁶. Inspirados nos modelos prisionais americanos, foram construídos três blocos prisionais – denominados A, B e C –, separados por dois pátios, e ergueu-se o parlatório. A lotação da cadeia passou a ser de 154 presos. O dia-a-dia na prisão e os regulamentos da cadeia estão descritos no livro *Forte de Peniche – Memória, Resistência e Luta*⁵⁷.

No dia 25 de Abril de 1974, foi formado um cerco à cadeia para a sua rendição, recusada, no entanto, pelo seu director. Somente depois de assinado um documento pelo General Spínola, onde dava autorização aos oficiais para libertarem os presos políticos, é que ela se efectivou. Na madrugada do dia 27 de Abril, após uma decisão firme de “ou saíam

⁵⁴ Alguns deles estão descritos no catálogo da exposição.

⁵⁵ Carmona, R. (2020). *Peniche terra de exílio e prisão. Militares com residência fixa – anos 1930*. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <http://www.museunacionalresistenciae liberdade-peniche.gov.pt/wp-content/uploads/2020/11/Peniche-terra-de-ex%C3%ADlio-e-pris%C3%A3o.-Militares-com-resid%C3%Aancia-fixa..pdf>.

⁵⁶ Depois de 1956, o regime das medidas de segurança agravou – “estas penas poderiam ser ordenadas por períodos indeterminados de seis meses a três anos contra presos que, depois do cumprimento das respectivas penas, continuavam a revelar-se perigosos segundo o critério da polícia política” (Pimentel, 2022, p. 102).

⁵⁷ *Forte de Peniche. Memória, Resistência e Luta* (2018). União de Resistentes Antifascistas Portugueses, 4ª edição.

todos ou não saía nenhum”, os presos atravessaram o portão e a multidão fervorosa gritava “Liberdade, Liberdade”⁵⁸. Pela cadeia do Forte de Peniche passaram 2510 prisioneiros, contudo os números continuam a crescer à medida que avança a investigação. Rechená *et al.* (2022) relata que “o primeiro acto formal conhecido para a constituição de um museu na fortaleza foi preconizado pelo município de Peniche, no dia 3 de Março de 1976, através da acta nº 101” (p. 144), mas também é “no ano seguinte que surge a possibilidade de ser construída uma unidade hoteleira” (*ibidem*, p. 145).

Três anos passados e a Fortaleza, afinal, acolhe um centro de refugiados, dirigido pela Cruz Vermelha Portuguesa. Até ao final de 1982, contabilizaram-se mais de 500 pessoas provenientes das antigas colónias que residiram na Fortaleza. A partir de 1984, o monumento passou a ser gerido pela Câmara Municipal de Peniche, que aproveitou as instalações para actividades culturais e lúdicas e construiu o Museu Municipal de Peniche com várias temáticas, desde a história do concelho, arqueologia, embarcações e história naval, artesanato e rendas de bilros, conquiologia e, entre eles, um núcleo antifascista. Este último, apresentava o seu conteúdo expositivo no parlatório e em parte do pavilhão C, na ala da alta segurança da antiga prisão, permitindo aos visitantes percorrer o corredor e visitar as celas individuais. “No início do corredor encontra-se o antigo refeitório do piso, onde ainda se vêem algumas das estruturas da cozinha e painéis que descrevem pormenores de diferentes pontos como as condições a que os presos estavam sujeitos, regras de comportamento no espaço, as fugas, entre outros. Quanto às restantes celas destacam-se, essencialmente, três: a primeira onde se pode observar uma cela museografada à época, isto é, mobilada com os armários, a cama e a secretária onde se vê um manequim a escrever; a segunda dedicada à tortura na qual se observa, através do óculo da porta uma cena de violência mostrando que esta era realizada de forma escondida e à porta fechada (...); e a última, a cela de Álvaro Cunhal onde se pode perceber o espaço que o líder do Partido Comunista Português ocupava e as condições em que ali viveu, com a sua mala, cama e balde. Deve acrescentar-se a estes núcleos também a existência, num canto do forte, à beira da falésia, o redondo ou segredo (...). Este espaço também foi musealizado tendo, na maior parte, painéis informativos e a recriação de uma cela onde se observa um manequim sentado no chão, junto do colchão que lhe servia de cama e o balde para as suas necessidades fisiológicas, mostrando a exiguidade do espaço” (Morais, 2015, p. 85). Este foi o primeiro núcleo a abordar esta temática da violência política com uma

⁵⁸ Museu Nacional Resistência e Liberdade. (2019). *Por teu livre pensamento. Catálogo da Exposição*. Edição bilingue Português-Ingês. Museu Nacional Resistência e Liberdade e Direcção Geral do Património Cultural. Lisboa.

museografia muito própria do seu tempo, explorando muito a reconstituição com manequins e recorrendo aos painéis informativos. Existia, ainda assim, autenticidade nesta primeira tentativa de informar e evocar a memória deste período.

No final dos anos 90, segundo Rechená *et al* (2022), “o município de Peniche assina um protocolo de acordo com a DGPC e a ENATUR (Empresa Nacional de Turismo, SA)” (p. 145). Depois de alguns anos de degradação notável do monumento, em 2016, o Programa REVIVE – Valorização do património para fins Turísticos –, gerido pelo Turismo de Portugal, lançou um documento onde vários edifícios públicos foram mencionados para projectos turísticos, incluindo a Fortaleza de Peniche. A sociedade civil, nomeadamente aquela mobilizada pela URAP, insurgiu-se, de imediato, criando uma petição subscrita por 9635 cidadãos, entregue na Assembleia da Republica em Janeiro de 2017 (2018, p. 25). Seguiram-se os projectos de Resolução 542/XIII, relativo à preservação da memória e história do Forte de Peniche (BE), Projecto de Resolução 785/XIII, que recomenda ao Governo a preservação, conservação e dignificação da Fortaleza de Peniche (PS), e o Projecto de Resolução 790/XIII, que evidencia a recuperação, requalificação e valorização do Forte de Peniche (PCP). Após reflexão por parte do governo, a Fortaleza de Peniche foi retirada do conjunto inicial da proposta do REVIVE. Na reunião plenária de 7 de Abril de 2017, sobre a requalificação do Monumento Nacional, assistiu-se aos votos a favor do PS, BE, PCP, PEV, PAN e abstenção do PSD e CDS-PP.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2017, de 27 Abril, definiu a Fortaleza de Peniche como um monumento de importância única na história de Portugal, símbolo de resistência, de defesa da soberania, de solidariedade e de cultura. Considerou que devia ser preservada a integridade do edificado, desenvolvendo um planeamento faseado. Assim sendo, a tutela do monumento passou para a Direcção-Geral do Património Cultural e, em Setembro, foi elaborado um programa museológico constituído por 11 núcleos⁵⁹.

Em Abril de 2018, através do Despacho nº 998/2018, o Ministro da Cultura decidiu criar a Comissão de Instalação dos Conteúdos e da Apresentação Museológica (CICAM) do futuro Museu Nacional da Resistência e da Liberdade. “A comissão foi presidida pela Directora Geral do Património Cultural, Paula Silva, e integrou o Presidente da Câmara Municipal de Peniche, Henrique Bertino, e o Chefe de Gabinete do Ministro da Cultura, Jorge Leonardo. As seguintes individualidades integraram similarmente a CICAM: Adelaide Pereira

⁵⁹ Direcção-Geral do Património Cultural (2017). *Programa Museológico do Museu Nacional Resistência e Liberdade*. Lisboa. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em museunacionalresistencialiberdade-peniche.gov.pt/wp-content/uploads/2022/03/Guiao_programa_Museologico.pdf.

Alves, Domingos Abrantes, Fernando Rosas, José Pedro Soares, Manuela Bernardino, Raimundo Narciso e João Bonifácio Serra. Participaram nos trabalhos, sem direito de voto, os membros do Gabinete do Ministro da Cultura, Hernâni Loureiro e Fernando A. Batista Pereira; Teresa Albino, da DGPC; Rui Venâncio, da C.M. Peniche; Luís Farinha, do I.H.C. da Universidade Nova de Lisboa; João Avelãs Nunes do CEIS20 da Universidade de Coimbra; e Amélia Polónia e Marzia Bruno, do CITCEM da Universidade do Porto”.⁶⁰

Na primeira fase de intervenção, consolidaram-se as muralhas e adaptaram-se alguns dos espaços para o projecto de museografia da primeira exposição, *Por teu livre pensamento*. O financiamento do projecto proveio de fundos da UE, através de uma candidatura da DGPC ao programa operacional Centro 2020, totalizando 3.000 milhões de euros. Em 2 de Outubro de 2018, foi criado o Comité Executivo do Museu de Peniche cuja tarefa é acompanhar a última fase de obra. A supervisão e decisão última serão da responsabilidade da Direcção-Geral do Património Cultural e o comité foi composto por Paula Silva, que presidia, Domingos Abrantes, Fernando Batista Pereira, Fernando Rosas, José Pacheco Pereira, Silvestre Lacerda, Teresa Albino e João Matos, o arquitecto responsável.

O Museu Nacional Resistência e Liberdade – de agora em diante siglado aqui como MNRL - abriu portas no dia 25 de Abril de 2019. É um museu de memória (Rechena *et al*, 2022, p. 149), de âmbito nacional, que está em fase de instalação. Desde 2021 que é dirigido pela museóloga Aida Rechena.

A sua missão “nasce do reconhecimento da Fortaleza de Peniche enquanto espaço-memória e símbolo maior da luta pela liberdade à escala nacional, com ressonâncias internacionais na luta ancestral e actual pela Democracia e pelo respeito dos Direitos Humanos. De âmbito multidisciplinar, o MNRL tem como missão investigar, preservar e comunicar a memória nacional relativa à Resistência ao regime fascista português, a partir das memórias e experiências daqueles e daquelas que lutaram pela Liberdade e pela Democracia.”⁶¹No ano de 2022, são priorizados três eixos: a recolha de testemunhos, a criação do centro de documentação e memória e a cartografia de espaços de memória em Peniche, nas cidades onde se localizaram outras prisões políticas e no restante território nacional (Rechena *et al*, 2022, p. 151). O museu também não descurou os seus visitantes, número que em 2019 ultrapassou largamente os 100 mil.

⁶⁰ O guião poderá ser consultado no *website*. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em http://www.museunacionalresistencialiberdade-peniche.gov.pt/wp-content/uploads/2021/09/3_CICAM_Guiao_MNRL_Final_Abril_2018.pdf.

⁶¹ Transcrita do *website*. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <http://www.museunacionalresistencialiberdade-peniche.gov.pt/pt/missao/>.

A exposição temporária *Por teu livre pensamento* esteve patente desde a abertura do MNRL até 6 de Fevereiro de 2022. A mostra destacava a repressão e a violação dos direitos humanos pela Ditadura Militar e pelo Estado Novo, a Guerra Colonial, a Resistência ao fascismo, o 25 de Abril, a libertação dos presos políticos em Peniche e o regime democrático. O percurso era livre, todavia nas brochuras disponíveis na loja do museu os espaços estavam numerados de 1 a 5, sugerindo um trajecto. A exposição dividia-se por cinco espaços da Fortaleza: memorial aos presos políticos, inaugurado na abertura do museu - grandes peças metálicas com os nomes gravados daqueles ali encarcerados, ordenados por ordem alfabética; o parlatório, local onde os presos recebiam as visitas dos familiares; a sala grande da exposição localizada no antigo refeitório da GNR, onde se exibia o projecto de arquitectura e os temas do futuro museu, em dois espaços distintos; a capela de Santa Bárbara (pertencente ao conjunto de edifícios construídos durante o século XVII, que mantém o altar, púlpito e coro alto, que, por sua vez, fazia a comunicação com o palácio do Regedor), onde se mostrava a História da Fortaleza; e, finalmente, o fortim redondo, usado para as celas disciplinares e cumprimento de isolamento – designadas por *segredo*. Neste último, são actualmente visitáveis três compartimentos, nos quais são descritas algumas das fugas da prisão, com particular destaque para a de Dias Lourenço e para a fuga colectiva de Álvaro Cunhal e outros dirigentes e militantes comunistas.

Esta exposição foi complementada com visitas guiadas dirigidas a diferentes públicos, visitas orientadas, com temas como a arte de Júlio Pomar, e, ainda, visitas acompanhadas pelos ex-presos políticos Domingos Abrantes, Xico Braga, Adelino Pereira da Silva, entre outros. Este último foi inclusivamente às escolas com as técnicas do museu mostrar o projecto do museu e contou a história de um objecto – um cartão ilustrado - que havia feito para a sua filha durante o tempo em que esteve preso.

Candelabro ASM. Aristides de Sousa Mendes: o exílio pela vida foi a primeira exposição internacional que esteve patente, entre 27 de Abril e 31 Outubro 2021. Uma homenagem de arte contemporânea a Aristides de Sousa Mendes através de uma vídeo-escultura de Werner Klotz, artista alemão. A ela foram associadas algumas práticas museais: um seminário de estudos sobre o Holocausto, visitas orientadas e leitura do livro infantil *Aristides - o semeador de estrelas* de Cristina Luz, com ilustrações do neto do resistente, junto à lareira da sala polivalente. Abordaram-se temáticas como os refugiados e os direitos humanos, explorando a questão “quem seria capaz de fazer isto?”

A exposição *PCP – 100 anos de vida e de luta* apresentada no átrio junto ao parlatório, de 21 de Novembro a 5 de Dezembro de 2021, foi organizada pela Comissão Concelhia de

Peniche do Partido Comunista Português em colaboração com o MNRL. Além de painéis alusivos ao percurso de luta e intervenção do PCP, desde a sua fundação até aos dias de hoje, estavam representados variados objectos, utensílios, ferramentas e publicações.

Finalmente, falta-nos registar as actividades desenvolvidas pelo museu. Em primeiro lugar, as já referidas visitas guiadas à exposição *Por teu Livre pensamento*, para o público escolar e adulto. A visita com audioguia, em particular, explorava, durante uma hora, a história e vida da prisão em cinco núcleos. Em segundo lugar, destacamos o roteiro pela cidade de Peniche, designado *Conhecer o museu e a cidade – roteiro da resistência e solidariedade*, desenvolvido em parceria com a URAP Peniche e, usualmente, encabeçado por João Manuel Neves. Consiste numa visita guiada no museu e na cidade, seguindo o inventário das casas, instituições e lojas comerciais que tiveram importância para a história da prisão política durante o século XX.

Outros três projectos que devem ser enfatizados são: a contínua recolha de testemunhos orais e objectos, as entrevistas feitas a ex-presos políticos e suas famílias, algumas delas já disponibilizadas no *website*, com acesso livre (sete completas – em formato vídeo ou texto – e cinco com um ou dois parágrafos retirados de livros) e a *newsletter*. No seu *website* são especificados os projectos de doutoramento em curso: de Inês Ferreira de Almeida, sobre *Corpos Femininos, Presos Políticos: A Violência Policial Face às Mulheres na Resistência ao Regime Fascista*, da FCSH da UNL, e de Sofia Brilhante Lisboa sobre *A musealização da violência política do século XX – estudo comparado entre Portugal, África do Sul e o Chile*, também da FCSH da UNL. Está também a ser desenvolvida uma dissertação de mestrado, de Ana João Macatrão, sobre *Museus comunicantes: o caso do Museu Nacional Resistência e Liberdade*. Henrique Alves de Sousa já escreveu sobre *Imagens e memórias colectivas: o Museu Nacional Resistência e Liberdade*. Práticas igualmente relevantes foram os colóquios de educação patrimonial, em colaboração com a associação *Patrimonium* de Peniche, as apresentações de livros das temáticas do museu, como por exemplo *Em sentido contrário, biografia de Venerando Ferreira de Matos – um oposicionista na província*, de Venerando Aspra de Matos (o filho), *Elas estiveram nas prisões do fascismo*, da URAP, e, ainda, os concertos Ensemble da orquestra clássica do tempo, entre outros. A apresentação dos resultados da intervenção arqueológica efectuada em 2021, nas paredes interiores da prisão e da prospecção geofísica dos espaços, intitulado de *Arqueologia da Resistência*, foi coordenado por Rui Gomes Coelho, da Durham University, do Reino Unido, e Marina Pinto e Vanessa Rodrigues da ERA Arqueologia SA.

Especialmente desenvolvida para o público mais jovem, a visita-jogo *Não te irrites* é inspirada num jogo dos ex-presos políticos e a visita com personagens animadas representa a fuga colectiva de Álvaro Cunhal. Fomenta-se, ainda, a criatividade dos mais jovens, pedindo para testemunharem *O museu numa palavra*. Em 2020, ano em que a pandemia ditou o fecho dos espaços públicos, foi apresentado um vídeo com as memórias dos visitantes escritas no livro, palavras inspiradoras, poéticas e afirmativas de um assertivo “nunca mais”. Publicou-se ainda nas redes sociais, *Facebook* e *Instagram*, a rubrica *espaço da semana* (da prisão política) e ainda *A fita do tempo da Revolução de Abril*, onde se podem ouvir as crianças do concelho de Peniche.

Quanto à investigação disponibilizada ao público, no *website* estão dezassete artigos para leitura, uns sobre celas disciplinares, a PIDE, outros sobre o regime prisional, o quotidiano. Mais seis artigos, em arquivo, sobre primeiros presos do Tarrafal, presos em Peniche, *cartas da prisão* de José Magro, entre outros. No separador “conhecer”, são dedicadas algumas palavras ao monumento nacional, à história da fortaleza e da prisão política e ao memorial.

3.4 Auscultação aos Museus da Resistência e Liberdade, às missões e práticas

Seguindo a estrutura deste capítulo, analisaremos o discurso expositivo, as missões e práticas de cada instituição. Para fazermos a auscultação, iremos recorrer a uma metodologia aprendida durante o mestrado - as variáveis IPOP (Pekarik *et al.*, 2014). Segundo esta metodologia, os visitantes das exposições dos museus reagem baseados em quatro tipologias que sintetizam os seus interesses primários: *ideias* - atracção para os conceitos, abstracções, pensamento linear, factos e razões; *pessoas* – atracção pelas ligações humanas, experiências afectivas, histórias, e interacção social; *objectos* – atracção pelas coisas, estética, trabalho artesanal, propriedade e linguagem visual; e *espaço físico* atracção por sensações, movimento, toque, som, sabor, luz, aroma, todos os sentidos incluindo o tacto. Cada visitante será atraído por aquela que é mais dominante em si. Assim, um museu será mais interessante e global, alcançando os diferentes públicos, se tiver em conta estas variáveis e as contemplar no seu discurso expositivo.

Creemos ser importante, neste momento, referir que visitámos o Museu do Aljube três vezes, em anos diferentes (2019, 2020 e 2022) e que prestámos 9 meses de serviço no Museu Nacional Resistência e Liberdade enquanto assistente de sala e guia entre o ano de 2019 e

2020, praticando, conseqüentemente, uma observação participante na exposição temporária *Por teu livre pensamento*.

Para o desenvolvimento do nosso estudo, além da bibliografia e da documentação, queríamos acrescentar alguns dados novos ao nosso diagnóstico. Em primeiro lugar, pensámos nas entrevistas. Segundo Quivy e Campenhoudt, estas “contribuem para descobrir os aspectos a ter em conta e alargam ou rectificam o campo de investigação das leituras. Umhas e outras são complementares e enriquecem-se mutuamente” (1998, p. 9). Tendo por objectivo datar uma avaliação dos museus desta tipologia, começámos por equacionar a quem seria útil fazer estas entrevistas. Surgiram logo as directoras dos museus pois serão aquelas que detêm mais informação sobre a instituição e poderão facultar-nos algo significativo. Reflectimos um pouco sobre esta parte. Como não importaria tanto analisar as verbalizações (ou os silêncios) e reacções das respostas, decidimos antecipadamente fixar as questões. Embora saibamos que as interlocutoras não tiveram outra escolha senão responder a estas categorias, é preciso realçar que não tínhamos ideias pré-concebidas e que as questões e respostas foram efectuadas de forma livre. Por outro lado, pretendíamos que fosse um exercício com algum impacto, que levasse as directoras a apontar algum tipo de adequação do programa museológico à actualidade museológica.

No mês de Março de 2022, estabelecemos as bases desta auscultação, contextualizando-a no âmbito da dissertação e obtendo a devida autorização das directoras para transcrever as suas respostas na mesma⁶². Posteriormente, endereçámos o questionário, deixando ao seu critério responder ao mesmo em reunião, preferencialmente *online*, ou por escrito. Frisámos que, pela simples razão de poder ser mais vantajoso – dar respostas mais ponderadas e estruturadas, gerir melhor o tempo, responder aos itens por qualquer ordem, preenche-lo em vários momentos –, poderiam dar resposta por escrito. Foi este último o método adoptado e consideramos que se recorreu, portanto, a uma estratégia metodológica restrita, com foco numa vertente qualitativa, para analisar o conteúdo.

Depois de efectuado o enquadramento, analisaremos esta realidade museológica.

⁶² Anexo 3 - questionário às directoras dos Museus de Resistência e Liberdade.

3.4.1 Aljube

Não restringindo a análise a cada piso do museu, de uma forma geral, há uma fortíssima representação das *ideias*, isto é, num primeiro momento, há datas, dados comparativos entre 1950, 1970 e 2001, e factos que comprovam a melhoria de vida em diversos âmbitos, nacional e internacionalmente. Uma sala é composta por textos, reproduções de documentos, de recortes de jornais, de fotografias, de ilustrações, uma sala coberta de cor e informação. Um excesso que não enfraquece, ele justifica-se aproximando-se de uma mostra documental. Depois, há uma excelente explicação dos circuitos prisionais, da tortura e da Guerra Colonial. Consideramos que a variável do *espaço físico* está bem conseguida: há corredores que quase encostam os visitantes às paredes com as verdades incontestáveis do Salazarismo, a palavra “Não” mormente evidenciada como regra a ser cumprida, os valores da revolução do 28 de Maio e, ao fundo, uma fotografia de grandes dimensões mostra-nos mulheres operárias, com crianças, sendo dispersadas pela polícia, em Julho de 1943. O espaço é exíguo, porém bastante elucidativo: quem não seguisse as regras, esperava a repressão. Em alguns espaços sente-se um incómodo provocado pelo silêncio, em outros os sons do quotidiano instigam pavor, tensão, medo ou alegria. Uma instalação com testemunhos, localizada no centro da sala, atrai a atenção do visitante, enquanto a reconstituição de uma casa clandestina com manequins e os espaços dos curros podem provocar uma perturbação emocional. A instalação das fotografias do registo criminal, que nesse compartimento pode provocar dor ocular devido à utilização do *flash* num ambiente escuro, procura, de alguma forma surpreender o visitante. As gavetas da polícia, réplicas de armários de arrumação de fichas individuais da polícia política, são cuidadosamente catalogadas podendo ler-se “católicos progressistas” ou “ARA” (Acção Revolucionária Armada), e os *dossiers* que assumem relevo nas paredes, parecem tomar conta do espaço. De igual forma, numa outra sala, é um rádio de grandes dimensões o protagonista, apresentando-se, talvez, como o principal meio de informação para muitos, numa altura caracterizada por uma elevada taxa de analfabetismo. A escadaria, acompanhada por poemas, é estonteante e quando se chega ao último piso, o mural *os que ficaram pelo caminho* funciona como um pequeno memorial de homenagem às vítimas mortais do sistema repressivo da ditadura. Terminamos o percurso expositivo, novamente, num espaço cénico com o teatro das operações do 25 de Abril, uma parede coberta com cravos vermelhos e outra com a data do golpe militar e popular do 25 de Abril de 1974.

A variável *peessoas* está equilibrada. Recorre-se a testemunhos, lêem-se nomes próprios e apelidos, que retiram estas pessoas do anonimato, e partilham-se histórias da prisão muito particulares, como as fugas, casamentos e experiências com cargas afectivas muito elevadas. Contudo, cremos que os relatos são ainda escassos e consideramos que, por exemplo, aqueles que estão disponíveis no *website*, resultantes da investigação feita pelo museu, deveriam integrar a exposição. O discurso expositivo está repleto de fotografias, muitas delas reproduções, como é o caso da montagem que se elaborou com as fotografias dos presos - que poderá perder o efeito emocional pretendido devido ao facto de estar visivelmente desfocada – ou aquela com prisioneiros Cuamatatas agrilhoados em 1907, em Angola. Elas fazem sobressair os textos e actuam como documento histórico. Por outro lado, há fotografias pessoais e pequenos álbuns, pouquíssimos *objectos* associados à imprensa clandestina e algumas réplicas. Esta é a variável que mais debilidade apresenta, embora se possam admirar alguns desenhos e memórias da prisão, no piso 2. “É um Museu que abriu sem uma colecção – ou com uma colecção reduzida de objectos museológicos - e que por isso recorreu a materiais documentais originais e a representações de diferentes naturezas, mas que aspira a constituir uma colecção com tudo o que possa atestar a vida prisional dos seus «habitantes» involuntários – de memórias testemunhais a objetos, ou a documentos de diferente natureza” (Farinha, 2021, p. 122). Sobre a história arqueológica do museu, no piso -1, estão expostos os artefactos recolhidos durante a campanha de 2004 e 2005, dando relevância à ocupação anterior do edifício.

Morais (2015) afirmou que “a estreiteza do próprio edifício criou dificuldades à montagem da exposição” (p. 72), porém, há diversidade nos ambientes criados, tenta-se intercalar salas tendencialmente negras com salas brancas, vermelhas e cheias de cor. A cenografia é trabalhada minuciosamente com recurso aos jogos de luzes, que diferem entre si, assim como ao vídeo e ao som. Relativamente a estes últimos, é apresentado, por exemplo, um discurso de Salazar no quartel de infantaria de Braga, em 1936, no décimo aniversário do 28 de Maio, e em simultâneo, escuta-se música de protesto – *Hino de Caxias, Acordai*, de Fernando Lopes Graça, *A morte saiu à rua*, de José Afonso, entre outras. Há um vídeo num curro, e um outro no qual se demonstra a emoção radiante do dia 25 de Abril, em Lisboa, através de imagens de arquivo da RTP, entre outros. Há, ainda, um pequeno espaço, análogo a uma sala de cinema, onde é exibida a curta-metragem *Quem é Ricardo?*, que relata a detenção, prisão e modos de actuação da polícia, a par da forma corajosa como o homem resiste. O percurso expositivo é temático e, de certa forma, cronológico, todavia poderá parecer desconexo, como acontece quando se aborda o tema da clandestinidade mesclado com

a polícia. Porém, podemos questionar se estas não serão resoluções adaptadas ao espaço físico. Quanto aos suportes de comunicação, prevalecem os painéis com texto, é um autêntico “*book on the wall*”, mas foram utilizados distintos aparelhos que permitem uma maior interactividade com o visitante e uma experiência educativa rica. Fazemos um reparo no piso 2, na secção *Resistir*. A tradução escolhida, para Inglês, foi *Resistance*. E é na Resistência que se foca, sendo abordados operários, camponeses, militares, intelectuais, trabalhadores dos serviços, estudantes e, ainda, a deportação e exílio. Carece, no entanto, de um painel de texto de enquadramento do que é a Resistência em Portugal e qual a sua periodização, de um texto introdutório - como se verifica no piso 0 sobre a instalação do museu - utilizando, por exemplo, as palavras que estão na página 62 do roteiro do museu. Por fim, a mensagem do discurso expositivo é claramente pedagógica.

Já transcrevemos, anteriormente, a missão/visão do Museu do Aljube, conforme apresentadas no seu *website*, um veículo de comunicação importante do museu com o seu público. Rita Rato, directora, quando questionada como avalia a missão diz que “a sua missão [do museu], aquando da sua criação em 2015, e ainda hoje, visa preencher uma lacuna no tecido museológico português, valorizando a memória na construção de uma cidadania responsável, a importância das resistências e da luta contra a amnésia desculpabilizante, cúmplice da ditadura que enfrentámos entre 1926 e 1974.”

A nossa apreciação é a de que deve ser feita uma avaliação da declaração da missão. Em primeiro lugar, urge separá-la da visão, dos valores e dos objectivos gerais e específicos do museu (aqueles doze “pretende”). Assim como Fruchtengarten (2021) já havia criticado, e nós concordamos, exposto desta forma “gera incerteza perante o planeamento institucional” (p. 76). Em segundo, as declarações de missão são uma oportunidade notável de demonstrar por que é um museu importante, qual a direcção que toma a médio/longo prazo, respondendo às quatro questões básicas: “o quê?”, “para quem?”, “como” e “porquê?”. Rita Rato disse ainda que “outra das principais missões do museu é a educação para os direitos humanos, que está na origem, na identidade e na prática diária das nossas atividades, desafiando a reflexão crítica e o compromisso com uma cultura de diálogo”. Nós questionamos: mas não será esse um objectivo, e não uma missão? Também o seu antigo director havia dito: “Olhar para a actualidade em Portugal e no mundo – essa é a outra missão fundamental do Museu do Aljube. A História da Ditadura e do Estado Novo não poderá ser nunca um baú de curiosidades de onde extraímos, nostalgicamente, «histórias de vida», de forma *voyerista* ou com intuítos literários e artísticos” (Farinha, 2017, p. 28). Não será este um objectivo? A actual directora em entrevista à *Voz do operário*, em 2021, refere “para mim é muito evidente,

ao fim de um ano de mandato, que a missão deste museu faz todo o sentido. É cada vez mais necessária e oportuna, pela preservação da memória, pela construção da memória democrática, mas também face às tentativas de branqueamento do fascismo que vivemos nos dias de hoje e, portanto, pela importância de denunciar efetivamente o que significou a ditadura no nosso país”⁶³. Admitindo que a missão faz sentido, poderá não ter equacionado, ainda, estes aspectos da falta de clareza que temos vindo a evidenciar. A directora entrou em funções em 2020, atravessando uma prova de fogo com a adaptação dos museus ao fecho e às restrições devido à pandemia provocada pela Covid-19, pelo que as actividades com as quais agora está permanentemente envolvida poderão não ter dado muita margem para este questionamento. Mas ele urge.

Analisando já outro ponto crucial, que é aquele referente à adequação do programa museológico no que concerne à exposição de longa duração, destacamos, da mesma entrevista de 2021, o seguinte: “Considero importante valorizarmos experiências de partilha e resistência mais organizadas do ponto de vista político, mas também experiências mais comuns, de muitos milhares de «anónimos» que participaram na luta contra a ditadura, muitas vezes sem ter a perceção de que muitos outros o faziam também, de forma mais organizada ou dirigida.” Reconhecemos que esta é uma reflexão enorme que a directora fez sobre os “anónimos”, pois são precisamente estes que estão em falta no discurso museológico. Na sua análise do Aljube, Pedro (2019) sublinha: “(the) lack of characterization of the perpetrators of violence beyond their functional role may be itself a reflection of the lingering trauma, the «wall of silence», that affects Portuguese society” (p. 56). Poderia ser feita uma caracterização mais completa da polícia política no discurso expositivo, somada à presente descrição de “Uma polícia tentacular e arbitrária”, a par de uma cronologia com os Decretos-Leis associados à criação e alterações de funções e designações? Esta é uma questão relevante, na nossa perspectiva. A consulta da informação histórica disponível no roteiro do museu é elucidativa, uma vez que este faz alusão às funções da PIDE/DGS. No discurso expositivo, embora se entenda que “vigilâncias, informadores, empresas, interceptação postal, escutas telefónicas” são formas de actuação da polícia política, tal não é explícito, faltando, a nosso ver, um título que o confirme. Por outro lado, neste mesmo sector do museu, há quatro referências nos textos ao edifício da sede da PIDE - e ao terceiro andar da mesma -, na rua António Maria Cardoso, tornando-se excessivo e repetitivo.

⁶³ Carvalho, B. (2021). Rita Rato: “A memória é sempre um espaço de disputa”. *A voz do operário*, de 7 de Setembro de 2021. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://vozoperario.pt/jornal/2021/09/07/rita-rato-a-memoria-e-sempre-um-espaco-de-disputa/>.

Concordamos com Semedo (2019) quando esta declara que “o museu é uma organização e o seu valor advém do que realmente faz, das transformações que opera e não do que simplesmente é” (p. 20). Neste aspecto, o Museu do Aljube é muito activo, promovendo inúmeras actividades para diferentes públicos, e formações, como pudemos elencar anteriormente. Sabemos, ainda, que quantidade poderá não ser sinónimo de qualidade, mas as actividades unem-se à preservação da memória e à investigação - como é o caso dos itinerários, das exposições temporárias e das publicações próprias. Questionada se as práticas museais expressam a missão e o que pretendem alcançar, Rita Rato disse-nos que “as exposições temporárias permitem aprofundar e desenvolver mais perspectivas relacionadas com a temática das resistências”.

Surge-nos a questão: como poderemos então avaliar as práticas? Confrontando as práticas museais de museus com a mesma temática histórica e memorial da Resistência de algumas realidades europeias, sem fazer um aprofundamento do número de pessoas inscritas, nem da sua periodicidade. Servem os exemplos apenas para conhecimento do que é conceptualizado e praticado.

Começamos com o caso da *Topographie des Terrors*⁶⁴, uma fundação, centro de documentação e exposições, no centro de Berlim, na Alemanha. As suas fundações correspondem às instituições centrais da SS e da Polícia no *Terceiro Reich*. No seu discurso expositivo, são apresentados os crimes cometidos por essas polícias em toda a Europa, durante os anos 30 e 40 do século XX, aos diferentes grupos de vítimas do regime nazi. Aberto em 2010, alberga três exposições permanentes⁶⁵ e outras que se dividem em visitas especiais e itinerantes. A exposição permanente está estruturada em cinco secções: I. A tomada de poder do Nacional-Socialismo; II. Instituições do terror (SS e Polícia); III. Terror, perseguição e destruição no período do III Reich; IV. SS e o Gabinete Principal de Segurança do Reich nas regiões ocupadas; V. Fim da guerra e período pós-guerra. A exposição apresenta os textos em duas línguas (alemã e inglesa), mas disponibiliza visitas com audioguia em treze idiomas.

Das actividades que consultamos há uma permanente que queremos salientar: *Topography of Terror: the historic site of the Nazi Terror System (SS and Police) and the*

⁶⁴ Website da Topographie des Terrors. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.topographie.de/en/topography-of-terror/>.

⁶⁵ Exposições temporárias no website. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.topographie.de/en/exhibitions/permanent-exhibitions/>.

*perpetrators*⁶⁶. Trata-se de um seminário de 5 horas, em inglês, partindo de uma visita guiada e seguida de uma análise mais profunda, da parte dos participantes, às estruturas dos perpetradores e aos seus crimes. A actividade não é necessariamente dirigida às escolas, mas sim para grupos de pessoas. A vertente educativa aqui é bastante óbvia, e foi pensada para uma educação ao longo da vida. O Museu do Aljube oferece uma actividade de âmbito semelhante designada *Laboratório de História*⁶⁷, mas, no entanto, é dirigida apenas a estudantes.

Ainda em Berlim, encontra-se o Centro Memorial da Resistência Alemã. É o local histórico onde foi planeado o golpe de 20 de Julho de 1944 para assassinar Hitler. Possui uma história museológica que recua aos anos 60, mas em Julho de 2014, apresentou a exposição permanente *Resistance against National Socialism* que documenta toda a amplitude social e diversidade ideológica da luta contra a ditadura nacional-socialista. A apresentação das vidas individuais e da formação de redes de resistência, dos motivos, objectivos e acções das pessoas e grupos na resistência, e também das reacções do Estado nacional-socialista ao desafio da resistência, revela as diversas dimensões de todos os esforços contra a ditadura nacional-socialista. Além desta exposição, apresenta exposições especiais sobre tópicos relacionados com a resistência. Sublinhamos o excelente trabalho de divulgação e comunicação efectuado, desde logo, pelas informações detalhadas sobre os conceitos principais da exposição permanente que estão disponíveis em vídeo, no *website*, divididos em dezoito tópicos, desde a resistência do movimento operário à resistência fora da fé cristã, a resistência de artistas e intelectuais ou ainda a resistência durante a guerra. Apresenta, também, um vídeo que constitui uma visita por toda a exposição⁶⁸ e as biografias dos resistentes, com os seus nomes disponíveis. Clicando no nome do resistente somos redireccionados para uma nova página na qual é apresentada informação mais detalhada sobre o mesmo, como o nome completo, data de nascimento e morte, pequena biografia, fotografia e o tema a que está relacionado na exposição permanente. O museu desenvolveu ainda, uma aplicação para telemóvel, o *podcast red orchestra*, disponível em três línguas (alemã, inglesa e espanhola), além de, no local, disponibilizar audioguias em sete línguas. Quanto ao programa educacional, o museu proporciona visitas guiadas e seminários para grupos,

⁶⁶ *Workshops* disponíveis no *website*. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.topographie.de/en/workshops/>.

⁶⁷ Laboratório de História no *website* do Museu do Aljube. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.museudoaljube.pt/doc/laboratorio-de-historia/>.

⁶⁸ Visita virtual disponível no *website*. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.gdw-berlin.de/en/offers/overview/exhibition-tour/>.

inclusive *online*. Ao preencher o formulário, os visitantes podem escolher até dois tópicos, de entre dezassete, que serão aqueles mais explorados durante a visita guiada. Comparativamente, o Museu do Aljube apenas refere, no seu *website*, que “face aos objectivos e especificidades de cada grupo, planificamos uma visita «à medida» dos visitantes”. Além disso, o Centro Memorial oferece dois seminários, de 3 horas, visita com exploração da exposição para grupos, a partir dos 14 anos, com mínimo de 10 pessoas.

O Musée de la Résistance Nationale, localizado em Champigny-sur-Marne, em França, é um museu associativo que tem como objectivo transmitir a memória e os valores da Resistência do seu país. Criado em 1985, o museu foi reunindo um acervo doado por muitas pessoas – quase 1 milhão de peças, quando se localizava na avenida Jean-Louis Crémieux-Brilha, onde é actualmente o centro de conservação e pesquisa.

Em 2015, foi disponibilizado pelo Departamento de Val-de-Marne, o edifício Aimé Césaire que alberga, desde 2020, novos espaços museográficos e educativos, bem como as exposições temporárias. Esses dois locais juntos, associados à rede de museus do MRN em toda a França e a uma programação cultural fora das paredes do museu, são a base de um novo projecto colectivo, com o envolvimento da cidade, de outros municípios, conselhos de empresas, memoriais, instituições culturais e sociais e mecenas. É uma realidade museológica bastante particular, com dezenas de associações envolvidas. A exposição permanente apresenta a História da Resistência Francesa desde suas origens até à Libertação. Permite aos visitantes compreender melhor os primórdios da Resistência Francesa, a sua ascensão ao poder, a sua unificação gradual, a sua contribuição para a libertação do território nacional e para a definição da França do pós-guerra. Restitui, em toda a sua diversidade, a soma de experiências individuais e de caminhos colectivos que se cruzam para formar a Resistência.⁶⁹

As actividades com o público dividem-se, maioritariamente, em visitas e oficinas educativas. Partindo da exposição de longa duração, são trabalhadas temáticas através de arquivo, objecto ou personagem, um pouco semelhante ao que o Museu do Aljube desenvolveu no *Laboratório de História*. Destacamos igualmente as visitas com mediador e as oficinas educativas, como, por exemplo, *A propaganda e contrapropaganda entre 1940 e 1944* e *As impressoras subterrâneas da Resistência*. O museu conceptualizou o *workshop O fim da guerra* (workshop CNRD 2022), para os estudantes do ensino secundário e universitário, e um Concurso Nacional de Resistência e Deportação, cujo tema para 2022 é *O fim da guerra. Operações, repressões, deportações e o fim do Terceiro Reich (1944-1945)*. A

⁶⁹Website do museu. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.musee-resistance.com/>.

instituição promove encontros para professores, tal como o Aljube faz, e organizam-se encontros para estudantes. Esses oferecem vias documentais de trabalho e reflexão sob a forma de intervenções de historiadores e arquivistas, a partir da projecção de documentos audiovisuais comentados e analisados pelos palestrantes. Por fim, organizou festivais de cinema e uma noite de debate-exposição, *O compromisso das Brigadas Internacionais*, seguido da exibição do filme *Brigadas Internacionais, entre a memória e o silêncio*, de Dominique Gautier.

Através destes três exemplos museológicos, entendemos que as práticas do Museu do Aljube, no que concerne à exposição e à educação, são muito satisfatórias, centradas nas visitas escolares e orientadas, nas apresentações de livros, nos ciclos de cinema e nas conversas em torno das exposições temporárias. São as actividades culturais que têm o maior peso. As comparações internacionais indicam que o Aljube pode implementar mais seminários/*workshops* especializados em determinados temas históricos, quer com os diversos públicos escolares, quer, e acima de tudo, com outros grupos. O museu poderá, também, ponderar o desenvolvimento de visita com audioguia noutras línguas como a espanhola, francesa, italiana, alemã e russa, por exemplo. O *website* do museu, outro suporte de comunicação que poderá ser visitado em qualquer parte do mundo, adquire já algumas ferramentas de pesquisa e algumas informações sobre histórias da resistência portuguesa. Contudo, poderá ser melhorado com pequenos vídeos sobre cada temática, como vimos no excelente exemplo do Centro Memorial da Resistência Alemã.

3.4.2 Forte de Peniche

A segunda instituição à qual faremos a auscultação é o Museu Nacional Resistência e Liberdade. Recorremos novamente à metodologia já mencionada das variáveis IPOPOP (Pekarik *et al.*, 2014), e recordamos que a exposição se divide por cinco espaços do Forte de Peniche. O memorial aos presos políticos, inaugurado na abertura do museu antecede a entrada do monumento e é um sítio que remete para a exaltação da memória antifascista. Cumpre com o seu propósito, está muito bem identificado, é um local de aglomeração e de partida, ao mesmo tempo que é um local de descanso e de contemplação após a visita. Está próximo da ponte de entrada da Fortaleza, todavia como existe um pequeno jardim próximo, é aprazível. Este elemento expositivo suscita interesse nas quatro tipologias – *ideias, pessoas, objectos e espaço físico*.

Entrando na Fortaleza, o visitante depara-se com um salão com um pé direito considerável, de paredes brancas e com a exibição de uma projecção com reproduções das fichas dos ex-presos políticos, preenchidas pelos elementos da polícia política. Esta instalação é apelativa à variável *pessoas* e *espaço físico*. O parlatório, bem identificado por painel vertical vermelho - assim como os restantes espaços-, localiza-se mesmo ao lado. Nele percorre-se livremente todos os compartimentos. Numa pequena sala são projectados alguns testemunhos das famílias dos ex-presos. Na sala contígua, a solidariedade da população de Peniche para com os presos e suas famílias, durante o cárcere, nas fugas, está destacada em painel, tal como os penichenses presos nas cadeias do Estado Novo. Este núcleo é bastante equilibrado, o *espaço físico* é dominante, mas a variável *pessoas* e *ideias* são semelhantemente bem representadas. Por último, os *objectos* são raros e resumem-se a fotografias de casamentos, dos filhos dos presos e cartões prisionais de visita.

O terceiro núcleo, a sala principal da exposição, localizado no antigo refeitório da GNR, apresenta o projecto de arquitectura e os temas do futuro museu, em dois espaços distintos. É pouco usual poder observar uma maquete e os desenhos de arquitectura do projecto com o mesmo ainda em execução, pelo que este *objecto* suscita muito interesse nos visitantes, rompendo o seu silêncio. Para ir para a outra sala, o visitante tem que atravessar um espaço de transição escuro onde se pode ler o poema de David Mourão Ferreira *Por teu Livre Pensamento*, ver a réplica da obra *Resistência*, de Júlio Pomar, e ler o título da exposição, acompanhado de um texto introdutório. Na sala, duas filas com seis mesas luminosas cada, dispostas paralelamente, ocupam o centro do espaço, enquanto as paredes servem de suporte para três projecções com fotografias e imagens, divididas por temáticas, e dois painéis, um com a descrição sumária da exposição e o outro com uma ampliação de uma mensagem codificada escrita pelos ex-presos. O percurso, lamentavelmente, não está assinalado, contudo tem um sentido: começar com a libertação dos presos políticos em Peniche, depois ir às raízes do Estado Novo, à militarização das faixas etárias mais jovens, passando pela censura, e interceptação postal e escutas telefónicas. De seguida, lê-se alguns apontamentos sobre a polícia política, a vigilância e os informadores, até que se encontra *objectos* da prisão, testemunhos de vários presos, com recurso a vídeo, assim como as suas vivências, estudos, mensagens codificadas e lutas por melhores condições. Posteriormente, a resistência antifascista e anticolonialista, o movimento operário, o movimento estudantil e a luta das mulheres. Podem ser consultados vários documentos digitais como os *desenhos da prisão*, de Álvaro Cunhal, a brochura *se fores preso, camarada* ou a *queima das fitas de Coimbra*, entre outros. Finalmente, na última mesa, a Guerra Colonial. É um conjunto muito

equilibrado, mas agradaria particularmente àqueles visitantes que apreciam as *ideias*, os *objectos* e as *pessoas*.

A capela de Santa Bárbara, dedicada à História da Fortaleza, surpreende aqueles que apreciam o *espaço físico*, pois é possível observar os seus pormenores arquitectónicos. Como apresenta três mesas luminosas e três projecções, representando diferentes fases da ocupação do monumento, com recurso a reproduções de fotografias, desenhos de plantas da cidadela, fotografias dos *Boers* (refugiados) na Fortaleza e, ainda, fotografias do espaço prisional, agrada a quem procura as *ideias* e os *objectos*.

No fortim redondo, quinto e último núcleo expositivo, é o *espaço físico* que volta a ser a variável dominante por ser possível entrar nas celas, ainda que estas tenham sido alteradas e apresentem uma dimensão maior do que a localizada a meio, a única que mantém as medidas originais. Nessa cela, no chão, pode ler-se a história da fuga do ex-presos político Dias Lourenço, do Partido Comunista Português.

De uma forma geral, nos ambientes criados há um respeito enorme pela integridade dos espaços prisionais, mantendo-se intactos o parlatório, a sala do refeitório, a capela e o fortim. Há uma predominância da cor branca no interior dos espaços, quebrada apenas na sala da exposição que assume uma atmosfera diferente, escura. Aqui, o preto e o vermelho adquirem protagonismo, seja em painéis expositivos, paredes, mobiliário ou nas cortinas que escondem algumas janelas, mantendo a coerência com a identidade gráfica do museu. A sonorização é explorada em dois pontos: no parlatório, os testemunhos das famílias dos ex-presos políticos ecoam na divisão e criam afectividade e solidariedade para com eles, enquanto na sala da exposição ouve-se o som do ferrolho do portão a abrir.

Nesta exposição temporária detecta-se um discurso identitário, que é aquele oriundo dos presos políticos, isto é, reporta ao que os seres humanos estão sujeitos quando lhes faltam as liberdades e às suas lutas na prisão e fora dela. Há claramente a mensagem de um “nunca mais”, e, por isso, adquire um discurso pedagógico. Recorre-se muito pouco à reconstituição com manequins, linguagem muito explorada no antigo Museu Municipal de Peniche. Prevalcem as memórias individuais – os relatos e as emoções que dele ressaltam –, os objectos e os documentos, exibidos de forma distinta, através da utilização de diversos aparelhos e suportes de comunicação (painéis de texto, mesas interactivas e dispositivos móveis) que permitiam a interactividade com os visitantes.

Não iremos alongar-nos relativamente à avaliação da declaração da missão do museu visto que será revista aquando da abertura total do museu. A directora, no que a este aspecto concerne, afirmou: “A missão com o conteúdo atual foi revista por mim quando assumi a

direção do museu, em agosto de 2021. Daí que avalie a missão como adequada à atual fase de instalação do museu devendo ser revista posteriormente à inauguração. A missão reflete aquilo que o Museu tem de fazer nesta fase: recolher as memórias do maior número possível de envolvidos na resistência ao regime fascista português para serem incorporadas na Memória e no Património. Além da Memória, a missão possibilita ao Museu assumir-se como um museu dos Direitos Humanos, alargando dessa forma a sua atuação para além das fronteiras da resistência aos fascismos, da repressão policial. É também uma missão que delimita muito precisamente a área de património a incorporar nas coleções do Museu.” Serve, portanto, para este momento de transição onde há uma preocupação primária com a recolha de testemunhos e objectos. Relativamente a se as práticas expressam a missão, Aida Recheda respondeu “como é sabido o museu inaugurou em 2019 e tem estado a trabalhar parcialmente quer no que respeita à realização de actividades quer na ocupação dos espaços. Por outro lado está encerrado desde 7 de fevereiro de 2022 para a realização das obras de adaptação e implantação do edifício a museu. Durante o tempo em que esteve parcialmente aberto, o Museu trabalhou e implementou as seguintes áreas: Serviço de Exposições temporárias; Serviço Educativo; Serviço de Gestão de Coleções (incluindo a incorporação e inventário); Serviço de Comunicação. As demais áreas aguardam o preenchimento dos lugares do mapa de pessoal e a abertura efetiva do Museu. Neste período, o Museu realizou 2 exposições temporárias: *Por teu Livre Pensamento* e *Candelabro Aristides Sousa Mendes. O Exílio pela Vida*, visitas guiadas ao Museu e à Cidade (na ótica da resistência e solidariedade para com os presos políticos), lançamento de livros, conferências, concertos, teatro, e têm sido realizadas pela equipa reduzidíssima de 5 pessoas a trabalhar na instituição.”

Partindo da ideia de que este museu poderá ter um carácter internacional, para nós torna-se imprescindível abordar as prisões políticas europeias do século XX e, como tal, poderá ser importante elencar prisões estrangeiras como: a prisão de Segóvia, em Espanha⁷⁰; a Prisão de Santo Stefano, Ventotene, na Itália, que está actualmente em recuperação⁷¹; o Museu Casa do Terror, na Hungria⁷²; o forte de Breendonk, na Bélgica⁷³; o Museu Gulag⁷⁴,

⁷⁰ Website da Prisão de Segóvia. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <http://www.lacarceldesegovia.com/memorial/>.

⁷¹ Website da prisão de Santo Stefano. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://arte.sky.it/2020/12/architettura-ex-carcere-santo-stefano-ventotene-progetto-recupero/>.

⁷² Website da Casa do Terror. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.terrorhaza.hu/en/museum>.

⁷³ Website do Forte de Breendonk. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.fortbreendonk.be/fr/home-francais/>.

⁷⁴ Website do Museu do Gulag. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://gmig.ru/en/museum/history-and-mission/>.

na Rússia; o Museu da Prisão Pawiak⁷⁵, na Polónia, entre outras. O museu integra a *Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência* e, se a investigação do museu for pluralista, naturalmente surgirão estas análises comparativas. Contrariamente ao que foi defendido por Alves (2021) - “a omissão de certas ditaduras, num museu que se compromete, no seu programa, a demonstrá-las num sentido crítico para permitir a consciencialização cívica sobre as valências da democracia, revela-se um exemplo de revisionismo histórico, assente na instrumentalização museológica de memórias politicamente sensíveis” (p. 27) -, não cremos que se trate de um exercício de revisionismo histórico até porque “o MNRL baseia-se na memória individual de cada um dos participantes na resistência activa ao regime, com o objectivo de passar a incorporar a memória colectiva com uma perspectiva plural e diversa e não unidireccional” (Rechena *et al.*, 2022, p. 154). Se nessas memórias estão experiências vividas noutras ditaduras, nelas se deve falar. No seguimento desta ideia, perguntámos à directora se haveria alguma necessidade de adequação do programa museológico, ao que a própria respondeu: “De momento não. O projeto de intervenção nos pavilhões prisionais para instalação do Museu estão a cumprir o programa museológico definido. A equipa do Museu e o Comité Executivo para a instalação do Museu são os responsáveis pelos conteúdos museológicos que darão corpo não só à exposição de longa duração, [mas] que servirão de base à atividade subsequente do Museu.”

Outras questões relevantes que gostaríamos de lançar são as seguintes: “quem é o proprietário das memórias da resistência e da revolução de abril? Devemos preservar e destacar ou quais devemos esquecer? (...) Só aqueles que resistiram activamente ao fascismo têm direito a celebrar a revolução? Quem representou o papel principal na resistência? Devemos valorizar indivíduos, grupos ou facções políticas nos movimentos de resistência, ou todo o povo português como colectivo sofreu sob o regime repressivo?” (Rechena *et al.*, 2022, p. 153-154). Ao que tudo indica, o MNRL está a trabalhar nelas para o seu futuro discurso expositivo.

Parece-nos pertinente mencionar as recomendações da Carta de Porto Santo, de 2021, sobre democracia cultural e cidadania, nomeadamente “Criar conselhos consultivos nas instituições culturais, convidando os membros das comunidades, em particular os mais jovens, para deles fazerem parte. O seu envolvimento nas questões da organização, da programação à mediação, contribuirá para que possam ser agentes culturais ativos e dinamizadores da missão da instituição junto dos seus pares. Os conselhos consultivos com

⁷⁵ Website da Prisão de Pawiak. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <http://muzeum-niepodleglosci.pl/pawiak/o-muzeum/>.

membros das comunidades promovem ainda a colaboração com novos grupos e o aprofundamento das relações das instituições com aqueles a quem se dirigem” (2021, p. 12). Esta carta não é referida em nenhum dos Museus da Resistência e Liberdade, nem tão pouco o são os objectivos da Agenda 2030 da ONU. Achamos que é necessário haver maior comprometimento a este nível, que se deve pensar em medidas adequadas, com estratégias definidas, e partilhá-las com os diferentes públicos. Devem os museus e os seus profissionais, reflectir sobre a sua sustentabilidade no futuro. Contudo, devemos comentar que, relativamente a este ponto, “Trazer para a programação e debate as questões sociais prementes, tornando as instituições culturais mais relevantes no debate contemporâneo e em protagonistas do desenvolvimento de consciências sociais e culturais mais atentas democráticas, diversas e igualitárias” (2021, p. 13), Rechená *et al* (2022) junta “os debates sobre o colonialismo português, o papel de Portugal na escravatura, a restituição de acervos obtidos durante o regime colonial, o questionamento sobre o destino dos monumentos evocativos do antigo regime e das denominadas descobertas portuguesas” (p. 154).

As actividades com os públicos, anteriormente descritas, foram sendo implementadas, mesmo com os condicionalismos de uma reduzida equipa, aspecto destacado pela directora. Um dos seus canais de comunicação, o *website*, está totalmente operacional e já descrevemos aquilo que nele é possível consultar. De modo a que a comparação internacional seja feita de uma forma correcta, escolhemos um museu da mesma temática e que atravessa a mesma fase de instalação. Estamos a referir-nos ao Museo Nazionale della Resistenza, em Milão, Itália⁷⁶. É desta forma que se apresenta: “Il Museo Nazionale della Resistenza di Milano offrirà al visitatore un’immagine aggiornata e complessa della Resistenza, inserendola nel contesto europeo e nel lungo periodo; fornirà documenti, scenari e narrazioni per far conoscere la storia dell’Italia in età contemporanea e stimolare un dibattito funzionale a costruire una cittadinanza consapevole, fondamentale per l’identità nazionale e la repubblica democratica”. O lugar onde irá ser construído o museu assenta nas antigas muralhas e na porta Volta, que foram destruídas durante a Segunda Guerra Mundial. Já foram efectuadas sondagens arqueológicas, o projecto de arquitectura ficará ao comando de Herzog&deMeuron e está bem explícito que as obras terminarão em 2025/2026. No *website*, no separador “histórias da resistência”, é possível escolher entre nove temas e ler informação histórica acompanhada com imagens. Bastante interessante é o separador “il museo che vorrei” com duas opções: “la vostra visione per il futuro museo” e “cosa pensi del nuovo sito web?”, uma forma de ouvir as

⁷⁶ *Website* do Museu. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://museonazionaleeresistenza.it/>.

opiniões dos cidadãos mesmo antes de ser construído. O *website* do MNRL poderia ponderar algo semelhante. Além das informações históricas básicas, soma ainda os nomes dos presos políticos do memorial, que direccionam o visitante para as respectivas fichas da PIDE/DGS, embora muita da informação não esteja ainda tratada arquivisticamente. Actualmente, o museu está encerrado para obras de remodelação e, numa nota de imprensa, pode ler-se que provavelmente estarão terminadas no primeiro trimestre de 2023. Este tipo de informação é mais imediata no *website* italiano. Contudo, o MNRL tem algo muito distintivo, uma vez que, mesmo encerrado, mantém em funcionamento duas iniciativas com os seus públicos. A primeira é a já descrita *Conhecer o museu e a Cidade – roteiro da resistência e solidariedade*. A segunda, o projecto pedagógico *O museu vai á cidade* tem dois eixos temáticos: o eixo 1, a maleta museológica, permite dar a conhecer o projecto do museu, as suas colecções e a antiga prisão política e o quotidiano dos presos, o jogo dominó, o jogo *não te irrites* e um livro multi-formato; o eixo 2, direitos humanos, consiste em acções educativas para a formação de cidadãos críticos, com o objectivo de sensibilizar para a importância do exercício da cidadania, do aprimoramento da democracia e do respeito pelos direitos humanos. Esta acção vai de encontro a uma das recomendações da carta de Porto Santo: “Sair da instituição para trabalhar na e com a comunidade, e desse modo chegar a públicos excluídos” (2021, p. 13). Esta atitude proactiva de manter o museu em funcionamento, ainda que as suas portas estejam encerradas, é bastante reveladora de um museu preocupado com a sua missão e os seus públicos. Boas práticas, portanto.

Capítulo 4

A delegação da PVDE/PIDE/DGS no Porto

“Fui abordado por dois gajos da PIDE, na fábrica. Dali levaram-me ao escritório, onde o engenheiro me defendeu, dizendo que eu era bom operário. Mas eles disseram que só me levavam para fazer umas perguntas, por um ou dois dias. Depois levaram-me a casa e daí para a PIDE, onde é agora o Museu Militar. Nesse dia fui logo chamado para interrogatórios. Parece que nesse dia não me bateram, mas de vez em quando amachucavam-nos bem o pêlo. Nessa noite meteram-me no segredo, que era uma cela escura, muito pequenina, com uma tarimba em madeira e uma manta. O tecto era o vão da escada. Não conseguia dormir, porque era a noite toda a ouvir passos a subir e a descer as escadas. Era um barulho tremendo. A gente sabia quando era dia pelo sino do cemitério. Apenas havia uma lâmpada a meio, que só era acesa quando me traziam a lata da comida, que era uma coisa em folha com uma colher de pau. Não tínhamos quarto de banho, tínhamos um balde, dentro da cela. Nos interrogatórios eles perguntavam-me muitos nomes. Eu não sabia, e levava porrada. (...) Às vezes tinha de pôr as mãos em cima do rebordo da mesa, e eles, de vez em quando, davam uma vergastada com um cavalo-marinho curtinho. Pisavam-me as mãos todas. Se eu deixava cair as mãos para baixo eles davam-nos porrada de outra maneira. Costumava estar um velho a escrever o que eu dizia à máquina, e mais dois gajos por trás de mim. Era murros de um lado, murros do outro, calcadelas... era assim. Mas havia quem passasse coisa muito pior.” José Teixeira Bonifácio, testemunho de *Memórias do Trabalho, Testemunhos do Porto laboral no século XX*, Universidade Popular do Porto⁷⁷.

“Empurraram-me para a sala onde era o piquete da PIDE; veio um deles e deu-me logo dois bofetões, os óculos foram logo pelos ares. Bater na cara é a maior humilhação que se pode ter, ainda hoje parece que me dói”, recorda. “Depois formou-se um grupo de dez pides e empurraram-me por umas escadas em direcção a uma sala, chamada a «sala do baile», onde brincavam com a desgraça, e bateram-me no corpo todo com um cavalo-marinho [tipo de chicote feito com pele do hipopótamo]. Tentavam atingir-me nos seios e eu para tapar o peito

⁷⁷ Relato transcrito do *website* da UPP. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em http://cdi.upp.pt/cgi-bin/mostra_entrevista.py?doc=E05r#a2.

fiquei com a cara e as costas todas marcadas. Quando ia dormir, não me conseguia encostar com as dores nas costas, dormia de joelhos apoiada na cama”, relembra. Maria José Rodrigues, após ter sido presa na delegação da PIDE a 8 de Março de 1962, na *manifestação das mulheres que não está nos livros*⁷⁸.

Estes dois testemunhos dão conta da intensidade da violência praticada pela polícia política do Estado Novo, desta vez por aqueles agentes alocados à corporação na cidade do Porto. Esse tipo de comportamento era assíduo. Como já aqui defendemos, contra essas formas de violência, muitas formas de resistência foram exercidas pelos indivíduos. Alguns registos desses actos foram captados pelos investigadores no âmbito do projecto *Memórias do Trabalho, Testemunhos do Porto laboral no século XX*, e estão ao abrigo da Universidade Popular do Porto⁷⁹. Após a leitura de alguns deles, várias questões se levantam, e muitas delas não poderão ser respondidas neste trabalho. Teve o Porto e a região Norte um modo próprio de agir contra a ditadura? Como cresceram e proliferaram esses movimentos de resistência e oposição na cidade? Que denúncias foram feitas? Que relação existia entre donos de empresas e a polícia política? Que formas de vigilância eram praticadas por essa polícia? E os agentes, que relações mantinham com os informadores? Existem já alguns estudos que redigiram sobre alguns destes aspectos: Manuel Loff e Sofia Ferreira em *Insubmisso à tirania* (2010), fazem uma síntese do panorama geral da cidade no século XX; João Moreira dissertou sobre *Os estudantes do Porto e a Resistência ao Estado Novo*, em 2010; Ana Sofia Ferreira publicou um artigo sobre *A campanha de Delgado no Porto: a importância da história local*, em 2011; Inês Duarte escreveu *O movimento comunista no Porto, 1958-1962*, em 2020. Assim, paulatinamente, cresce o número de artigos científicos sobre a Resistência e a Oposição ao Estado Novo no Porto, mas estarão a ser apresentados em museus? Não, estão confinados a uma cultura erudita que os estuda e discute. O Porto e Norte não têm um espaço museológico inteira ou parcialmente dedicado ao tema. Defende-se que estes temas devam ser apresentados no local onde grande parte dos crimes foram cometidos: na delegação da polícia política estadonovista do Porto. O que aconteceu à delegação depois do 25 de Abril de 1974? O que foi feito até agora em termos patrimoniais? Que soluções para um futuro próximo?

⁷⁸ Friaças, A. (2020). 8 de Março de 1962. A manifestação das mulheres que não está nos livros. *Público*, de 8 de Março de 2020. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2020/03/08/impar/noticia/8-marco-1962-manifestacao-mulheres-nao-livros-1905465>.

⁷⁹ O movimento operário e popular do Porto do século XX tem uma cronologia vasta e foi inventariado pela Universidade Popular do Porto. Pode ser consultado *online* no centro de documentação em <http://cdi.upp.pt/cgi-bin/cronologia.py?ano=1901> memórias do trabalho, arquivos sindicais, entre outros.

4.1 Breve contexto social e político do Porto desde o início do século XX até ao 25 de Abril de 1974

De forma muito sumária, apresentaremos alguns dados históricos do Porto no século XX. “O Porto ao contrário da grande maioria do norte do país, tinha, na História política contemporânea portuguesa, uma forte tradição liberal e fora pioneiro nas manifestações revolucionárias (o 31 de Janeiro de 1891) e legais (a eleição do primeiro deputado republicano 1878)” (Loff e Ferreira, 2010, p.11).

A instauração da República teve grande apoio popular⁸⁰, contudo o corpo eleitoral continuava restrito nos inícios da República, “oscilou entre 18 e 25 mil pessoas entre 1911 e 1925, ou seja, menos de metade dos homens adultos da cidade” (Ramos, 1994, p. 563). O historiador Ramos dá-nos ainda conta da situação de vida dos portuenses: “A repressão das greves acentuou-se a partir de 1913. A vida continuava a ser dura na cidade para quem só tinha recursos salariais, mas a situação ainda piorou com a desorganização económica que acompanhou e prolongou a Grande Guerra até aos inícios dos anos vinte. Os protestos populares no Porto privilegiaram então as manifestações de rua contra a carestia da vida e os açambarcadores. A agitação chegou a ser tão viva que a cidade foi declarada em estado de sítio, em Janeiro de 1920” (*ibidem*, p. 564). O paço episcopal foi confiscado em 1916, em proveito da Câmara Municipal, demonstrando a transferência do poder da igreja católica em prol da República. Todavia, a República encontrava resistências a norte. Só em 1919 é que a proclamada Monarquia do Norte (*ibidem*, p. 566), liderada por Paiva Couceiro, foi abatida com o apoio do Partido Democrático.

O Porto foi um dos dois grandes pólos industriais do país e “revelara até então uma cultura política operária mais socialista (...) que anarquista”. “Ao longo de todo o período republicano, o PRP vencera todas as eleições municipais legalmente realizadas no Porto. Não é admirar, portanto, que fosse aqui que, oito meses mais tarde, a luta contra a ditadura tivesse o seu início. Na madrugada do dia 3 de Fevereiro de 1927 desencadeou-se no Porto um movimento revolucionário que durou até ao dia 8 desse mês. (...) O comando das forças revolucionárias foi assumido pelo general Sousa Dias, pelo coronel Freire e pelo historiador Jaime Cortesão, destacado dirigente do Grupo da *Seara Nova*, que é designado governador

⁸⁰ Ver anexo 4.

civil” (*ibidem*)⁸¹. A rebelião acabou com cerca de oitenta mortos e mais de trezentos e sessenta feridos.

Na década de 30 viviam no Município do Porto quase 230 mil pessoas (Loff e Ferreira, 2010, p.20). “O tecido urbano ia eliminando a quase totalidade do que restava de campo, de pequenas quintas gradualmente engolidas por casas, fábricas, ruas.” (*ibidem*, p. 21). Verificou-se “um urbanismo formalista de influência fascista italiana/alemã” (*ibidem*, p. 30), em algumas partes da cidade e em alguns edifícios, enquanto noutras zonas a intervenção salazarista provocou profundas mudanças como as verificadas no bairro do Barredo e as resultantes das demolições em torno da Sé do Porto. Além das intervenções arquitectónicas, decorreram na cidade algumas iniciativas culturais. “Desde 1934 que, com o início do ciclo das grandes exposições salazaristas, o novo regime faz de tudo para conjugar propaganda, lazer e massas. (...) No caso do Porto, o regime chama o capitão Henrique Galvão, então um fervoroso salazarista que se tornará num dos mais combativos, e polémicos, combatentes da ditadura, para organizar a exposição. Teve 1,3 milhões de visitantes entre Junho e Setembro” (*ibidem*, p.31). Nesta altura, era presidente da Câmara Municipal do Porto, o antropólogo e historiador Mendes Corrêa, que não esquecendo as suas especialidades, privilegiou a salvaguarda e valorização do património histórico da cidade e abriu alguns museus (Ramos, 1994, p.585). Durante o conflito espanhol de 36-39, republicanos, comunistas e anarquistas espanhóis tiveram a solidariedade dos seus equivalentes portugueses e o Porto foi um local de abrigo para aqueles que procuravam uma via de fuga para América Latina (Loff e Ferreira, 2010, p.37).

A repressão salazarista estava camuflada quando, em 1945, o regime tolerou o Movimento de Unidade Democrática. Os historiadores Manuel Loff e Sofia Ferreira relatam uma acção de rua que foi interceptada pelos militares: “Quando termina a guerra e o Porto vem para a rua celebrar a vitória aliada, quem dá ordens para dispersar os portuenses em júbilo é outro militar, Aníbal Gomes Bessa” (2010, p. 19). Registaram-se outras acções de rua, em particular na ocasião do funeral de Abel Salazar, a 1 de Janeiro de 1947. A campanha do general Norton de Matos, em 1949, teve uma adesão de 30 mil pessoas, no campo do Salgueiros. Depois desse evento, o governo proibiu os comícios em recintos públicos desportivos ao ar livre, o que fez com que a oposição programasse o comício de apoio à candidatura de Norton de Matos no antigo centro hípico Fonte da Moura, um recinto

⁸¹ Ver anexo 5.

privado⁸². Apesar de toda esta movimentação de pessoas, a candidatura desistiu e, depois das eleições, a polícia perseguiu os cidadãos envolvidos nas campanhas eleitorais.

Na década seguinte, em 1951, “a demolição do Palácio de Cristal, exemplar único do país e raro na Europa, da arte do ferro e do vidro, foi uma das maiores agressões cometidas contra a cultura portuguesa” (Figueiredo, 1981, p.39). Apesar da repressão, as manifestações e greves mantiveram-se, tal como a de Maio de 1954, a greve na indústria têxtil que terminou com muitas detenções⁸³. Sobre estas últimas, “ainda em 56-57 no tribunal plenário do Porto, 52 jovens são julgados, acusados de serem membros do MUD Juvenil e do Movimento pela paz. (...) São ouvidas 300 testemunhas. (...) O escândalo é tal que os juristas estrangeiros apresentam-se como observadores” (Loff e Ferreira, 2010, p. 53). Entre os arguidos estavam Agostinho Neto, Óscar Lopes, António Borges Coelho, Ângelo Veloso e tantos outros que foram defendidos por 30 advogados. O mal-estar portuense crescia e esse descontentamento foi manifestado no apoio à candidatura do general Humberto Delgado, em 1958, quando cerca de 200.000 pessoas aguardaram por ele na estação de São Bento. A este entusiasmo social seguiu-se uma forte repressão policial sobre a população. Aliás, é o próprio candidato que diz ter visto a polícia a praticar espancamentos em frente da janela do hotel onde estava hospedado - Hotel Infante de Sagres (Loff e Ferreira, 2010, p.58). Humberto Delgado queria uma transição ordeira e pacífica e a frase que proferiu quanto a Salazar - “obviamente, demito-o” - é ainda hoje recordada. Foi Américo Tomás, o candidato do regime, que ganhou as eleições. “Em forma de protesto, durante cerca de um mês mais de 60.000 trabalhadores estiveram em greve” (Loff e Ferreira, 2010, p.59). O bispo Dom António Ferreira Gomes dirigiu uma carta a Salazar, em 14 de Julho de 1958, que lhe valeram 10 anos de exílio pelo conteúdo das suas palavras. Isso demonstrou que os católicos, finalmente, estavam envolvidos nas lutas antifascistas.

A partir do final dos anos 50, na cidade e no concelho do Porto, há uma mudança nos sectores profissionais. Esta é a fase em que o Porto “passa pela transferência das suas unidades industriais para os concelhos limítrofes dentro do Grande Porto” (Loff e Ferreira, 2010, p. 25) e por isso são os serviços e o comércio que dominam. Há “uma pequena burguesia intelectual relevante e, necessariamente, diferente pelo que representa de alternativa qualificada num país, numa região e numa cidade estruturalmente marcados pelas reduzidas qualificações escolares e pelo analfabetismo” (*ibidem*, p.25). Estas alterações, a nível laboral,

⁸² Ver anexo 6.

⁸³ Informação disponível no *website* da Câmara Municipal do Porto. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.cm-porto.pt/historia-da-cidade>.

foram acompanhadas pelo crescimento de novos imóveis, embora as *ilhas* constituíssem ainda a “modalidade de habitação tipicamente portuense que consistia no aproveitamento dos terrenos nas traseiras das casas da pequena e média burguesia localizadas no centro da cidade, através da construção de fileiras de habitações geralmente compostas de uma só divisão com não mais de 16 metros quadrados. Já relativamente ao espaço público da cidade, os cafés desempenham um papel central na definição de identidade tão especial do Porto” (Loff e Ferreira, 2010, p.66).

Em Janeiro de 1960, decorreu uma manifestação pela amnistia dos presos políticos⁸⁴ e, passados dois anos, a 8 de Março, no Dia Internacional da Mulher, uma manifestação de mulheres. Desta última, resultou a prisão de várias manifestantes na delegação da PIDE, na Rua do Heroísmo. As greves e manifestações de rua começaram a misturar reivindicações salariais e políticas com protestos contra as guerras coloniais.

Identicamente, o meio estudantil do Porto foi abalado, tendo sido o encerramento da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 1928, um dos momentos mais expressivos. Numa primeira fase, muitos suspeitos do republicanismo tiveram de abandonar a carreira académica. Abel Salazar, em 1935, foi afastado, tal como Ruy Luís Gomes, em 1947, entre outras figuras ilustres. Manuel Loff descreve as condições a que o governo sujeitava os estudantes, já nos anos 60-70: “Em resposta à crescente radicalização do movimento estudantil, a polícia política encerrou praticamente todas as associações de estudantes, à excepção, no Porto, da de Farmácia. Sucederam-se as invasões policiais das instalações universitárias, dezenas de estudantes foram presos ou incorporados coletivamente e enviados a cumprir o serviço militar na guerra de África” (2010, p.98).

25 de Abril de 1974, Porto. As operações militares com o código *Granada*, não são tão sobejamente conhecidas quanto as de Lisboa, que anualmente passam na comunicação social e às quais a cultura de massas, através do cinema e séries televisivas, tem acesso, mas há um artigo na revista *Visão História*, de 2014, a *Revolução a Norte*, que especifica horas, pessoas e acções.

“Apesar das advertências em contrário, que começam a ser difundidas a partir do final da manhã, [as pessoas] saem à rua e ocupam a grande Praça da Liberdade. Às 5 da tarde, contudo, forças da PSP descem à Baixa e carregam sobre manifestantes.” (Loff e Ferreira, 2010, p. 107). Por contraste, a televisão nada documenta sobre isto e mantém uma programação alheia ao grande acontecimento, facto que ficou registado pela queixa de um

⁸⁴ Informação disponível no *website* da Fundação Mário Soares e Maria Barroso. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://fmsoaresbarroso.pt/aeb/cronologia/?ano=1960&pf=a>.

jornal: “No Porto *O primeiro de Janeiro* indignou-se pelo facto de à hora do telejornal, em pleno dia da revolução, a RTP ter decidido transmitir um episódio antigo da série *Daktari*, logo seguido de uma *reprise* de *Viver no Campo*, com Eddie Albert e Eva Gabor” (Araújo, 2019, p.46).

A população dirige-se para a sede da PIDE e a polícia barra o seu avanço. No local, no dia 26 de Abril, forças do MFA, comandadas por um acto imprevisto de Carlos Azeredo (que se adianta ao capitão Delgado Fonseca), encontram uma multidão que, “incitada pela Eng.^a Virgínia Moura, que se dizia pertencer ao Partido Comunista Português, cometia desacatos, incendiara várias viaturas e ameaçava entrar no edifício da Pide” (Araújo, 2019, p.133-134). Carlos Azeredo disse: “Entreí no edifício da PIDE pelo portão, intimidei a Eng.^a Virgínia Moura a que acalmasse os ânimos da multidão, antes que eu tivesse de impor violentamente a ordem. Declarei que o pessoal da PIDE estava na situação de prisioneiro e ninguém lhe tocava” (*ibidem*). Virgínia Moura, nas suas memórias em *Mulher de Abril* escreveu que: “No dia 26 de manhã ao aproximarmo-nos da sede da PIDE (Rua do Heroísmo) ouvi então o capitão Carlos Azeredo gritar pelo meu nome para o acompanhar na libertação dos presos. Saí aos ombros dos camaradas. Pedi a companhia de Óscar Lopes para um acto que considerava histórico. (...) Carlos Azeredo pergunta como resolver. Milhares de pessoas na rua e, na PIDE, os presos e os agentes. Sugerimos que soltasse os presos e prendesse os agentes.” (Moura, 1996, p. 102-103.)

São detidos os agentes da polícia política e libertados os presos políticos. “Ali fui constatar um cenário que militarmente nunca julguei ver: das janelas abertas do primeiro andar o tenente coronel Carlos Azeredo e acompanhantes punham a multidão em delírio atirando para a rua todo o tipo de fichas e documentos e recebendo efusivas manifestações. O portão estava controlado por militares mas no interior das instalações havia já muitos civis que vandalizavam ficheiros e equipamento. Por todo o lado, a começar pelas escadas de acesso ao primeiro andar estavam abandonadas inúmeras armas e razoável quantidade de munições de vários tipos e calibres”. Foram estas as palavras proferidas por Delgado Fonseca, capitão que comandava as tropas⁸⁵, à RTP em 2014. Ao contrário do que sucedeu em Lisboa, na delegação do Porto, “68 elementos da DGS – entre os quais três mulheres - foram levados nuns veículos militares” (Araújo, 2019, p.74) e libertados. Porque aconteceu dessa forma? António Araújo, investigador, avança com uma hipótese: “Na perspectiva da ética militar, o tratamento justo e condigno do inimigo - e a DGS era encarada como tal - constituía um

⁸⁵ RTP (2014). *Como os pides do Porto foram libertados*. Notícia de 21 de Abril de 2014. Acedida em 18 de Setembro de 2022, em https://www.rtp.pt/noticias/estorias/como-os-pides-do-porto-foram-libertados_n731906.

princípio basilar de conduta, que se sobrepunha a convicções ideológicas ou desejos de ajuste de contas que marcavam sobretudo a população civil. Salvar os «pides» do «povo» foi assumido como um imperativo primordial dos militares de Abril, Salgueiro Maia incluído, e diz-se que a surpreendente fuga dos funcionários da DGS do Porto foi permitida justamente para impedir que fossem justiciados nas ruas” (*ibidem*, p. 141-42).

O facto deveu-se a uma série de imprevistos que levaram um pouco mais de uma centena de tropas especiais vindas de Lamego a ter de trocar a neutralização da PIDE por outras missões.

Como se depreende pela leitura do testemunho do capitão, parte dos arquivos da polícia foram destruídos e o restante deve encontrar-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo – PIDE 1919/1976 – DP Delegação Porto 1945/1974 -, contabilizando 325 caixas. Nele estão disponíveis⁸⁶:

- Relatórios de processos-crime – cerca de 850;
- Processos individuais de informação e outros;
- Processos-crime, PVDE;
- Mais registos de correspondência e ficheiros, processos-crime iniciados nos Postos, e ainda registos de correspondência e registos de entrada e saída do país, do mesmo âmbito⁸⁷.

A RTP filmou a manifestação e a comemoração de milhares de pessoas no 1º de Maio no Porto⁸⁸. O mesmo canal televisivo visitou as instalações da DGS do Porto a 18 de Maio de 1974. O major Costa Neto recebeu os jornalistas e disse que poderiam visitar as instalações. “Há assuntos que estão em arquivo e que importa preservar”. Refere que as cauções [pagas

⁸⁶ Fundo documental disponível no *website* da Torre do Tombo. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=4280384>.

⁸⁷ Segundo o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, “o Arquivo da Delegação do Porto foi transferido para as instalações da extinta Legião Portuguesa, pertencente à Cruz Vermelha Portuguesa, quando o antigo edifício da PIDE/DGS foi destinado a Museu Militar. Em 1986, Serviço de Coordenação da Extinção da PIDE/DGS e LP do Porto deu por concluídos os trabalhos de análise documental e a documentação foi transferida para o reduto Sul do Forte de Caxias, donde foi transferido para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em 1992. Quanto à integridade do Arquivo, são de assinalar os efeitos negativos das destruições e anulações de processos efectuadas pela própria PIDE/DGS, as destruições ou desvios ocorridos entre 1974 e 1990, e o desmembramento de algumas séries de processos, levado a cabo pelo Serviço de Coordenação da Extinção da PIDE/DGS e Legião Portuguesa, seguido da integração desses processos noutras séries do Arquivo da PIDE/DGS ou em séries do próprio Arquivo dos Serviços de Extinção.” No ano de 2020 foram apreendidos documentos relevantes e clichés fotográficos que foram colocados à venda no *website* da OLX assim como se poderá ler em Queirós, I. (2020). PJ prendeu mais de 700 fichas da PIDE numa casa em V. N. de Gaia. *Público*, de 23 de Abril de 2020. Acedido em 20 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2020/04/23/culturaipsilon/noticia/pj-apreende-700-fichas-pide-postas-venda-net-1913551>.

⁸⁸ RTP. (1974a). *Comemoração do 1º de Maio de 1974 no Porto*. 1 de Maio de 1974. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/comemoracao-do-1o-de-maio-de-1974-no-porto/>

pelas pessoas detidas] depois seriam devolvidas. “Nas dependências poderão mexer no ficheiro que foi permitido vasculhar.” As capas [de arquivo] podem ser vistas, tal como os cadastros dos processos individuais ou os álbuns de fotografias. “Encontram-se 136 elementos [da DGS] presos em Custóias”. Vê-se o gabinete do director e inspector-adjunto, as máquinas de escrever, o material reunido para não haver mais fugas de informação. Verificam-se vários recortes de jornais para a “investigação passiva”, escutas telefónicas com oito terminais que funcionariam com um gravador para captar a conversa. Ainda se pode observar a cozinha e as salas com dormitórios, nas traseiras do edifício principal.⁸⁹ Assim, esta reportagem ajuda-nos a sublinhar a importância dos vestígios deixados no edifício pois revelam a dinâmica de trabalho da polícia política. Esses vestígios e o edifício são parte integrante da nossa análise.

4.2 História do edifício patrimonial

O palacete sito na esquina da Rua do Heroísmo com o Largo de Soares dos Reis, na freguesia do Bonfim, concelho e distrito do Porto⁹⁰, foi o imóvel⁹¹ onde a polícia política do Estado Novo (com as várias denominações: PVDE, PIDE e DGS) estava sediada. Com uma ocupação humana que remonta ao século XVIII, a capela é o testemunho arquitectónico mais antigo do conjunto da antiga Quinta do Prado, mandada construir em 1724 pelo capitão Mathias Alves Ribeiro, conforme a inscrição gravada no lintel do portal principal da capela⁹². Ainda no século XVIII, Agostinho Rebello da Costa refere a existência de "uma magnífica casa de campo e uma asseada capela dedicada a Santa Bárbara" que era pertença de Nicolau Francisco Guimarães, cavaleiro professo na Ordem de Cristo. Em Julho de 1895, D.^a Maria Coimbra pediu licença à Câmara Municipal do Porto para reconstruir a casa, de que era proprietária, para si e para seu irmão⁹³. “Sobre esse edifício existe muito pouca informação, apenas um processo com alguns desenhos das fachadas principais, pedido em nome de Maria Coimbra e assinado por um mestre de obras, ou arquitecto, de nome António Botelho. Mais tarde, anexo ao edifício principal surgiu um outro, destinado à habitação da sua sobrinha. Depois da sua morte, a propriedade ficou entregue a uma congregação de freiras que aí

⁸⁹ RTP. (1974b). *Visita às instalações da DGS/PIDE no Porto*. 18 de Maio de 1974. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/visita-as-instalacoes-da-dgs-pide/>.

⁹⁰ Ver anexo 7.

⁹¹ Ver anexo 8.

⁹² Cronologia completa no *website*. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5456.

⁹³ *Ibidem*.

instalaram um lar, entre 1932 e 1936” (Moreira, 2015, p.67). Mais tarde, enquanto decorria a Guerra Civil Espanhola, a casa albergou refugiados republicanos e uma comunidade religiosa feminina (“As filhas da Maria Imaculada”). Em 1936, o edifício foi alugado ao Estado Português, que adquiriu-o definitivamente em 1948 por 450 contos. “Durante esses anos a única alteração registada no edifício, pelo menos com processo aberto na Câmara Municipal do Porto, foi a construção de uma garagem situada na zona dos antigos jardins” (Moreira, 2015, p. 69).

O palacete tem uma linguagem clássica, de planta rectangular, com três pisos, e um outro recuado. “Este edifício é dos poucos sobreviventes de um tipo que existia em grande quantidade na urbe. (...) Ainda profundamente marcado pelas tendências clássicas, impera na construção o trabalho minucioso e rico em muitos pormenores. As mármores da entrada, os tectos todos trabalhados a gesso, que foram restaurados até à perfeição, a escadaria interior em madeira de riga, as colunas em madeira, também trabalhada. Um dos pormenores interessantes e demonstrativos do requinte da casa é o dos puxadores das portas. Todos de madeira preta, possivelmente oriental, têm motivos com uma parte pintada e outra em madre-perola embutida, dando um efeito surpreendente a todo o conjunto” (Queirós, 1982, p. 19).

A Rua do Heroísmo já existia na “planta de Costa Lima, de 1839, mas aparece como Rua de 29 de Setembro. Derivava aquele topónimo da evocação do mais sanguinolento combate durante o cerco, na Quinta da China, nesse dia e mês de 1832, entre liberais e miguelistas. Recebeu o nome de Rua do Heroísmo para lembrar os actos valorosos praticados nesse recontro de 29 de Setembro. Já assim se chamava em 1877.”⁹⁴ Inserida na freguesia do Bonfim, que cresceu ao longo dos antigos caminhos de Gondomar (caminho do padrão de Campanhã, actual Rua do Heroísmo), Valongo e Penafiel, desenvolveu-se em torno do Monte das Feiticeiras, onde fora erguido o cruzeiro da duodécima estação da via-sacra, também designado do Senhor do Bom Fim e da Boa Morte⁹⁵. É a mais recente freguesia da cidade do Porto, tendo sido criada a 11 de Dezembro de 1841 (por decreto de Costa Cabral). Mariana Teixeira (2011), museóloga responsável pelo estudo das colecções do Museu Militar do Porto, descreve-nos o espaço envolvente do edifício: “a norte é delimitada pela Rua do Heroísmo, a sul, por armazéns abandonados pertencentes ao terreno da Quinta de Nova Sintra, a oeste pelo cemitério Prado do Repouso e pelo largo Soares dos Reis, e a este, pelo centro comercial STOP” (2011, p.14). Acrescenta ainda: “A envolvente enfrenta problemas relacionados com

⁹⁴“Toponímia Portuense” de Eugénio Andrea da Cunha e Freitas. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://ruasdoporto.blogspot.com/2014/04/rua-do-heroismo-1974-2014.html>.

⁹⁵Informação histórica disponível no *website*. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.jfbonfim.pt/Freguesia/Historia-da-Freguesia>.

as estruturas habitacionais designadas de «ilhas», que proliferam nas freguesias do Bonfim e de Campanhã. Essa tipologia de estrutura habitacional tem origem no crescimento demográfico e na industrialização (...), sobretudo entre 1864 e 1900, coincidindo com a indústria portuense” (*ibidem*).

Portanto, inúmeras fábricas e manufacturas, principalmente de têxteis e cerâmica, fixaram gente em bairros operários e criaram-se novas ruas, rasgadas sobre antigas quintas. “Aqui e ali romperam palacetes, casas de industriais e comerciantes, por vezes brasileiros de torna-viagem, quase sempre burgueses de grande trato. Actualmente, as fábricas e manufacturas deixaram de existir dando lugar a outras actividades económicas como o comércio, as instituições bancárias, as pequenas empresas e os serviços”⁹⁶. A freguesia, actualmente, com cerca de 23 mil habitantes⁹⁷ disponibiliza vários serviços como a PSP, farmácias, hospital e bastantes estabelecimentos escolares públicos e privados.

É interessante verificar que, se por um lado, existe “um importante património de cultura e condições de vida e de trabalho, produzidas a partir da Revolução Industrial: pontes, unidades fabris, sistemas de transportes, bairros operários, equipamentos urbanos, etc; por outro, temos paisagem e sítios naturais e construídos pela interacção do Homem com a natureza (praias fluviais e marítimas, florestas e quintas, parques, jardins e campos de cultura) que, na cidade e sobretudo nos seus concelhos limítrofes, constituíram uma cintura verde onde o equilíbrio população-natureza revestia uma relação harmoniosa, superior à de muitas outras cidades europeias” (Figueiredo, 1981, p. 38). Esse pulmão verde foi muito afectado nas últimas décadas. Foi neste contexto geográfico que a polícia política estabeleceu a sua delegação, próximo de serviços, unidades fabris e escolas, próximo da estação de comboio de Campanhã e servida por excelentes acessos viários para Norte e Sul.

Nesta delegação da polícia política tratava-se de passaportes, executavam-se escutas telefónicas, gravações, entre outras funções análogas às da sede, em Lisboa. A delegação actuava em toda a zona norte do país, por exemplo, os postos de vigilância ou de fronteira dependiam directamente do Porto. “À entrada, tal como na sede de Lisboa, estava escrita a frase «nós havemos de chorar os mortos, se os vivos o não merecerem»” pode ler-se numa notícia do jornal *Público*⁹⁸. No terceiro andar encontravam-se as salas de interrogatório e tortura e no rés-do chão as celas. “Também tinha uma prisão privativa com celas sem ar e na

⁹⁶ *Ibidem*.

⁹⁷ Informação segundo os censos de 2021. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em https://censos.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html.

⁹⁸ Mendonça, C. e Ribeiro, N. (2017). Memórias de um passado recente. *Público*, 25 de Abril de 2017. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://acervo.publico.pt/multimedia/infografia/memorias-de-um-passado-recente-223>.

penumbra, quartos e salas, onde eram interrogados os presos. No primeiro andar, havia um «quarto especial» ao fundo do corredor, pegado à instalação sanitária, que tinha no seu interior uma outra instalação sanitária, no qual eram habitualmente encarceradas as presas políticas. Existia ainda a cela 5, que ficava por baixo do vão da escada, sem luz e onde só se podia dar um passo numa direcção, onde havia apenas uma cama de tábuas e um caixote de madeira a servir de travesseiro.”⁹⁹

Sabe-se que a PVDE começou a operar em 1936 no palacete, mas não sabemos a razão da escolha deste imóvel. Percebe-se através da leitura da investigação de Santos (2015) sobre a Cadeia da Relação, entre 1925 e 1933, que as cadeias estavam lotadas e talvez tenha sido por necessidade: “A contestação ao regime vinha engrossando o número de presos políticos que iam chegando às cadeias. A da Relação do Porto tinha problemas acrescidos na manutenção da ordem e da segurança, nem sempre bem conseguidas com a «desestabilização» causada por estes detidos, bem diferentes dos presos de delito comum, reivindicativos dos seus direitos, que utilizavam muitas vezes o confinamento em espaços comuns para organizar estratégias de ação várias, planeamentos de fuga, etc. A documentação até agora analisada não permitiu perceber de que forma o capitão Cameira [director da Cadeia de 1925 a 1933] geria estas situações, dadas as inevitáveis sintonias ideológicas que teria com alguns detidos, nomeadamente com os militares (republicanos)” (p.176).

As condições da prisão da PIDE também não eram boas. Sobre a cela especial já referida, “O advogado Luís Pedro Ferreira [em 1957] testemunhou que a detida Manuela Macário tinha estado encerrada nesse «quarto especial» com dimensões de 2,5 metros por 1,90 m. Houve também queixas por parte dos presos de que alguns tinham sido encarcerados em celas impróprias, que ficavam por baixo do vão da escada, relativamente às quais a PIDE afirmou que já não eram utilizadas, a não ser em casos absolutamente excepcionais ou por imposição de sanções disciplinares. Ou seja, a sua utilização não foi totalmente desmentida. (...) Mais tarde, em 1961, Carlos Aboim Inglês referiu a prisão da subdirectoria da PIDE do Porto em diversas cartas enviadas a familiares, contando que «as celas eram húmidas e frias no Inverno, sem condições higiénicas mínimas, com péssimo arejamento, invadidas pelo fumo do fogão para aquecimento dos guardas. Por outro lado, a latrina era interna, sem sifão e estava ligada à fossa, o que originava um tremendo fedor, agravado pelos constantes cortes de água». Numa carta à sua mulher, com a data do mesmo dia, Aboim Inglês referiu que em dias de chuva, chovia tanto dentro, do edifício da prisão, como fora” (Pimentel, 2011, p. 433-34).

⁹⁹NAM. (2006). *Locais de memória (prisões)*. 20 de Julho de 2006. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <http://maismemoria.org/mm/2006/07/20/locais-de-memoria/>.

A historiadora Irene Pimentel enumerou os principais inspectores da PIDE/DGS que prestaram serviço na delegação do Porto: Henrique de Sá e Seixas, em 1938; Cândido Pires, entre 1949-50; Joaquim Malta de Oliveira Monteiro, em 1951, foi chefe da secção de informação da delegação do Porto; Rogério Moraes Coelho Dias, em 1958, chefiou a PIDE do Porto; Casimiro Américo Rosa Teles Jordão Monteiro, em 1958, foi transferido para o Porto; Manuel José da Cunha, em 1964, é colocado no Porto; António Rosa Casaco, em 1971, após ter estado envolvido em vários casos obscuros, nomeadamente o caso Matesa, é transferido por castigo para a delegação do Porto; e Manuel Silva Clara, em 1973, transferido para a subdirectoria do Porto. Na obra *A História da PIDE*, a investigadora informa ainda que a maior parte dos dirigentes da PVDE eram oficiais das Forças Armadas e, em particular, do Exército. “Estavam neste caso o próprio director, capitão na reserva Agostinho Lourenço, e o seu braço direito, tenente José Ernesto Capela do Vale, secretário-geral da PVDE entre 1933 e 1945. Os dois tinham sido antes, respectivamente, director e subdirector da PIP [Polícia Internacional Portuguesa]” (2011, p.27). Agostinho Lourenço tinha sido um partidário de Sidónio Pais. Já tinha assumido a direcção da PIP e, “em 1932, iniciou um processo de reforço da disciplina da sua polícia, ao impor aos candidatos à entrada na mesma apresentação de um registo criminal limpo e o patrocínio de dois oficiais do Exército” (Pimentel, 2011, p.27). “Também o capitão, depois major, Rui Pessoa de Amorim ingressou na polícia, em 1931, passando posteriormente para a PVDE, em 1933, onde actuou na respectiva secção Internacional na secção de vigilância política social e depois na delegação do Porto” (*ibidem*). “Em 1938, foram ainda integrados os tenentes Manuel Madre Romão e Adelino Soares, este último como adjunto na delegação do Porto. Para esta delegação nortenha iria, ainda em 1937, o tenente António Neves Graça, que viria a ser mais tarde director da PIDE” (*ibidem*, p.27-28). Entre 1945-49, o chefe da delegação do Porto era Diogo Alves, função que acumula com a direcção de Coimbra. Em 1950, foi a vez de Coelho Dias ser transferido para a directoria do Porto (*ibidem*, p.36), tal como Raul Rosa Porto Duarte, em 1961 (*ibidem*, p.50).

Acerca do ambiente profissional, Pedro Baptista (2014), ex-presos político, descreveu que era muito tenso e altamente competitivo. Leia-se: “Não quis ouvir mais nada e dirigi-me à porta. No entanto, mal saí, ainda com a porta entreaberta, ouvi distintamente uma brutal discussão, dir-se-ia uma peixeirada das antigas, entre o António Rosa Casaco (assassino do Delgado), que assegurava que este não fala, e o Manuel Coelho da Silva que assegurava precisamente que fala, fala. O que me ficou gravado nos ouvidos, à medida que lentamente me afastava, foi o tom de ódio entre os interlocutores daquela espantosa diatribe que todos supúnhamos unida ou pelo menos bem organizada” (p.358). Adiciona ainda: “Conclusão:

pelo menos na PIDE do Porto, para onde os funcionários vinham por castigo (!!!), a luta entre os sectores era total, procurando sonegarem as informações uns aos outros, em particular das informações para as operações, só parecendo funcionarem os processos em termos administrativos altamente burocratizados. Parece que a realidade era o que menos interessava, pois o importante era cumprir o ramerrão do andamento processual... e destruírem-se uns aos outros na rivalidade odiosa em que se procuravam promover” (*ibidem*, p.360).

Aos agentes e inspectores, deve somar-se todo aquele pessoal não oficial, isto é, os informadores. Irene Pimentel é autora de um livro, de 2022, sobre esse assunto e são referidos alguns deles relacionados com a PVDE/PIDE/DGS do Porto¹⁰⁰.

Sobre as violências praticadas aos presos, Manuel Coelho dos Santos, um advogado da oposição, escreveu: “Nos muitos processos em que intervim no Tribunal plenário [Porto], sempre os réus invocaram as sevícias sofridas nas instalações da PIDE, mas sempre o tribunal se manteve indiferente a tais declarações – não podiam os réus prová-las... - e até veio entretanto a acontecer, como acima referi, virem dois agentes depor o contrário.” (Santos, 2013, p.28). Como poderiam os presos ganhar processos num sistema judicial corrompido?

Pela subdirectoria do Porto, até ao dia 25 de Abril de 1974, passaram cerca de 7.600 pessoas. *Ficaram pelo caminho*:

- Joaquim Lemos de Oliveira, de Fafe, barbeiro, morreu na sequência de prisão na subdirectoria da PIDE, Porto, em 1957;
- Manuel da Silva Júnior, de Viana do Castelo, estucador, morreu na sequência de prisão na sede da PIDE, Porto, em 1957.

A obra, com o mesmo título, lançada pelo Museu do Aljube, em 2021, refere que faleceram também na sequência de prisão da delegação do Porto: Alberto Sernadas, vendedor de jornais, no Hospital Santo António, em 1937; Antero Vinhas, funcionário da Câmara Municipal do Porto, no Hospital Santo António, em 1932; Carlos Alberto da Silva, funileiro, Hospital Santo António, em 1936; João Martins Branco, estudante, na Escola Médica do Porto, em 1931; José Manuel Pinheiro Morais, jornalista, no Hospital Santo António, em 1947; Manuel José Barbosa, jornalista, no Hospital de Santo António, em 1938; Manuel Martins, empregado comercial, PVDE, em 1937; Manuel Pinto Ribeiro, padeiro, no Hospital de Santo António, em 1943; Primitivo Garcia Barcia, sequência de prisão da PIDE no Porto, em 1947; Venceslau Ferreira Ramos, modelador em Fábrica de Cerâmica, sequência de

¹⁰⁰ Ver anexo 9.

CEDAP, Porto, em 1950. E, ainda, nos concelhos vizinhos: António Carlos de Carvalho Ferreira Soares, médico assassinado em Santa Maria da Feira, em 1942; Artur de Oliveira Luzes, marceneiro, na prisão da cadeia de Ovar, em 1951; Jayme da Costa, pedreiro, repressão de mobilização popular em Ovar, em 1939; Manuel Maria Valente de Pinho, agricultor, repressão de mobilização popular, em Ovar, em 1939; Maria de Lurdes Oliveira, repressão de mobilização popular, em Lourosa, em 1964; e Rosa Vilar da Silva Benfica, repressão de mobilização popular, em Lourosa, em 1964.

A análise dos dados comprova outra ideia que é a natureza selectiva e classista da violência. “A maioria das mortes (62%) regista-se entre operários e camponeses, mineiros, pescadores, trabalhadores manuais ou indiferenciados” (Museu do Aljube, 2021, p. 21).

O Estado Novo terminou com a Revolução do 25 de Abril. No dia seguinte, a Junta de Salvação Nacional emitiu o Decreto-Lei n.º 173/74, claríssimo no artigo 1.º: “São amnistiados os crimes políticos e as infracções disciplinares da mesma natureza”. Da delegação nortenha saíram então nove presos políticos (Pimentel, 2022, p. 525).

O edifício do Heroísmo passou a ser tutelado pelo Exército. Em 1977, o Conselho da Revolução, através do Decreto-Lei Nº 242/77, de 8 de Junho (*Diário da República nº133*, suplemento, série I de 1977-06-08), cria, com a data de 1 de Abril, o Museu Militar do Porto (Teixeira, 2011 p.4). O acervo do Museu Militar que estava no núcleo no castelo São João, na Foz do Douro, foi transferido para a ex-delegação da polícia política. Com a cedência por parte do Ministério da Administração Interna para o Ministério da Defesa, “Ao major Francisco Figueira, *alma-mater* de toda a ideia, e ao arquitecto Fernando Lanhas, deve-se o plano de obras que consistia em primeira fase, na restauração do edifício, muito maltratado durante o PREC” (Queirós, 1982, p.19).

Em 1977, “Antes de iniciar o projeto, o arquitecto fez um reconhecimento das preexistências no sentido de perceber o que poderia ser alterado e quais as obras imprescindíveis para que fosse viável instalar o Museu. As suas conclusões não foram as ideais. O edifício principal estava em condições de ser reabilitado mas não reunia, de todo, as condições necessárias para albergar um museu com tais características. E dos restantes edifícios só se conseguiam aproveitar uns anexos no fundo do terreno que poderiam alojar as oficinas, arquivos e arrecadações de material pesado. Decide, então, que o edifício correspondente à Casa deveria ser restaurado à sua forma original e que devia ser ocupado pelos serviços de documentação e investigação, à excepção do piso 3 que teria Salas de Exposição. Nessas obras substituíram-se peças degradadas, como guardas, retiraram-se escadas e paredes que não faziam parte do traçado original, e fez-se uma reabilitação e

restauro dos espaços. Para além disso, Fernando Lanhas desenhou toda a pormenorização e todo o tipo de elementos complementares, como candeeiros, forras e vitrinas. Todavia, pretendia que algumas das modificações efetuadas pela PIDE/DGS fossem mantidas, como, por exemplo, que pelo menos uma das celas fosse mantida nas condições em que se encontrava – como está documentado no processo do Museu. (...) Assim, mantendo algumas das características, (...) seria possível compreender o funcionamento e o que ali se passara, ao invés de destruir todos os elementos que ligavam o edifício àquela época e impossibilitar a recapitulação da mesma” (Moreira, 2014, p.69).

A arquitecta Elda Moreira, investigadora da obra de Fernando Lanhas, descreve: “Apesar de todo este cuidado e de todo o planeamento patente no processo referente a esta empreitada, este projeto nunca chegou a termo. A construção seria demorada, dividida em duas fases. Logo, para o Museu não ficar inativo até à conclusão de todo o projeto, em 1978 decidiu-se adaptar, ainda que temporariamente, o edifício principal que estava a ser reabilitado, de modo a conseguir reunir o acervo do Museu e ser aberto ao público enquanto a fase 2 era levada a cabo. Contudo, muito provavelmente por falta de verbas o temporário acabou por se tornar definitivo, já que a «primeira pedra» da fase 2 ainda foi lançada mas o projeto nunca foi concluído. Acabou por se construir uma espécie de pavilhão pré-fabricado que iria albergar a artilharia de grande porte e o acervo que não era passível de ser reunido no edifício existente” (Moreira, 2014, p.69).

A inauguração oficial do Museu Militar do Porto ocorreu a 21 de Março de 1980, com a presença do Presidente da República Ramalho Eanes. A instituição, segundo Mariana Teixeira, tem diferentes públicos que somavam entre 5.000 e 7.000 visitantes por ano entre 2005 e 2009, dos quais 70% correspondiam a público escolar, com especial incidência no 3º ciclo básico, estrangeiros (5%) e poucas famílias (apenas 4%) (2011, p.19). Este museu não possui um serviço educativo estruturado, mas promove, de forma mais ou menos regular, acções de natureza educativa.

A importância que os militares tiveram na Revolução de Abril é incontornável. Metaforicamente escrevendo, parece que o edifício do Heroísmo foi uma recompensa dada aos militares. Uma recompensa que dura até aos nossos dias. E actualmente, fará sentido para o tecido museológico da cidade do Porto? Sim, faz, porque trata museologicamente a história e património militar, mas defende-se que esta instituição não esteja sediada no imóvel do Heroísmo.

Sintetizando, a função inicial do edifício foi habitacional, seguidamente administrativa e prisional, e a actual é cultural e museológica. Devido aos valores arquitectónico, artístico e

histórico, o edifício está classificado como Imóvel de Interesse Patrimonial, com o número B14, na carta de património da Câmara Municipal do Porto¹⁰¹, com a designação “Museu Militar do Porto (Palacete e Capela)” e nas notas pode ler-se “Antigas instalações da P.I.D.E.-D.G.S., Local da antiga Quinta do Prado (Séc. XVII) (Séc. XVIII), Séc. XIX, finais/Séc. XX”¹⁰². Esta classificação patrimonial está assegurada, embora se defenda que devam ser acrescentados outros valores que robusteçam a nova proposta de musealização.

4.3 O Projecto “Do Heroísmo à Firmeza” e as políticas da memória

A proposta de reverter o espaço em lugar de memória da resistência tem quase cinco décadas. Cremos que é pertinente para a reflexão que se faz neste trabalho, elencar alguns acontecimentos relacionados quer com a instalação do projecto “Do Heroísmo à Firmeza – percursos na memória da casa da PIDE no Porto (1936/1974)” no palacete, gerido pela URAP, quer com políticas da memória ou outras iniciativas relacionadas com o lugar e temática da memória da violência política. Assim, o projecto “Do Heroísmo à Firmeza” (daqui para a frente designado por DHF) tem como missão/mensagem a divulgação da memória histórica, a transmissão às gerações futuras sobre o que ali aconteceu, bem como abrir espaço para mais investigação sobre este período no norte. As linhas de acção criam-se a partir destas palavras-chave.

A 26 de Abril de 1974, no dia da libertação dos presos políticos, surgiu imediatamente a ideia de um Museu da Resistência¹⁰³. Alguns dos acontecimentos desse dia estão documentados no livro *O último dia da PIDE, 26 de Abril no Porto*, do Movimento Democrático do Porto. Desde essa data que a associação URAP (União dos Resistentes Antifascistas Portugueses) tem vindo a desenvolver várias actividades no local e reivindica este espaço para classificação da memória da resistência e da luta antifascista. Na década de 80 foi feito um conjunto de diligências para a classificação do edifício como Património de Interesse Público, impedindo a sua destruição e descaracterização.

Em 2004, a URAP obteve autorização para colocar um elemento patrimonial, uma placa identificativa, na frontaria do edifício, na fachada oeste com a inscrição: "Homenagem

¹⁰¹ Explorar em <https://portalgeo.cm-porto.pt/arcgis/apps/sites/#/mapas-do-porto/apps/9896bc94b1d64564920184c9f37b29f6/explore>.

¹⁰² Reparámos que no *website* da Câmara Municipal do Porto, na área reservada à cultura, não há referência à sede da polícia nem ao Museu Militar do Porto visto que não têm tutela municipal.

¹⁰³ Janeiro, H. (2017). Do Heroísmo à Firmeza. *Jornal «Avante!»* N° 2265. Acedido em 17 de Setembro de 2022, em <https://www.avante.pt/pt/2265/temas/145081/Do-heroi%C3%ADsmo-%C3%A0-firmeza.htm>.

do Povo do Porto - Aos Democratas e Antifascistas que neste edifício foram humilhados e torturados pela PIDE-DGS”¹⁰⁴.

Numa notícia do jornal *Público*, datada de 16 de Julho de 2006, pode ler-se que “a confirmação oficial foi dada na passada quarta-feira: o Museu Militar do Porto vai ser transferido para o Mosteiro da Serra do Pilar, em Vila Nova de Gaia. E, segundo o chefe de Estado-Maior do Exército, Valença Pinto, a transferência deverá efectuar-se durante este Verão. O edifício que acolheu a PIDE-DGS, entre o início da década de 30 e 1974, poderá assim ficar disponível para acolher o Museu da Resistência. (...) A proposta de criação do dito museu foi rejeitada pela Sociedade Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura”¹⁰⁵. Estes factos comprovam que a transferência do Museu Militar foi autorizada, mas posteriormente alterada por decisão de outro director, e que houve uma tentativa efectiva, mas rejeitada, de criar o Museu da Resistência.

Pontualmente, decorreram visitas guiadas, com sessões de esclarecimento e debate, asseguradas pelo movimento cívico *Não Apaguem a Memória*¹⁰⁶ (em 2006, 2007, 2008, 2009 e 2011, segundo o *website*). O núcleo do Porto deste movimento escreveu uma pequena brochura, em Abril de 2007, e na nota de edição pode ler-se: “centramo-nos no propósito da criação de um Museu da Resistência, a instalar no edifício onde longamente permaneceu a sede da polícia política do Estado Novo, a PVDE/PIDE/DGS, actual Museu Militar do Porto, espaço que, pelo seu carácter simbólico, deverá ser preservado como património colectivo e inserido no roteiro da memória da resistência à opressão do regime salazarista”¹⁰⁷.

Em 2009, o arquitecto Mário Mesquita, docente da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, elabora um projecto compatível com o Museu Militar do Porto. O próprio refere que é “algo além de «escolher cores e formas», de «colocar sinalética e legendas» ou espalhar «recortes de jornal, cartazes, panfletos». O projecto tem um carácter colectivo, em permanente construção e actualização dado que permanece aberto à recolha de testemunhos, de objectos que ajudem à recriação da repressão, juntando-se aos materiais expostos que constituem parte do espólio da PIDE no Porto”¹⁰⁸. Este projecto consistia,

¹⁰⁴ Ver anexo 10.

¹⁰⁵ Faria, N. (2006). As escadas eram um aquecimento para a tortura que vinha a seguir. *Público*, de 16 de Julho de 2006. Acedido em 17 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2006/07/16/jornal/as-escadas-eram-um-aquecimento-para-a-tortura-que-vinha-a-seguir-89186>.

¹⁰⁶ Consultar história e princípios gerais no *website*. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://maismemoria.org/mm/>.

¹⁰⁷ Ver anexo 11.

¹⁰⁸ Janeiro, H. (2017). Do Heroísmo à Firmeza. *Jornal «Avante!»* N° 2265. Acedido em 17 de Setembro de 2022, em <https://www.avante.pt/pt/2265/temas/145081/Do-heroi%C3%ADsmo-%C3%A0-firmeza.htm> e [Correio do Porto. \(2015\). Memorial às vítimas do fascismo na antiga delegação da PIDE no Porto. 26 de Abril de 2015.](#)

portanto, na criação de uma exposição permanente sobre o quotidiano dos presos políticos e dos que com eles privaram, bem como sobre determinados momentos da história da instituição e das pessoas que por ela passaram, recorrendo, para a sua materialização, a imagens e a outros documentos visuais, vídeos e documentos escritos. O itinerário seria independente daquele que o visitante faz quando visita o Museu Militar, sem o perturbar, complementando-o, passando a ter dois percursos com autonomia. A entrada lateral norte conduziria o visitante pela esquerda, entrando no circuito ascendente e descendente pela escada de serviço que liga o piso térreo das antigas celas dos presos às salas onde se efectuavam, à data, as sessões de interrogatório, localizadas no último piso. O visitante faria o percurso que os presos políticos faziam. A intervenção seria minimalista na forma e na adequação dos espaços e, segundo Mesquita, o plano da intervenção seria efectuado em quatro momentos. A fim que tal se cumprisse, estabeleceram-se vários contactos com a hierarquia militar.

Contudo, em 2012, a Direcção da História e Cultura Militar, do Ministério da Defesa Nacional, informou que “não era oportuno qualquer evento deste tipo em instalações militares” (segundo a resposta do Sub-director, com a referência nº 232 SA Pº, de 29 de Novembro de 2012)¹⁰⁹. Seguidamente, em 2014, os deputados do partido “Os Verdes” lançaram 4 questões sobre essa decisão. A estrutura militar respondeu que “não existe qualquer intenção de proceder à extinção ou mudança de localização desse museu, nem qualquer iniciativa no sentido de alienar esse prédio militar” (segundo ofício nº 1623, de 12 de Março de 2014)¹¹⁰.

Por essa razão, a URAP pediu o parecer da Direcção-Geral do Património Cultural sobre o assunto e a tutela respondeu que “não só não colocava obstáculos como saudava a iniciativa”¹¹¹. Posteriormente, em 2015, a URAP lançou uma petição pública, recolhendo mais de quatro mil assinaturas e esta foi discutida no plenário da Assembleia da República.¹¹² O PCP e o Bloco de Esquerda saudaram a petição da URAP e defenderam a instalação do projecto museológico. O BE refere ainda que, em 2007, na Assembleia Municipal do Porto,

Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.correiodoportop.pt/abaixo-assinado/memorial-as-vitimas-do-fascismo-na-antiga-delegacao-da-pide-no-porto>.

¹⁰⁹ Ver anexo 12.

¹¹⁰ Ver anexo 13.

¹¹¹ *Ibidem*.

¹¹² Verificar admissibilidade da petição em

<https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a5355786c5a793944543030764d304e455469394562324e31625756756447397a5547563061574e68627938305a446b774d4463304d69316a597a67334c5451775a6a45744f5449324d53316d4e7a4d794e6a466b4e4755784e6d51756347526d&fich=4d900742-cc87-40f1-9261-f73261d4e16d.pdf&Inline=true>.

apresentou um projecto de resolução no sentido da classificação patrimonial, e que, além disso, considerava o percurso expositivo uma homenagem fundamental aos resistentes, sublinhando que não o fazer seria ser cúmplice de um apagamento da memória. O Partido Socialista apoia a componente simbólica, cívica e pedagógica do projecto, reafirmando que esse objectivo ainda não foi cumprido e que não se devem ocultar as memórias. O Partido Social Democrata salienta que este é um tema importante para a cidade do Porto, mas que o projecto é de interesse nacional. Dois deputados (um do PS e outro do PSD) visitaram o local, dialogaram com a hierarquia militar e dizem que a petição ainda não teve repercussão. O PSD relembra, no entanto, que o Ministro da Defesa Nacional, no dia anterior à discussão na Assembleia, tinha garantido que a situação seria resolvida. O CDS saúda os 4275 peticionários, realça o relatório elaborado pelos colegas do PS e PSD, refere que, finalmente, se atinge um resultado e que é um final feliz para os signatários, parabenizando-os e acrescentando que a petição chega a bom porto. O PCP reforça o desfecho positivo, pelas propostas, pela luta e persistência da URAP¹¹³.

Das iniciativas resultou a assinatura de um protocolo entre o Exército Português e a URAP, a 1 de Setembro de 2015, ficando estabelecido que todos os investimentos realizados iriam ser da responsabilidade da associação¹¹⁴. O projecto passa pela instalação de memórias *in situ*, potenciando o espaço, as marcas da sua ocupação e quotidiano, e tinha, mais ou menos, o seguinte faseamento: 1ª fase: 2016-2017 – debates, recolha de materiais, documentos e objectos que farão parte do acervo; 2ª fase: 2018 - valorização arquitectónica do percurso e preenchimento e adequação do espaço à informação recolhida; 3ª fase: 2018 - actualidade - recolha de testemunhos e objectos de uso quotidiano e campanha de fundos para a execução do projecto. Procedeu-se já à reabilitação da escadaria que ligava os calabouços e salas de identificação às salas de interrogatório e tortura. Por outro lado, as celas¹¹⁵ e os pavilhões, localizados no limite sul do terreno, nos quais ainda é possível ler a inscrição PVDE¹¹⁶, embora permitam uma leitura arqueológica da primeira fase da polícia política, estão sem qualquer uso, quer por parte da estrutura militar, quer pelo projecto DHF.

Segundo Mário Mesquita, “o objectivo é, paulatinamente, conquistar as salas [do último piso] porque nelas ainda existe mobiliário do tempo da sede da polícia política”. O

¹¹³ A sessão de 02 de Julho de 2015 poderá ser acompanhada no arquivo histórico parlamentar. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://av.parlamento.pt/DefaultVideo.aspx?id=20150702pln.xml&idsegmento=44&filter=true&q=hero%c3%adsmo+porto>.

¹¹⁴ Ver anexo 14.

¹¹⁵ Ver anexo 15.

¹¹⁶ Ver anexo 16.

arquitecto/curador reforça a necessidade de objectos e documentos para o projecto, de um programa de vitalização do espaço, com uma programação organizada que não passe por alguém ligar a pedir para visitar o local. Acrescenta ainda que gostariam [URAP] de disponibilizar visitas com uma determinada periodicidade. “Este projecto tem que ter a capacidade de levar a informação às escolas, aos centros de documentação, a outros espaços, à cidade, digamos que essa é a ultima fase do projecto de implementação”¹¹⁷.

Fundamentalmente, a URAP desenvolveu três actividades no edifício do Heroísmo: um ciclo de cinema (contexto audiovisual de Portugal entre 1933 e 1974), recolha de testemunhos¹¹⁸ e exposições temporárias.

Mário Mesquita e Silvestre Lacerda, em 2014, haviam já criado um roteiro dos locais da resistência ao fascismo no Porto¹¹⁹ intitulado *Bases para um roteiro da resistência ao fascismo no Porto – 1926/1974*¹²⁰. Segundo Mário Mesquita, “hoje, estudar esta época é também estudar a rede de espaços e territórios associados a essas acções. Sob a forma de roteiro, visitando a cidade e o seu território, também desde a literatura se avançou para outras «leituras» e cruzamentos disciplinares, dando corpo a essa publicação”¹²¹.

A Câmara Municipal do Porto, no terceiro trimestre de 2016, programou os percursos culturais sobre o *Porto Revolucionário*, que se estenderam a temas como *O Porto dos Cafés*, *Movimentos estudantis no Porto* e *E depois de Abril: uma cidade com SAAL*, convidando alguns especialistas para coordenar as actividades¹²². O ciclo municipal *Um Objeto e seus Discursos por Semana*, em 2017, “levou mais de uma centena de pessoas ao Museu Militar do Porto (...) para ouvir relatos de dois presos políticos. O dia era 25 de Novembro e tinha, por isso, uma carga simbólica acrescida para se evocarem memórias do tempo da ditadura. Também por isso, os convidados Sérgio Valente e Pedro Baptista tiveram uma assistência heterogénea em termos étários e de convicção política, fosse para corroborar memórias ou fosse para aprender História com relatos na primeira pessoa. (...) A sessão teve como mote o tripé que era utilizado pelos agentes da polícia política para alinhar a fotografia de cada preso. (...) As imagens faladas ao longo de cerca de uma hora foram depois complementadas com

¹¹⁷ *Museu da Resistência antifascista, ex-PIDE, Porto* (2018). Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.youtube.com/watch?v=suNzbGgySmc>.

¹¹⁸ Ver anexo 17.

¹¹⁹ *Bases para um Roteiro da Resistência ao Fascismo no Porto, 1926-1974*. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.upp.pt/drupal/node/160>.

¹²⁰ Ver anexo 18.

¹²¹ Informação citada do *website*. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <http://www.barometro.com.pt/2019/04/17/o-falso-testemunho-literatura-e-realidade-percepcao-e-cartografia-dos-espacos-de-resistencia-ao-fascismo-no-porto/>.

¹²² Actividades descritas no *website*. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em https://issuu.com/pelouroculturacmp/docs/percursos_culturais_issuu_jul_set.

uma visita guiada às zonas do edifício que preservam - e têm em vias de recuperação com fins museológicos - aspetos físicos da presença e da ação da polícia política do tempo da ditadura.”¹²³ Assim se depreende que a escolha da data, 25 de Novembro, é uma tomada de posição dos dirigentes da CMP, que evocam o fim do PREC e a normalização democrática.

No dia 28 de Setembro de 2018, no âmbito do programa das jornadas europeias do Património, na FLUP, foi apresentado o projecto DHF com a presença do arquitecto Mário Mesquita e de Maria José Ribeiro, do núcleo do Porto da URAP.

Paralelamente ao trabalho desenvolvido pela URAP, em 2019, o Partido Comunista Português apresentou na AR um projecto de Resolução – nº 2137/XIII/4ª - que recomenda ao Governo a possibilidade da deslocalização do Museu Militar do Porto para, no edifício do Heroísmo, implementar o "Do Heroísmo à Firmeza – Museu da Resistência Antifascista do Porto". O Bloco de Esquerda também apresentou um projecto de resolução – nº 2134/XIII/4ª - para a “criação da rede nacional dos Museus da Resistência e instalação do Museu da Resistência e Liberdade no Porto”. Depois das intervenções efectuadas, aquando da petição de 2015, o PSD absteve-se e o CDS-PP votou contra, em ambos os projectos de Resolução. Já em final de Maio, a Ministra da Cultura havia afirmado que “há abertura para trabalhar no projecto de instalação de um Museu da Liberdade e da Resistência naquela cidade e que o Governo encara como positiva a proposta de instalar no Porto um núcleo dedicado à memória, desde que funcione em articulação com dois outros espaços museológicos: o Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, em Lisboa, e o Museu Nacional da Resistência e Liberdade – Forte de Peniche.”¹²⁴ Além disso, no mesmo ano, é apresentada uma curta-metragem documental, realizada por Luís Monteiro e José Machado Castro, intitulada *Museu da Vergonha*. Com mais de vinte sessões pelo país, foi acompanhada por uma carta aberta em defesa da criação do Museu da Resistência no Porto, assinada por 50 personalidades¹²⁵. O documentário está disponível na plataforma *Vimeo*¹²⁶.

É, então, aprovada a Resolução nº 153/2019, de 22 de Agosto, pela Assembleia da República, que “recomenda ao Governo que crie um museu de memória da resistência ao

¹²³ Porto. (2017). *Sérgio Valente e Pedro Baptista partilharam memórias dos tempos da PIDE no Museu Militar. 27 de Novembro de 2017*. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.porto.pt/pt/noticia/sergio-valente-e-pedro-baptista-partilharam-memorias-dos-tempos-da-pide-no-museu-militar>.

¹²⁴ Lusa (2019b). Parlamento recomenda instalação do Museu da Resistência e Liberdade no Porto. *Diário de Notícias*, de 21 de Junho de 2019. Acedido em 17 de Setembro de 2022, em <https://www.dn.pt/lusa/parlamento-recomenda-instalacao-do-museu-da-resistencia-e-liberdade-no-porto-11032545.html>.

¹²⁵ Carta aberta quer museu da resistência ao fascismo no Porto. 18 de Junho de 2019. *Esquerda.net*. Acedido em 17 de Setembro de 2022, em <https://www.esquerda.net/artigo/carta-aberta-quer-museu-da-resistencia-ao-fascismo-no-porto/61912>.

¹²⁶ Curta-metragem disponível na plataforma *Vimeo*. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://vimeo.com/353235358>.

fascismo, no imóvel onde funcionou a delegação da ex-PIDE/DGS, no Porto, enquadrando-o numa Rede Nacional de Museus da Resistência”.

Na acta da reunião do Conselho Municipal da Cultura, de 29 de Outubro de 2019, do município do Porto, Miguel Guedes aponta a questão do Museu da Resistência e Liberdade dizendo que “o Porto ficaria a ganhar com essa peça da existência [resistência?] da cidade”. Rui Moreira, presidente da CMP, diz que “ouve várias forças políticas e que é opinião geral acabar com o Museu Militar da forma como existe no Porto. (...) Este poderá estar no Quartel-General [na Praça da República], onde já existe um museu e esse seria o sítio mais adequado.” Diz, ainda, que “se todos os presentes estiverem de acordo, deveriam defender, junto do Governo, que o Museu Militar ou a sua colecção poderá ir para o Quartel-General”, uma vez que ele próprio havia defendido isso mesmo quando questionado, pessoalmente, pelo Ministério da Cultura e pelo Primeiro-Ministro. Manuela Matos Monteiro, também representante do Conselho Municipal de Cultura do Porto, acrescenta que acha importante passar-se a ideia, do Museu da Liberdade, ser iniciativa do Conselho Municipal de Cultura. O Presidente da Câmara Municipal do Porto responde que “se quiserem, pode dizer-se que o Conselho Municipal de Cultura, reunido, entendeu por unanimidade, não deliberou porque não estava na ordem de trabalhos, ou em alternativa, pode ser alterada a Ordem de Trabalhos. [Rui Moreira] Realça, mais uma vez, que não se fala da extinção do Museu Militar, mas da reinstalação no Quartel na Praça da República” (2019, p. 12).¹²⁷

Miguel Guedes, do Bloco de Esquerda, em Novembro de 2019, escreveu no *Jornal de Notícias*: “O mais recente voto de recomendação, unânime, por parte do Conselho Municipal de Cultura do Porto, é mais uma manifestação da importância fundamental dessa vontade. Urge avançar, sem mais simbolismos.”¹²⁸

Devido à crise pandémica, em 2020, a associação URAP adaptou o ciclo de cinema para videoconferência. O BE, no dia 25 de Abril desse ano, colocou uma faixa junto ao edifício para assinalar as comemorações¹²⁹. No dia 17 de Outubro do mesmo ano, o BE relembra a criação da rede nacional de Museus da Resistência no seu *website*¹³⁰.

¹²⁷ Câmara Municipal do Porto. (2019). Ata da reunião do Conselho Municipal de Cultura, de 29 de Outubro de 2019. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.cm-porto.pt/files/uploads/cms/cmp/55/files/1621245607-ChxgNkRbjD.pdf>.

¹²⁸ Guedes, M. (2019). Teoria da Relativização. *Jornal de Notícias*, de 8 de Novembro de 2019. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.jn.pt/opiniao/miguel-guedes/teoria-da-relativizacao-11491619.html>.

¹²⁹ Ver anexo 19.

¹³⁰ Castro, J. e Monteiro, L. (2020). Resistir à política do esquecimento: pelo Museu da Resistência do Porto. *EsquerdaNet*. 17 de Outubro de 2020. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.esquerda.net/opiniao/resistir-politica-do-esquecimento-pelo-museu-da-resistencia-do-porto/70702>.

Mais, em 2021, o PCP reforçou no seu programa eleitoral autárquico esta questão. Na secção da cultura, no ponto 9, na página 24, pode ler-se: “Valorizar e promover a Memória da Cidade, o património cultural histórico e arquitectónico, material e imaterial do Porto; neste âmbito destacam-se as comemorações de acontecimentos históricos como os 190 anos do Cerco do Porto e as Revoltas de 31 de Janeiro de 1891 e de 3 de Fevereiro de 1927, a instalação do núcleo museológico «Do Heroísmo à Firmeza: Centro de interpretação da resistência ao fascismo no Porto» no edifício da delegação do norte da Ex-PIDE/DGS”. Foi feita uma intervenção política no Largo Soares dos Reis¹³¹. Neste mesmo ano, o PCP comemorou o seu primeiro centenário e, em colaboração com o Museu da Cidade do Porto¹³², expôs no Palacete dos Viscondes de Balsemão, dezenas de documentos, recortes de jornais, fotografias, e alguns vídeos, entre os quais se destaca um de extrema importância para o projecto museológico que aqui defendemos: filmagens no dia 26 de Abril de 1974, em frente à delegação, nas quais é possível ver milhares de pessoas nas ruas e nos prédios em torno, os militares, a libertação dos presos políticos e a saída dos agentes da polícia. Em Junho de 2021, o mesmo partido apresentou um projecto de Resolução (1370/XIV/2^a) sobre a recuperação, requalificação e valorização do Centro de Recrutamento Militar (no Funchal, Madeira), um lugar da memória da violência política e da resistência, onde a PIDE/DGS se instalou e que, actualmente, se encontra desocupado e sem uso funcional. O projecto foi rejeitado, ficando por cumprir as recomendações governativas que já referimos no capítulo 2.

Em 2022, estão em curso duas teses de doutoramento que envolvem este lugar de memória da ditadura: a de Joana Miguel Almeida, com o título *Memória dos lugares e lugares de memória: requalificação e musealização de locais simbólicos da ditadura portuguesa* (PD/BD/113941/2015), do ISCTE e FCSH da UN de Lisboa, e a de Luís Monteiro, planeada como *Memória e Projecto: subsídios para um Museu Ativista do Antifascismo no Porto*, da FL da Universidade do Porto. Ambas, certamente, trarão novas visões/reflexões.

No ano corrente, o trabalho de conservação e restauro levado a cabo no Cinema Batalha pôs à vista as pinturas murais de Júlio Pomar no Batalha resistiram à tinta da censura da PIDE e foram agora postos em liberdade para quem estuda a temática patrimonial do Estado Novo e da

¹³¹ Ver anexo 20.

¹³² Divulgação no *website* do museu. Notícia de 2021. Acedido em <https://museudacidadeporto.pt/exhibition/pcp/>.

¹³³ Vieira, A. (2022). Frescos de Júlio Pomar no Batalha resistiram à tinta da censura da PIDE e foram agora postos em liberdade. *Público*, de 3 de Junho de 2022. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2022/06/03/local/noticia/frescos-julio-pomar-batalha-resistiram-tinta-censura-pide-postos-liberdade-2008739>.

resistência. Ainda sobre este período e com o apoio da Câmara Municipal do Porto, o colectivo Cortejo executou uma visita guiada-performática nos Jardins do Palácio de Cristal, local onde foi realizada a Exposição Colonial Portuguesa de 1934¹³⁴.

É inabalável a convicção que devemos pugnar pela instalação do Museu da Resistência na cidade do Porto, embora esta tenha sido recusada no início do século XXI. As actividades, nesse sentido, foram-se intensificando e, quer os membros das associações, quer os partidos políticos da esquerda portuguesa, apoiam esta causa. A acção popular também já foi levada a cabo através de petições, seguidas de várias recomendações ao governo, sem que tal tenha, no entanto, resultado numa efectiva decisão de transferência do Museu Militar do Porto e de implementação do Museu da Resistência no palacete do Heroísmo. Torna-se, portanto, evidente um certo desinteresse do poder central e aguarda-se há demasiado tempo por uma decisão política firme e definitiva.

Enquanto isso não se concretiza, a URAP vai gerindo o espaço. Neste sentido, acrescentou alguns elementos de museografia, fez o seu papel de relectora de memórias e propõe algumas actividades culturais. Este trabalho decorre em regime voluntário, é produto do esforço, vontade e militância dos membros e do projectista. Este último facto poderá explicar a insuficiente comunicação patrimonial. Qualquer cidadão que queira procurar o projecto não encontra página *web* própria, navegando em outras páginas com informação insuficiente e difusa, materializada em notícias de jornais ou vídeos. Se a pesquisa for feita em inglês os resultados são ainda menores e muito imprecisos.

Dadas as lacunas observadas, parece pertinente avançar com uma proposta que permita, no imediato, suprir algumas dessas insuficiências. Em termos de promoção da comunicação digital, no momento actual do projecto museológico, a proposta passa por explorar a identidade patrimonial do projecto e do edifício com a criação de páginas próprias nas redes sociais¹³⁵. É imprescindível o livre acesso, a partilha de informação e de conhecimento sobre o património cultural. A internet e as plataformas digitais, provavelmente, serão as tecnologias comunicacionais mais usadas pela sociedade contemporânea e há mesmo uma directriz das instituições internacionais de museus para a transformação digital. Concorda-se com as palavras de Carvalho e Matos (2019) quando afirma “subentende-se o potencial das ferramentas digitais não como um fim em si mesmo,

¹³⁴ Andrade, S. (2022). Regresso à Exposição Colonial do Porto, para reclamar outro olhar sobre o Outro. *Público*, de 16 de Junho de 2022. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2022/06/16/culturaipilon/noticia/regresso-exposicao-colonial-porto-reclamar-olhar-2010179>.

¹³⁵ Por um Museu da Resistência - Porto. Acedido em 20 de Outubro de 2022, em <https://www.facebook.com/MuseuResistenciaPorto>.

mas como um dos meios (potencialmente) disponíveis para ajudar os museus a alcançarem a sua missão e objectivos estratégicos” (p. 58). Por último, ao atingir um determinado número de seguidores, propomos agendar um ou mais encontros com a população a fim de explicar o ponto de situação do projecto e do futuro museu. A finalidade desta proposta é chegar a mais pessoas, partilhar o que está a ser feito em termos de execução do projecto, incentivar a doação de objectos para o acervo, entre outros. Ao desenvolver esta página *web*, inicia-se um caminho que se cruza já com a responsabilidade social.

Outro aspecto a realçar é a promoção da comunicação patrimonial *in situ*, sugerindo-se a criação de uma brochura, actualmente inexistente, sobre o projecto DHF, disponibilizada na recepção do Museu Militar do Porto. Embora nas brochuras oficiais deste museu, tanto numa de 2002 como na actual¹³⁶, seja feita referência às funções do edifício no período do Estado Novo, que marcou profundamente as vivências da população do Porto durante grande parte do século XX, essa informação é, claramente, insuficiente.

Ainda sobre a comunicação patrimonial, importa destacar um elemento físico – localizado no primeiro piso do palacete, junto à porta da escadaria que dá acesso ao último piso – que menciona o projecto DHF: uma escultura, que simula a “primeira pedra”, com um pequeno texto de enquadramento¹³⁷.

Realça-se, ainda, no jardim do Largo Soares dos Reis, a oeste do imóvel, a existência de duas esculturas dedicadas a personalidades importantes da Resistência: Virgínia de Moura e Hermínio da Palma Inácio. A primeira, esculpida por Manuel Dias, foi inaugurada em 1999. Nela pode ler-se: “Uma vida, uma luz na longa noite de pedra... Homenagem à mulher, à cidadã, à grande lutadora pela liberdade”. A segunda, mais recente, data de 2013, e foi concebida por Álvares de Sousa. Na lateral esquerda, está escrito um poema de Bertolt Brecht¹³⁸. Neste largo, juntamente com a placa de homenagem aos presos políticos, comunica-se, no espaço público, memórias daquele lugar. Mas as memórias de luta aqui travadas não são apenas as passadas. Este jardim foi, é e será palco insubstituível de comemorações de resistência e liberdade, de que se destacam os desfiles anuais do 25 de Abril, a par de manifestações e intervenções populares e de partidos políticos e suas reivindicações. Inscreve-se assim, pontualmente, na paisagem uma autêntica agregação de memórias de luta num local onde está sempre presente esta ideia da clara necessidade de

¹³⁶ Ver anexo 21.

¹³⁷ Ver anexo 22.

¹³⁸ Há homens que lutam um dia, e são bons; Há outros que lutam um ano e são melhores; Há aqueles que lutam muitos anos, e são muito bons; porém há os que lutam toda a vida. Estes são os imprescindíveis.

patrimonialização e musealização deste espaço no século XXI, através da sua transformação em Museu da Resistência.

Depois de conhecida a cronologia, a função e uso do local, bem como as várias acções das instituições e quem as coordena, importa questionar: afinal, como se encontra o projecto DHF? A resposta será dada através de dois relatos distintos.

O primeiro episódio é resultado de uma visita ao Museu Militar do Porto, particularmente à actividade *Mistérios de uma casa na Rua do Heroísmo* no âmbito das iniciativas da Noite Europeia dos Museus, a 14 de Maio de 2022. A visita guiada era direccionada para a história da “casa da PIDE” e da capela, isto é, para aqueles espaços que os visitantes não costumam aceder. Percorreram-se os calabouços e a escadaria, subiu-se ao último andar, desceu-se e foi-se, posteriormente, à capela. Depois, de forma improvisada, e porque os visitantes foram-se mantendo junto ao guia, este decidiu continuar com uma visita à exposição permanente do museu. Só quando o grupo subiu ao primeiro piso, ao observar a “primeira pedra” do projecto DHF, um dos visitantes, por curiosidade, perguntou o seu significado. De forma extremamente sucinta, foi respondido tratar-se de um projecto sobre o tempo da delegação da polícia política e não se acrescentou mais, nem que organização era responsável pelo projecto, nem quais eram os objectivos do mesmo. Numa visita na qual pretendia mostrar-se a sede da PIDE-DGS e contar algumas das histórias “escondidas da casa”, não seria expectável que dita visita fosse realizada por alguém responsável da URAP, como algum ex-presos político, por exemplo, que pudesse apresentar aquela parte do edifício e relatar algumas das suas histórias na primeira pessoa, em colaboração com alguém da estrutura militar? Isso demonstraria boas relações entre ambos e empenho em dar autonomia ao projecto, o que não aconteceu, sendo evidente a reticência do guia, também militar, em falar sobre o mesmo.

Outra situação que demonstra a clara falta da independência do projecto em relação à estrutura militar advém de um relato de um membro da URAP. Contou-nos terem sido impedidos de entrar no edifício com um grupo de uma visita organizada por eles, em 2021. Relembremos que o protocolo assinado em 2015, concedia a abertura do espaço, para programação e actividades. Isto revela que esta parceria é de difícil concretização e que aquilo que foi assinado não está a ser cumprido.

Na prática, o projecto está estagnado, não decorreram durante o ano de 2022 quaisquer iniciativas. Nem nos dias comemorativos da Revolução de Abril tivemos conhecimento de terem sido abertas as portas para a população. O desfile do 25 de Abril inicia no Largo Soares

dos Reis, é antecedido por uma homenagem aos resistentes, mas há mais, há muito mais a ser feito, em termos patrimoniais e culturais no museu.

4.4 [Diagnóstico à] Patrimonialização da memória da violência política

Como fomos descrevendo, a ex-delegação da polícia política do Estado Novo é um lugar *sui generis* que, a nosso ver, está subaproveitado em termos patrimoniais. Por considerar que a divisão do espaço entre memória e materialidades militares e memória da resistência não tem sido muito frutífera, a nossa defesa vai na direcção do que tem sido defendido, já há alguns anos, pelos movimentos cívicos (NAM), pela associação URAP e pelos partidos políticos, que é a transformação do edifício do Heroísmo em Museu da Resistência e Liberdade.

Sendo muito esclarecedora, não se descure o Museu Militar do Porto e as suas colecções sobre as invasões napoleónicas, a revolta de 31 de Janeiro de 1891, as miniaturas (vulgarmente conhecidas como “soldadinhos de chumbo”) e os espólios fotográficos, bélicos, entre outros, de maior porte, que se encontram no pavilhão de armas. Advogamos que estes estejam em local apropriado, isto é, em dependências do exército, como o quartel da Serra do Pilar, em Vila Nova de Gaia, ou o quartel da República, no Porto, assim como foi sugerido pelo movimento NAM e pelo presidente da Câmara Municipal do Porto, respectivamente. Existem várias propostas que deverão ser estudadas pela estrutura militar. Por exemplo, a gestão do Quartel Monte Pedral passou do Estado central para o município do Porto, em 2019. O presidente da Câmara do Porto confessou na altura que não esperava que “«o assunto fosse tratado com tanta celeridade», felicitando o envolvimento do Ministro da Defesa nesta matéria, que culminou com «uma recente resolução em Conselho de Ministros», três meses após o pedido ter sido efectuado.”¹³⁹ Será construído, no quartel, um complexo repartido entre habitação, comércio, escritórios e uma residência universitária. “O histórico edifício do antigo quartel de Monte Pedral e a sua envolvente vão ser alvo de uma importante obra de requalificação e urbanização, que servirá de alicerce ao desenho de uma «nova centralidade» para aquela zona da cidade”¹⁴⁰. Estando ainda em fase discussão do projecto e consulta

¹³⁹Porto. (2019). Cidade já tem na sua posse as chaves de Monte Pedral. Notícia de 6 de Março de 2019. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.porto.pt/pt/noticia/cidade-ja-tem-na-sua-posse-as-chaves-de-monte-pedral>.

¹⁴⁰Monteiro, M. (2021). Monte Pedral vai ser “centro multifuncional” alavancado na habitação acessível. *Público*, de 11 de Janeiro de 2021. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em

pública, porque não musealizar esta memória do lugar, usando as estruturas militares e reconvertendo parte em Museu Militar do Porto? Parece, também, uma solução apropriada. Sublinha-se aqui a prontidão da decisão política por parte do Estado. Poderá o edifício do Heroísmo ter um desfecho igualmente célere?

O edifício do Heroísmo, relacionado com a memória da violência política, representa muito bem a sua identidade porque contém em si materialidades que auxiliam a entender como funcionam as ditaduras e quais são os seus processos, clarificando, simultaneamente, que não se trataram de momentos históricos isolados, mas sim de um cuidado planeamento para destruir as dissidências políticas e para amedrontar e silenciar a população. Estes elementos arquitectónicos da repressão são, igualmente, essenciais para confrontar alguns discursos negacionistas.

Existe uma certa tendência para deszelar os edifícios mais recentes, muitas vezes esventrando-os, para servir novas funcionalidades, ou até mesmo demolindo-os, parcial ou integralmente. Contrariamente, o palacete está em óptimo estado de conservação. O arquitecto Fernando Lanhas, responsável pela sua reabilitação nos anos 80, assumiu uma intervenção que deveria aproximar o edifício do seu traçado original, mas preservando, simultaneamente, alguns elementos repressivos introduzidos pela PIDE/DGS, de que são exemplos as celas. A existência destes espaços, e a possibilidade de reconstituição dos mesmos para fins museológicos, fará todo o sentido no contexto de visitas sobre a Ditadura Militar e o Estado Novo. A tónica deve estar, portanto, na preservação do edifício, que deve ser valorizado pela sua raridade e importância na sociedade actual. Relembremos o desfecho dos edifícios das delegações da polícia política em Lisboa e Coimbra.

O valor arquitectónico, artístico e histórico do edifício resultou na sua classificação como Imóvel de Interesse Patrimonial na carta de património da Câmara Municipal do Porto. Procedeu-se, conseqüentemente, à recuperação e à musealização¹⁴¹ do edifício, com vista a transformá-lo em museu, e, actualmente, integra a Rede Portuguesa de Museus. Por isso, para o nosso estudo, foi necessária uma reflexão sobre o emprego do conceito de musealização e patrimonialização. Em primeiro lugar, já decorreu um processo de musealização, tendo partido de uma ideia fundamental que é a preservação, salvaguarda e comunicação da memória. Além disso, com a musealização “surge outra característica da Museologia: a sua identidade de disciplina aplicada que tem a potencialidade, também, de criar valores e

<https://www.publico.pt/2021/01/11/local/noticia/monte-pedral-vai-centro-multifuncional-alavancado-habitacao-acessivel-1945890>.

¹⁴¹ Ver conceito em ICOM 2013, p. 56-58.

significados (...) por meio da elaboração de exposições e ação educativo-cultural” (Bruno, 1996, p.22). Mas que memória é comunicada no Museu Militar? Não é a do lugar, mas sim a militar. E não estará desadequada? Já aqui defendemos que sim.

Natália Fauvrelle (2015) declara que “é compreensível que os termos «musealização» e «patrimonialização» sejam muito próximos, e, por vezes, usados indistintamente, já que ambos se referem a um processo de valorização cultural e institucionalização de diferentes criações humanas, sejam objetos, espaços ou ideias” (p.159). Isto acontece porque ambos envolvem actividades ligadas à preservação, pesquisa, documentação, informação e comunicação, e à transmissão de uma herança colectiva. Portanto têm finalidades comuns.

A patrimonialização, palavra que integra finalmente os dicionários, é “a atribuição do estatuto de património a um bem material ou imaterial, reconhecendo-lhe interesse (cultural, histórico, etc.) para determinada região, país ou conjunto de países, com o objetivo de garantir a sua preservação, divulgação, etc.”¹⁴². Mais especificamente, são os mecanismos de constituição e de extensão de património (ICOM, 2013, p.75). Ora, em primeiro lugar, é necessário marcar e sinalizar este tipo de património. “O que significa que, se aceitamos que o património representa o resultado de um processo fundado sobre certo número de valores, isso implica que são esses mesmos valores que fundam o património. Tais valores justificam a análise, bem como – por vezes – a contestação do património” (ICOM, 2013, p.76).

Considerando que os valores são uma ideia viva, podendo ser adicionados novos significados, poder-se-á dizer que neste lugar da memória da violência política há: um valor científico, principalmente para as áreas da História Contemporânea, Sociologia, Antropologia e Arqueologia; um valor social, na medida em que as memórias dos cidadãos que viveram episódios de violência política e de resistência ou oposição poderão incitar outros cidadãos à reflexão e à consciencialização das democracias e ditaduras; um valor imaterial e sentimental, para os grupos com essas memórias sociais do lugar; um valor educativo, para a promoção de conhecimento científico e bem-estar social, solidariedade e respeito pelos demais seres humanos; um valor documental, se considerarmos o que restou da documentação produzida naquele lugar que está guardada na Torre do Tombo; e o já referido valor arquitectónico com estruturas próprias de cárcere. Estes compõem a justificação para a continuação do processo de patrimonialização, que tem a si associada o estatuto da preservação e conservação a serem

¹⁴² Definição na *Infopédia* e no dicionário *Priberam*. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/patrimonializa%C3%A7%C3%A3o> e <https://dicionario.priberam.org/patrimonializa%C3%A7%C3%A3o> respectivamente.

praticadas pela tutela, portanto, dotada de responsabilidade para proteger os bens de quaisquer danos, natural ou intencional, com intuito de garantir a sua existência no futuro.

Assim, em primeiro lugar, a memória da violência política reflecte ainda a singularidade de vários grupos que se sentem parte de uma identidade cultural, que por sua vez se relaciona com a noção de pertença e distinção cultural. Tudo isto poderá ser tratado sob a perspectiva museológica com a finalidade de contemplar a manifestação das memórias e identidades sociais, por meio da participação e inclusão da sociedade, com as políticas de educação e cultura, concretizando-se posteriormente uma musealização do património. Em segundo lugar, a questão da antiguidade, revela as três fases da delegação da polícia política do Estado Novo, tratando-se de um passado recente que deve ser problematizado. A autenticidade e originalidade estão implícitas nas memórias pessoais das testemunhas, sendo incomparáveis com outras memórias. A estas características, associa-se ainda o valor da raridade, uma vez que estes testemunhos são, por um lado, irrepetíveis, e, por outro, cada vez mais difíceis de encontrar, na medida em que aqueles que viveram durante o período do Estado Novo estão, inevitavelmente, a envelhecer e muitos deles a caminho de atingir o final de vida.

Assistiu-se, como descrevemos no capítulo 2, a uma flexibilização do conceito de património, fomentada pelos processos de patrimonialização. Segundo Davallon (2018), “La patrimonialisation est le processus par lequel un collectif reconnaît le statut de patrimoine à des objets matériels ou immatériels, de sorte que ce collectif se trouve devenir l’héritier de ceux qui les ont produits et qu’à ce titre il a l’obligation de les garder afin de les transmettre” (p.14). De modo a efectivar esses processos são indispensáveis cinco passos: 1 – interesse; 2 - a produção de conhecimento; 3 – a declaração do estatuto de património; 4 - o colectivo ter acesso ao património; e 5 - a transmissão às futuras gerações. Crê-se que a memória da resistência às ditaduras portuguesas do século XX interessa a vários colectivos, nomeadamente às associações que englobam cidadãos e ex-presos políticos, a alguns partidos políticos, assim como a vários académicos e outros cidadãos singulares, não esquecendo que, se a sede da PIDE/DGS do Porto fosse Museu da Resistência poderia interessar a tantos outros mais. Contudo, todas as outras etapas faltam cumprir. A produção de conhecimento científico daquele lugar é diminuta, como já descrevemos no ponto anterior, quer sob a forma de exposição, quer pela falta de estudos especializados. Nessa medida, esta dissertação é um momento importante, tal como as teses de doutoramento em curso, já mencionadas. Quanto à declaração do estatuto de património, como se apurou, existem elementos físicos que relembram a história daquele lugar e houve algumas tentativas, nos últimos anos, para

converter o edifício em Museu da Resistência e, portanto, há uma certa *patrimonialização social*. No entanto, a *institucional* não se efectivou pois cabe ao Estado esse papel, embora a classificação possa ser pedida pelos cidadãos. Mais, a população não tem acesso livre ao local onde decorreram grande parte dessas experiências da violência política, como já verificámos, e, finalmente, só se concretiza a transmissão das memórias a alguns grupos que visitem o espaço nas datas que a associação URAP ou o Museu Militar propõem.

A fim que a transmissão aconteça é, todavia, necessário que ela seja executada, ou seja, enunciada, seja pela verbalização, seja por meio de uma prática. Uma das formas exemplares da manifestação da memória colectiva é o testemunho (Davallon, 2006). Estes têm vindo a ser gravados no local pela associação URAP. O mesmo autor elucida: “Circulando, assim, no grupo, a memória colectiva pode, em razão disso, produzir correntes de pensamento que atravessam a sociedade. De qualquer forma, entendida em sentido estrito, a memória colectiva permanece viva enquanto houver membros do grupo para sustentá-la, mas ela desaparece com eles. (...) A memória colectiva poderia momentaneamente se tornar memória social, ou seja, ser conservada sob forma de traços, lugares, materializações rituais, textos – e, hoje, gravações –, para ser em seguida reactivada. O tratamento da memória social se aproxima, então, da história e, em todo caso, engaja, *de facto*, um processo de patrimonialização”. No entanto, as memórias não estão acessíveis a todos e dissipar-se-ão no tempo caso não as reactivemos. No processo de patrimonialização, a educação formal ou informal tornam-se factores decisivos tendo em consideração a divulgação, promoção e difusão do património. Quem está responsável por essa comunicação? Já se referiu aqui que a comunicação é deficitária, dispersa e pouco clara e apresentou-se uma proposta para atenuar, no imediato, essas insuficiências. Porém, a longo prazo, é necessária uma maior estruturação.

No processo de patrimonialização de espaços carcerários deve-se entender precisamente a espacialidade da memória e tentar analisar aquilo que é concebido, percebido e vivido pelas populações. Como? Através de entrevistas aos moradores da freguesia que ainda se referem à “casa da PIDE”, por exemplo, aos membros da URAP e do Movimento NAM, aos ex-presos políticos, àqueles que lutam pela implementação do Museu da Resistência, no fundo, àqueles que detêm memórias individuais do lugar ou que pugnam pela criação do museu. Ao realizar esta tarefa ir-se-ia de encontro à convicção de Lopes (s/d) que “colocar os públicos no centro das políticas culturais significa, também, situá-los no coração do furacão, isto é, nas contradições e discussões fundadoras da própria democracia cultural.” Também nos ajudou a interrogação de Peixoto (2016): “o que acrescenta como vantagem a participação cidadã aos processos de patrimonialização?” (p.292). Neste caso, contribuiria

para o conhecimento científico e público do lugar da memória da violência política ao Estado Novo, o que actualmente não se verifica.

É comum uma trajectória contestada, como refere Hoffman (2019): “Tanto por um questionamento dos valores patrimoniais que lhes são atribuídos, por serem locais associados a memórias de sofrimento, quanto pela vontade política de promover um ocultamento, em alguns casos apagamento, da memória desses acontecimentos, que podem tocar em aspectos incómodos para certos grupos sociais” (p.141). Assim, e como já referido, a transformação do edifício em Museu da Resistência tem origem no final dos anos 70 mas, concretamente, viu rejeitada a sua criação pela Sociedade Porto 2001 - Capital Europeia da Cultura.¹⁴³ Por esta razão, entende-se perfeitamente que a patrimonialização se constitua como um campo político, de interesses. E, assim como a Memória, também ela não é consensual. Aos gestores de património cultural cabe identificar os elementos necessários para compor estes processos de patrimonialização e fazê-los avançar para que, num futuro breve, seja planeada e discutida. Um trabalho patrimonial que não é singular, mas plural, envolvendo várias especialidades, e que poderá demorar algum tempo até estar concluído.

Relembra-se ainda que a Rede de Museus da Resistência, a ser efectivada, permitirá a discussão da extensão deste *património cultural* a outros locais com memória da violência política estadonovista, como as cadeias do Aljube e Peniche, ou outros ainda que venham a surgir, à medida que os inventários são criados e as investigações aprofundadas. É relevante assinalar que a classificação vai de encontro ao que Smith (2006) designa como de “discurso autorizado do património”, que se baseia nos documentos e cartas, ao passo que, presentemente, é um património “não-autorizado”, de comunidades de menor influência, que são marginalizadas quando o património entra no jogo político de classes dominantes na afirmação da sua identidade política. As memórias políticas dos resistentes e opositoristas não são da classe política dominante e por isso o caminho é mais árduo. Como vimos, há quase cinquenta anos que este assunto não se soluciona. Até há dez anos atrás, as referências museológicas sobre esta temática eram escassas, verificando-se a existência de apenas um núcleo em Peniche. Mesmo depois da abertura dos dois museus da Resistência e Liberdade, descritos no capítulo 3, observou-se que não existia, aparentemente, uma classificação da memória da violência política.

¹⁴³ Faria, N. (2006). As escadas eram um aquecimento para a tortura que vinha a seguir. *Público*, de 16 de Julho de 2006. Acedido em 17 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2006/07/16/jornal/as-escadas-eram-um-aquecimento-para-a-tortura-que-vinha-a-seguir-89186>.

Este processo de *patrimonialização*, que já se iniciou, deixa claro que o património não é algo com que se depara, mas que se constrói e se transforma. Quanto debate terá de existir mais? Quantos critérios? Quantas justificações? Aqueles e aquelas que se pretender. A descrição da realidade permitiu-nos concordar com aquilo que Pablo Alonso propõe e classifica de *crítica categorial*: “um modo de investigar as circunstâncias em que se produz o património enquanto processo, ou conjunto de relações, que veicula e concretiza dinâmicas sociais específicas” (Alonso, 2020, p.19). Se a definição de património for feita a partir da sua sociabilização, da experiência vivida das comunidades que lhe dão sentido, então esta reflecte, duplamente, o caminho de luta que a esquerda política portuguesa sempre evoca: numa primeira fase, em ditadura, contra a violência e a discriminação política, e, numa segunda, em democracia, pela patrimonialização e musealização dessas suas memórias políticas. Estando este património histórico e memorialístico relacionado com a comunidade onde está inserido localmente e com a sua paisagem urbana, esses agentes humanos, também terão algo a dizer. Por isso mesmo sugerimos as entrevistas com a população e com aqueles que têm vindo a lutar para a criação do Museu da Resistência. É uma comunidade plural que terá a(s) sua(s) história(s) sedimentada(s) num museu que celebrará a resistência e liberdade e que se pretende, evidentemente, agregador, inclusivo e igualitário. Depois, ainda pertencerá a outras pessoas, a outros públicos, a todos aqueles que queiram *fazer dele a sua casa*.

4.5 Por uma nova musealização no edifício do Heroísmo

Vimos que a nova musealização requerida aguarda respostas do governo central e do Exército, sendo contemporânea do processo de patrimonialização em curso que ainda não terminou. A musealização actuará como um processo de salvaguarda da memória oposicionista, porém desconhecemos, à data em que escrevemos estas linhas, que tenha sido produzido algum tipo de programa preliminar para a musealização ou qualquer tipo de proposta preliminar. A proposta que apresentaremos, de seguida, tem em conta os aspectos técnicos, científicos e preserva todo o património edificado, conferindo sustentabilidade e permitindo a criação de novos significados. Musealizar a memória da violência política no imóvel do Heroísmo implica conhecer e estudar vários contextos ligados ao século XX, objectos, testemunhos e documentação, mas também entender o território de Bonfim e Campanhã, a nível local, tal como o território do norte do país dado que a polícia política controlava os postos de fronteira, ou seja, o seu alcance extravasa os limites da “casa da

PIDE” e por isso deverá ser feita essa inclusão territorial. Depois, no nosso entendimento, a proposta museológica deveria abordar a violência política e os actos de resistência a uma escala temporal maior do que aquela que se verifica nos discursos do Museu do Aljube e do MNRL. Sugere-se que o discurso expositivo comece no século XIX e termine na actualidade, sendo este um dos seus elementos diferenciadores.

4.5.1 Proposta de um programa museológico

Ao conceber um novo museu, pensa-se desde logo no seu documento fundador, no programa museológico, previsto no artigo 85.º da Lei-Quadro dos Museus. Nele pode ler-se: “A iniciativa da criação e fusão de museus deve ser efectuada através de documento em que a entidade proponente manifesta formalmente a intenção de criar ou fundir o museu, define o respectivo estatuto jurídico e compromete-se a executar o programa museológico, bem como a disponibilizar os recursos humanos e financeiros que assegurarão a respectiva sustentabilidade.” Ou seja, esta é a base, a identidade da instituição, que se relaciona profundamente com a sua visão, missão e com os objectivos gerais. Consciente de que este é um trabalho discutido com uma equipa pluridisciplinar, tendo em conta as diferentes especialidades, possibilidades de orçamentos e outros componentes fundamentais, apresentam-se as sugestões daqueles elementos essenciais dependentes exclusivamente da área do Património Cultural e da Museologia. Assim, decidiu-se responder taxativamente ao conteúdo do artigo 86.º da Lei-Quadro.

1 - O programa museológico fundamenta a criação ou a fusão de museus

Identificou-se como principal justificação museológica a preservação da memória do lugar. Desde logo pela sua materialidade que indica como funcionam as ditaduras e quais são os seus processos, e dessa forma poderá impedir o revisionismo histórico e o esquecimento. Estes elementos arquitectónicos da repressão impõem-se como um instrumento educacional importantíssimo que não se encontra em mais lugar algum na cidade do Porto, na região Norte, nem em Portugal, uma ex-delegação da polícia que esteja preservada desta forma.

O museu deverá aproximar-se, em termos de missão, conteúdos e acervo, do que se designa como museu histórico (material, político, social e cultural), mas com uma abordagem multidisciplinar ao tema, podendo ainda abranger a definição de *museu de sítio*. Os temas

abordados focarão a violência e o conflito, a discriminação e a desigualdade, a falta de direitos, liberdades e garantias, principalmente no que se refere aos períodos das ditaduras do século XX. Contudo, a violência política do século XIX e a do século XXI também deve ser enquadrada, assim como as formas de resistência à mesma. Por outro lado, partindo da ideia de que a construção da democracia é diária, várias situações da actualidade devem ter local próprio de reflexão no museu.

A fundamentação do projecto deveria ser sempre esta: um diálogo para a paz, para a informação, compreensão e efectivação do conhecimento e cumprimento dos direitos humanos. O trabalho museológico a ser desenvolvido na ex-delegação da PVDE/PIDE/DGS deverá actuar individual e colectivamente, contribuindo para a divulgação histórica, o livre pensamento, a democracia, a consciência política e a participação popular.

No capítulo 2 foram referidas as cartas internacionais que recomendam a valorização da função social do museu, portanto há a tentativa de seguir os conceitos registados por esses instrumentos normativos. A legislação internacional actual promove a conservação deste tipo de sítios para que haja um diálogo sobre a história, a política, a sociedade, o indivíduo e os direitos humanos. Exemplo disso é o ICMEMO – comité direccionado apenas para os museus de memórias para honrar vítimas de Estado, crimes motivados por determinações sociais e ideológicas - ou a *International Coalition of Sites of Conscience*. Esta proposta de musealização reflecte as preocupações actuais do património referentes à democracia cultural, aos direitos humanos, à diversidade cultural e ao reconhecimento de memórias políticas traumáticas como parte integrante da memória nacional.

Além disso, evoca-se novamente a Declaração de Yamato (2004). Defende-se a salvaguarda das memórias sociais (bem imaterial), juntamente com o edifício classificado como Imóvel de Interesse Municipal (bem material), isto é, uma abordagem integrada. Crê-se que quanto mais se conhece a história, a geografia, as materialidades do local, os valores culturais, a intangibilidade do mesmo, mais se entenderá holisticamente o lugar e poder-se-á preparar intervenções, soluções e programações culturais e educativas que terão em conta a missão, as funções museológicas, as colecções e os públicos.

Mais, recorrendo ainda ao conteúdo do relatório do grupo de projecto *Museus do Futuro 2020*, que sublinha os museus como “espaços pedagógicos imprescindíveis para a didáctica transdisciplinar, para o estímulo da criatividade e para o desenvolvimento das competências críticas dos cidadãos”, reforça-se a importância de implementação do projecto. Pretende-se que o discurso museológico convirja para a necessidade de os seres humanos se

entenderem política, social e culturalmente. Desta maneira, o museu poderá assumir-se como um recurso vantajoso para a estabilidade social.

A realidade museológica descrita no capítulo 3 permitiu-nos conhecer as declarações das missões dos Museus da Resistência em Portugal. Entendeu-se que o Aljube é muito ambicioso na sua missão/visão, por exemplo, e que o MNRL repensará a sua missão quando abrir totalmente ao público. Esse conhecimento levou a uma fase de reflexão da qual resultou, primeiramente, a definição da visão do museu do Porto e, posteriormente, da sua missão:

Visão: Tornar-se numa instituição de desenvolvimento social, cultural e científico, de reflexão e discussão, criadora e depositária de memórias sociais e artefactos, aproximando pessoas com vista à promoção da democracia, da justiça social e da igualdade, assumindo-se como uma referência regional do património e das ciências sociais.

Missão: Partindo de um local com memórias da violência política exercida por uma das instituições do Estado Novo, o Museu da Resistência e Liberdade do Porto tem como missão, através das materialidades e imaterialidades, tratar a questão da violência política e as formas de resistência e oposição no passado e no presente, de forma a evitar que atrocidades idênticas sejam cometidas no futuro.

2 - O programa museológico integra os seguintes elementos:

a. A denominação prevista para o museu:

Museu da Resistência e Liberdade do Porto, seguindo a proposta já iniciada pelas associações da sociedade civil e partidos políticos.

b. A definição dos objectivos:

- Cumprir com todas as funções museológicas de aquisição, preservação, investigação, educação e comunicação. Conservar o património imóvel como testemunho da delegação da polícia política do Estado Novo para as gerações futuras e alertar para a defesa deste património cultural;
- Desempenhar um papel activo na divulgação das memórias dos resistentes/opositores ao Estado Novo, na construção dos valores democráticos, das liberdades, na cidade do Porto e na região Norte. Divulgar os direitos, igualdades e garantias dos cidadãos através de práticas educativas;
- Apoiar e colaborar com o tecido cultural e associativo (de defesa da memória dos resistentes, do património, dos direitos culturais, dos trabalhadores, das mulheres, das

crianças, dos idosos, dos refugiados, de pessoas com necessidades especiais, entre outros) da cidade e da região, na divulgação dos valores democráticos com uma estratégia científica;

- Estabelecer parcerias com a Rede de Museus da Resistência (Museu Nacional Resistência e Liberdade, na Fortaleza de Peniche, e o Museu do Aljube, em Lisboa), instituições regionais, nacionais e internacionais, tendo em vista o estudo e divulgação das colecções;
- Realizar exposições temporárias sobre temáticas da colecção, promover eventos culturais e educativos, reuniões associativas de intervenção na cidade e na região.

Estes objectivos gerais são complementares à missão do museu e visam a sua execução.

c. A identificação e a caracterização dos bens culturais existentes ou a incorporar em função da sua incidência disciplinar e temática:

Testemunhos orais (memórias individuais) e objectos que, pela sua natureza e significado, sejam portadores de valor cultural para o museu. Primeiro, deverá ser feita uma averiguação junto das associações de memória (URAP, por exemplo), dos espólios que estão à guarda da Câmara Municipal do Porto, dos arquivos municipais, distritais e nacionais, a fim de reunir esses (futuros) bens culturais, e outros, que, posteriormente, poderão incorporar o acervo. Será necessária a constituição da equipa do museu para deliberar sobre os bens culturais a incorporar.

e. A identificação dos públicos:

Através de alguns dos testemunhos dados pelos portuenses numa entrevista¹⁴⁴, estes pareciam não entender muito bem o que se passava na delegação da PIDE/DGS, até porque havia um polícia que rodeava o edifício e isso impunha o silêncio e o medo. Em primeiro lugar, a ambição é chegar ao público local, ao seu território de influência, isto é, a Área Metropolitana do Porto, um universo de 1.739.687 habitantes¹⁴⁵. Nesta

¹⁴⁴ Baptista, R. e Cerqueira, R. (2017). Museu Militar: O que resta da memória do 25 de Abril? *JPN-JornalismoPortoNet*, de 25 de Abril de 2017. Acedido em 17 de Setembro de 2022, em <https://www.jpn.up.pt/2017/04/25/museu-militar-resta-da-antiga-prisao-da-pide/>.

¹⁴⁵ Consulta de dados no *website* pordata. Acedido em 21 de Setembro de 2022, em <https://www.pordata.pt/municipios/popula%a7c3%a3o+residente+total+e+por+grandes+grupos+et%a7c3%a1rios-390>.

amostra, as escolas terão algum peso. Segundo os dados da pordata de 2021¹⁴⁶, existiam 151.414 alunos, nos 17 municípios, que frequentavam o ensino básico, com a disciplina de História e Educação para a Cidadania, devendo somar-se a este número os alunos do secundário - 66.455. O objectivo seria cruzar os temas dos manuais com uma visita ao palacete. Os estudantes têm direito a este tipo de educação participativa na sua região, que não está a ser implementada por causa da inexistência deste tipo de museu no Norte. A nível regional, poderia igualmente alcançar os alunos e cumprir, dessa forma, os seus projectos educativos com o público escolar. Porém, poderá ambicionar ainda mais: ser um local que os jovens procurem para reunir material para trabalhos, para participar em acções de consciencialização, projectos participativos, e outros, com as associações acima descritas, afirmando-se, desta forma, como um local de criação e de desenvolvimento social. Um espaço de reunião para o seu público, com relações de confiança, um elemento vivo que permita o debate, a aprendizagem, o contacto com a cultura e a ciência e capaz de transformar comportamentos. O público sénior terá igualmente algum peso no projecto do museu porque poderá integrar actividades colaborativas e terá uma importância enorme na transmissão dos valores sociais e culturais aos mais jovens.

A nível nacional, o museu poderá trabalhar em rede com o Museu do Aljube, em Lisboa, e o Museu Nacional Resistência e Liberdade, em Peniche. Isto poderá significar maior divulgação e cooperação - por exemplo, as exposições temporárias poderiam ser rotativas -, maior racionalização de meios técnicos e financeiros, discussão de práticas museológicas, colaboração em conferências, colóquios, etc.

A memória e o património cultural têm aspectos que ultrapassam as barreiras da nacionalidade e da cultura de cada país e, conseqüentemente, este projecto poderá ter impacto a nível internacional. Em 2019, ano pré-pandémico, contabilizaram-se 10,7 milhões de dormidas no Porto¹⁴⁷ e esse número não pode ser negligenciado. Impõe-se, portanto, que a visita seja adaptada, no local, com folhas de sala, e/ou com uma aplicação de guia audiovisual para *smartphone*, com a opção de seleccionar várias línguas. Tal permitiria aumentar e diversificar a oferta cultural para o público

¹⁴⁶ Consulta de dados no *website* pordata. Acedido em 21 de Setembro de 2022, em <https://www.pordata.pt/municipios/alunos+matriculados+no+ensino+b%3%al+sico+total+e+por+modalidade+d+e+ensino-172-4875>.

¹⁴⁷ Jorge, B. (2020). Turismo: Porto e Norte bate recorde de turistas em 2019. *JPN-JornalismoPortoNet*, de 20 de Fevereiro em 2020. Acedido em 17 de Setembro de 2022, em <https://www.jpn.up.pt/2020/02/20/turismo-porto-e-norte-bate-recorde-de-turistas-em-2019/>.

estrangeiro, ao mesmo tempo que o instrui sobre a história recente de Portugal e apela, inclusivamente, ao reforço da salvaguarda dos Direitos Humanos.

Os públicos com capacidades físicas limitadas, nomeadamente de locomoção, terão dificuldade em aceder ao último piso, por isso será pensada uma solução que permita que todos possam aceder ao edifício e à sua colecção. A sugestão, no imediato, seria a possibilidade de visita virtual no *website* do museu e a criação de uma área audiovisual, no piso da entrada, na qual os conteúdos de difícil acesso possam ser visualizados por todos até que outras soluções, mais permanentes e inclusivas, sejam encontradas.

Não se deverá descurar o atendimento e acolhimento dos públicos, jamais se deverá abandonar a ideia de que as pessoas se sintam bem-vindas, confortáveis e envolvidas no local em que se encontram, sejam elas crianças ou adultos, falantes de língua portuguesa ou outra. Não se deverá desconsiderar a contínua avaliação para detectar novos públicos, à medida que o museu cresce.

i. A previsão do pessoal e perfis profissionais correspondentes:

A equipa será constituída pela direcção de um museólogo, um técnico superior responsável pela gestão da colecção, outro pelo serviço educativo e um técnico superior para gerir o plano comunicacional. Além disso, idealmente, seriam contratados três técnicos para mediação cultural, cumprimentos de tarefas do serviço educativo, etc. Os serviços administrativos deveriam empregar duas pessoas para atendimento, acolhimento e serviços auxiliares da recepção, e ainda outras para vigilância e limpeza. Deverá ser ponderada a contratação para mediação no que diz respeito a actividades com públicos estrangeiros e outras actividades educativas ou culturais.

3 - O projecto de arquitectura deve ser elaborado de harmonia com o programa museológico, tendo em conta a boa execução do mesmo.

Relativamente a este ponto, a nossa sugestão seria integrar na consultadoria o arquitecto Mário Mesquita, visto que é o curador da intervenção do projecto “Do Heroísmo à Firmeza”, conhecedor profundo da arquitectura do palacete, da sua história e das memórias individuais de muitos resistentes.

Antes da conclusão do projecto de arquitectura, o edifício deverá ter intervenção arqueológica a fim de detectar os níveis de ocupação humana, com sondagens parietais e estudos pormenorizados dos materiais que deverão integrar o processo de musealização e o discurso expositivo. A identificação de contextos arqueológicos poderá levar à definição de programas de conversação operacional e à mudança de percurso expositivo e, por isso, nesta primeira fase de esboço, esse aspecto não será delineado. A consultadoria deverá ser feita por arqueólogos que tenham no seu currículo experiência neste tipo de contextos como, por exemplo, Rui Gomes Coelho, que já liderou a equipa de intervenção no MNRL, ou Jorge Ayán Vila que se debruça sobre as questões da arqueologia do passado recente, nomeadamente a Arqueologia do Estado Novo, em Portugal, e as escavações no *Valle de Los Caídos*, em Espanha¹⁴⁸.

O que aqui foi exposto, em termos gerais, cumprirá com todas as funções museológicas e por isso seria pedida uma proposta de credenciação à Rede Portuguesa de Museus, passo fundamental para uma instituição de qualidade.

4.5.2 Enquadramento orgânico

Outro aspecto fundamental na criação de um museu diz respeito ao enquadramento orgânico. O Museu da Resistência e Liberdade do Porto poderá ser uma instituição dependente da Câmara Municipal do Porto, isto é, de tutela pública. Encara-se o poder local e os agentes socioculturais como fundamentais para o aprofundamento da democracia. Defende-se que as autarquias devem fazer os melhores esforços no sentido da defesa e salvaguarda do património, de promover activamente as populações e as suas organizações populares. Por outro lado, existe já um modelo orgânico, um investimento municipal da cultura, com acções a realizar e equipamentos culturais dos quais os museus fazem parte. A responsabilidade das autarquias locais, prevista na Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, estabelece o regime jurídico das mesmas, e prevê no seu artigo 23.º (alínea e), que os municípios dispõem, entre outras, atribuições nos domínios do Património, Cultura e Ciência. Considerando que o Museu do Aljube tem tutela municipal e o MNRL nacional, não se encontram grandes obstáculos ao facto do Museu da Resistência vir a fazer parte do Museu da

¹⁴⁸ Divulgação do projecto no *website*. Notícia de 28 de Abril de 2021. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://ihc.fcsh.unl.pt/projecto-valle-caidos/>.

Cidade [do Porto], sempre tendo em vista a futura Rede de Museus da Resistência, pois faz parte dela.

No caso do município do Porto, o Museu da Cidade, projecto pensado desde 1989, é um “museu em construção e à escala da cidade do Porto. Composto por 17 estações, estende-se desde o Reservatório, localizado no Parque da Pasteleira, a estação mais ocidental, passando pela Biblioteca Sonora, no centro, coração pulsante, terminando na Bonjóia (futura) Extensão da Natureza, no ponto mais oriental. O Museu da Cidade é também um ciclo que se inicia: vai desde o Reservatório, que revelando o que se conservou na terra, resultado das sondagens arqueológicas para, na última estação do mapa, regressar à terra, na Bonjóia Extensão da Natureza, que será uma sementeira. Em 2022, faltam abrir 6 estações, depois de repensados os seus projectos, e outras entrarão em obras de requalificação. Em algumas das suas estações, o Museu da Cidade incorpora Gabinetes, que são espaços destinados à programação e exposições temporárias. Actualmente são 6. Foram definidos 5 eixos que orientam esta ação a partir de um programa que orienta formas de ler as dinâmicas urbanas, históricas, materiais ou invisíveis da cidade: Sonoro, Natureza, Material, Líquido, Romantismo.”¹⁴⁹ Além destes museus municipais, destacam-se o Museu Nacional Soares dos Reis, o Museu Nacional da Imprensa, o Museu de Arte Contemporânea de Serralves, o Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto, a Galeria da Biodiversidade e o Jardim Botânico e o Museu do Carro eléctrico, de tutela pública. Por outro lado, o Museu do Papel Moeda, o Museu da Farmácia, o MMIPO- Museu e Igreja da Misericórdia do Porto, o Museu das Marionetas, o Museu dos Transportes e Comunicações, o Museu dos Clérigos e o Museu Futebol Clube do Porto, são de tutela privada, mas incluem-se na realidade museológica da invicta. Contabilizam-se assim 42 museus e núcleos museológicos¹⁵⁰. O mais recente é o Museu do Holocausto, de gestão privada.

Durante o Cerco do Porto (1832-1833) nasceu “a primeira expressão museal do liberalismo português vinda da vontade de D. Pedro IV. Para sua instalação foi escolhido o Convento de Santo António e em Junho de 1840, abriu o Museu Portuense¹⁵¹ que reunia peças de arte, pintura, gravura, escultura, e, em 1911, denominou-se Museu Soares dos Reis” (Ramos, 1993, p.32). Contudo, o primeiro museu aberto ao público, no Porto, em 1838, foi o Museu Allen, um museu privado, pertença de “[...] João Allen (1785-1848) um rico

¹⁴⁹ Mais informações sobre o Museu da cidade do Porto no *website*. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://museudacidadeporto.pt/>.

¹⁵⁰ Informações sobre os Museus do Porto (concelho). Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://assets.portodigital.pt/visit-porto/files/museus%20do%20porto.pdf>.

¹⁵¹ Sobre o Museu Portuense sugerimos a leitura de Ferreira, E. (2016). *O museu Portuense, um projecto pedagógico*. Acedido em 17 de Setembro de 2022, em <https://journals.openedition.org/midas/1114>.

comerciante de origem britânica que, depois de um curto período de estadia no estrangeiro, estabeleceu os seus negócios na cidade do Porto” (Manuel, p. 145). As exposições internacionais e nacionais acontecem no Porto, em 1865 e em outras datas. O Museu Comercial e Industrial¹⁵² foi inaugurado em 1886.

A primeira Exposição Colonial Portuguesa/I Congresso Nacional de Antropologia Colonial foram realizados no Porto, em 1934. Luís Chaves propôs a criação de um Museu Etnográfico do Império Português: “ninguém porá em dúvida esta verdade: Portugal tem a obrigação histórica e necessidade política e inadiável de organizar o Museu Etnográfico do seu império” (Ramos, 1993, p. 52). Não foi do *império*, mas abriu o Museu de Etnografia e História do Douro Litoral no Palácio de São João Novo, em 1945.

Outros museus abriram. A Casa-Museu Guerra Junqueiro, inaugurada em 1942, com colecções de artes decorativas e de cerâmica, o Museu do Romântico na Quinta da Macieirinha, fundado em 1972, que reforçou o ambiente do romantismo na cidade, a casa-oficina António Carneiro e a Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio, sobrinha das pintoras Aurélia de Souza e Sofia de Souza. No século XXI as três grandes referências da cidade, aqui disposta por ordem decrescente do número de visitantes anuais, são o Museu Futebol Clube do Porto, o Museu de Arte Contemporânea de Serralves e o Museu Casa do Infante.

O historiador José Lopes Cordeiro, no início de 2002, deu-nos um panorama nada animador do sector museológico do Porto: “Mas mesmo que não entremos em comparação com outras cidades - inevitavelmente com Lisboa, que dispõe de cinco dezenas de museus, nove dos quais «museus nacionais» - é fácil constatar que o Porto é uma cidade com uma oferta museológica reduzida. Esta constatação não constitui nenhuma novidade, embora muitas vezes passe despercebida”. Ainda acrescentou: “Apesar dos enormes problemas que o Porto terá de resolver num futuro próximo, como o da habitação ou o do trânsito, será necessária uma efectiva política cultural, dotada de uma estratégia consequente, tanto mais que é necessário dar continuidade ao esforço desenvolvido pela *Porto 2001*. É já um lugar-comum sublinhar que actualmente qualquer cidade só pode conquistar a sua afirmação, nacional e internacional, através de uma consequente oferta cultural. Apesar de lugar-comum, não deixa, contudo, de ser verdade.”¹⁵³ É claro que existiu uma evolução positiva do número de museus presentes na cidade, embora em alguns deles tenham havido algumas polémicas.

¹⁵² Uma exposição foi dedicada a este museu, em 2016, que deu origem posteriormente a uma publicação, em 2019, intitulada *Museu Infinito: Joaquim de Vasconcelos (1849-1936) e o Museu Industrial e Comercial do Porto*. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/26284>.

¹⁵³ Cordeiro, J. (2002). Porto – uma cidade sem museus. *Público*, de 21 de Janeiro de 2022. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2002/01/21/jornal/porto--uma-cidade-sem-museus-166587>.

Veja-se o caso do Museu da Indústria do Porto¹⁵⁴, em 2010, ou o caso da reconfiguração do Museu do Romântico, ocorrida em 2021¹⁵⁵.

Os museus citados reúnem as mais variadas colecções de arqueologia, artes visuais e gráficas, antropológicas, de ciências e até de desporto. Todavia, a cidade do Porto não tem uma unidade museológica onde se preservem e comuniquem memórias políticas conjuntamente com a respectiva cultura material. Um lugar musealizado como este traria um elemento novo ao tecido cultural e, acima de tudo, fomentaria a discussão em torno dos direitos humanos e dos crimes que foram cometidos ali, na sede da polícia política, invertendo a sua dinâmica, isto é, passando a ser a casa onde livremente se poderia falar sobre eles.

4.5.3 Discurso Expositivo

O discurso expositivo deverá ter em conta a complexidade das matérias e desenvolver-se-á com momentos que combinem os textos científicos (as ideias), o espaço físico, os relatos (as pessoas) e a cultura material (objectos), (tentando reunir as variáveis que suscitam interesse aos visitantes, já apresentadas no capítulo 3), de modo a que apele à reflexão individual e colectiva sobre a sociedade civil, as instituições e a democracia. A experiência física e sensorial que os visitantes atravessarão, percorrendo as celas e outras dependências musealizadas, as *questões abertas* direccionadas para os diferentes públicos, serão outra valência para o que acreditamos ser o caminho para a dissolução de preconceitos e diminuição de violências a vários níveis. Os temas deixarão de ser abstractos, os testemunhos acompanharão parte do percurso, os objectos trarão a dimensão histórica, cultural e social, documentando a realidade produzida pelos seres humanos. Necessitará recorrer-se ainda a material audiovisual e sonoro, englobando vídeos, documentários, fotografias e, se for pertinente, filmes de animação das fugas, dos aprisionamentos, por exemplo, para atingir objectivos educacionais para o público infantil e juvenil. Assim, o discurso expositivo ambicionará ser transformativo, com objectivo de provocar mudanças comportamentais na sociedade.

¹⁵⁴ Crítica de Cordeiro, J. (2010). Fundador critica fecho do Museu da Indústria. *Público*, de 5 de Novembro e 2010. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2010/11/05/jornal/fundador-critica-fecho-do-museu-da-industria-20554843>.

¹⁵⁵ Queirós, L. (2021). Reconfiguração do ex-Museu Romântico do Porto gera polémica e mobiliza petição de protesto. *Público*, de 31 de Agosto de 2021. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2021/08/31/culturaipilon/noticia/reconfiguracao-exmuseu-romantico-porto-gera-polemica-mobiliza-peticao-protesto-1975772>.

As exposições, enquanto meio de comunicação fundamental do museu, garantirão a vertente educacional e de investigação. À exposição de longa duração, juntar-se-ão duas temporárias a decorrer de forma anual e que poderão ser rotativas entre os museus da rede ou outras instituições parceiras. Relativamente à exposição de longa duração, estabelecido o conceito, apresenta-se a sugestão de um enredo temático e científico:

1 - Antecedentes:

as resistências no Cerco do Porto; histórias de resistências no século XIX; a República; a Monarquia do Norte.

2 - A Ditadura Militar e o Estado Novo:

- as memórias do palacete: a Guerra Civil de Espanha e os refugiados republicanos acolhidos na casa (36-39); a delegação da polícia política – PVDE, PIDE e DGS; fugas da prisão: Pedro Soares e Joaquim Gomes, em 1954, e Jorge Araújo e Silva Marques, em 1962; relatos das prisões, das detenções e dos familiares dos presos.

- as memórias do Porto: Revirvalho; a constituição de 1933 e as medidas contra a oposição; Resistência na Guerra de Espanha e II Guerra Mundial; campanha eleitoral Norton de Matos e o MUD; campanha eleitoral Humberto Delgado; D. António Ferreira Gomes e memórias dos católicos resistentes; roteiro da Resistência – fábricas, *ilhas*, cafés; as classes sociais do Porto. Que oposição?; manifestações de rua; movimento estudantil do Porto; Guerra Colonial; deportações e exílios.

- histórias de resistentes e opositores: Virgínia Moura e Lobão Vital; Óscar Lopes; Ruy Luís Gomes; Abel Salazar; Maria José Rodrigues; Sérgio Valente; entre outros.

- memórias do norte: relações com outras pequenas prisões como a de Ovar, postos de vigilância; episódios como o de Cambedo da Raia, ocorrido em 1946, em Chaves¹⁵⁶, entre outros.

¹⁵⁶ Coelho, R. e Vila, X. (2019). Cambedo, 1946: carta sobre o achamento de Portugal in *Vestígios – revista latino-americana de Arqueologia Histórica*, volume 13, Número 2, Julho- Dezembro. pp. 61-87.

3 - O 25 de Abril de 74 e o 25 de Novembro de 75:

operações e Resistência; o PREC e a violência política; o 25 de Novembro a Norte; o julgamento dos *pides* ou a inexistência dos mesmos; relatos na primeira pessoa - os presos políticos e os agentes.

4 - Resistência(s) e violência política no período democrático:

a patrimonialização da memória dos resistentes; ser resistente nos dias actuais; que formas de resistência para o futuro?

A principal razão pela qual se iniciou a dissertação a discorrer sobre a violência política desde a monarquia constitucional, prendeu-se com a vontade de incluir este período histórico na proposta de musealização, ou seja, pretendeu-se centrar a violência política de Estado e a resistência/oposição desde essa época até à actualidade. Partindo da constatação de que a memória do Porto liberal é muito evocada e que a Rua do Prado posteriormente nomeada Rua do Heroísmo, foi também palco do Cerco do Porto, consideramos ser interessante e pertinente começar o discurso museológico com o espaço envolvente e as resistências, passando pela implantação da República, desenvolvendo e focando, gradualmente, o discurso na Ditadura Militar, no Estado Novo e no período democrático, corpo central da exposição.

Deverá ser realizado um vídeo curto para enquadrar as temáticas do museu, a missão e os objectivos do mesmo. Tratando-se de uma delegação da polícia política, além das memórias sociais acima evocadas, devem constituir objectivos a atingir: apresentar, claramente, a organização e hierarquização da mesma, com recurso a fotografias dos seus inspectores, expor e descrever os métodos e instrumentos por eles usados, explicitar a importância dos informadores na estrutura e recriar alguns dos espaços e ambientes prisionais; disponibilizar, através de áudio e/ou texto, discursos de subdirectores, ou até mesmo do Presidente do Conselho, desde que enquadrados com o funcionamento da polícia; evidenciar a cooperação com outras instituições. Devem ser, ainda, levantadas questões sobre os mitos do Estado Novo e sobre a duração do governo autoritário - que aprovação, que indiferença e que resistência obteve da população -, e obtidas respostas às mesmas através da consulta de diversos especialistas¹⁵⁷ na temática.

¹⁵⁷ Assim como o método usado na actual exposição temporária da *Topographie des Terrors* sobre Albert Speer. Divulgação no *website*. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.topographie.de/en/exhibitions/special-exhibitions/>.

As histórias dos resistentes e opositores deverão estar numa sala dedicada apenas a eles. Aquilo que projectamos é a utilização de vários ecrãs tácteis, no qual poderá ser escolhido o testemunho pretendido, acompanhado de fotos, recortes de jornais, textos ou qualquer outra informação considerada pertinente. Sempre que possível, estes testemunhos devem conter entrevistas nos formatos áudio e vídeo. Nesta parte, não deverão ser esquecidos os desertores, os exilados e *os rachados*¹⁵⁸. O conforto da sala deverá ser uma exigência, a fim de que os visitantes possam sentar-se e escutar calmamente os diferentes testemunhos. Uma outra divisão arquitectónica, deverá acolher o Roteiro da Resistência numa mesa/mapa interactivo. Os 117 lugares de violência política e resistência do Porto, já inventariados, devem poder ser seleccionados e ampliados. Esses imóveis e espaços públicos deverão conter informações históricas relativas aos agentes humanos a ele associados.

O espaço físico *per se* transmite a realidade carcerária no piso da cave e, por isso, deverá ser mantido o mais fiel possível ao traçado arquitectónico actual, sendo acrescentados apenas pequenos textos explicativos acerca dos diferentes compartimentos e suas utilizações. Estes podem ser, no entanto, potenciados através da recriação dos ambientes das celas, a par da utilização de sons e/ou testemunhos que possam engrandecer a experiência de deambular por aqueles espaços. O espaço provocatório, isto é, aquele que poderia ser trabalhado de maneira a transmitir algum sentimento de incómodo, sufoco ou desequilíbrio, deveria ser criado num momento de transição entre o edifício principal e as celas localizadas na extremidade sul do terreno, pontuando um momento excepcional no discurso expositivo, expresso pela própria arquitectura ou por alguma instalação artística a ela associada, que coloque o visitante como peça central e participante activo da mesma. Os vestígios deixados da vivência da delegação, como armários, cadeiras, máquinas de escrever, arquivos, insígnias e escudos, devem ser aproveitados para o discurso museológico e para uma eventual reconstituição de ambientes e espaços da delegação da polícia política. Já o aspecto da violência política exercida nos cidadãos e que não deixou qualquer vestígio documental, mas que foi diária – essa *normalidade perversa* -, deverá ser apresentada de forma científica, mas também artística, dando espaço de criação anual para artistas.

Concordamos com a museóloga Alice Semedo quando expõe as suas ideias quanto à importância de converter o antigo edifício da PIDE, no Porto, em Museu da Resistência, no documentário *Museu da Vergonha*. “Este espaço não pode ser só para contar eventos da história, tem que ser mais que isso, deve defender os direitos das vítimas de crimes de direitos

¹⁵⁸ Termo que se refere a aquele que traiu, falando na prisão, porque quebrou ou partiu (Miranda *et al*, 2021).

humanos, e tem de se ampliar mais o espaço em termos de criar reflexão, criar, fomentar o pensamento crítico para pensarmos o mundo. A partir de um lugar pensarmos o mundo globalmente e pensarmos no que acontece actualmente. Isto amplia a consciência histórica”¹⁵⁹. Sublinha-se que o museu teria esses dois níveis de exploração das temáticas: um sobre o passado e outro sobre questões do presente. Talvez, desta forma, pudesse atrair cada vez mais pessoas para a futura unidade museológica, apresentando-se como uma oportunidade de desenvolvimento para o tecido cultural e social do Porto e Norte. Talvez, desta forma, o projecto do museu pudesse sensibilizar mais “os outros que não pensam como nós”.

No conteúdo expositivo será obrigatório o rigor científico para que se diminuam as distorções do passado. Os textos serão escritos por especialistas, cumprindo sempre uma fase fundamental de discussão com aqueles que serão consultores científicos do museu, nomeadamente nas áreas da História, Sociologia, Antropologia, Arqueologia, Museologia, Arquitectura, entre outros, recorrendo a muitos dos académicos referenciados ao longo desta dissertação.

Embora o conteúdo expositivo seja pensado para um público erudito, posteriormente será feita a mediação como forma de garantir que vários públicos o compreendem, proporcionando, assim, aprendizagens significativas para a sua vida. De igual forma, pretende garantir-se que sejam cumpridas todas as questões da acessibilidade. Neste sentido, o teor expositivo deverá incentivar o uso das capacidades analíticas dos visitantes e, mediante as suas necessidades/vontade, poderão ou não ser acompanhados por profissionais do museu.

Através da leitura do artigo de Meneses (2018), acrescentamos, ainda, cinco considerações relativas a um tratamento mais adequado da memória (traumática) no museu. O autor refere mesmo a expressão “reflexões cautelares” e os pontos desenvolvidos são os seguintes:

- “Museu é tribunal?” - “Deveria ser um espaço de reflexão crítica e formação da consciência histórica” (...) “mais vale o museu como lugar de perguntas, do que de respostas” (...) “um espaço de confronto sem dominação” (p. 7-8).

- “O museu deve problematizar a memória” – “Problematizar não é o contrário de simplificar, nem quer dizer multiplicar obstáculos, mas é responder à necessidade de ir além da enganadora aparência simples das coisas” (...) “os maniqueísmos, as batalhas entre os bons e os maus não são um caminho aconselhável” (p. 9-10).

¹⁵⁹ Museu da Vergonha (2019). Alice Semedo. Acedido em 21 de Setembro de 2022, em <https://vimeo.com/412115295>.

- “A responsabilidade do museu não se limita às comunidades de memória¹⁶⁰” (p.11) – a sua orientação deve ser universalista.

- “Não descartar o quotidiano do campo da memória” - “é preciso que a memória da dor não escape ao universo dos homens no quotidiano, porque é a eles que cabem as responsabilidades” (p.11-12).

- “A memória não deve prevalecer sobre a justiça” - Existem as comissões de verdade e o acesso à documentação. “Todavia, também a violência não é uma fatalidade, também ela pode e deve ser desnaturalizada. Não é conselho de autoajuda acreditar na existência de sementes de redenção que venham a ser plantadas, aqui e agora: é porque somos nós os sujeitos da história. Por isso, além de denunciar as enormidades da violência no passado, os museus comprometidos com os direitos humanos precisam assumir-se como faróis que iluminam também a violência de hoje, a violência cotidiana, a violência em qualquer modalidade e escala.” (...) “Para tanto, vale unir forças com centros de pesquisa e organismos empenhados no conhecimento e prevenção da violência na sociedade” (p.12-13).

Destas advertências a ter em conta, destacamos aquela de “o museu deve problematizar a memória” pois isto implica um trabalho de não simplificação dos assuntos. Não podemos perder de vista o facto de os museus deverem fomentar a coesão social e, ao mesmo tempo, dar espaço para a reflexão individual, daí termos referenciado as *questões abertas* para determinadas matérias. Sobre este aspecto, referimos uma crítica de Watson (2021) acerca das perspectivas museológicas da maior parte dos museus desta tipologia [da Resistência]. Ela refere: “Thus museums rarely attempt to understand how and why evil actions, perpetrated by otherwise ordinary human beings, happened in the past. Museums allow us to take the moral high ground, to feel disgust with the perpetrators, but not to question and understand their motives. In so doing they fail to engage us in a process that would enable us to learn from the past, to understand why situations arise in which evil happens. It is, of course, so much easier to damn the perpetrators and draw a clear distinction between us and them. (...) An exception to this is the Resistance Museum (Verzetsmuseum), Amsterdam, where collaborators as well as resisters to the Nazi regime explain their actions. (...) None were wholly evil, although they committed evil acts. Unpopular though this view may be, I consider it important that museums encourage visitors to understand not only that good and evil happen and people suffer, but why so many people perpetrate cruel deeds or silently look the other way while they take place. Museums that take the moral high ground,

¹⁶⁰ Definidas no subcapítulo da patrimonialização.

signalling a binary good and bad, take the easy route to visitor emotional satisfaction, as they enable people to empathise with the victim and demonise the perpetrator. It is much harder to encourage the public to understand the emotions and motives of all those who transgressed against common human decency in the past. Some of these people may well be irredeemable psychopaths but all too often they will be just like you and me, trying to do our best but not always making the right choices in difficult or impossible circumstances.” (p.76-77). Não se querera dizer com esta citação que o projecto museográfico do Museu da Resistência de Amsterdão fosse de algum modo reproduzido no projecto do Museu da Resistência do Porto, mas há aspectos que queremos salienta desta crítica: deveremos tentar perceber como e por que é que essas acções demoníacas aconteceram na realidade portuguesa? Deveremos pôr em evidência, se houver, os motivos dos perpetradores e dos informadores? “Por que é que tantas pessoas cometeram actos cruéis ou silenciosamente olharam para o outro lado enquanto eles aconteciam”? Colocar estas questões é também reflectir sobre os dilemas humanos.

Referimos, no capítulo 1, os condicionalismos sociais do medo da vigilância efectuada pela polícia, informadores e outros elementos de instituições estadonovistas, muito eficazes quanto ao silenciamento da população portuguesa. Referimos os métodos repressivos, a violência física e psicológica a que os presos estavam sujeitos. Referimos que o regime fomentou actos discriminatórios e permitiu que isso acontecesse. O museu deverá expor isto, e deverá ter este pendor: um discurso que elucide que a apatia, a indecisão, a indiferença, a desvalorização do outro e das injustiças cometidas aos outros, na base do dia-a-dia poderá levar ao descarrilamento da sociedade, quando se instala a *banalidade do mal* (Hanna Arendt), quando se renuncia a pensar e se descarta as consequências dos nossos actos e se aceitam hábitos desumanos, leis discriminatórias. Aqui reside a importância de o museu trabalhar sobre duas camadas: aquela que levanta questões sobre o passado e aquela que o continua a fazer sobre o presente. Que melhores respostas poderemos dar que os nossos antepassados não deram? Qual é a nossa atitude face à violência política actual?

Estas discussões são efectuadas na fase pré-guião, mas poderão reaparecer ao longo da exposição. Por exemplo, o artigo de Hoffman (2019) levanta algumas questões éticas envolvidas no uso dos museus como instrumentos de reparação, porque a circulação destas memórias tanto pode ser benéfica como destrutiva para as comunidades que viveram esses momentos. Quem trabalhar com estes grupos saberá que estas são duas respostas possíveis, mas somente com a exposição instalada e o museu em funcionamento se saberá, efectivamente, como as pessoas reagem ao conteúdo da exposição. Embora já tenham sido partilhados nesta dissertação exemplos de alguns visitantes do MNRL, tal não significa que

possamos antecipar que os futuros visitantes do Museu da Resistência do Porto reajam de forma semelhante. Até que ponto as equipas estarão preparadas para actuar perante reacções inesperadas? Mais, a questão da reconciliação dos ex-presos políticos, e suas famílias, com o seu passado, não deve ser colocada de parte, mas é preciso algum cuidado na sua utilização, dado que se relaciona com a interpretação de cada indivíduo, e, entre eles, pode haver, inclusivamente, quem tenha ainda acompanhamento psicológico por parte de profissionais de saúde. Entendemos que são memórias individuais e que, por vezes, lidar com o passado recente é entender que existem versões opostas desse passado. Estas são algumas das singularidades de trabalhar num Museu da Resistência, lidar com testemunhos.

4.5.4 Práticas educativas e culturais

Como já se defendeu, o museu trabalhará com diferentes públicos, com uma programação diversificada e inclusiva, tendo em conta a multidisciplinariedade temática. Incontornável será, também, a criação de parcerias com algumas entidades na área da cultura e museus da Área Metropolitana do Porto – nos museus e património cultural - e o Turismo Porto e Norte, aliando-se às agendas culturais da cidade. A organização, própria ou em parceria, de eventos, as várias actividades educativas com diferentes associações, escolas, companhias de teatro, músicos e artistas, são parte da comunicação que reflectirá uma organização integrada na sociedade e poderá alcançar os objectivos pretendidos e cumprir a sua missão. Assim, após conhecer a realidade museológica dos Museus da Resistência em Portugal, para o Museu da Resistência do Porto apresentamos algumas práticas relativas à exposição permanente:

- Visita guiada em Português, diariamente, ao final da tarde, para o público adulto, e visita guiada em Inglês, diariamente, ao final da manhã, para o público adulto. Ponderar outros idiomas como o Espanhol e Francês;
- Mensalmente, efectuar uma visita guiada com um ex-presos político, permitindo, simultaneamente, aproximar os públicos jovem e adulto daquele mais sénior, e aproximar as realidades de quem sempre viveu em democracia da daqueles que, na primeira pessoa, sofreram os horrores da ditadura, do cárcere e da tortura. A visita incluiria um período para perguntas e debate;

- Visita e oficina específica, partindo de um objecto, testemunho ou documento de um tema da exposição, escolhido por um grupo de visitantes. Esta deve ser aberta a todo o público e não exclusiva para estudantes;
- Palestras mensais, conduzidas pelas associações, como por exemplo, a Amnistia Internacional, e pelos especialistas das várias temáticas do museu, desde a violência à política, aos direitos políticos, etc., direccionadas para o público adulto;
- Convidar a REFAT (Rede Científica Internacional para o Estudo dos Fascismos, Autoritarismos, Totalitarismos e Transições para a Democracia) para uma conferência anual, no museu, a fim de partilhar com o público adulto, além dos circuitos académicos, a discussão destas temáticas a nível internacional; Transmissão *online* de outros seminários organizados pelas universidades portuguesas (o IHC da FCSH, CEIS20 da UC, CITCEM da UP, entre outros);
- Periodicamente, convidar investigadores das várias universidades do país para apresentação de artigos científicos, que estejam relacionados com as temáticas do museu, seguido de um período de debate entre público adulto;
- *Presos políticos das ditaduras passadas, presos políticos actuais* – actividade que decorreria de forma trimestral, aferida através da investigação do museu, pensada para o público adulto;
- *Lugares de memória política do Porto: circuitos de cafés, tascos, livrarias, editoras, escolas, etc. A liberdade de expressão e reunião condicionadas durante o Salazarismo.* Convidar investigadores para a apresentação. Actividade para o público adulto;
- *Tabu* - histórias anónimas de vítimas. Actividades para público adulto, com a finalidade de aproximar pessoas através das suas histórias de vida, bem como para obter novos testemunhos para o acervo do museu;
- *Afinal, isto é democracia?* - Análise, por parte de um especialista, de actos políticos portugueses à luz do Direito e da Constituição. Actividade para adultos e idosos, em ambiente de assembleia;
- *A voz dos cidadãos* – Uma assembleia para a população, onde em cada sessão mensal se discutirá um tema político com relevância para a cidade ou para a região durante 1 hora. Actividade para o público adulto;

- Propor um percurso temático da exposição, de forma anual, que será apresentado pelo público idoso da cidade e da região, que reunirá mensalmente para preparação no museu;
- *Este é o nosso museu, vamos preservá-lo* - actividade mensal executada pelo técnico de inventário e conservação para público infantil;
- *Tempo para pensar no objecto* – convidar o público juvenil para apresentar um objecto da colecção. Dar tempo, permitir a criatividade, fomentando o diálogo sobre a cultura material e as relações humanas, seguindo o método de Susan Pearce (1994), abordando os materiais, a história, o ambiente (micro e macro escala), significado e as interpretações dos objectos;
- *Ser político* - Actividade para turmas do segundo ciclo, antecedida de uma visita guiada à exposição;
- *A minha história de resistência* – actividade educativa, pensada para o público escolar, onde cada um poderá desenvolver a sua capacidade narrativa sobre uma história de resistência actual;
- *Falo da política de outro país* – Convidar um estudante jovem Erasmus da UP, de preferência das áreas temáticas do museu, para contar situações de violência política e formas de resistência do seu país, para fomentar o diálogo intercultural. Actividade para o público escolar adolescente e jovem;
- Montagem de uma exposição de curta duração, com temas e objectos provenientes das escolas da região, sobre a resistência ao Estado Novo, envolvendo os alunos das turmas. Actividade anual;
- *Histórias desta casa* – peça teatral para o público adulto com crianças onde se tentará explicar o conceito da liberdade, centrando a delegação da PIDE-DGS e as histórias das fugas – a de Hermínio da Palma Inácio, a de Pedro Soares e Joaquim Gomes e a de Jorge Araújo e Silva Marques ¹⁶¹. Actividade trimestral, orientada para as famílias;
- *A música de intervenção: o antes e o agora, A censura nas artes plásticas*. Explorar o tema da arte portuguesa controlada pela ditadura através da censura da liberdade criativa e abordar actuais formas de censura. Direcção para o público adulto com convite dirigido a um artista musical e a um artista das Belas Artes;

¹⁶¹ Seguindo as histórias relatadas em Serra, J. (2012). *12 Fugas das prisões de Salazar*. Edições Avante! Lisboa.

- Actividades culturais mensais, nos espaços do museu e exteriores, com música, poesia, teatro, apresentação de livros, exaltando a dinâmica agregadora do museu e do espaço público;
- Relacionado com o plano comunicacional, emitir um boletim/*newsletter* digital, semestral, com actividades, oficinas e investigação.

Sabe-se que, na actualidade, depois das Recomendações da UNESCO e de outras cartas a que já fizemos referência, os museus têm a necessidade de captar e envolver os públicos, que devem cumprir a sua função social e, por isso mesmo, as práticas museológicas têm já em conta estes aspectos. Obviamente, a periodicidade apresentada seria aquela que se almeja para um museu dinâmico, um museu activista e ligado fortemente às comunidades, que aposta sobretudo no diálogo, na narração de histórias e memórias sociais – dado que se trata também de características do seu perfil -, na divulgação da sua colecção e na conservação da mesma.

Além disso, o museu deve preparar-se para responder à questão do financiamento, terá preocupações ambientais, assim como de sustentabilidade. Será, ainda, relevante delinear um plano estratégico com respostas às seguintes questões: o que sabemos das comunidades de memória na cidade e na região? Que mudanças acreditamos serem possíveis fazer a nível social? O que pode o museu conceber, com as capacidades e recursos que detém? É a partir das respostas a estas questões que o envolvimento social do Museu da Resistência do Porto começa, seguindo com uma comunicação clara e eficaz com os seus públicos, investigando, avaliando e planeando, pois só assim se evita a mediocridade, a banalização e a superficialidade.

O Museu da Resistência do Porto deve ser uma instituição de serviço público que poderá ajudar as pessoas a conhecer e a alcançar os seus direitos cívicos e políticos, e tal será o maior medidor do seu valor para a sociedade, assim como McGhie (2020) defendeu. No museu poderão ser pensadas e anunciadas novas soluções, experimentadas outras alternativas, como um laboratório que ensaia a transformação social. Afinal, e aproveitando o mote da conferência do ICOM 2022, este é o poder dos Museus!

Conclusão

Defender o património cultural é um acto político. Conceptualizar, ter uma perspectiva dialogante e produzir conhecimento técnico sobre a realidade, poderá ajudar a gerar valores e bens culturais que passam a ser do conhecimento de mais grupos sociais e não exclusivos de uma minoria. Para que se expanda essa identificação e atribuição de significado a comunicação e a educação patrimonial são fundamentais. Contudo, não se deve ocultar que o património cultural padece de uma patologia que é a sua perda iminente, por isso devemos protegê-lo legalmente e, com a ajuda da sociedade, tentar conservá-lo. Os museus, um dos seus fiéis depositários, investigam e exibem o património cultural às populações. Isto é de fácil gestão e resolução para património classificado. E quando estão envolvidos vestígios da materialidade e memórias políticas recentes, como é que evoluiu essa relação com a museologia? A nossa dissertação constitui um caso específico desse caminho que o património cultural percorre até uma possível patrimonialização e musealização e de como esse caminho deve continuar para que não fique encaixotado.

Propusemo-nos a investigar a memória da violência política durante a Ditadura Militar e o Estado Novo, algumas questões em torno da Memória e como ela evoluiu desde 1974 até 2022. O nosso compromisso estava profundamente relacionado com o estado da sua patrimonialização e, a partir das experiências da realidade museológica portuguesa que expõe esta temática, apresentar uma nova musealização no edifício da ex-delegação da PVDE/PIDE/DGS no Porto, um lugar muito representativo da repressão salazarista.

Após a escrita desta dissertação, com o seu enquadramento teórico e apresentação de resultados práticos, começamos por afirmar nesta conclusão que é inteiramente exequível uma nova musealização no edifício do Heroísmo, ex-delegação da polícia política do Estado Novo no Porto.

Achámos que seria relevante fazer uma retrospectiva histórica da violência política do Estado desde o século XIX até 1974, data da Revolução do 25 de Abril. Não apresentamos quaisquer dados novos sobre a Ditadura Militar e o Estado Novo, apenas descrevemos o seu contexto e em particular o da polícia política. Visto que nos interessa a perspectiva da

Oposição e Resistência, explorámos os dois conceitos, as suas formas e periodização, apresentando dados e investigações feitas. Quisemos, ainda, entender como evoluiu a memória da violência política desde o 25 de Abril de 1974 até à actualidade. Tentámos aglomerar diferentes perspectivas, a de alguns ex-presos políticos e a de alguns estudos da memória e reparação, o que resultou numa incómoda insuficiência do reconhecimento da sua luta pela democracia e liberdade, sentida por aqueles perseguidos pela polícia política. Em termos museológicos, entendemos que a memória antifascista foi sendo representada, mas de forma escassa até à abertura do Museu do Aljube e do Museu Nacional Resistência e Liberdade. Mais ainda, criticamos o facto de haver recomendações da AR, como a nº 24/2008, que geraram poucos resultados práticos.

Interessou-nos o conceito de memória, bem como o de identidade, património cultural e museologia e, por isso, referimos alguns dos estudos relevantes nestes campos. Tratando-se de uma dissertação na área do património cultural, lançámos a questão se a memória da violência política durante a Ditadura Militar e o Estado Novo constitui património cultural. Procurámos essa resposta nos instrumentos normativos e recomendações e elencámos alguns dos resultados obtidos. Pareceu-nos claro que não existe uma classificação de património proposta pela UNESCO ou pelo ICOM mas que a *International Coalition of Sites of Conscience*, propôs a designação de *sítios de consciência* para locais onde tenham decorrido crimes de genocídios, escravatura e outros de questões étnico-religiosas e políticas. Evidenciámos o facto de existir um comité do ICOM – International Committee of Memorial Museums in Remembrance of the Victims of Public Crimes (ICMEMO) - que promove a conservação dos sítios onde tenham decorrido crimes de Estado, motivados por determinações sociais e ideológicas, para que esses se transformem em museus de memórias onde haja um diálogo sobre a história, a política, a sociedade, o indivíduo, os direitos humanos, o passado e o presente. Portanto, internacionalmente, alguns passos foram dados para a promoção da preservação e conservação, todavia só futuramente se assegurará a categorização deste tipo de sítios. De seguida, e ainda em torno da classificação patrimonial da memória da violência política, procurámos responder se os testemunhos dos ex-presos políticos, isto é, os acervos já criados nos Museus do Aljube e Peniche, estavam patrimonializados pela via museológica. A resposta a esta questão é, aparentemente, negativa.

Debruçámo-nos sobre os lugares que foram palco de lutas pela musealização da memória da violência política dos membros da Resistência/Oposição no território português e que se transformaram em museus da resistência: Aljube e Fortaleza de Peniche. Verificámos o que estava escrito na legislação portuguesa sobre missão e programa museológico para,

posteriormente, analisar as missões e práticas museais. Fizemos ainda uma crítica museológica a esses lugares, tentando compreender como actuam alguns dos seus homónimos internacionais. Foi nessa pesquisa que detectámos que são os grupos sociais que estimulam o debate público e que pugnam pela implantação dos museus. Os processos parecem semelhantes. Quer no Aljube, quer em Peniche, houve uma exposição temporária ou um pequeno núcleo expositivo, e seguidamente, foi preciso justificar essa permanência. Faltará cumprir também esta fase no Porto?

O primeiro passo da musealização é a definição de uma intenção. Essa já tem um longo caminho, desde 1974, mas cremos que o nosso trabalho revelou uma faceta nova, permitindo, em primeiro lugar, sintetizar, num único documento, acontecimentos históricos da delegação da PIDE/DGS no Porto, os seus agentes, alguns informadores e depoimentos de presos políticos. Depois, escrevemos sobre a história do edifício patrimonial, reunimos as lutas pela patrimonialização e musealização do edifício como Museu da Resistência, evidenciámos o projecto “Do Heroísmo à Firmeza” e agrupámos algumas políticas da memória cruciais para a concretização deste processo. Assumindo que possam não estar aqui presentes alguns elementos, por razões relacionadas com a falta de registo ou outras, consideramos que esta dissertação se apresenta como uma tentativa diligente de organizar e expor a história, as personalidades, os projectos, as políticas, as práticas e as lutas em torno deste património.

Fizemos um diagnóstico ao estado da patrimonialização da memória da violência política e detectamos que há uma certa *patrimonialização social*, mas que a *institucional* não se efectivou. Há uma *cultura de lembrança que não é ditada por decretos*, mas antes por iniciativas de cidadãos e partidos políticos. É o que Smith (2006) classifica como *património não-autorizado*. Ora, o processo de patrimonialização já se iniciou, mas terá que prosseguir pois carece do conhecimento científico e público deste lugar histórico. A sociedade não tem acesso ao edifício com as informações da delegação da polícia política, da resistência e oposição nortenhas e, conseqüentemente, não há transmissão de património às futuras gerações. Ou seja, é preciso unir esforços para apresentar uma candidatura a património cultural e tal será mais viável se for criada a Rede de Museus da Resistência.

Referimos a proximidade teórica da memória da violência política com o património cultural imaterial. Porém, empregando as palavras de Hugues de Varine (2013), este é o nosso entendimento (talvez devido à nossa perspectiva arqueológica): “Há património, não há património imaterial! Ou seja, há uma dimensão imaterial e uma dimensão material. (...) O imaterial tem de ter um objecto, e um objecto não existe se não houver uma explicação, se não

houver uma memória. Então, não é possível compreender o imaterial sem o material”¹⁶². E é esta dimensão de conjunto patrimonial que defendemos.

Propomos uma nova musealização no edifício do Heroísmo, no Porto. É a nossa resposta prática que, desde logo, actuaria como um processo de salvaguarda da memória resistente e oposicionista. Acima de tudo, preservaríamos o edifício, visto que o património material é fundamental por ser detentor desses códigos repressivos. Por essa mesma razão, defendemos que o Museu da Resistência do Porto deve ser no edifício do Heroísmo e não em qualquer outro lugar. Apresentámos inclusive uma proposta, além daquelas apresentadas anteriormente pelas associações, para a realocização do Museu Militar do Porto, que actualmente ocupa a ex-delegação da polícia política do Estado Novo.

Concebemos o programa base preliminar para a musealização, incluindo a missão e discurso expositivo, bem como algumas práticas culturais e educativas para este lugar histórico. Toda esta composição forma a sua identidade, com as suas particularidades e, claro, são as nossas sugestões finais após investigar a realidade museológica, sociológica e histórica. Poderia concretizar-se o museu nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril no Porto? Certamente. Teria apenas que se fazer cumprir as recomendações já aprovadas na Assembleia da República e, essencialmente, existir vontade política. Porém, essa decisão poderá não estar para breve. Seja qual for o desfecho deste processo de musealização que propomos, cremos que seria uma mais-valia para o tecido cultural do Porto, reforçaria a sua oferta cultural, contribuiria para o desenvolvimento local, seria ponto de encontro, local de partilha de memórias sociais, de interrogação, de produção cultural e científica, seria uma instituição viva.

Mais, o Museu da Resistência do Porto poderia integrar a (futura) Rede de Museus de Resistência e não somos só nós que vemos com agrado esta situação. Rita Rato, directora do Museu do Aljube respondeu-nos que “a existência de espaços museológicos com missões e objetos semelhantes pode e deve permitir pontos de partilha de investigação e trabalho regular; partilha de práticas e experiências; estabelecimento de parcerias diversas”¹⁶³ e Aida Rechená, directora do Museu Nacional Resistência e Liberdade, afirmou que são pontos fortes “a partilha de recursos, a partilha de informações, a possibilidade de criar bases de informação conjuntas, partilháveis entre os vários museus e disponíveis ao público. Só a rede permite

¹⁶² *Museologia, entrevista a Hugues de Varine*. (2013). Acedido em 23 de Setembro de 2022, em <https://nomundodosmuseus.hypotheses.org/5585>.

¹⁶³ Anexo 3.

compreender a extensão da rede política repressiva existente no regime.”¹⁶⁴ Por essa razão, Aida Rechená refere que alargaria a rede de museus a Caxias, Angra do Heroísmo, também a Moçambique, Guiné, Cabo Verde (Tarfal) e Timor, que já possuem museus dedicados à temática em antigas cadeias do regime. Nenhum museu anula outro pois estão inseridos em territórios diferentes, terão objectos e públicos diferentes. De facto, esta relação da Rede de Museus da Resistência poderia abrir novos caminhos na museologia portuguesa, seguindo as recomendações e as cartas que apresentámos ao longo da dissertação, podendo até ser pensado um sistema integrado de gestão.

A verdade é que já imaginámos o museu. Esta é uma possibilidade, uma solução que poderia resultar, sem imitar ou tentar reproduzir. Esta dissertação é mais um passo nesse longo caminho já travado para a patrimonialização de uma realidade tão importante e tantas vezes esquecida, ignorada ou ocultada. Uma cidade deve mostrar a sua história, também, no espaço público. Veja-se o caso de Berlim, na Alemanha. A musealização dos lugares da história recente está à vista de todos, em parques, em empenas de edifícios, em estações de metro e em núcleos expositivos muito bem elaborados. Todas as pessoas têm acesso à cultura, de forma gratuita. Em Portugal, o Museu do Aljube e a Fortaleza de Peniche já deram os seus primeiros passos. No Porto, há um vazio museológico sobre memórias políticas, quer sobre períodos históricos anteriores, quer sobre o Estado Novo. E para que se construa o museu, já se sabe qual será o percurso a trilhar. Partidos políticos, associações, investigadores e sociedade civil, através das mais variadas iniciativas, têm que trabalhar conjuntamente, apesar das diferenças, com vista a atingir um objectivo maior e a todos comum. Como diria José Afonso “o que é preciso é criar desassossego”¹⁶⁵. Por isso, esperamos por mais indagações e contributos científicos para tornar palpável a concretização desta ideia, real a criação deste museu.

¹⁶⁴ Anexo 3.

¹⁶⁵ Afonso, J. (1985). Entrevista efectuada a 27 de Novembro de 1985. Acedido em 23 de Setembro de 2022, em <https://www.aja.pt/en/o-que-e-preciso-e-criar-desassossego/>.

Bibliografia / Fontes consultadas

Abreu, A. (2016). O que o tempo, a memória e os homens fizeram às prisões do Estado Novo. *Observador*. Acedido em 17 de Setembro de 2022, em <https://expresso.pt/sociedade/2016-11-23-O-que-o-tempo-a-memoria-e-os-homens-fizeram-as-prisoas-do-Estado-Novo>.

Acesso Cultura. (2020). *Sugestões ao relatório preliminar do Grupo de Projecto Museus no Futuro*. Notícia de 29 de Julho de 2020. Acedida em 18 de Setembro de 2022, em <https://acessocultura.org/2020/07/29/sugestoes-grupo-museus-no-futuro/>.

Almeida, J. (2008). *Oposição católica ao estado novo 1958-1974*. Edições Nelson de Matos. Lisboa.

Almeida, P. (2011). Bairros económicos do Porto: a casa como arma política in *Família, espaço e património*. CITCEM, Porto. pp. 503-518.

Alves, F. (2021). *Musealização de memórias politicamente sensíveis – o caso da rede de centros de interpretação e/ou casas-museu de história e memória política da Primeira República e do Estado Novo*. Tese de Mestrado. Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Amaro, G. (2022). Preservar e dialogar: o poder dos museus no futuro in *Boletim ICOM Portugal*, Série III, nº 18, Julho 2022. pp. 56-59.

Anderson, G. (2019). *Mission Matters: relevance and museum in the 21st century*. Rowman & Littlefield Publishers. American Alliance of Museums.

Andrade, S. (2022). Regresso à Exposição Colonial do Porto, para reclamar outro olhar sobre o Outro. *Público*, de 16 de Junho de 2022. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2022/06/16/culturaipilon/noticia/regresso-exposicao-colonial-porto-reclamar-olhar-2010179>.

Antunes, M. (2015). Pelos caminhos da Museologia em Portugal in *Revista IberoAmericana de Turismo – RITUR*, Penedo, Número especial. pp. 142-156.

Antunes, M. (2016). *Memórias de Trabalhadores e Trabalhadoras do Porto no século XX: Um projeto educativo em torno de histórias de vida de resistentes antifascistas e coconstrutores da democracia*. Relatório de estágio. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Porto.

Aranha, A. e Ademar, C. (2014). *No limite da dor: a tortura nas prisões da PIDE*. Parsifal. Lisboa.

Araújo, A. (2019). «Morte à PIDE!» - *A queda da polícia política do Estado Novo*. Edições Tinta-da-China. Lisboa.

Araújo, M. e Santos, M. (2007). História, memória e esquecimento: Implicações políticas, *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 79, 2007.

A revolução a Norte (2019) in *Visão História*, especial operação fim regime. pp 52-56.

Baptista, P. (2014). *Da foz velha a'o grito do povo. A oposição maoista à ditadura – memórias (1948-74)*. Memórias e Memórias II. Edições Afrontamento. Porto.

Baptista, R. e Cerqueira, R. (2017). Museu Militar: O que resta da memória do 25 de Abril? *JPN-JornalismoPortoNet*. 25 de Abril de 2017. Acedido em 17 de Setembro de 2022, em <https://www.jpn.up.pt/2017/04/25/museu-militar-resta-da-antiga-prisao-da-pide/>.

BartolinI, F. (2020). Heritage in the making. Dealing with the legacies of fascist Italy and Nazi Germany in *Ex Novo*, *Journal of archaeology*, volume 5.

Barranha, H. (2016). *Património cultural: conceitos e critérios fundamentais*. IST Press e ICOMOS-Portugal. Lisboa.

Bebiano, R. (2015). *Memória da Resistência ao Estado Novo num tempo sem tempo para a memória. Resistência e/y Memória - Perspectivas Ibero-Americanas* [Documento electrónico], IHC-FCSH/UNL, Lisboa. pp. 41-47.

Bloco de Esquerda. (2019). Projecto de Resolução n° 2134/xiii/4ª, de 24 de Abril de 2019. <https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a53556c4d5a5763765247396a6457316c626e527663306c7561574e7059585270646d45764d7a4978597a426a5a4441744d4445784e5330305a6a686a4c546b324e5755744e5745345a444a695a5755794e6a6b794c6d527659773d3d&fich=321c0cd0-0115-4f8c-965e-5a8d2bee2692.doc&Inline=true> .

Bruno, C. (1996). Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar in *Cadernos de Sociomuseologia*, v.9, nº 9. pp. 9-33.

Calado, M. (2000). *Fortificações da região de Peniche*. Edição de Autor.

Camacho, C. (2021). *Grupo de Projeto Museus no Futuro: Relatório Final*. Direção-Geral do Património Cultural. Lisboa.

Câmara Municipal de Loures. (2000). *Prisões e presos políticos portugueses durante o fascismo 1926-1974*. Loures.

Câmara Municipal do Porto. Carta de Património da Câmara Municipal do Porto. Acedida em 17 de Setembro de 2022, em https://mipweb.cm-porto.pt/MuniSIG/MuniSIGViewer/Index.html?configBase=https://mipweb.cm-porto.pt/MuniSIG/REST/sites/Urbanismo/viewers/Mipweb_-_Mobile/virtualdirectory/Resources/Config/Default.

Câmara Municipal do Porto. (2019) Ata da reunião do Conselho Municipal de Cultura de 29 de Outubro de 2019. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.cm-porto.pt/files/uploads/cms/cmp/55/files/1621245607-ChxgNkRbjD.pdf>.

Campina, A. e Tomás, S. (2016). Portugal, O Estado Novo, António de Oliveira Salazar e a ONU: posicionamentos(s) e (i)legalidades no pós II Guerra Mundial (1945-1970) in M.F. Rollo, M.M.T. Ribeiro, A. Cunha, I.M.F. Valente (Orgs.), *A Europa do Pós II Guerra Mundial: o caminho da cooperação* Lisboa: IHC. (e-Dossier IHC, 1). pp.77-93.

Campinha, A. (2015). Cidadania e Direitos Humanos no Estado Novo in *Journal of studies in citizenship and sustainability*, n.1, Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Porto. pp. 20-31.

Candeias, P. (2004). Heroísmo histórico. *JPN-JornalismoPortoNet*, de 24 de Abril de 2004. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.jpn.up.pt/2004/04/24/heroismo-historico/>.

Cardina, M. (2010). Política, punição e silenciamento nas oposições radicais ao Estado Novo in *O cabo dos Trabalhos*, revista electrónica do CES, nº4. Coimbra.

Cardina, M. (2013). Violência, testemunho e sociedade: incómodos e silêncios em torno da memória da ditadura in *As guerras de Libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*, CES. Almedina. Coimbra.

Cardina, M. (2018). Repressão e subjectividade política no Estado Novo: a cadeia de Peniche in *Não nos deixemos petrificar: reflexões no centenário do nascimento de Victor de Sá*.

Carmona, R. (2020). *Peniche terra de exílio e prisão. Militares com residência fixa – anos 1930*. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <http://www.museunacionalresistencialiberdade-peniche.gov.pt/wp-content/uploads/2020/11/Peniche-terra-de-ex%C3%ADlio-e-pris%C3%A3o.-Militares-com-resid%C3%A4ncia-fixa..pdf>.

Carneiro, I. (2009). O museu das memórias orais fica ao pé do cemitério. *Jornal de Notícias*, de 25 de Abril de 2009. Acedido em 17 de Setembro, em: <https://www.jn.pt/nacional/o-museu-das-memorias-orais-fica-ao-pe-do-cemiterio-1211938.html>.

Carta aberta quer museu da resistência ao fascismo no Porto. 18 de Junho de 2019. *Esquerda.net*. Acedido em 17 de Setembro de 2022, em <https://www.esquerda.net/artigo/carta-aberta-quer-museu-da-resistencia-ao-fascismo-no-porto/61912>.

Carta de Porto Santo. (2021). *A cultura e a promoção da democracia: para uma cidadania cultural europeia*. Portugal. Acedido em 20 de Setembro de 2022, em

<https://www.culturaportugal.gov.pt/media/9171/pt-carta-do-porto-santo.pdf>.

Carvalho, A. (1999a). Tortura: crimes sem castigo. *Visão*, nº 315. pp. 42-50.

Carvalho, A. (1999b). Ditadura: os resistentes anónimos. *Visão*, nº 320. pp. 64-7.

Carvalho, A. (2011). Os Museus e o Património Cultural Imaterial. Algumas Considerações in *Ensaio e práticas em museologia*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. pp. 73-100.

Carvalho, A. (2018). Entrevista com Alexandre Matos. *Boletim ICOM Portugal*, série III (Fev.2018). pp. 22-36. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em:

<https://nomundodosemuseus.hypotheses.org/7811>.

Carvalho, A. e Matos, A. (2019). Os profissionais de museus no mundo digital in *Boletim ICOM Portugal*, Série III, Maio 2019, nº 13. pp. 57-67.

Carvalho, A. (2020). Reflexões sobre património cultural imaterial e museus: das políticas às práticas in *Gestão integrada do património em museus e a salvaguarda do património cultural imaterial*, Coord. Semedo, A., Matos, A. e Mendonça, E. Vol.1. pp.13-43.

Carvalho, B. (2020). *Museus de memória como espaços de representatividade na América Latina*. VI Encontro da Associação Nacional de pesquisa e pós-graduação em Arquitectura e Urbanismo. São Paulo.

Carvalho, B. (2021). Rita Rato: “A memória é sempre um espaço de disputa”. *A voz do operário*, de 7 de Setembro de 2021. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em

<https://vozoperario.pt/jornal/2021/09/07/rita-rato-a-memoria-e-sempre-um-espaco-de-disputa/>

[Carvalho, M. \(2010\). Lugar de memórias – Museu Militar. Revista *Através dos tempos*. pp.26-29. Acedido em 17 de Setembro de 2022, em https://www.viva-porto.pt/wp-content/uploads/2010/03/atraves_tempos.pdf](https://www.viva-porto.pt/wp-content/uploads/2010/03/atraves_tempos.pdf).

Carvalho, P. 13 rostos. *Público*. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/sociedade/interactivo/peniche-13-rostos>.

Castro, J. e Monteiro, L. (2020). Resistir à política do esquecimento: pelo Museu da Resistência do Porto. *EsquerdaNet*. 17 de Outubro de 2020. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.esquerda.net/opiniao/resistir-politica-do-esquecimento-pelo-museu-da-resistencia-do-porto/70702>.

Catroga, F. (2001). *Memória, História e historiografia*. Quareto. Coimbra.

Chagas, M. (2011). Museus, memórias e movimentos sociais in *Cadernos de Sociomuseologia*, v.41. pp.5-16.

Chagas, M., Primo, J., Storino, C., & Assunção, P. (2018). A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. *Cadernos De Sociomuseologia*, 55 (11).

Choay, F. (2011). *O Património em questão - antologia para um combate*. Coleção Património, Editora Fino traço. Belo Horizonte.

Choay, F. (2014). *A alegoria do património*. Edições 70. Lisboa.

Coelho, J. (2006). *A Resistência em Portugal*. Edições Avante!. Lisboa.

Coelho, R. e Vila, X. (2019). Cambedo, 1946: carta sobre o achamento de Portugal in *Vestígios – revista latino-americana de Arqueologia Histórica*, volume 13, Número 2, Julho-Dezembro. pp. 61-87.

Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista. (1981). *Presos políticos no regime fascista*. 6 volumes. Lisboa.

Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista. (1986). *Repressão política e social no regime fascista*. Lisboa.

- Cordeiro, J. (2002). Porto – uma cidade sem museus. *Público*, de 21 de Janeiro de 2022. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2002/01/21/jornal/porto--uma-cidade-sem-museus-166587>.
- Cordeiro, J. (2010a). Fundador critica fecho do Museu da Indústria. *Público*, de 5 de Novembro e 2010. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2010/11/05/jornal/fundador-critica-fecho-do-museu-da-industria-20554843>.
- Cordeiro, J. (2010b). *A grande expansão: do 25 de Abril à actualidade*. História do Porto, vol.15. QuidNovi. Matosinhos.
- Correio do Porto. (2015). Memorial às vítimas do fascismo na antiga delegação da PIDE no Porto. 26 de Abril de 2015. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.correiodoportu.pt/abaixo-assinado/memorial-as-vitimas-do-fascismo-na-antiga-delegacao-da-pide-no-porto>.
- Cortada, I. (2017). O Tempo fora do Tempo: usos da memória e do esquecimento in *História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. pp. 93- 111.
- Coutinho, B., Baptista, M., Martins, M. de L. e Rebelo, J. (2018). Portugal, um país de turismo: dissonâncias e usos turísticos do património do Estado Novo. *Revista Lusófona de Estados Culturais*, vol.5, n.2. pp. 213-231.
- Cury, M. (2014). Museologia e conhecimento, conhecimento museológico – uma perspectiva dentre muitas in *Museologia e interdisciplinaridade*, vol. III, nº 5, maio/junho de 2014. pp. 55-73.
- Davallon, J. (2006). *Memória e Património - por uma abordagem dos regimes de patrimonialização*. Acedido em 23 de Setembro de 2022, em <https://books.openedition.org/oep/866>.

Davallon, J. (2018). À propos des régimes de patrimonialisation: enjeux et questions in *Patrimonialização e sustentabilidade do património: reflexão e prospectiva*. Coord. Filipe, G. et al. IHC—Nova, FCSH. Lisboa. pp. 13-31.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Acedido em 15 de Janeiro 2022, em: <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.

Decreto n.º 28 536, DG, *I Série*, n.º 66, em 22-03-1938. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71147>.

Dias, V. (1974). Dossier PIDE: I parte, *O século ilustrado*, de 6 Julho de 1974. pp. 25-40.

Direcção-Geral do Património Cultural. (2017). *Programa Museológico do Museu Nacional Resistência e Liberdade*. Lisboa. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em museunacionalresistencialiberdade-peniche.gov.pt/wp-content/uploads/2022/03/Guiao_programa_Museologico.pdf.

Instituto Nacional de administração. (1996). *Direito do Património Cultural*.

Discriminação política no emprego no regime fascista, Lisboa, PCM/CLNRF, 1980.

Duarte, A. (2011). Prisão do Aljube reproduz a voz das vítimas da ditadura. *Público*, de 17 de Abril de 2011. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em: <https://www.publico.pt/2011/04/17/jornal/prisao-do-aljube-reproduz-a-voz-das-vitimas-da-ditadura-21860235>.

Duarte, A. (2012). Museus Portugueses de 1974 à actualidade: da resolução de problemas funcionais à comunidade. *Em questão*, Porto Alegre, v. 18, n.1. pp. 15-30.

Duarte, A. (2013). Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora in *Revista museologia e Património*, Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio –MAST. vol. 6 no 1. pp. 99-117.

Duarte, I. (2020). O movimento comunista no Porto, 1958-1962. In *Omni Tempore: Atas dos Encontros da Primavera 2019*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. pp. 293-318.

Duffy, T. (2001). Museums of “human suffering” and the struggle for human rights in UNESCO (2001) *Museum International*, nº29, vol.53, nº1, Blackwell Publishers: UK. pp. 10-16.

Eco, U. (2012). *Como se Faz uma Tese*. Trad. Gilson Cesar Cardoso de Souza. 24. Perspectiva. São Paulo.

Escudero, S. (2017). Museo: construtor de ciudadanía in *Definir os museus do século XXI: experiências plurais*. Trabalhos dos simpósios do ICOFOM em Buenos Aires, Rio de Janeiro e St Andrews, em Novembro 2017.

Faria, N. (2006). As escadas eram um aquecimento para a tortura que vinha a seguir. *Público*, de 16 de Julho de 2006. Acedido em 17 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2006/07/16/jornal/as-escadas-eram-um-aquecimento-para-a-tortura-que-vinha-a-seguir-89186>.

Farinha, L. (1998). *O Revirvalho: revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*. Editorial Estampa. Lisboa.

Farinha, L. (2017). Museu do Aljube, Resistência e Liberdade: Musealização de uma “Herança Difícil.” *Boletim ICOM Portugal*, 9. pp. 23–28.

Farinha, L. (2019). As Prisões da PIDE. pp. 117-147.

Farinha, L. (2021a). Usos do passado e combates pela memória, pela história e pela democracia: Museu do Aljube, Resistência e Liberdade – construção de um “lugar de memória traumática” in *Experimentações do património: diversidades e resistências*. pp. 111–139.

Farinha, L. (2021b). Crónicas com alguma ironia. *Esquerda.net*, de 21 de Fevereiro de 2021. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.esquerda.net/opiniao/cronicas-com-alguma-ironia/72934>.

Fauvrelle, N. (2015). De paisagem a património – a classificação como processo de musealização da paisagem in *Processos de musealização. Um seminário de investigação internacional*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. pp. 157-168.

Fernandes, J. (2012). Territórios turísticos, paisagens e memórias do Holocausto: caso particular do campo prisional e do Gueto de Theresienstadt, na actual República Checa. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra. pp. 175-194.

Ferreira, A. (2011). A campanha de Delgado no Porto: a importância da história local in *Contributos para a história social do Porto: sociedade, política e cultura no Estado Novo / org*. Bruno Monteiro, Universidade Popular do Porto. pp. 123-158.

Ferreira, A. S., Madeira, J., & Casanellas, P. (2017). *Violência política no século XX: Um balanço*. IHC-Instituto de História Contemporânea. Lisboa.

Figueiredo (1981). Os problemas do património cultural na região do Porto in *Poder local: património cultural*. Edições Avante!. Lisboa. pp. 35-44.

Filipe, G. (2017). A implementação da Lei-Quadro dos Museus Portugueses: aporia de uma política museológica? in *Boletim ICOM Portugal*, Série III, Out. 2017, nº 10. pp. 12-17.

Forte de Peniche. Memória, Resistência e Luta (2018). União de Resistentes Antifascistas Portugueses, 4ª edição.

Friaças, A. (2020). 8 de Março de 1962. A manifestação das mulheres que não está nos livros. *Público*, de 8 de Março de 2020. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2020/03/08/impar/noticia/8-marco-1962-manifestacao-mulheres-nao-livros-1905465>.

- Fruchtengarten, L. (2021). *Museus de memória traumática e a musealização do imaterial*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa. Lisboa.
- Furtado, T. (2012). *Musealização do Holocausto*, Working paper #14, Observatório Político, publicado em 5/7/12.
- Garcia, S. (2018). Patrimonialización de Espacios Represivos: la Cárcel de Carabanchel y la Memoria Colectiva in *Patrimonialização e sustentabilidade do património: reflexão e prospectiva*. Coord. Filipe, G. et al. IHC—Nova, FCSH. Lisboa. pp. 56-66.
- German Resistance Memorial Center Foundation. (2014). *German Resistance Memorial Center – Resistance against National-Socialism. Concise Guide*. Berlin.
- Godinho P., Fonseca, I. e Baía, J., (Coords.). (2014). *Resistência e/y Memória - Perspectivas Ibero-Americanas* [Documento electrónico]. IHC-FCSH/UNL. Lisboa.
- González, P. (2020). *O Antipatrimónio. Fetichismo do passado e dominação do presente*. ICS. Universidade de Lisboa. Lisboa.
- Guedes, M. (2019). Teoria da Relativização. *Jornal de Notícias*, de 8 de Novembro de 2019. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.jn.pt/opiniao/miguel-guedes/teoria-da-relativizacao-11491619.html>.
- Guichard, F. (1994). Le 25 Avril, Porto, le Portugal e l'Europe in *Revista trimestral de cultura – nova renascença*. pp. 185-202.
- Guterman, M. (2020). *Holocausto e memória*. Editora contexto. São Paulo.
- Halbwachs, M. (1990). *A Memória Coletiva*. Edições Vértice. São Paulo.
- Hein, G. (1998). *Learning in the museum*. Routledge. London.
- Henriques, A. (2009). 35 anos de Abril: pelas “grades miudinhas” das celas da PIDE. *JPN-JornalismoPortoNet.*, 25 de Abril de 2009. Acedido em 17 de Setembro de 2022, em

<https://www.jpn.up.pt/2009/04/25/35-anos-de-abril-pelas-grades-miudinhas-das-celas-da-pide/>.

Hernández-Hernández, F. (1994). *Manual de Museologia*. Síntesis. Madrid.

Hoffman, F. (2019). O museu como ferramenta de reparação: apontamentos sobre memórias do trauma, museus e direitos humanos in *Revista PerCursos*, Florianópolis, v. 20, n.42. pp. 129 -158.

Homenagem a Virgínia Moura no Porto (1999). Jornal «Avante!» Nº 1360, de 23 de Dezembro de 1999. Acedido em 17 de Setembro de 2022, em <https://www.avante.pt/arquivo/1360/6003c1.html>.

Hollander, J. e Einwohner, R. (2004). Conceptualizing Resistance in *Sociological Forum*, Vol.19, nº4. pp. 533-554.

Huysen, A. (2000). *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Aeroplano Editora. Rio de Janeiro.

ICOM. (2004a). *Code of Ethics for Museums*. Paris. Acedido em 17 de Setembro de 2022: http://icom.museum/code2006_eng.pdf.

ICOM. (2004b). *Como gerir um museu: manual prático*. Publicação da ICOM.

ICOM. (2011). *Carta dos museus memoriais*. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://icom.museum/en/ressource/international-memorial-museums-charter/>.

ICOM. (2013). *Conceitos-Chave de Museologia*. São Paulo.

ICOM Portugal. (2022). *ICOM Portugal recebido em audiência pela secretária de Estado da Cultura*. Notícia de 21 de Abril de 2022. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://icom-portugal.org/2022/04/21/icom-portugal-recebido-em-audiencia-pela-secretaria-de-estado-da-cultura/>.

Janeiro, H. (2017). Do Heroísmo à Firmeza. *Jornal «Avante!»* N° 2265. Acedido em 17 de Setembro de 2022, em <https://www.avante.pt/pt/2265/temas/145081/Do-hero%C3%ADsmo-%C3%A0-firmeza.htm>.

Jorge, B. (2020). Turismo: Porto e Norte bate recorde de turistas em 2019. *JPN-JornalismoPortoNet*, de 20 de Fevereiro em 2020. Acedido em 17 de Setembro de 2022, em <https://www.jpn.up.pt/2020/02/20/turismo-porto-e-norte-bate-recorde-de-turistas-em-2019/>.

Le Goff, J. (1990). *História e Memória*. Editora da Unicamp. Campinas.

Lei n° 107/2001, de 8 de Setembro. *Diário da República n.º 209/2001, Série I-A de 2001-09-08*, pp 5808 – 5829. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/107-2001-629790>.

Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto. *Diário da República. 1.ª série-A, n.º 195 (2004)*, pp. 5379-5394. «Lei-Quadro dos museus portugueses». Acedida em 17 de Setembro de 2022, em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/lei-quadro-dos-museus-portugueses/>.

Leite, P. (2021). Museu, educação global e diversidade cultural. Sementes de futuro. Programas e planos em museologia social. *Informal Museology Studies*, Cadernos N° 29 – 2021, Marca D'Água - Edições e Projeto.

Loff, M. (2008). *O nosso século é fascista. O mundo visto por Salazar e Franco*. Campo das Letras. Porto.

Loff, M. e Pereira, S. (2010). *História do Porto: Insubmisso à tirania. A cidade durante a ditadura*. Vol. 14. Quidnovi. Matosinhos.

Loff, M. e Siza, T. (2010). *Resistência : da alternativa republicana à luta contra a ditadura, (1891-1974)*. Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República.

Loff, M., Soutelo, L. e Piedade, F. (2014). *Ditaduras e revoluções: democracia e políticas da memória*. Almedina. Coimbra.

Logan, W. e Reeves, K. (2009). *Places of pain and shame: dealing with difficult heritage*. Routledge. London.

Lopes, J. (s/d). Da democratização da cultura a um conceito e prática alternativos de democracia cultural, *Cadernos de Estudo – Escola Superior de Educação Paula Frassinetti*, 14.

Lusa. (2016). Movimento “Não Apaguem a Memória” contra concessão de forte de Peniche a Privados. *Diário de Notícias*. Acedido em 17 de Setembro 2022, em <https://www.dn.pt/portugal/movimento-nao-apaguem-a-memoria-contr-concessao-de-forte-de-peniche-a-privados-5435646.html>.

Lusa. (2019a). Antigos presos políticos esperavam há 43 anos por Museu da Resistência que tardava em aparecer. *Observador*, de 14 de Abril de 2019. Acedido em 17 de Setembro de 2022, em <https://observador.pt/2019/04/14/antigos-presos-politicos-esperavam-ha-43-anos-por-museu-da-resistencia-que-tardava-em-aparecer/>.

Lusa. (2019b). Parlamento recomenda instalação do Museu da Resistência e Liberdade no Porto. *Diário de Notícias*, de 21 de Junho de 2019. Acedido em 17 de Setembro de 2022, em <https://www.dn.pt/lusa/parlamento-recomenda-instalacao-do-museu-da-resistencia-e-liberdade-no-porto-11032545.html>.

Lusa. (2019c). Porto também terá um Museu da Resistência e Liberdade. *Público*, de 19 de Julho de 2019. Acedido em 17 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2019/07/19/sociedade/noticia/porto-tambem-tera-museu-resistencia-liberdade-1880529>.

Lusa. (2021). Câmara do Porto e DGPC discordam do ICOMOS que identifica centro histórico como “património em perigo”. *Público*, de 20 de Janeiro de 2021. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2021/01/20/local/noticia/camara-porto-dgpc-opoemse-relatorio-icomos-identifica-centro-historico-patrimonio-perigo-1947219>.

Lusa. (2022). Tribunal Europeu dos Direitos Humanos recebeu 260 queixas contra Portugal em 2021. *Público*, de 25 de Janeiro de 2022. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em [:https://www.publico.pt/2022/01/25/sociedade/noticia/tribunal-europeu-direitos-humanos-recebeu-260-queixas-portugal-2021-1993113](https://www.publico.pt/2022/01/25/sociedade/noticia/tribunal-europeu-direitos-humanos-recebeu-260-queixas-portugal-2021-1993113).

Macdonald, S. (2005). Heranças difíceis: identidade e relíquias nazis na Alemanha in *Patrimónios e identidades: ficções Contemporâneas*. Coord. Peralta, E. e Anico, M. Celta Editora, Oeiras. pp. 101-108.

Macdonald, S. (2013). *Memorylands. Heritage and Identity in Europe Today*. Routledge, London and New York.

Madeira, J. (coord.), Pimentel, I. e Farinha, L. (2007). *Vítimas de Salazar. Estado Novo e violência política*. Esfera dos Livros. Lisboa.

Manuel, A., Carapinha, R. e Neves, D.(coord.). (1974). *PIDE-A História da repressão. (1974)* Jornal do Fundão, Editora. Fundão.

Marchi, D. (2019). Memória e sofrimento: a questão dos lugares in *Cadernos do NUPPOME*, ano 1, número 1, Abril 2019.

Marinho, A., Carneiro, M. (2018). *Portugal à lei da bala. Terrorismo e violência política no século XX*. Círculo de Leitores. Lisboa.

Martins, A. (2015). *A musealização de heranças difíceis: o caso do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade*. Tese de Mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.

Martins, M. (2000). *O Estado Novo e a Oposição (1933-1974)*. Pedro Ferreira Editor. Sintra.

Martins, S. (2005). *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*. Casa das Letras. Lisboa.

Mendonça, C. e Ribeiro, N. (2017). Memórias de um passado recente. *Público*, de 25 de Abril de 2017. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em

<https://acervo.publico.pt/multimedia/infografia/memorias-de-um-passado-recente-223>.

Mcghie, H.A. (2020). *Museums and Human Rights: human rights as a basis for public service*. Curating Tomorrow, UK.

Medina, M. (1999) e (2000). *Esboços. Antifascistas relatam as suas experiências nas prisões do fascismo*. 2 volumes. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa.

Mendes, J. (2009). *Estudos do património: museus e educação*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra.

Meneses, U. (2018). *Os museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática*. Conf. 10º Encontro Paulista de Museus – Memorial da América Latina. Acedido em 17 de Setembro de 2022, em <https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Ulpiano-Bezerra-de-Meneses.pdf>.

Ministério da Cultura, et al. Despacho n.º 616/2000, de 5 de Junho. *Diário da República*. 2.ª série, n.º 130 (2000). pp. 9633. «Cria uma estrutura de projecto, denominado “rede portuguesa de museus” (RPM) que funciona na dependência directa do Instituto Português de Museus e define a sua composição e atribuições.».

Miranda, A., Nogueira, C., Santos, E., Nogueira, I., Samara, M.A., Pimenta, P. e Almeida, V. (2021). *Vozes ao alto! 100 Histórias na História do Partido Comunista Português*. Vozes ao Alto!, 2021.

Monteiro, L. e Castro, J. (2019). Curta-metragem *Museu da Vergonha*. Acedida em 21 de Setembro em 2022, em <https://vimeo.com/353235358>.

Monteiro, M. (2021). Monte Pedral vai ser “centro multifuncional” alavancado na habitação acessível. *Público*, de 11 de Janeiro de 2021. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2021/01/11/local/noticia/monte-pedral-vai-centro-multifuncional-alavancado-habitacao-acessivel-1945890>.

Morais, J. e Raimundo, F. (2017). Em nome da “verdade histórica”: a comissão do Livro Negro sobre o regime fascista, uma comissão de verdade na democratização portuguesa (1977-1991) in *Democratização, memória e justiça de transição nos países lusófonos*. Edupe, Rio de Janeiro.

Moreira, E. (2014). *A arquitectura de Fernando Lanhas*. Dissertação em Arquitectura. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Porto.

Moreira, J. (2010). *Os estudantes do Porto e a Resistência ao Estado Novo*. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto.

Moreira, P. (2006). Aveiro substitui Museu da República por Museu da Cidade, *Público*, de 20 de Setembro de 2006. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2006/09/20/jornal/aveiro-substitui--museu-da-republica-por-museu-da-cidade-98544>.

Moreira, V. (2018). *As prisões políticas do Estado Novo no século XXI: uma perspectiva patrimonial*. Tese de Mestrado. Instituto de ciências sociais da Universidade do Minho. Braga.

Moura, V. (1996). *Mulher de Abril. Álbum de memórias*. Edições Avante!. Lisboa.

Mourão, T. e Fradique, N. (2019). *Portugal - Rede Portuguesa de Museus no Registo de Museus Ibero-Americano*, Direção-Geral do Património Cultural/Ministério da Cultura. Lisboa.

Museu da Resistência antifascista, ex-pide, Porto. Acedido em 17 de Setembro de 2022, em: <https://www.youtube.com/watch?v=suNzbGgySmc>.

Museu do Aljube – Resistência e Liberdade. (2018). *Museu do Aljube – Resistência e Liberdade. Catálogo da exposição*. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa.

Museu do Aljube – Resistência e Liberdade. (2021). *Ficaram pelo caminho*. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa.

Museu Nacional Resistência e Liberdade. (2019). *Por teu livre pensamento. Catálogo da Exposição*. Edição bilingue Português- Inglês. Museu Nacional Resistência e Liberdade e Direcção Geral do Património Cultural. Lisboa.

Museus da Câmara Municipal do Porto - Recordação ilustrada das colecções. (2012). Edição da Câmara Municipal do Porto. Porto.

Nabais, A. (2014). O Museu como ponto de chegada e de partida in *Musa, museus, arqueologia e outros patrimónios*, vol.4. Setúbal. pp. 15-22.

Neves, J. e Santos, J. (2019). *Os museus da Rede Portuguesa de Museus em 2021*. OPAC, 6 de Setembro de 2019. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.opac.cies.iscte-iul.pt/os-museus-da-rpm>.

Neves, J. S., Santos, J.A. e Lima, M. J. (2013). *O Panorama Museológico em Portugal: Os Museus e a Rede Portuguesa de Museus na Primeira Década do Século XXI*. Direcção-Geral do Património Cultural. Lisboa.

Neves, J. (coord.) (2021). *Partido Comunista Português, 1921-2021. Uma Antologia*. Edições Tinta-da-China. Lisboa.

Neves, K. (2019). Democracia e Direitos Humanos: desafios para a Museologia e os museus in *Museologia e Interdisciplinaridade*, Vol. 8, nº 16.

Nora, P. (1993). *Entre memória e História: a problemática dos lugares*. Projeto história. vol. nº 10, Jul/Dez. Projecto História e Cultura. São Paulo.

Noras, J. (2018). A problemática da memória na cultura contemporânea: uma síntese histórica in *Revista Matria XXI*. Nº 7. pp. 555-578.

Noronha, R. e Trindade, L. (2019). *Portugal, uma retrospectiva:1974*. (vol.3). Tinta-da-China e Público. Lisboa.

Nunes, J. (2013). A memória histórica enquanto tecnologia. Estado Novo, Desenvolvimento, Democracia in *Democracia, ditadura: memória e justiça política*. Edições Tinta-da-China. Lisboa.

Nunes, J. (2016). *Património cultural, museus e desenvolvimento: conceitos teóricos, políticas públicas e “sociedade civil”*. Teixeira, S. S. (org.), Património e museus na contemporaneidade. EDUFBA. Salvador. pp. 27-52.

Nunes, J. (2020). Sobre a utilidade da teoria na historiografia: o exemplo da história dos regimes políticos no século XX in *Brasil e Portugal: ditaduras e transições para a democracia*. Editora da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. pp. 47- 71.

Nunes, J. (2021). Historiografia e tecnologias derivadas: questões deontológicas e teórico-metodológicas in *História, empresas, arqueologia industrial e museologia*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra. pp. 343-366.

O último dia da PIDE, 26 de Abril no Porto, Movimento democrático do Porto, 1974.

Oliveira, E. (2011). *Eu fui agente da DGS-PIDE: uma história para a História*. Ecopy. Porto.

Oliveira, E. (2012). *Aljube, uma cadeia política*. Tese de Mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.

Partido Comunista Português. (2014). *Projecto de resolução n.º 1015/xii/3.ª*, de 10 de Abril de 2014. Recomenda ao governo que, mantendo o Museu Militar do Porto, identifique os percursos e salas usadas pela PIDE e promova a justa homenagem a quem passou pelo edifício do heroísmo e aí resistiu ao fascismo. Disponível em <https://www.pcp.pt/recomenda-ao-governo-que-mantendo-museu-militar-do-porto-identifique-percursos-salas-usadas-pela>.
Lisboa.

Partido Comunista Português. (2019a). *Projecto de Resolução n.º 2137/XII/4.ª*, de 26 de Abril de 2019. Disponível em

<https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a53556c4d5a5763765247396a6457316c626e527663306c7561574e7059585270646d45765a4752694e546b7a4f4759744e5745774d7930304e4455304c5745795a4755744d6d51334e6d49774e3249314e446c684c6d527659773d3d&fich=ddb5938f-5a03-4454-a2de-2d76b07b549a.doc&Inline=true>.

Partido Comunista Português. (2019b). *Projecto de Resolução 1370/XIV/2*, de 29 de Junho de 2019. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em

<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=120969>.

Pedro, J. (2019). *On the Touristification of 20th Century Authoritarianism - Museological Discourse and the Question of Memory*. Dissertação de mestrado. Instituto Politécnico de Tomar. Tomar.

Peixoto, P. (2016). O património e seus demónios nas sociedades contemporâneas in *Boletim campineiro de geografia*, v.6, n.2. pp. 289-302.

Pekarik, A. J., Schreiber, J.B., Hanemann, N., Richmond, K. & Mogel, B. 2014 IPOP: A theory of experience preference, *Curator The Museum Journal*, 57(1). pp. 5-27.

Pereira, C. (2018). Património(s) e Lugares de Memórias: uma reflexão sobre a cidade do Porto, Portugal in *Revista Café com Sociologia*, v.7, n3. pp. 98-112.

Pereira, S. (2016). *As Prisões do Estado Novo: Dispositivos Espaciais de Vigilância e punição*. Tese de Mestrado. Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra.

Petição n.º 503/XII/4ª. União dos resistentes antifascistas portugueses. Disponível em <https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a5355786c5a793944543030764d304e455469394562324e31625756756447397a5547563061574e68627938305a446b774d4463304d69316a597a67334c545177>

[5a6a45744f5449324d53316d4e7a4d794e6a466b4e4755784e6d51756347526d&fich=4d900742-cc87-40f1-9261-f73261d4e16d.pdf&Inline=true](https://www.ii.uibk.ac.at/~joana_brito/5a6a45744f5449324d53316d4e7a4d794e6a466b4e4755784e6d51756347526d&fich=4d900742-cc87-40f1-9261-f73261d4e16d.pdf&Inline=true).

Pimentel, I. (2007). *A memória pública da ditadura e da repressão*. Le Monde Diplomatique (Edição Portuguesa) de 8 de Fevereiro de 2007.

Pimentel, I. (2011). *A história da PIDE*. Temas e debates: Círculo de Leitores. Lisboa.

Pimentel, I. (2014). *História da oposição à ditadura (1926-1974)*. Figueirinhas. Porto.

Pimentel, I. (2021). O que foi a PIDE? Funções, poderes e métodos. Ensaio no *jornal Setenta e quatro*, de 13 de Julho 2021. Disponível em: <https://setentaquatro.pt/ensaio/o-que-foi-pide-funcoes-poderes-e-metodos>.

Pimentel, I. (2022a). *Os informadores da PIDE-Uma tragédia portuguesa*. Temas e debates: Círculo de Leitores. Lisboa.

Pimentel, I. (2022b). Quando consultei o arquivo da PIDE para a minha tese vi pessoas a chorar chocadas com o que estavam a ler. Entrevista na revista *Visão*. 07 de Agosto 2022. Disponível em: <https://visao.sapo.pt/ideias/2022-08-07-quando-consultei-o-arquivo-da-pide-para-a-minha-tese-vi-pessoas-a-chorar-chocadas-com-o-que-estavam-a-ler/>.

Pimentel, I. e Rezola, M. (2013). *Democracia, Ditadura. Memória e Justiça política*. Tinta-da-China. Lisboa.

Pinto, A. C. (2012). Politics of the Past. in Stan, L. & Nadelsky, N. (eds), *Encyclopedia of Transitional Justice*, (vol. 1, p.287). New York e Cambridge University Press.

Pinto, A. C. (2021). *O regresso das ditaduras?* Fundação Francisco Manuel dos Santos. Lisboa.

Pinto-coelho, M. (1997). Património Mundial, Portugal. Estar Editora. Lisboa.

Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, 3. pp 3-15.

Ponte, A. (2014). 40 anos depois de Abril. Património e ciência no norte de Portugal. Museus autárquicos 1974-2014- Símbolos do poder. Guardiões do património cultural in *Revista da Faculdade de letras Ciências e técnicas do Património*, volume XIII. Porto. pp. 239-247.

Primo, J. (1999). Mesa-redonda de Santiago do Chile, ICOM, 1972 in *Cadernos de Sociomuseologia*, nº 15. pp. 111-121.

Primo, J. (2007). *A Museologia e as políticas culturais europeias: o caso português*. Tese de Doutoramento da Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Porto.

Queirós, L. (2021). Reconfiguração do ex-Museu Romântico do Porto gera polémica e mobiliza petição de protesto. *Público*, de 31 de Agosto de 2021. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2021/08/31/culturaipilon/noticia/reconfiguracao-exmuseu-romantico-porto-gera-polemica-mobiliza-peticao-protesto-1975772>.

Queirós, M. (1982). Museu Militar do Porto in *O tripeiro*, nº 9, vol. I, Setembro de 1982. Porto.

Quivy, R. e Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Acedido em 17 de Setembro de 2022, em <https://tecnologiamidiaeinteracao.files.wordpress.com/2018/09/quivy-manual-investigacao-novo.pdf>.

Raby, D. (1988). *A resistência antifascista em Portugal: comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar*. Salamandra. Lisboa.

Raimundo, F. e Pinto, A. (2016). Memória e reparação das vítimas do Estado Novo na democracia portuguesa in *El Portugal Salazarista frente a la democracia*. Imprenta Diputación de Badajoz, Espanha.

Ramos, L. (1994). *História do Porto*. Porto Editora. Porto.

Ramos, P. (1993). Breve história do museu em Portugal in *Iniciação à Museologia*. Universidade Aberta. Lisboa.

Raposo, L. (2022). Museus e democracia (ou fala dela) na Europa liberal-populista. *Público*, de 16 de Junho de 2022. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2022/06/16/culturaipsilon/opiniao/museus-democracia-falta-europa-liberalpopulista-2010255>.

Rechena, A., Alves, A., Carmona, R. e Albino, T. (2022). Museu Nacional Resistência e Liberdade – Fortaleza de Peniche: Reivindicação, criação e processo in *Memórias em tempos difíceis*, Casaletas, Pelotas, Brasil. pp. 136-155.

Resolução da Assembleia da República n.º 153/2019. *Diário da República n.º 160/2019*, Série I de 2019-08-22. «Recomenda ao Governo que crie um museu de memória da resistência ao fascismo, no imóvel onde funcionou a delegação da ex-PIDE/DGS, no Porto, enquadrando-o numa Rede Nacional de Museus da Resistência».

Resolução do Conselho de Ministros n.º 73, de 27 Abril de 2017. *Diário da República*, Série I n.º 108, pp. 2767 – 2767. «Determina a recuperação da Fortaleza de Peniche e a criação de um museu nacional dedicado à luta pela liberdade e pela democracia».

Rezola, M. (2019). Punir ou perdoar? A difícil gestão do passado ditatorial no Portugal democrático – o caso dos saneamentos in *Estudos Ibero-Americanos*, v.45, n.3. Brasil. pp. 24-38.

Ribeiro, E. (2011). *Insubmissão: resistência ao Salazarismo (Não apaguem a memória)*. Chiado Editora. Lisboa.

Ribeiro, N. (2017). Memória do Estado Novo, para que te queremos? *Público*, de 25 de Abril de 2017. Acedido em 17 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2017/04/25/politica/noticia/memoria-para-que-te-queremos-1769871>.

Rocha, P. (1991). *Escrito com paixão*. Caminho. Lisboa. pp. 91-92.

- Rodrigues, A. (2011). *Gente comum: uma história na PIDE*. 100 Luz. Castro Verde.
- Rodrigues, U. (1999). *O dia último e o primeiro*. Caminho de Abril. Lisboa.
- Rosa, E. (2009). *A elite política municipal e distrital do Porto (1926 -1945)*. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto.
- Rosas, F. (coord.). (1994). *O Estado Novo (1926-1974)*. Mattoso, J.(dir.). História de Portugal, vol. 7. Círculo de Leitores. Lisboa.
- Rosas, F., Brito, J. M. Brandão de (dir.). (1996). *Dicionário de História do Estado Novo*, v. II. Bertrand Editora. Venda Nova.
- Rosas, F. (2018). *Salazar e o poder. A arte de saber durar*. Tinta-da-China. Lisboa.
- Rosas, F., Louçã, F., Lopes, J., Peniche, A., Trindade, L. e Cardina, M. (2020). *O século XX Português*. Tinta-da-China. Lisboa.
- Roteiro das Prisões do Estado Novo (2016). *Público*, de 18 de Dezembro de 2016. Acedido em 17 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2016/12/18/culturaipilon/noticia/as-outrasprisoos-do-estado-novo-1755112>.
- Rose, J. (2016). *Interpreting difficult history at museums and historic sites*. Rowman & Littlefield, cop. Lanham.
- RTP. (1974a). *Comemoração do 1º de Maio de 1974 no Porto*, de 1 de Maio de 1974. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/comemoracao-do-1o-de-maio-de-1974-no-porto/>
- RTP. (1974b). *Visita às instalações da DGS/PIDE no Porto*, de 18 de Maio de 1974. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/visita-as-instalacoes-da-dgs-pide/>.

- RTP. (2009). *Presos políticos visitam antigas instalações da PIDE-DGS no Porto*, de 19 de Abril de 2009. Acedido em 17 de Setembro de 2022, em https://www.rtp.pt/noticias/pais/presos-politicos-visitam-antigas-instalacoes-da-pide-dgs-no-porto_v214570.
- RTP. (2014). *Como os pides do Porto foram libertados*, de 21 de Abril de 2014. Acedida em 18 de Setembro de 2022, em https://www.rtp.pt/noticias/estorias/como-os-pides-do-porto-foram-libertados_n731906.
- RTP. (2018a). Fugas das prisões de Salazar, *Programa História a História*, episódio 4, de 8 de Novembro de 2018. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.rtp.pt/play/p1683/e175785/historia-a-historia>.
- RTP. (2018b). Porto insurgente. *Programa História a História*, episódio 5, de 9 de Novembro de 2018. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.rtp.pt/play/p1683/e176595/historia-a-historia>.
- RTP. (2022). Ditaduras. Programa *Sociedade Civil*, de 24 de Fevereiro de 2022. Acedido em 23 de Setembro de 2022, em <https://www.rtp.pt/play/p8130/e597763/sociedade-civil>.
- Salema, I. (2020). Historiadores e museólogos contestam escolha de Rita Rato para direcção do Museu do Aljube. *Público*, de 8 de Julho de 2020. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2020/07/08/culturaipilon/noticia/historiadores-museologos-contestam-escolha-rita-rato-direccao-museu-aljube-1923680>.
- Samara, A. (2010). *As repúblicas da República. História, cultura, política e republicanismo*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.
- Samara, A. e Rosas, L. (2021). As mulheres na Resistência à ditadura do Estado Novo. Ensaio no jornal *Setenta e quatro*, de 23 de Julho de 2021. Acedido em 23 de Setembro, em <https://setentaequatro.pt/ensaio/mulheres-na-resistencia-ditadura-do-estado-novo>.

- Santos, B. (2000). *Histórias secretas da PIDE-DGS: Entrevistas com Cunha Passo, Abílio Pires, Óscar Cardoso, Diogo Albuquerque*. Nova Arrancada. Lisboa.
- Santos, H. (2007). Porto: exposição retrata 25 ex-presos políticos. *JPN-JornalismoPortoNet*, de 25 de Abril de 2007. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.jpn.up.pt/2007/04/25/porto-exposicao-retrata-25-ex-presos-politicos/>.
- Santos, I., Alves, C., Santos, R., e Rodrigues, R. (2019). 45 anos do 25 de Abril: a revolução também passou por aqui. *JPN-JornalismoPortoNet*, de 25 de Abril de 2019. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.jpn.up.pt/2019/04/25/45-anos-do-25-de-abril-a-revolucao-tambem-passou-por-aqui/>.
- Santos, M. (2013). *Quando o Porto tinha voz*. Fundação Eng. António de Almeida. Porto.
- Santos, M. (2015). A prisão – um lugar dos «outros»: revisitando a Cadeia da Relação do Porto (1925-1933) a propósito do capitão Tito Lívio Cameira. *CITCEM n.º6, cultura, espaço e memória*. Porto. pp. 161-178.
- Sardica, J. (2021). O Povo e o poder: violência política e social em Portugal. Da crise da Monarquia Constitucional às origens do Estado Novo in *Aportes*, volume 36, número 106. pp. 109-138.
- Semedo, A. (coord.) (2019). *Definir a missão...da necessidade ao desafio*. Rede de Museus de Famalicão. Câmara Municipal de Famalicão. Famalicão.
- Serra, J. (2012). *12 Fugas das prisões de Salazar*. Edições Avante! Lisboa.
- Silva, R. Da & Ferreira, A. S. (2018). The post-dictatorship memory politics in Portugal which erased political violence from the collective memory. *Integrative Psychological and Behavioral Science*. 53(1). pp. 24-43.
- Simões, C., Casaleiro, P. e Mota, P. (2013). O Museu da Ciência: uma colecção científica do Século das Luzes in *História da Ciência na Universidade de Coimbra (1772-1933)*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra.

Simon, N. (2010). *The participatory museum*. Museum 20, Santa cruz, Califórnia.

Simpson, D. (2021). Os portugueses foram vítimas ou cúmplices da PIDE?, *Público*, de 14 de Fevereiro de 2021. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2021/02/14/politica/noticia/portugueses-vitimas-cumplices-pide-1949847>.

Skeel, M. (2015). People and political museums – battlegrounds and opportunity spaces for cultural heritage. JENSEN, J.T. e LUNDGAARD, I.B. (Coord.), *Museums: citizens and sustainable solutions*. Denmark, Danish Agency of Culture. pp. 280-292.

Smith, L. (2006). *Uses of Heritage*. 1ª ed. Routledge. New York.

Sodaro, A. (2020). *Exhibiting Atrocity*. Memorial Museum and the politics of past violence. Acedido 17 de setembro de 2022, em <https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/30767/642735.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Souza, H. (2021). *Imagens e memórias colectivas: O Museu Nacional Resistência e Liberdade em Peniche*. Tese de Mestrado. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa.

Teixeira, A. (2018). Especulação empurra moradores para periferia de Porto e Lisboa. *Jornal de Notícias*, de 19 de Fevereiro de 2018. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.jn.pt/nacional/especial/especulacao-empurra-moradores-para-periferia-de-porto-e-lisboa-9128963.html>.

Teixeira, C. (2022). Quando consultei o arquivo da PIDE para a minha tese, vi pessoas a chorar, chocadas com o que estavam a ler. *Visão*, de 07 de Agosto de 2022. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://visao.sapo.pt/ideias/2022-08-07-quando-consultei-o-arquivo-da-pide-para-a-minha-tese-vi-pessoas-a-chorar-chocadas-com-o-que-estavam-a-ler/>.

Teixeira, M. (2011). *A natureza e gestão das colecções dos museus militares na dependência da Direcção de História e Cultura Militar (Exército)*. Trabalho de projecto em Museologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto.

Teixeira, S. (2017). Patrimonialização: silêncios e escuta museológica. *Cadernos De Sociomuseologia*, 53(9).

Thiesen, I. e Almeida, P. (2015). Lugares de memória da ditadura e a patrimonialização da experiência política in *Museologia e interdisciplinaridade*, Vol.IV, nº 8.

Topography of Terror. (2018). *Gestapo, SS and Reich Security Main Office on Wilhelm – and Prinz-Albrecht-Strasse. A documentation*. Stiftung Topographie des Terrors. Berlin.

Torgal, L. (1992). Sobre a história do Estado Novo, Fontes, Bibliografia, áreas de abordagem e problemas metodológicos. *Revista de História das ideias*, vol.14. Coimbra. pp. 529-554.

UNESCO. (1972). *Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage*, Paris. Acedido em 17 de Setembro de 2022, em: whc.unesco.org/archive/convention-en.pdf.

UNESCO. (1993). *Establishment of a system of “living cultural properties” (living human treasures) at Unesco*, adopted by the Executive Board of UNESCO at its 142nd session (Paris, 10 de dezembro de 1993). Acedido em 17 de Setembro de 2022, em <http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000958/095831eo.pdf>.

UNESCO. (2003). *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*. Paris, 17 de outubro de 2003. Acedido em 17 de Setembro de 2022, em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540e.pdf>.

UNESCO. (2004). *Declaração de Yamato sobre a abordagem integrada da salvaguarda do património cultural, material e imaterial*. Nara, 20-23 Outubro de 2004). Acedido em 17 de Setembro de 2022, em <http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/File/DownloadFile?idFicheiro=307>.

UNESCO. (2018). *Interpretation of sites of memory*. Estudo encomendado pela delegação da República da Coreia. 31 de Janeiro de 2018.

UNESCO. (2021a). *UNESCO, ONU e Aliança Internacional para a Memória do Holocausto comemoram o Dia em memória do Holocausto para combater o negacionismo e as distorções*, notícia de 19 de Janeiro de 2021. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://pt.unesco.org/news/unesco-onu-e-alianca-internacional-memoria-do-holocausto-comemoram-o-dia-em-memoria-do>.

UNESCO Portugal. (2021b). *Prémio UNESCO/APOM de Museologia*. Notícia de 20 de Agosto de 2021. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/noticias/premio-unesco-apom-de-museologia>.

Veiga, F. (2012). *Museu do Aljube – programa museológico*. Documento digital.

Vieira, A. (2022). Frescos de Júlio Pomar no Batalha resistiram à tinta da censura da PIDE e foram agora postos em liberdade. *Público*, de 3 de Junho de 2022. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em <https://www.publico.pt/2022/06/03/local/noticia/frescos-julio-pomar-batalha-resistiram-tinta-censura-pide-postos-liberdade-2008739>.

Watson, S. (2021). Emotion in the history museum in *Emotions and learning in museums*. NEMO. pp. 74-77. Acedido em 18 de Setembro de 2022, em https://www.nemo.org/fileadmin/Dateien/public/Publications/NEMO_Emotions_and_Learning_in_Museums_WG-LEM_02.2021.pdf.

Wheeler, D. (1988). *A Ditadura Militar Portuguesa*. 1926-1933. Publicações Europa-América.

Anexos

Anexo 1

Exposições temporárias do Museu do Aljube desde 2015 até Agosto de 2022

Em 2022, o museu apresenta *Adeus pátria e família* focando o tema da repressão e as resistências de diversidade sexual e de género durante a ditadura e após a Revolução. *Ato (des)colonial*, esteve patente até 12 de Junho, pretendendo revelar os diversos processos de resistência ao colonialismo português entre 1926 e 1974. Paralelamente, decorreu, um ciclo de conversas sobre *Escravidão e trabalho forçado* e *Memórias das descolonizações* com Aurora Santos e Victor Barros, um ciclo de cinema - com os filmes *Alcindo*, de Miguel Dores, *Fantasma do Império*, de Ariel de Bigault, o documentário *Palimpseste du Musée d'Afrique* e a curta-metragem *Under the white mask*, do realizador Matthias De Groof, o documentário *Olhares sobre o Racismo* e *A story from Africa*, de Billy Woodberry. Mais uma conversa do ciclo sobre *Mulheres e resistências* com Ana Massamba, Luzia Moniz e Esperança Lopes Cardoso.

A Guerra Guardada – Fotografias de Soldados Portugueses em Angola, Guiné e Moçambique (1961-74) foi exibida até 3 de Abril de 2022, com curadoria de Maria José Lobo Antunes e Inês Ponte, tendo como o objectivo de expor colecções pessoais de homens soldados durante os anos da guerra. Decorreu uma visita à exposição seguida de uma conversa com Miguel Cardina e Ana Vidigal, uma visita orientada por Aniceto Afonso e outra pelas curadoras. Como é regular, o museu apresentou um ciclo de cinema com os filmes *Natal 71*, *Deus Não Quis*, *Independência e Fradique* e *Fragments do espectáculo - Corpo Suspenso*, de Rita Neves.

Em 2021, esteve patente a exposição *Augusta Conchiglia nos Trilhos da Frente Leste* com curadoria de Maria do Carmo Piçarra e o museu dedicou uma conversa e visita orientada com a mesma. *8998, Pomar* inaugurou o novo espaço de exposições temporárias no 4º piso, com a colaboração do Atelier-Museu Júlio Pomar. Já *Os Olhos da Memória*, de Armindo Cardoso, concentrou fotografias sobre a revolução, o ano de 1975, o período pós-revolucionário até 1980. Reuniu-se Pedro Letria, Paulo Catrica e o autor para uma conversa sobre a exposição temporária, a sua vida em Portugal, em Paris e no Chile. *Mulheres e Resistência – Novas Cartas Portuguesas e outras lutas* focou o contributo das lutas das mulheres desde os anos 30 até ao 25 de Abril. Enquanto decorria, várias actividades foram executadas: um itinerário pelas ruas de Lisboa pelos caminhos das “Três Marias” e das *Novas Cartas Portuguesas*, efectuou-se a própria leitura pública do livro, um ciclo de cinema *Mulheres e Resistência*, ciclo de conversas apelidado *Elas tiveram medo e foram e não foram*

sobre as experiências de resistência à ditadura e da luta pelos direitos das mulheres e outra conversa sobre as *Mulheres da Marinha Grande*, em parceria com o Movimento Democrático das Mulheres (MDM), onde se ouviram memórias de participação nas greves e lutas operárias da indústria vidreira, de repressão e prisão pela PIDE, e de luta pelos direitos das mulheres e pela liberdade. Esta exposição transformou-se em itinerante e pode ser requisitada.

Em 2020, *Emídio Guerreiro 120 anos do nascimento. Vimaranense, cidadão universal*, retratou numa narrativa simples e dirigida ao grande público, a vida de um lutador pela liberdade, desde o período republicano até ao 25 de Abril de 1974. Por outro lado, *Jaime cortesão – cidadão, patriota, resistente* deu enfoque à sua praxis política que foi acompanhada por um colóquio dedicado ao resistente.

No ano de 2019, *Manuel Brito – Campanha de Dinamização do MF* reuniu fotografias da Operação Guarda e Norte Nordeste, realizadas no âmbito das Campanhas de Dinamização Cultural do MFA. *The Portuguese prison photo project* apresentou fotografias sobre a temática das prisões e foi organizada uma conferência internacional sobre *Prisões em Portugal e na Europa: regimes de detenção e monitorização do regime prisional*. Ainda sobre este tema expôs-se *Tarrafal Nunca Mais!* sobre o campo de concentração do Tarrafal.

No ano anterior, 2018, *Maió de 68 – 50 anos depois* juntou uma exposição, cinema e um ciclo de debates. *Alípio de Freitas - Muitas Vidas Numa Só* teve curadoria da associação José Afonso. E ainda *José Dias Coelho – Artista Militante Revolucionário* em parceria com o Museu do Neo-realismo, de Vila Franca de Xira.

Em 2017, a exposição *Meus Caros Amigos - Augusto Boal - Cartas do Exílio* focou os exílios de opositores à Ditadura, de um lado e do outro do Atlântico, em colaboração com o Instituto Augusto Boal. Além disso, apostou em conversas sobre Boal, com Cecília Boal, Maria do Céu Guerra, Sérgio de Carvalho, Francisco Fanhais, José Soeiro e outros. *As Mulheres de Atenas* partiu do texto de Augusto Boal e teve a encenação de Margarida Barata, pelo grupo de Teatro do MOB.

Em 2016, com a curadoria de José Manuel Lopes Cordeiro apresentou-se *A imprensa clandestina e do exílio no período 1926-1974* em parceria com a Universidade do Minho e a Fundação Mário Soares.

Em 2015, expôs-se *Direito à manifestação*.

Anexo 2

Actividades do Museu do Aljube (anuais) entre 2015 e 2020

Em 2020, a actividade permanente *Vidas na Resistência* contou com Zeferino Coelho. Já em *Vidas prisionáveis*, apresentado por Ana Aranha com turmas de alunos a assistir, relataram as suas experiências pessoais Maria Machado, António Vilarigues «34», Afonso Dias, Carlos Cruz, Joaquim Alberto, Xico Braga e Francisco Fanhais.

Decorreram várias apresentações de livros: *Projectar a ordem – Cinema do Povo e propaganda salazarista*, de Maria do Carmo Piçarra, *O diabo foi meu padeiro*, de Mário Lúcio Sousa, *O Alentejo e a luta clandestina. António Gervásio – um Militante Comunista*, de Luís Godinho, *Sinais de Vida – Cartas da Guerra (1961-1974)*, de Joana Pontes. *Diário do !AGORA!* foi um ciclo de escrita|poesia antirracista. Quanto às artes cénicas, tiveram lugar *Histórias do Pátio do Aljube* e a rubrica *Cinema no Museu do Aljube* contou com os filmes *Natureza Morta*, 48 e *Luz Obscura*, de Susana Sousa Dias. *Viva Portugal* pode ser visto entre os dias 8 e 10 de maio no canal de Youtube Oficial do Museu do Aljube, já adaptado às restrições da pandemia provocada pela Covid-19, bem como a actividade *Memórias de Abril*, que entre 25 de Abril até ao dia 1 de Maio partilharam na página Facebook aquelas que foram seleccionadas. O museu preparou uma Mesa Redonda sobre *Bernardo Santareno – Português, Escritor, Resistente. 100 anos*, com a participação de João Mota, Álvaro Garrido e Domingos Lobo, e um seminário sobre *O estado do racismo em Portugal: a legislação de combate à discriminação racial*. Decorreram ainda o Ciclo de Intelectuais e Artistas da Resistência.

Para as escolas foi lançado um concurso para um documentário audiovisual *Do Aljube guardei esta memória*, vocacionado para o 3º Ciclo do Ensino Básico e o Ensino Secundário e ainda outro concurso de contos *Censura* para 15-18 anos e >18. Decorreu a hora do conto *O Aljube a Contar Histórias* no Dia Mundial da Criança.

Em 2019, as visitas orientadas à exposição de longa duração, eram efectuadas principalmente por Luís Farinha e Judite Álvares. Nos meses de Verão havia a possibilidade de escolher em inglês, francês e italiano.

As *Vidas prisionáveis* convidaram Álvaro Pato e Cláudio Torres. *Vidas na Resistência* dedicaram-se a Sérgio Ribeiro, Fernando Vicente, José Mário Branco, Maria José Ribeiro, Mário de Carvalho, Raul Zagalo, Helena Alves e Isabel do Carmo.

Apresentaram-se vários livros tais como *A PIDE e os seus informadores – O caso de Inácio*, de Paulo Marques da Silva, *O Activismo Estudantil no IST (1945-1980)*, de Luísa

Tiago de Oliveira. Quanto às artes cénicas, *Corpus Christi S.A.*, de António Faria, *E eles não racharam*, de Castro Guedes e *Escavação – instalação em dança*, de Sofia Ó - o corpo com o espaço, entre o rés-do-chão e a cave do Museu do Aljube. O Museu do Aljube exibiu alguns filmes, tais como, *Museu da Vergonha*, de Luís Monteiro e José Machado Castro, o documentário *O Dia em que a Tortura Acabou*, seguido de debate com Afonso de Albuquerque, Alfredo Caldeira, Conceição Matos e Fernando Vicente, o documentário *World in Action*, gravado pela Granada Television International e, finalmente, um ciclo de cinema sobre o Tarrafal, quatro filmes - quatro realizadores, sessão contínua com debate no final.

Efectuou-se um seminário internacional *Percursos cruzados das esquerdas radicais ibéricas entre a ditadura e a democracia*, um debate sobre *Stress Traumático e transmissão intergeracional*, *Hoje vai ser outro dia* sobre políticas de transição democrática no Brasil e em Portugal. O museu apresentou ainda *José Afonso ao Vivo*, de Adelino Gomes [Investigação e textos] com apresentação de Adelino Gomes, de José Moças e de David Ferreira e momento musical com David Zaccaria, Maria Anadon e Filipa Pais Tradisom. Cumpriram-se vários itinerários *Lisboa a partir do Aljube – Casas da Clandestinidade*, *Barreiro – Locais de Repressão e Resistência* e *Pelos Caminhos da Memória de Abril*.

Inaugurou-se, ainda, uma mostra sobre Soeiro Pereira Gomes, intitulada *Não tem saudades do passado, quem vive só para o futuro* e pensou-se num concurso para um documentário - *Do Aljube guardei esta memória* - e outro para a escrita de contos - *Os Clandestinos*. Decorreu uma formação de professores: *História, Memória e Verdade – memórias de luta e resistência na construção de uma cidadania activa* e foram acolhidos os participantes do curso *CES Summer School – Human Rights today: Foundations, challenges and opportunities*, com uma visita guiada, seguida de um debate com Diana Andriga.

Vocacionado para as crianças, desenvolveu-se a actividade *Hora do Conto* e um programa para famílias - *O Aljube a contar histórias*.

Foi neste ano que o Museu do Aljube apoiou a Inauguração do Memorial aos Presos e Perseguidos Políticos na estação de metro chiado, em Lisboa, e a construção do Museu Nacional Resistência e Liberdade, em Peniche. Fortaleceu as ligações a nível internacional, através de “relações com Casas de Cultura da América Latina (Medellin, Colômbia), com a EUROM (European Observatory on Memories, UB. Barcelona), com o GEHCEX (Grupo de História Contemporânea da Extremadura, Cáceres, Espanha), bem como com centros de investigação e universidades de Portugal e da Europa” (Farinha, 2021).

Em 2018, as visitas orientadas foram igualmente conduzidas por Luís Farinha e Judite Álvares, disponibilizando os idiomas Inglês e Francês.

Vidas na Resistência testemunhou as experiências de António Paulo e um grupo de camponesas que participaram na luta pelas oito horas de trabalho no Alentejo, Manuela Bernardino, Francisco Louçã, Arquimedes da Silva Santos, Duarte Nuno Pinto, Sara Amâncio, Alberto Costa e Raimundo Santos.

As apresentações de livros foram uma actividade constante: *Itinerários de Amílcar Cabral Rosa* e *Cartas de Amílcar Cabral a Maria Helena: a Outra Face do Homem Rosa*; Evocação de Mário Ruivo; *Memórias de um Assassinato em Montemor-o-Novo*, um tributo à vida e luta de José Adelino dos Santos, assassinado pela PIDE, em Montemor-o-Novo, em 1958; *Ditadura e democracia, legado da memória* foi apresentado por Fernando Rosas e Riccardo Marchi; *Violência Política no Século XX: Um Balanço*, de Ana S. Ferreira, João Madeira e Pau Casanellas (Coord.) em formato E-book; *Memórias de uma falsificadora – A luta na clandestinidade pela liberdade de Portugal*, de Margarida Tengarrinha; *Exilados Portugueses em Argel*, de Susana Martins; *Luta Armada*, de Isabel do Carmo; *A PIDE no Pinhal Novo*, de José Cabrita; *Sob a custódia do Amor*, de Castro Guedes.

Relativamente a peças teatrais, esteve em cena *Escavação – instalação em dança*, de Sofia Ó, *E se for rapariga chama-se Custódia*, de Luís de Sttau Monteiro, *Coragem Hoje, Abraços Amanhã*, um espectáculo escrito a partir de testemunhos, cartas e memórias de mulheres que foram presas pela PIDE durante o período do Estado Novo. Decorreu um ciclo de cinema com comentários de Fernando Pereira Marques.

Destaca-se organização do congresso *Esquerdas radicais ibéricas, processo revolucionário e transição democrática – ruptura e consenso. Perspectivas comparadas*.

Várias conversas decorreram, entre as quais, *Que história(s) contamos no espaço público?* - Uma conversa em torno dos lugares e das políticas da memória, com João Figueiredo, Judite Primo e Raquel Lima, *Setúbal no equador da revolução (1974-75)*- Conferência com a presença de Albérico Afonso (IHC e Escola Superior de Educação de Setúbal), *Violencia politica y represión en la historia reciente Argentina*, uma conferência com a presença de Gabriela Aguila e *O Socialismo e o PS em Portugal*, de Fernando Pereira Marques [coordenação], bem como *A luta das enfermeiras contra a Ditadura* com a presença de Isaura Borges Coelho e Glória Marreiros, duas enfermeiras que lutaram e foram presas pelo Estado Novo.

Em Abril Conversas Mil - Dois museus, um pátio comum consistiu numa visita ao Museu do Aljube e ao Teatro Romano pelo Pátio do Aljube. Ainda decorreram as visitas temáticas *Lisboa Operária III* nos bairros de Marvila, Beato, Xabregas e Chelas com coordenação de

Raimundo Santos e *Os Clandestinos* direccionada para casas clandestinas ainda hoje existentes.

História, Memória e Verdade – memórias de luta na construção de uma cidadania activa foi uma formação para professores, educadores e outros agentes educativos.

Este foi o primeiro ano em que o museu se envolveu na *Open House 2018*, na Trienal de Arquitectura de Lisboa.

Em 2016, decorreram duas visitas temáticas fora do museu: *Lisboa Operária II – Socialistas, Anarquistas e Comunistas* afrontando o poder nos bairros históricos de Alfama e Mouraria das marcas da vida operária da primeira metade do séc. XX; e *Lisboa Operária I – Entre Anarquistas e Militares* no bairro da Graça das marcas da vida operária da primeira metade do séc. XX.

Finalmente, em 2015, *Lisboa das Revoluções* focou a contemporaneidade portuguesa desde a Monarquia ao regime democrático.

Anexo 3

Transcrição das respostas das directoras dos Museus da Resistência e Liberdade

Aljube e Peniche

Transcrevemos, de seguida, as respostas de Rita Rato, directora do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade.

1. Como é que avalia a missão do museu do Aljube Resistência e Liberdade?

O Museu do Aljube Resistência e Liberdade é um espaço de homenagem, preservação, construção e partilha da memória da resistência à ditadura e da luta pela liberdade em Portugal. Daí que a sua missão, aquando da sua criação em 2015, e ainda hoje, visa preencher uma lacuna no tecido museológico português, valorizando a memória na construção de uma cidadania responsável, a importância das resistências e da luta contra a amnésia desculpabilizante, cúmplice da ditadura que enfrentámos entre 1926 e 1974. Outra das principais missões do museu é a educação para os direitos humanos, que está na origem, na identidade e na prática diária das nossas atividades, desafiando a reflexão crítica e o compromisso com uma cultura de diálogo.

2. As práticas museais expressam a missão? O que pretendem alcançar?

A exposição de longa duração apresenta no piso 0, o memorial de homenagem aos presos políticos e a história do edifício; no piso 1, a caracterização do regime ditatorial português (1926-1974), os seus meios de repressão e opressão (a Censura, as polícias e os tribunais políticos). No piso 2, a resistência das oposições (semi-legais e clandestinas), a prisão, a tortura, os curros de isolamento. No piso 3, a luta anticolonial e os movimentos independentistas de libertação, o derrube da ditadura e o 25 de Abril de 1974. As exposições temporárias permitem aprofundar e desenvolver mais perspetivas relacionadas com a temática das resistências.

3. Existe alguma necessidade de adequar o programa museológico?

Quanto ao programa museológico:

O Museu do Aljube passou a estar integrado na EGEAC desde junho de 2016.

Desde que assumi o mandato, em agosto de 2020, registaram-se alterações na organização da equipa: foram contratadas mais 3 trabalhadoras para o Acolhimento; 1 trabalhadora para a

área de produção e comunicação; 2 técnicos de museologia e património foram reclassificados para a área da comunicação e 1 para o serviço educativo, a equipa tem atualmente 13 pessoas, incluindo a Diretora.

A necessidade de adequação do serviço educativo e comunicação é um trabalho permanente e diário, o estabelecimento de mais parcerias, o desenvolvimento do trabalho dirigido às escolas e outros parceiros (autarquias, centros de investigação, associações culturais) tenta corresponder aos muitos pedidos que temos e que tentamos estimular.

Essa disponibilidade é essencial para a vitalidade e missão deste Museu.

4. Que pontos fortes/fracos apontaria para a criação de uma rede de museus com esta temática (Aljube, Peniche, Porto)?

A existência de espaços museológicos com missões e objetos semelhantes pode e deve permitir pontos de partilha de investigação e trabalho regular; partilha de práticas e experiências; estabelecimento de parcerias diversas.

Apresentamos, de seguida, as respostas de Aida Rechená, directora do Museu Nacional Resistência e Liberdade.

1. Como é que avalia a missão do museu Nacional Resistência e Liberdade?

A missão do MNRL está definida da seguinte forma:

“A missão do MNRL nasce do reconhecimento da Fortaleza de Peniche enquanto espaço-memória e símbolo maior da luta pela liberdade à escala nacional, com ressonâncias internacionais na luta ancestral e atual pela Democracia e pelo respeito dos Direitos Humanos.

De âmbito multidisciplinar, o MNRL tem como missão investigar, preservar e comunicar a memória nacional relativa à Resistência ao regime fascista português, a partir das memórias e experiências daqueles e daquelas que lutaram pela Liberdade e pela Democracia.”

A missão com o conteúdo atual foi revista por mim quando assumi a direção do museu em agosto de 2021. Daí que avalie a missão como adequada à atual fase de instalação do museu devendo ser revista posteriormente à inauguração.

A missão reflete aquilo que o Museu tem de fazer nesta fase: recolher as memórias do maior número possível de envolvidos na resistência ao regime fascista português para serem incorporadas na Memória e no Património.

Além da Memória, a missão possibilita ao Museu assumir-se como um museu dos Direitos Humanos, alargando dessa forma a sua atuação para além das fronteiras da resistência aos fascismos, da repressão policial.

É também uma missão que delimita muito precisamente a área de património a incorporar nas coleções do Museu.

2. As práticas museais expressam a missão? O que pretendem alcançar?

Como é sabido o Museu inaugurou em 2019 e tem estado a trabalhar parcialmente quer no que respeita à realização de actividades quer na ocupação dos espaços. Por outro lado está encerrado desde 7 de fevereiro de 2022 para a realização das obras de adaptação e implantação do edificado a museu.

Durante o tempo em que esteve parcialmente aberto, o Museu trabalhou e implementou as seguintes áreas: Serviço de Exposições temporárias; Serviço Educativo; Serviço de Gestão de Coleções (incluindo a incorporação e inventário); Serviço de Comunicação.

As demais áreas aguardam o preenchimento dos lugares do mapa de pessoal e a abertura efetiva do Museu. Neste período, o Museu realizou 2 exposições temporárias: Por teu Livre Pensamento e Candelabro Aristides Sousa Mendes. O Exílio pela vida, visitas guiadas ao Museu e à Cidade (na ótica da resistência e solidariedade para com os presos políticos), lançamento de livros, conferências, concertos, teatro, e têm sido realizadas pela equipa reduzidíssima de 5 pessoas a trabalhar na instituição.

3. Existe alguma necessidade de adequar o programa museológico?

De momento não: o projeto de intervenção nos pavilhões prisionais para instalação do Museu estão a cumprir o programa museológico definido. A equipa do Museu e o Comité Executivo para a instalação do Museu são os responsáveis pelos conteúdos museológicos que darão corpo não só à exposição de longa duração, que servirá de base à atividade subsequente do Museu.

4. Que pontos fortes/fracos apontaria para a criação de uma rede de museus com esta temática (Aljube, Peniche, Porto)?

Alargaria a rede de museus a Caxias, Angra do Heroísmo e também a Moçambique, Guiné, Cabo Verde (Tarrafal) e a Timor, que já possuem museus dedicados à temática em antigas de cadeias do regime.

Pontos fortes: a partilha de recursos, a partilha de informações, a possibilidade de criar bases de informação conjuntas, partilháveis entre os vários museus e disponíveis ao público. Só a rede permite compreender a extensão da rede política repressiva existente no regime.

Pontos fracos: a dispersão geográfica, a existência de diferentes tutelas nestes museus, as diferentes formas institucionais de funcionar que podem condicionar o funcionamento da rede; a gestão das redes de museus de diferentes tutelas tem-se revelado problemática e insatisfatória.

Anexo 4

Fotografia da proclamação da República no Porto a 6 de Outubro de 1910



Porto Desaparecido

Fonte: página Facebook *Porto Desaparecido*.

Anexo 5

Trincheira da Morte, Revolta de Fevereiro de 1927, na bifurcação das ruas de 31 de Janeiro e de Santa Catarina, Porto



Porto Desaparecido

Fonte: página Facebook *Porto Desaparecido*.

Anexo 6

Comício de apoio ao general Norton de Matos no Centro Hípico da Fonte da Moura, Porto, 1949



Porto Desaparecido

Fonte: página Facebook *Porto Desaparecido*.

Anexo 7

Localização do imóvel na cidade do Porto com pin vermelho – Museu Militar do Porto



Fonte: Google maps.

Anexo 8

Fotografia do palacete, sede da ex-PIDE/DGS no Porto, fachada Norte e Oeste



Autoria de Joana Brito.

Anexo 9

Informadores citados por Pimentel (2022) que colaboraram com a delegação da polícia da PVDE/PIDE/DGS do Porto

Durante a Segunda Guerra Mundial a PVDE tinha um espião nazi chamado Hans Steinmez (Pimentel, 2022, p.99). Além desse, mais tarde nos anos 70, “foi referenciado, nos telefones de Lisboa e Porto (TLP), por ligações com a ex-PIDE/DGS, o mecânico dessa empresa no Porto” (Pimentel, 2022, p. 126), “os casos de um militar do Quartel-General da Região Militar do Porto, que ali atuara como informador, e de outros 2 colaboradores da DGS, que prestavam informações nessa cidade e em Ermesinde. Em 3 de Junho de 1975, o SCE¹⁶⁶ da PIDE/DGS em Lisboa remeteu, à sua delegação do Porto uma carta dactilografada assinada por um 2º sargento reformado da GNR, residente em Arcos de Valdevez, que acusava um indivíduo «de fazer informações para a PIDE/DGS»” (*ibidem*, p.151). Mais ainda, “um estagiário judicial e um oficial de diligências do 1º juízo Criminal do Porto” (*ibidem*, p.168), “um trabalhador de *O Comércio do Porto* e um escriturário do *Jornal de Notícias* haviam denunciado à extinta PIDE/DGS os seus colegas jornalistas e tipógrafos” (*ibidem*, p. 169), a “imprensa denunciou um alto funcionário dos Serviços de Transportes Colectivos do Porto” (STCP) (*ibidem*, p. 363). “«Teixeira» era o pseudónimo de um informador que frequentava o café Brasileira, do Porto, e, entre 1943 e os anos 50, denunciou diversos elementos do «revirinho» termo usado pela próprio” (*ibidem*, p. 189) e frequentava ainda a pastelaria Primus onde se reunia a comissão permanente do MUD. “Entre 1947 e 49, os chamados «revirinhistas» no Porto estavam também sobre a mira de outros informadores, com os pseudónimos de «Figueiredo», «Porto», «Cristóvão» e «Barbosa»” (*ibidem*, p. 190). A citação seguinte dá uma ideia clara da desconfiança: “O receio dos informadores era tão forte que, nos anos 50, sectores do PCP, entre os quais o sector intelectual do Porto paralisaram a sua atividade por se ter difundido suspeita de infiltração da PIDE” (*ibidem*, p. 279). Da mesma forma, os informadores das zonas de São João da Madeira, Braga e Guimarães eram controlados pela delegação do Porto (*ibidem*, p. 142). Enfim, houve informadores em toda a sociedade portuguesa. Em 1975, “350 processos de informadores estavam concluídos, dos quais 19 se mantinham presos” (*ibidem*, p. 532).

¹⁶⁶ SCE – Serviço de Coordenação da Extinção da PIDE/DGS.

Anexo 10

Fotografia da placa de homenagem aos ex-presos políticos na fachada oeste do edifício



Autoria de Joana Brito.

Anexo 11

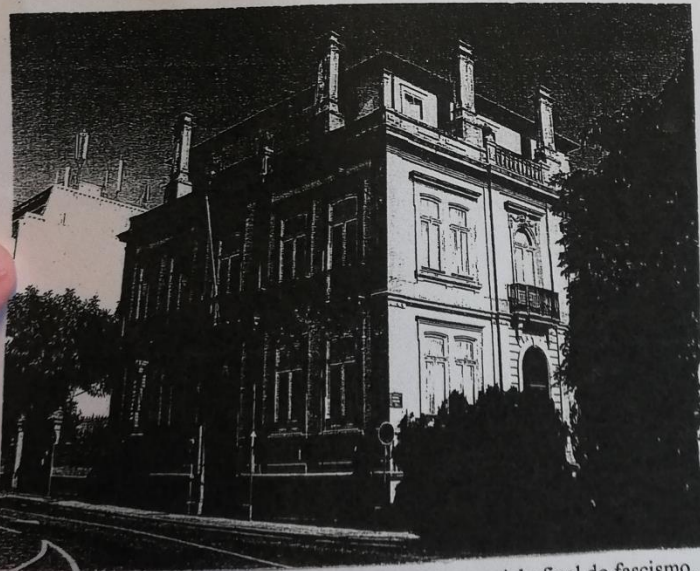
Boletim *Não Apaguem a Memória*, nota de edição de 2007, do núcleo do Porto

Nota de edição

Os membros do núcleo do Porto do movimento cívico designado "*Não Apaguem a Memória*", constituem um grupo de cidadãos cuja acção tem como finalidade última a preservação duradoura da memória dos combates pela democracia e pela liberdade em Portugal.

Animados pelo espírito do aprofundamento da história como memória colectiva, os nossos objectivos abrangem as vertentes da acção cívica, pela valorização dos locais de memória, da produção de materiais didácticos, da investigação histórica e sobretudo da participação em actividades tendentes a romper o silêncio em torno dos processos desencadeados pela PVDE/PIDE/DGS contra os cidadãos opositores ao regime totalitário.

Centramo-nos no propósito da criação de um Museu da Resistência, a instalar no edifício onde longamente permaneceu a sede da polícia política do "Estado Novo", a PVDE/PIDE/DGS, actual Museu Militar do Porto, espaço que, pelo seu carácter simbólico, deverá ser preservado como património colectivo e inserido no roteiro da memória da resistência à opressão do regime salazarista.




Edifício que foi sede da PVDE, depois PIDE e, no ciclo final do fascismo, DGS, sito na Rua do Heroísmo, fazendo esquina com o Largo Soares dos Reis

Fonte: Arquivo Histórico do Porto.

Anexo 12

Resposta do Ministério da Defesa Nacional em 2012

S.  R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
VICE-CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
DIRECÇÃO DE HISTÓRIA E CULTURA MILITAR
MUSEU MILITAR DO PORTO

PARA:
URAP
a/c Maria José Ribeiro

Outras referências:	Nossa referência Nota Nº 232 SA Pº Sub-Director de 29Nov12
---------------------	---

ASSUNTO: "DO HEROISMO À FIRMESZA", DA URAP, NO MUSEU MILITAR DO PORTO

Excmo. Senhor D. Maria José

Sobre o assunto em epígrafe, comunica-se o seguinte:

"Por Despacho de Exmo. Tenente-General VCEME de 15Jun12, tendo em consideração despacho anterior, continuo a considerar que não é oportuno qualquer evento deste tipo em instalações militares"

Com os melhores cumprimentos

O DIRECTOR


CARLOS DE OLIVEIRA ANDRADE
CÓR ART

Rua do Heroísmo, 329 | 4300 - 259 PORTO Tel//Fax Civil: 225 365 514 – Militar: 431 234

E-Mail: musmilporto@mail.exercito.pt

Fonte:

<https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063484d364c793968636d356c6443397a6158526c6379395953556c4d5a5763765130394e4c7a4e44524534765247396a6457316c626e52766331426c64476c6a595738764d6a517a5a474a6a59544974596a63775a4330304f54526c4c5467344f4463744d5759305a6a4530596d55344d44426d4c6e426b5a673d3d&fich=243dbca2-b70d-494e-8887-1f4f14be800f.pdf&Inline=true>

Anexo 13

Resposta do Ministério da Defesa Nacional em 2014



Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência a
Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade

S/REF: S/COM: N/REF: Lisboa 2014.04.17
P. 5124/92(5)
N.º 149/CG

ASS: PERGUNTA N.º 1263/XII/3.ª DE MARÇO DE 2014
Ref: V/Ofício n.º 1623, de 12 de março de 2014

Ex.ª Senhora Dra. Helena Almeida,

No seguimento do documento em referência, encarrega-me Sua Exa o Ministro da Defesa Nacional de informar V. Exa. do seguinte:

No PM 049/Porto encontra-se instalado o Museu Militar do Porto e não existe qualquer intenção de proceder à extinção ou mudança de localização desse museu, nem existe qualquer iniciativa no sentido de alienar esse prédio militar.

Desde o ano de 2010, que o Museu Militar do Porto incorporou novos objetos no seu acervo, de acordo com as suas temáticas, aprovadas superiormente, estando alguns em exibição nos espaços da sua exposição de longa duração, outros em exposições temporárias, e outros ainda em reservas, inviabilizando o incremento de qualquer outra temática, sem que se faça uma (nova) reprogramação museológica e readaptação das infraestruturas.

Por último importa reforçar que sendo a União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP), uma organização de natureza particular, integrar uma parceria com o Exército com vista à partilha do referido prédio militar seria sempre, do ponto de vista do cumprimento da lei de complexidade acrescida.

AMS/AC

Gabinete do Ministro da Defesa Nacional

Fonte:

<https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063484d364c793968636d356c6443397a6158526c6379395953556c4d5a5763765130394e4c7a4e44524534765247396a6457316c626e52766331426c64476c6a595738764d6a517a5a474a6a59544974596a63775a4330304f54526c4c5467344f4463744d5759305a6a4530596d55344d44426d4c6e426b5a673d3d&fich=243dbca2-b70d-494e-8887-1f4f14be800f.pdf&Inline=true>

Anexo 14

Fotografia da assinatura do protocolo entre a URAP e o Ministério da Defesa Nacional e fotografia da URAP no último piso do imóvel do Heroísmo



Fonte: fotografia do Ministério da Defesa Nacional e do *website* associação.

Anexo 15

Fotografia das celas de isolamento



Abaixo do nível do solo ficavam algumas celas de isolamento

Fonte: revista *Através dos tempos*.

Anexo 16

Fotografia do edifício das celas colectivas



No antigo edifício das celas colectivas ainda se pode ler a sigla
PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado

Fonte: revista *Através dos tempos*.

Anexo 17

Fotografia da recolha de testemunhos efectuada pela URAP



Autoria de Joana Brito.

Anexo 18

**“Bases para um roteiro da resistência ao fascismo no Porto – 1926/1974”,
pequena parcela do mapa com os locais assinalados**



Autoria: Mário Mesquita e Silvestre Lacerda, propriedade da URAP e Universidade Popular do Porto.

Anexo 19

Faixa colocada no dia 25 de Abril de 2020 pelo BE, junto ao imóvel do Heroísmo



Fonte: página *Instagram*.

Anexo 20

Comício da CDU, Janeiro de 2022, Porto



Fonte: página *Instagram* da CDU Distrito Porto.

Anexo 21

Brochura recente do Museu Militar do Porto com referência
à polícia política no primeiro quadro de texto do lado esquerdo



Fotografia de Joana Brito.

Anexo 22

Fotografia do elemento identificativo e descritivo referente à “primeira pedra” do projecto “Do Heroísmo à Firmeza” no Museu Militar do Porto



Autoria de Joana Brito.

Índice dos Anexos

Anexo 1	176
Exposições temporárias do Museu do Aljube desde 2015 até Agosto de 2022	
Anexo 2	178
Actividades do Museu do Aljube (anuais) entre 2015 e 2020	
Anexo 3	182
Transcrição das questões e respostas das directoras dos Museus da Resistência e Liberdade – Aljube e Peniche	
Anexo 4	186
Fotografia da proclamação da República no Porto a 6 de Outubro de 1910	
Anexo 5	186
Trincheira da Morte, Revolta de Fevereiro de 1927, na bifurcação das ruas de 31 de Janeiro e de Santa Catarina, Porto	
Anexo 6	187
Comício de apoio ao general Norton de Matos no Centro Hípico da Fonte da Moura, Porto, 1949	
Anexo 7	187
Localização do imóvel na cidade do Porto com pin vermelho – Museu Militar do Porto	
Anexo 8	188
Fotografia do palacete, sede da ex-PIDE/DGS no Porto, fachada Norte e Oeste	
Anexo 9	189
Informadores citados por Pimentel (2022) que colaboraram com a delegação da polícia da PVDE/PIDE/DGS do Porto	
Anexo 10	190
Fotografia da placa de homenagem aos ex-presos políticos na fachada oeste do edifício	
Anexo 11	191
Boletim <i>Não Apaguem a Memória</i> , nota de edição de 2007, do núcleo do Porto	
Anexo 12	192
Resposta do Ministério da Defesa Nacional em 2012	
Anexo 13	193
Resposta do Ministério da Defesa Nacional em 2014	

Anexo 14	194
Fotografia da assinatura do protocolo entre a URAP e o Ministério da Defesa Nacional e fotografia da URAP no último piso do imóvel do Heroísmo	
Anexo 15	194
Fotografia das celas de isolamento	
Anexo 16	195
Fotografia do edifício das celas colectivas	
Anexo 17	195
Fotografia da recolha de testemunhos efectuada pela URAP	
Anexo 18	196
“Bases para um roteiro da resistência ao fascismo no Porto – 1926/1974”, pequena parcela do mapa com os locais assinalados	
Anexo 19	187
Faixa colocada no dia 25 de Abril de 2020 pelo Bloco de Esquerda, junto ao imóvel do Heroísmo	
Anexo 20	197
Comício da CDU, Janeiro de 2022, Porto	
Anexo 21	198
Brochura recente do Museu Militar do Porto com referência à polícia política no primeiro quadro de texto do lado esquerdo	
Anexo 22	199
Fotografia do elemento identificativo e descritivo referente à “primeira pedra” do projecto “Do Heroísmo à Firmeza” no Museu Militar do Porto	